

**FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
ANDRÉIA DEMÉTRIO JORGE MORAES**

**HISTÓRIA E MEMÓRIA DA FORMAÇÃO DOCENTE  
EM ITUIUTABA-MG**

UBERLÂNDIA-MG  
2014

**FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
ANDRÉIA DEMÉTRIO JORGE MORAES**

**HISTÓRIA E MEMÓRIA DA FORMAÇÃO DOCENTE  
EM ITUIUTABA-MG**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Educação, sob Orientação da professora doutora Sônia Maria dos Santos.

UBERLÂNDIA-MG  
2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

---

M827h      Moraes, Andréia Demétrio Jorge, 1963-  
2014      História e memória da formação docente em Ituiutaba -MG /  
                 Andréia Demétrio Jorge Moraes. - 2014.  
                 226 f. : il.

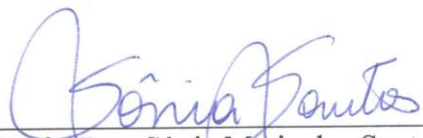
                 Orientadora: Sônia Maria dos Santos.  
                 Tese (doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa  
de Pós-Graduação em Educação.  
                 Inclui bibliografia.

1. Educação - Teses. 2. Educação - História - Teses. 3. Professores -  
Formação - Ituiutaba (MG) - Teses. 4. Ensino - Legislação - Ituiutaba -  
Teses. 5. Educação - Ituiutaba (MG) - 1935 a 1971. I. Santos, Sônia  
Maria dos. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-  
Graduação em Educação. III. Título.

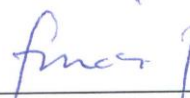
---

CDU: 37

## BANCA EXAMINADORA



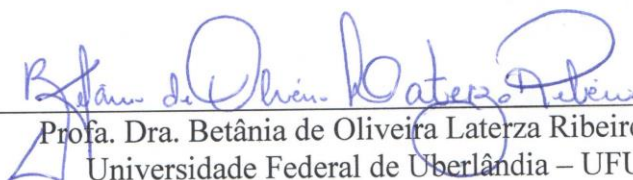
Profa. Dra. Sônia Maria dos Santos  
Universidade Federal de Uberlândia – UFU



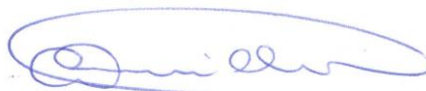
Profa. Dra. Francisca Izabel Pereira Maciel  
Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG



Prof. Dr. Vilmar José Borges  
Universidade Federal do Espírito Santo - UFES



Profa. Dra. Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro  
Universidade Federal de Uberlândia – UFU



Prof. Dr. Armino Quillici Neto  
Universidade Federal de Uberlândia – UFU

Uberlândia, 22 de Agosto de 2014.



Às minhas filhas, Bruna e Vitória, e ao meu esposo e  
companheiro Roní, que me incentivaram a concluir  
mais esta etapa em nossas vidas.

## Agradecimentos

A Deus, pela vida e pela capacidade de superar meus próprios limites.

Às minhas filhas, Bruna e Vitória, que acompanharam cada passo da pesquisa com olhar atento, compreendendo a dificuldade do percurso e me incentivando em todos os momentos.

Ao meu esposo Roní, que sempre acreditou mais em mim do que eu mesma.

Aos meus pais, João e Aracy, que sempre valorizaram a educação de seus filhos e me incentivaram nessa caminhada.

Aos meus irmãos, Ana Tarcília, Demétrio e Júnior, às cunhadas(os) e sobrinhas(os) pelo apoio incondicional.

Aos meus sogros, Áurea e Eliziário, pelo carinho e amizade.

À professora e orientadora Sonia Santos, por ter me dado a oportunidade de ingresso no doutorado, pelas experiências e conhecimentos compartilhados.

À professora Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro e professor Armindo Quillici Neto pelas preciosas contribuições na banca de qualificação.

Às amigas Ana Emília, Luciane e Tania pela rede de amizade que nos une, mesmo estando distante.

À Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer de Ituiutaba, cujo apoio possibilitou minha qualificação profissional.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia pelas preciosas contribuições.

A Gianni e James, da Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFU, sempre prontos para informar.

Aos colegas e amigos do programa de Doutorado em Educação, que compartilharam essa jornada, tornando-a mais leve.

Às professoras Celeida Alves de Moraes Ribeiro, Ester Majadas Araújo, Georgia Maria Finholdt Ribeiro, Helena Theresa de Moura Carvalho, Maria Terezinha Pereira Resende, Mirza Cury Diniz, Regina de Souza Marques Almeida, Sônia Correia Faria, Vera Cruz de Oliveira Moraes e ao professor José dos Santos Vilela Júnior, que comigo compartilharam suas memórias e suas histórias.

## RESUMO

Uma das proposições desse estudo, foi dar continuidade à pesquisa iniciada no Mestrado sobre a História das professoras alfabetizadoras do município de Ituiutaba, MG uma vez que, indícios dessa história apontavam para a formação dessas profissionais enquanto docentes. Nesse sentido, me propus ampliar a pesquisa agregando as recentes descobertas, novas buscas, novas inquietações no intuito de identificar as ideias pedagógicas que alicerçaram as produções sociais sobre a formação docente, tanto na legislação educacional, quanto no interior das instituições de formação de professores existentes no município no período de 1935 a 1971: As Escolas Normais. Ao desenvolver o estudo sobre a formação de professores a partir de instituições educacionais tento recuperar a trajetória de significativas instituições, demonstrando sua importância para o desenvolvimento sociocultural da região, contribuindo para uma interligação entre o singular e a História da Educação Brasileira colocando em destaque a discussão sobre a formação do professor primário sob a ótica das Escolas Normais, privadas e públicas no município de Ituiutaba no período que compreende os anos de 1935 a 1971. Os objetivos específicos, demarcados nesse estudo foram: identificar quais foram as concepções de formação docente que circularam nas legislações educacionais, no Brasil, em Minas Gerais e em Ituiutaba; identificar pesquisas sobre a formação de professores nas Escolas Normais realizadas em instituições que se localizam na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba compreendendo diferenças e similitudes no processo de formação de professores da região; descrever o cenário da investigação, o contexto educacional do município de Ituiutaba, localizado no Estado de Minas Gerais, Brasil, e as escolas privadas e públicas de formação de professores do município compreendendo o contexto e o processo de formação de cada uma delas; e refletir sobre a cultura escolar disseminada nessas instituições compreendendo o processo de formação de cada uma delas. A metodologia utilizada para realização da pesquisa foi a da História Oral uma vez que a mesma nos permite deixar de conceber a história como única, ou de uma identidade nacional, para reconhecer a existência de múltiplas histórias, memórias e identidades em uma sociedade. Nessa perspectiva, realizei os seguintes procedimentos: levantamento bibliográfico e documental, realização de entrevistas orais com alunas, professores e gestores das escolas e transcrição das narrativas. Esse estudo evidenciou que o município de Ituiutaba teve cinco instituições de formação de professores, permanecendo vinte anos com apenas uma escola particular que oferecia a formação docente, e mais vinte anos até contar com uma escola de ensino gratuito, somente em 1969 foi criada uma escola pública de formação de professores.

**Palavras-chave:** Ensino. Escola Normal. Formação Docente.

## ABSTRACT

One of the propositions of this study was to continue the research initiated on the Master's degree on the history of literacy teachers in the municipality of Ituiutaba-MG, since evidence of this story pointed to the formation of such professionals as teachers. Accordingly, I set out to expand the research adding to recent discoveries, new quests, new anxieties in order to identify the pedagogical ideas that underpinned the social productions on teacher training, both in educational legislation, and in the interior of the existing teacher training institutions municipality in the period 1935 to 1961: the Normal Schools. In developing the study on teacher training from educational institutions I try to recover the trajectory of significant institutions, demonstrating its importance to the socio-cultural development of the region, contributing to an interconnection between the singular and the history of Brazilian education by highlighting the discussion on the formation of schoolteacher from the perspective of Normal Schools, private and public in the municipality of Ituiutaba on the period comprising the years of 1935 to 1971. The specific objectives marked in this study were: to identify what were the conceptions of teacher training that circulated in educational legislation in Brazil, Minas Gerais and Ituiutaba; to identify research on teacher education in the Normal Schools held in institutions that are located in the Triângulo Mineiro and Alto Parnaíba, comprising differences and similarities in the teacher training process in the region; to describe the research setting, the educational context of the municipality of Ituiutaba, located in Minas Gerais, Brazil, and private and public schools of the county teachers consist the context and the process of formation of each of them; and to meditate on the widespread school culture in these institutions comprising the process of formation of each. The methodology used to conduct the study was the Oral History since it allows us to stop conceiving history as unique, or of a national identity, to recognize the existence of multiple stories, memories and identities in a society. In this perspective, I did the following: bibliographical and documentary collection, conducting oral interviews with students, teachers and school managers and transcription of the narratives. This study showed that the municipality of Ituiutaba had five teacher training institutions, remaining twenty years with only one private school that offered teacher training, and another twenty years to count to one school of free education, only in 1969 is was created a public teacher training school.

**Keywords:** Education. Normal school. Teacher Training.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Celeida Alves e Moraes Ribeiro .....	43
Figura 2 - Ester Majadas Araújo .....	44
Figura 3 - Geórgia Maria Finholdt .....	45
Figura 4 - Helena Theresa de Moura Carvalho .....	46
Figura 5 - José dos Santos Villela Júnior - Jucão.....	47
Figura 6 - Maria Terezinha Pereira Resende .....	48
Figura 7 - Mirza Cury Diniz.....	49
Figura 8 - Regina de Souza Marques Almeida.....	50
Figura 9 - Sônia Correia Faria .....	51
Figura 10 - Vera Cruz de Oliveira Moraes .....	52
Figura 11 - Mapa da mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba .....	72
Figura 12 - Ituiutaba demarcada no mapa do estado de Minas Gerais .....	111
Figura 13 - Visualização aérea parcial do centro de Ituiutaba em 1938 .....	115
Figura 14 - Anúncio feito no veículo de comunicação Folha de Ituiutaba sobre a inauguração de prédio que contribuirá para a alfabetização das crianças pobres da cidade, veiculado no dia 11 de outubro de 1952 .....	129
Figura 15 - Recorte do Jornal O Vencedor, editado pelos alunos do Instituto Marden no dia 6 de junho de 1935.....	144
Figura 16 - Recorte de jornal contendo a publicação do decreto de reconhecimento da Escola Normal do Instituto Marden em Ituiutaba datada de 29 de julho de 1937 .....	145
Figura 17 - Fachada do Instituto Marden, anexa a documentos referente à década de 1940 .....	146
Figura 18 - Pátio interno do prédio do Instituto Marden .....	147
Figura 19 - Prédio onde funcionou o Internato do Instituto Marden, anexa a documentos referente à década de 1940.....	149
Figura 20 - Alunas do Colégio Normal “Dr. Benedito Valadares” - 1951 .....	150
Figura 21 - Nota no Jornal Folha de Ituiutaba no dia 24 de dezembro de 1952, sobre campanha realizada para angariar fundos para a construção do novo prédio da Escola Santa Teresa .....	153

Figura 22 - Nota no Jornal Folha de Ituiutaba no dia 3 de janeiro de 1953, divulga o desenho da fachada do Colégio Santa Teresa e solicita intensificação na coleta dos donativos .....	154
Figura 23 - Fachada do prédio do Educandário Ituiutabano - 1958 .....	160
Figura 24 - Nota do Jornal Folha de Ituiutaba do dia 13 de dezembro de 1952, divulga o início das obras do novo prédio para o ginásio São José e oferece informações sobre o atraso nas obras .....	164
Figura 25 - Fachada do novo prédio do Ginásio São José (1955) .....	165
Figura 26 - Nota do Jornal Cidade de Ituiutaba no dia 18 de fevereiro de 1967, onde a diretoria do Colégio São José avisa à população que as matrículas para o corrente ano estão abertas.....	167
Figura 27 - Documento expedido pelo Colégio São José apresentando o fluxo de matrículas no período de 1966 a 1972.....	169
Figura 28 - Matéria publicada no Jornal Município de Ituiutaba no dia 17 de fevereiro de 1970 .....	172
Figura 29 - Quadro de Formatura da primeira turma da Escola Normal Municipal .	173
Figura 30 - Caderneta escolar do 1º ano do Curso Normal.....	181
Figura 31 - Registros fotográficos da viagem das normalistas à Belo Horizonte.....	184
Figura 32 - Treino de Salto de Vara em aula de Educação Física na Escola Normal Dr. Benedito Valadares .....	186
Figura 33 - Quadro de disciplinas da Escola Normal Dr. Benedito Valadares .....	187
Figura 34 - Quadro de disciplinas da Escola Normal Santa Teresa - 1957 .....	188
Figura 35 - Quadro de disciplinas da Escola Normal Santa Teresa - 1964.....	191
Figura 36 - Corpo docente e discente na entrada do Colégio Instituto Marden.....	195

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Número de Dissertações e Teses, separadas por país, região e estados, produzidas/defendidas no Brasil no período de 1987 a 2012 tendo como tema o Curso Normal ou Escola Normal .....	63
Quadro 2 - Dissertações de mestrado produzidas/defendidas no Brasil referente a Minas Gerais no período de 1987 a 2012 tendo como tema a Escola Normal ou o Curso Normal .....	65
Quadro 3 - Teses de Doutorado produzidas/defendidas no Brasil referente a Minas Gerais no período de 1987 a 2012 tendo como tema o Curso Normal ou Escola Normal.....	70
Quadro 4 - Teses e Dissertações produzidas/defendidas no Brasil referente à Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba no período de 1987 a 2012 tendo como tema o Curso Normal ou Escola Normal .....	73
Quadro 5 - Escolas municipais e sua criação – 1940 a 1961 .....	127
Quadro 6 - Escolas estaduais de Ituiutaba e sua criação – 1908 a 1961 .....	130
Quadro 7 - Escolas Estaduais de Ituiutaba e sua criação – 1961 a 1971 .....	135
Quadro 8 - Escolas municipais de Ituiutaba e sua criação – 1962 a 1971 .....	136
Quadro 9 - Corpo docente que integra o Curso Normal do Santa Teresa – 1956 ..	157
Quadro 10 - Disciplinas ministradas nos três primeiros anos da Escola Normal Dr. Benedito Valadares .....	182
Quadro 11 - Disciplinas estabelecidas pela Lei Orgânica do Ensino Normal para o Curso de formação de professores primários.....	187
Quadro 12 - Quadro curricular de Escolas Normais criadas na década de 1960....	192

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Percentual de funções docentes que atuam no Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série por grau de formação – Brasil e Regiões – 1991/1996 .....	22
Tabela 2 - Número de habitantes do município de Ituiutaba de 1940 a 1960 .....	117
Tabela 3 - Aumento da população urbana no Brasil – 1900 – 60.....	118
Tabela 4 - Escolas urbanas de Ituiutaba (1900 a 1940) .....	124
Tabela 5 - Instrução pública – Os resultados do Censo de 1950, referentes à alfabetização da população no município de Ituiutaba, MG .....	131
Tabela 6 - Ituiutaba e o ensino primário municipal no período de 1954 -1956.....	132



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	14
I O caminho percorrido enquanto aluna, professora e pesquisadora da formação docente .....	14
II O Tema, o Problema, a Pesquisa .....	18
III A organização da Tese .....	23
 CAPÍTULO I - TEMPOS E LUGARES DE LEMBRAR: HISTÓRIA ORAL TEMÁTICA .....	25
1.1 Os estudos qualitativos e a História Oral Temática .....	26
1.2 O lugar da memória e a memória do lugar na formação de professores .....	33
1.3 Os sujeitos da pesquisa: pessoas que lembram .....	40
1.4 Relembrando o passado: o percurso das entrevistas .....	53
 CAPÍTULO II - FORMAÇÃO DOCENTE: SENTIDOS E PERSPECTIVAS DAS PESQUISAS .....	56
2.1 A formação docente e as pesquisas brasileiras .....	59
2.2 Minas Gerais: foco de estudo sobre a Formação docente .....	64
2.3 A Região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba e as pesquisas sobre Formação Docente .....	71
 CAPÍTULO III - FORMAÇÃO DOCENTE NO BRASIL: HISTÓRIA, POLÍTICA E LEGISLAÇÃO .....	80
3.1 Escolas de formação de professores no Brasil .....	80
3.2 Minas Gerais e a Formação De Professores .....	93
3.3 Escola Normal: educando mulheres para as funções de professora e mãe ..	103
 CAPÍTULO IV - HISTÓRIA LOCAL E LOCAL DE HISTÓRIAS .....	110
4.1 Ituiutaba e seu contexto político, econômico e social .....	110
4.2 Contexto educacional de Ituiutaba .....	121
4.3 As Escolas Normais do município de Ituiutaba .....	141
4.3.1 Escola Normal “Dr. Benedito Valadares” .....	142
4.3.2 Escola Normal Santa Teresa .....	150
4.3.3 Colégio Normal do “Educandário Ituiutabano” .....	158
4.3.4 Colégio Normal do Colégio São José .....	162

4.3.5 Colégio Normal Municipal .....	169
CAPÍTULO V - A ESCOLA NORMAL COMO ESPAÇO DE SOCIALIZAÇÃO DA CULTURA .....	175
5.1 A institucionalização da educação .....	176
5.2 Algumas considerações sobre o Currículo das escolas Normais .....	180
5.3 Educar e Moralizar: o cotidiano das normalistas .....	193
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	198
REFERÊNCIAS.....	202
APÊNDICES.....	213
Apêndice A - Roteiro de Entrevista de História Oral aplicado às alunas e professoras das Escolas Normais de Ituiutaba-MG .....	213
Apêndice B - Dissertações de mestrado produzidas/defendidas no Brasil no período de 1987 a 2012 tendo como tema o Curso Normal ou Escola Normal ...	214
Apêndice C - Teses de Doutorado produzidas/defendidas no Brasil no período de 1987 a 2012 tendo como tema o Curso Normal ou Escola Normal .....	224

## INTRODUÇÃO

Olhar para trás após uma longa caminhada pode fazer perder a noção da distância que percorremos, mas se nos detivermos em nossa imagem, quando a iniciamos e ao término, certamente nos lembraremos o quanto nos custou chegar até o ponto final, e hoje temos a impressão de que tudo começou ontem. Não somos os mesmos, mas sabemos mais uns dos outros. (Guimarães Rosa).

### **I O caminho percorrido enquanto aluna, professora e pesquisadora da formação docente**

Minha morada sempre foi o município de Ituiutaba. Filha de família de classe média, meus pais lutavam pela sobrevivência com o sonho de oferecer aos quatro filhos uma vida melhor que a que viviam, não só financeiramente mas também com relação à instrução.

Ao entrar na fase inicial de escolarização, já se vislumbra a década de 1970. Apesar das lutas das décadas anteriores em prol da educação pública, o município de Ituiutaba-MG, assim como o restante do país, não tinha alcançado grandes resultados quantitativos em relação à educação. O Estado, apesar do discurso direcionado às mudanças por meio da educação, não investiu recursos suficientes para manter a educação pública.

A falta de recursos públicos fazia-se sentir, no município, no pequeno número de escolas públicas de ensino primário, os grupos escolares, que não atendiam ao número de crianças em fase de escolarização. Esse quadro não era condizente ao cenário econômico do município, reconhecido como maior produtor mineiro de arroz. A falta de investimento na educação pública estimulou que os setores privados a assumissem, contribuindo significativamente para que a educação mineira ainda fosse considerada uma educação da elite.

Grande parte da população ituiutabana, inclusive minha família, reconhecia que as escolas particulares tinham, aparentemente, um ensino de melhor qualidade que as escolas públicas. Nesse contexto, segundo documentos pesquisados e narrativas das entrevistadas nos anos de 1970, a educação pública neste município

estava sendo ampliada. Então, minha família, em seu sonho de educação como possibilidade de ascensão social, fez opção, mesmo com dificuldades, por pagar uma escola particular para os filhos durante o ensino primário.

Após os primeiros anos de escolarização em escola particular, fui transferida por meus pais para a escola pública. Essa mudança, inicialmente carregada de angústia, logo se mostrou rica em aprendizagens e relacionamentos.

Como historiadora, e com o auxílio de dados emprestados do presente (HALBWACHS, 1990)<sup>1</sup> rememoro as lembranças da infância, começo a compreender as opções da vida adulta pela docência. Em nossa casa recebíamos, quase diariamente, no finalzinho da tarde, a visita de uma tia e de algumas de suas amigas, todas professoras, que na volta da escola paravam para dizer um olá, contar novidades e tomar um cafezinho.

Eu, ainda pequena, enchia os olhos de admiração com as jovens: belas, dinâmicas, inteligentes e contadoras de histórias sobre a docência, carregavam materiais escolares e falavam de suas experiências com a escola, a comunidade, os alunos e tantas outras questões sobre educação. No meu caso específico, acredito que, no momento de optar por uma profissão, as lembranças e vivências da infância tiveram papel significativo.

Para dar continuidade aos estudos, ao finalizar o 2º grau, ingressei no Ensino Superior, na Fundação Educacional de Ituiutaba – FEIT em 1980, optando pelo curso de Pedagogia. Acreditava que este me conferiria o direito de lecionar na Educação Infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental, porém no início do ano, não só eu, mas também outras alunas, colegas de faculdade, descobrimos que o curso de Pedagogia desta instituição não era de Licenciatura e sim de Bacharelado. Diante tal descoberta, retornei imediatamente ao Ensino Médio, pois naquele período, era a única opção que tínhamos no município de Ituiutaba, sendo que esse curso, segundo a legislação, era de cunho profissionalizante. Nesse percurso, fiz matrícula no Curso de Magistério de 1º Grau e como não abandonei a faculdade frequentei o mesmo, paralelo ao curso de Pedagogia. Em 1983, ao terminar o curso de Magistério e ainda como aluna do curso de pedagogia, dou início a minha primeira experiência como docente, em uma escola particular.

---

<sup>1</sup> HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 2006.

Após sete anos de docência, em 1990, por meio de concurso público, iniciei minha trajetória como professora na rede estadual de ensino, lugar esse em que fiquei até me aposentar.

Nesse percurso de profissionalização docente, incentivada por outras colegas, nos anos de 2000 e 2001 fiz um curso de Especialização em Psicopedagogia, na mesma instituição onde cursei Pedagogia. Foi durante a elaboração do trabalho final de avaliação que tive o primeiro contato com a pesquisa, produzi uma monografia.

Após essa pesquisa inicial, cresceram as dúvidas e questionamentos e, no sentido de ampliar minhas reflexões, iniciei em 2003 minha trajetória de estudos mais sistematizados no Núcleo de Educação Infantil, Alfabetização, Práticas Educativas Educação de Jovens e Adultos - NEIAPE, da Universidade Federal de Uberlândia - UFU. Neste núcleo pude dar continuidade aos estudos e pesquisas tendo como foco a alfabetização, lugar este que me impulsionou a realizar dois importantes estudos: o mestrado e o doutorado.

Neste núcleo recebi também incentivo para experimentar a docência no Ensino Superior, e foi em 2004 que tive a primeira oportunidade de ingressar como docente em uma universidade particular denominada de Universidade Presidente Antônio Carlos - UNIPAC, no campus de Tupaciguara. Não era a universidade dos meus sonhos, mas sem dúvida foi uma possibilidade de vivenciar estudos e reflexões do ensino superior. Em 2012, ingressei como professora do curso de Pedagogia na Fundação Educacional, FEIT, em Ituiutaba.

Dando continuidade ao percurso de pesquisadora, ingresso no Mestrado do Programa de Pós Graduação em Educação - PPGE, da Universidade Federal de Uberlândia, inicialmente como aluna especial em 2005 e depois como aluna regular em 2006. Meu objeto de pesquisa, a partir de então, ficou centrado na história da alfabetização e na história da formação docente. Em junho de 2008, defendi minha Dissertação de Mestrado com o título “História e ofício de alfabetizadoras: Ituiutaba 1931 – 1961”. Os resultados obtidos desse estudo permitiram:

Identificar e registrar as vozes das alfabetizadoras que atuaram no município de Ituiutaba-MG no período de 1931 a 1961; constatar a dificuldade da população em alfabetizar seus filhos na primeira metade do século XX, uma vez que, em

consonância com o restante do país, havia no município insuficiência de escolas públicas; identificar que, até 1961, grande parte das professoras alfabetizadoras eram professoras leigas, pois no município só havia duas escolas de formação de professores de iniciativa privada e que a maioria da população não tinha como pagar. (citação?)

Descobri que as professoras leigas, utilizaram, como principal recurso em suas práticas de alfabetização, vivências de seu próprio processo de alfabetização. Constatado ainda, por meio das narrativas, que a metodologia escolhida e utilizada pelas alfabetizadoras tinham o predomínio do método silábico, mesmo em época em que as diretrizes educacionais referendavam os métodos analíticos ou globais. Analisei saberes e práticas desveladas pelas alfabetizadoras como também quais os recursos didáticos de que disponibilizavam naquele momento, incluindo até mesmo a lousa na década de 1950 devido à falta de recursos para a compra de cadernos.

A pesquisa desenvolvida no período de 2006/2007 e que resultou na dissertação “História e Ofício de Alfabetizadoras: Ituiutaba 1931 – 1961”<sup>2</sup>, me instigou a conhecer um pouco mais sobre a formação dos docentes que atuaram no município de Ituiutaba. Dando continuidade à pesquisa iniciada, estabeleci como foco de pesquisa, a Formação Docente no município de Ituiutaba, delimitando centrar a formação docente no locus das Escolas Normais, pois estas foram as instituições formadoras de professores que predominavam na maior parte do país até o ano de 1971, e as únicas instituições de formação docente no município de Ituiutaba.

Investigar, estudar e analisar a formação de professores nas Escolas Normais me permitiu compreender o processo de urbanização do município e, com ele, o aumento da demanda social pela educação. Este refletiu na necessidade de um maior número de professores habilitados, incidindo diretamente no aumento da oferta de vagas e na criação de uma escola pública que oferecia a formação docente e, ainda, a importância dessas instituições ao município.

Declaro aqui que meu desejo inicial, que me acompanhou até a qualificação, foi também incluir nesse estudo a formação no “Magistério de 1º grau”, mas na

---

<sup>2</sup> MORAES, Andréia Demétrio Jorge. História e Ofício de Alfabetizadoras: Ituiutaba 1931-1961. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

qualificação os componentes da banca orientaram a focar o olhar no “Normal como o lugar de formação” e deixar o curso de magistério para outro estudo. Concordei com a banca, apesar de acreditar na importância de investigar também o Curso de Magistério de 1º grau.

## **II O Tema, o Problema, a Pesquisa**

Uma das proposições desse estudo foi dar continuidade à pesquisa iniciada sobre a história das alfabetizadoras do município de Ituiutaba. Na pesquisa, realizada durante o mestrado, minhas descobertas catalisaram minhas indagações acerca da formação desses profissionais enquanto docentes.

Dando continuidade, avancei e ampliei a pesquisa agregando as recentes descobertas, novas buscas, novas inquietações no sentido de identificar a legislação educacional e as ideias pedagógicas que alicerçaram as produções sociais sobre a formação docente no município. Dessa forma, foi possível compreender as singularidades dos diferentes espaços de formação de professores.

Destaco como problemática de pesquisa as seguintes questões: Onde e como se constituiu o processo de formação de professores para as séries iniciais no Brasil, em Minas Gerais e em Ituiutaba-MG? Que diretrizes pedagógicas nortearam a formação docente do período? Qual o currículo usado para essa formação? Que práticas fizeram parte desse processo? Onde se davam as práticas de formação nessas escolas?

Nesse sentido, trabalho aqui, com a tese de que a formação institucionalizada de professores/as no município de Ituiutaba, no período de 1935 a 1971, deu-se exclusivamente no lócus das Escolas Normais e, ainda, que essa formação no município constituiu-se do privado para o público.

O objetivo geral dessa investigação foi o de mapear e analisar, por meio de fontes orais, documentais e bibliográficas, a difusão das ideias pedagógicas que alicerçaram a formação docente, tanto na legislação educacional quanto na profissionalização dos professores do município de Ituiutaba. Compreende o período

entre 1935, na criação da primeira Escola Normal no município, e 1971, ano em que a LDB passou por uma reforma resultando na Lei 5.692, que extingue as Escolas Normais, passando a formação de professores a se realizar nas escolas de 2º grau. Como objetivos específicos, foram demarcados nesse estudo: identificar quais foram as concepções de formação docente que circularam nas legislações educacionais, no Brasil, em Minas Gerais e em Ituiutaba; identificar pesquisas sobre a formação de professores nas Escolas Normais realizadas em instituições que se localizam na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba compreendendo diferenças e similitudes no processo de formação de professores da região; compreender e analisar a localidade da investigação: o município de Ituiutaba-MG e o cenário educacional do período; e identificar e analisar as instituições de formação de professores do município, compreendendo o processo de formação de cada uma delas.

A minha escolha em pesquisar a formação do professor mostra-se relevante pois creio que a educação do ser humano mantém no seu cerne a figura do professor, alguém que aprendeu e apreendeu o conhecimento humano, seus saberes e valores, sua cultura e, conseqüentemente, está capacitado para formar os aprendizes humanos.

Olhar os mestres, seus conhecimentos e suas práticas, é o melhor caminho para compreender a escola e o movimento educacional do passado, do presente e estabelecer ações para o futuro. De acordo com Sacristán: “Meditar sobre o que ocorreu pode dar-nos perspectiva, impulsos e algumas inquietações mobilizadoras [...] Só podemos preencher o ‘porvir’ a partir do presente com projetos, e estes estão enraizados nos ideais do passado e do presente”<sup>3</sup>.

O reconhecimento social de cada profissão acompanha o reconhecimento social do campo específico em que trabalham, dos sujeitos com quem trabalham, dos valores a que sua ação está vinculada. Como docentes, estamos historicamente ligados à sorte da infância, aos projetos que a acompanham, a conduzem e a formam. O que somos como educadores depende do reconhecimento social dos tempos da vida humana que formamos. Em alguns momentos no decorrer da

---

<sup>3</sup> SACRISTAN, José Gimeno. A educação que temos, a educação que queremos. In: IBERNÓN, Francisco (org.) *A educação do século XXI: os desafios do futuro imediato*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000, p. 39.



história, em que essas questões têm sido mais discutidas, mais questionadas, são momentos de confronto com a imagem social que a categoria carrega “Ser professora ou professor é carregar uma imagem socialmente construída. Carregar o outro que resultou de tudo”<sup>4</sup>.

Para compreender melhor nosso ofício de professor/a e a nós mesmos enquanto educadores, para discutir sobre que professor/a queremos ou sonhamos ser, para traçar um novo perfil para o professor/a atual, não se pode ignorar o ofício do mestre/a do nosso passado, pois esse carrega uma longa história, que nos acompanha:

O ofício de mestre faz parte de um imaginário onde se cruzam traços sociais afetivos, religiosos, culturais, ainda que secularizados. A identidade de trabalhadores e de profissionais não consegue apagar esses traços de uma imagem social, construída historicamente. Onde todos esses fios se entrecruzam. Tudo isso sou. Resultei de tudo.<sup>5</sup>

Essas inquietações não se desfazem facilmente, nem de acordo com a vontade dos professores e professoras, vão mais além, é preciso compreender o papel que exercem enquanto professores/a de ofício, o peso social e cultural que carregam, as condições de seu ofício, seu ser professor, professora. Tendo clareza da importância de conhecer e compreender a constituição do ofício de professor/a é que essa pesquisa se insere na linha de História e Historiografia da Educação, ao realizar investigações científicas da historiografia, utilizando fontes diversas no intuito de compreender, refletir e contribuir para uma compreensão mais ampla sobre a formação de professores primários, que atuaram nos anos iniciais da escolarização e foram formados pelas Escolas Normais do município de Ituiutaba – MG.

O desenvolvimento de pesquisas sobre a formação de professores a partir de instituições educacionais tenta recuperar a trajetória de significativas instituições, demonstrando sua importância para o desenvolvimento sócio-cultural de uma região, propondo uma interligação entre o singular e a História da Educação Brasileira, além de valorizar as produções historiográficas em nível regional, esses projetos contribuem para a compreensão e registro de uma história com enfoque local e nacional. Nesse sentido, esta pesquisa coloca em destaque a discussão sobre a

---

<sup>4</sup> ARROYO, Miguel G. *Ofício de Mestre: imagens e auto-imagens*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

<sup>5</sup> Ibidem, p. 33.

formação de professores/as primários sob a ótica das Escolas Normais, públicas e privadas no município de Ituiutaba no período que compreende os anos de 1935 a 1971, tendo como foco apreender a visão educacional contida nos cursos de formação de professores com a finalidade de configurar o pensamento e ideais educacionais contidos nas legislações, currículos, e práticas educativas vigentes no período delimitado.

Ao estabelecer como prioridade de pesquisa a formação de professores para as séries iniciais, reconhece-se as instituições, denominadas de Escolas Normais, como locus de formação de professores. Essas instituições foram se consolidando ao longo do século XX, nas diversas regiões do Brasil, sendo reconhecida como instituições capazes de formar e habilitar o professor/a para atuar nas séries iniciais.

Por acreditar que professoras e professores formados até a década de 1971 nas Escolas Normais, tiveram papel de relevância nas escolas brasileiras, apresento dados estatísticos, bem mais recentes e que comprovam o número expressivo de docentes que estiveram atuando até a década de 1990, tendo como formação o magistério. Em 1996, mais de 42% dos professores que atuavam nas séries iniciais tinham apenas a formação em nível de ensino médio, o que corresponde à formação docente nas Escolas Normais e nos Cursos de Magistério de 2º grau. Apresento, portanto, a tabela abaixo, contendo dados que do percentual de docentes que estavam na ativa, nas diferentes regiões do Brasil, atuando como docentes no Ensino Fundamental, de 1ª a 4ª série e qual o grau de formação que eles/elas possuíam.

**Tabela 1 - Percentual de funções docentes que atuam no Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série por grau de formação – Brasil e Regiões – 1991/1996**

Unidade Geográfica	Ano	Grau de Formação				
		Até Fundamental	Médio		Superior	
			Com magistério	Sem magistério	Sem licenciatura	Com licenciatura
Brasil	1991	17,4	57,7	5,7	0,9	18,3
	1996	15,3	61,1	3,3	1,8	18,5
Norte	1991	39,3	53,0	4,5	0,1	3,1
	1996	33,3	60,1	3,9	0,4	2,3
Nordeste	1991	31,8	57,8	4,3	0,2	5,9
	1996	27,7	61,5	3,0	1,0	6,8
Sudeste	1991	3,6	61,9	5,6	1,5	27,4
	1996	3,0	63,5	2,2	2,6	28,7
Sul	1991	9,0	51,9	7,6	1,0	30,6
	1996	5,5	56,7	5,7	2,5	29,6
Centro-Oeste	1991	17,3	54,0	9,8	1,8	17,0
	1996	11,4	58,2	4,2	2,6	23,7

Fonte: INEP, 2004.<sup>6</sup>

A tabela acima corrobora para demonstrar a relevância das Escolas Normais e do Magistério de 1º grau e a importância de pesquisar a formação docente ocorrida em suas dependências. Em todas as regiões do Brasil mais da metade dos professores da 1ª a 4ª série foram formados nos cursos de magistério de nível médio, sendo que nas regiões sudeste, norte e nordeste esse índice ultrapassa os 60% de professores.

Na região sudeste, onde esta pesquisa se insere, constato que até o ano de 1996, 3% dos professores que atuavam não haviam sequer cursado o ensino médio, 2,2% possuíam o ensino médio sem o magistério, 2,6% dos profissionais que atuavam como docentes possuíam o ensino superior sem a licenciatura, 28,7% possuíam licenciatura e que a grande maioria, perfazendo 63,5 de todos os docentes atuavam com a habilitação do magistério adquirida nas Escolas Normais e no Magistério de 1º grau.

Diante das descobertas pretendo clarificar as transformações sofridas quanto à formação do professor, produzidas sob as influências das ideias pedagógicas existentes no período, como um dos aspectos que expressam a sociedade local imersa nos contextos do Estado de Minas Gerais e do Brasil.

<sup>6</sup> INEP. Estatísticas dos professores no Brasil. Brasília: INEP, 2004.

Nesse sentido, acredito ser evidente a necessidade de prosseguir na pesquisa aprofundada de nosso passado cultural, a fim de que seja possível recuperar parte da memória da educação brasileira.

Nas últimas décadas, a pesquisa histórica tem se tornado mais acentuada nos estudos sobre a educação e o ensino no Brasil, em se tratando da Educação Básica, principalmente na área da alfabetização e da leitura. Essa tendência tem sido talvez mais intensa que em outras áreas, pois quanto mais problemática é a área no presente, mais se busca recuperar o passado, na tentativa de encontrar, no caminho já trilhado, pegadas que expliquem o presente e assim orientem a solução dos problemas e o avanço em direção ao futuro<sup>7</sup>. Nessa perspectiva, as estatísticas apresentadas pelo Brasil indicam que estamos enfrentando sérios problemas em relação à alfabetização das crianças brasileiras, dessa forma, Soares (2006) reforça a importância de voltarmos, por meio da pesquisa histórica à alfabetização do passado como modo de compreender o estado atual da alfabetização no Brasil.

[...] pode-se dizer que os problemas com que nos defrontamos hoje na alfabetização de nossas crianças e no empenho de inseri-las plenamente no mundo da escrita só podem ser entendidos olhando para trás, para o passado do processo de alfabetização em nosso país [...] o delineamento de soluções para eles só podem ser vivenciados se olharmos para frente, buscando avançar para além desse passado, embora sob a orientação dele.

Da mesma forma que revisar os processos de alfabetização do passado, podem nos mostrar o caminho para corrigir os problemas do presente, faz-se necessário revisar a formação oferecida aos professores desse passado.

### **III A organização da Tese**

A Tese foi organizada em cinco capítulos em conformidade com os objetivos da pesquisa.

O primeiro capítulo, TEMPOS E LUGARES DE LEMBRAR: HISTÓRIA ORAL TEMÁTICA, foi elaborado com a intenção de estabelecer estudo e dar maior

---

<sup>7</sup> SOARES, Magda. In: FRADE, I. C. A. S. e MACIEL, F. I. P. História da Alfabetização: produção, difusão e circulação de livros (MG/RS/MT – séc. XIX e XX). Belo Horizonte: UFMG/FaE, 2006, p. 07.

visibilidade acerca de uma metodologia de pesquisa que prioriza as fontes orais: a História Oral. Nesse capítulo ressalto ainda a importância da memória no resgate da história e da identidade docente e o percurso do pesquisador na busca e utilização das fontes.

Já no segundo capítulo, **FORMAÇÃO DOCENTE: SENTIDOS E PERSPECTIVAS DAS PESQUISAS**, procurei mapear pesquisas registradas no banco de dados da CAPES que tiveram a formação docente nas Escolas Normais como ponto primordial de estudo.

O terceiro capítulo, **FORMAÇÃO DOCENTE NO BRASIL: HISTÓRIA, POLÍTICA E LEGISLAÇÃO**, foi elaborado no sentido de compreender o contexto histórico, social e político que resultou nas bases legais que regeram a Formação Docente no Brasil e em Minas Gerais.

No quarto capítulo, **HISTÓRIA LOCAL: LOCAL DE HISTÓRIA**, tive como finalidade descrever o cenário da investigação: o município de Ituiutaba, localizado em Minas Gerais, Brasil, seu contexto político, social, econômico e principalmente educacional; identificando as instituições escolares e destacando as Escolas Normais, instituições responsáveis pela formação de professores existentes no período.

O quinto capítulo, **A ESCOLA NORMAL COMO ESPAÇO DE SOCIALIZAÇÃO DA CULTURA**; foi alvo de um olhar direcionado ao currículo e às práticas de formação utilizadas nas Instituições de formação docente do município.

Finalmente, nas **CONSIDERAÇÕES FINAIS** retomo às questões propostas pela pesquisa realizando análise de todos os problemas elencados na intenção de contribuir, junto com outros estudos, para a compreensão da formação docente em Ituiutaba, Minas Gerais e no Brasil.

## CAPÍTULO I - TEMPOS E LUGARES DE LEMBRAR: HISTÓRIA ORAL TEMÁTICA

Meu enleio vem de que um tapete é feito de tantos fios que não posso me resignar a seguir um fio só; meu enredamento vem de que uma história é feita de várias histórias. (Clarice Lispector<sup>8</sup>).

A escolha da epígrafe desse capítulo, extraída do conto de Clarice Lispector, foi feita por acreditar, assim como a autora, que a história é constituída por inúmeros fios e são esses que me possibilitam a reconstrução da mesma. Ou seja, uma história é constituída de várias histórias e, para conhecê-las, acredito ser necessário lançar mão da História Oral como caminho metodológico, como uma das possibilidades para recuperar os registros do passado através da subjetividade dos sujeitos de hoje.

A história oral, utilizada como um dos procedimentos metodológicos de análise crítica e interpretação da realidade, se alicerça na busca de qualidade e profundidade investigativa com os atores sociais envolvidos no processo de construção do conhecimento.

A opção de construir um capítulo específico dedicado à História Oral foi feita com o intuito de dar maior visibilidade a uma metodologia de pesquisa que, apesar de seu recente reconhecimento no Brasil dentre outros países, ainda necessita de ampla divulgação estimulando a propagação e reconhecimento da História Oral como metodologia de pesquisa.

Apesar da dimensão que a História Oral tem atingido no debate sobre as tendências da historiografia brasileira contemporânea, há ainda grupos de pesquisadores que não aceitam a História Oral pela seletividade, alegando também a falibilidade das fontes orais. Esses integram uma tradição historiográfica, centrada em documentos oficiais ou congêneres.<sup>9</sup>

A utilização da metodologia da História Oral tem sido utilizada com mais frequência no Brasil, e o debate em torno da mesma possibilita reflexões sobre o registro dos fatos históricos tendo como fonte a voz dos próprios protagonistas.

---

<sup>8</sup> Os Desastres de Sofia. In: *Felicidade Clandestina*, 1988, p. 100.

<sup>9</sup> FREITAS, Sônia Maria de. História oral: possibilidades e procedimentos. 2. Ed. – São Paulo: Associação Editorial Humanistas, 2006, p. 35.

Neste sentido este capítulo tem por objetivo apresentar o caminho escolhido para dialogar com os professores, sujeitos da pesquisa e com outras fontes sobre a temática deste estudo.

Para tanto, organizo este capítulo com tópicos: no primeiro, sobre a pesquisa qualitativa e os estudos biográficos, apresento minha forma de compreender esse diálogo. No segundo apresento a minha escolha pela História Oral e pelo gênero da História Oral Temática: o mapeamento do campo teórico dessa abordagem metodológica, onde apresento o campo da memória como sendo pedra “preciosa” para coletar, registrar e pensar sobre os depoimentos e as considerações acerca do tema; aponto ainda neste texto a construção de meus instrumentos de pesquisa. Apresento também os professores que estudaram na Escola Normal: quem são, como se constituíram professores e onde atuaram como docentes. Nesse processo de descrição, de análise e síntese utilizo esse espaço também para contar a história de como fui para o campo de pesquisa, minhas condições, sensações e descobertas.

### **1.1 Os estudos qualitativos e a História Oral Temática**

Conhecer e compreender a formação de professores realizada nas escolas normais por meio de uma pesquisa de análise qualitativa mostra-se um desafio a ser vencido.

Para vencer esse desafio, nesse estudo, a metodologia utilizada como fundamento de investigação é a da história oral, utilizada como fonte histórica, merecedora de credibilidade e com o mesmo valor histórico das fontes escritas. Em uma retrospectiva, a história oral foi utilizada em diversas sociedades na construção de narrativas históricas quando se buscava reconstruir acontecimentos anteriores. No século XIX, com o predomínio da visão positivista que priorizou os documentos escritos “a prática de colher depoimentos esteve relegada a segundo plano”<sup>10</sup>. Até o final do século XIX, as fontes escritas foram prioritárias para os historiadores,

---

<sup>10</sup> ALBERTI, Verena. Manual de história Oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p. 18.

principalmente em se tratando dos documentos oficiais que assumiam uma objetividade e garantia de fidelidade absoluta.

Até esse período, as infinidades de informações orais não foram consideradas como fontes históricas. Dessa maneira os fatos históricos só eram considerados verídicos quando personificados com o auxílio dos documentos. Ao historiador cabia a função de extrair dos documentos os dados que já continham sem poder acrescentar quase nada, uma vez que, nessa perspectiva, o documento assumia poder de falar por si mesmo. Uma das consequências de se viver em uma cultura dominada pela palavra escrita é, automaticamente, causar o rebaixamento da palavra falada,

O domínio da palavra escrita sobre a oral sempre existiu e desde o princípio impôs uma guerra entre os dois códigos. Já nos registros das sociedades antigas, começando pelos egípcios com os chamados escribas, a palavra escrita passou a ganhar valor em detrimento do oral, que passava a ser recurso vulgar e território da comunicação comum e da transmissão da memória.<sup>11</sup>

Após experiências realizadas no início do século XX, por alguns pesquisadores que se mostravam insatisfeitos com os métodos quantitativos, pesquisas qualitativas começam a ser realizadas como métodos de investigação. Surgem inúmeras questões relativas à intencionalidade dos documentos, estas se ampliam com a criação da Escola dos Annales em 1929, com Bloch e Febvre, ficando conhecida como um movimento que se contrapunha ao paradigma da histotografia tradicional. Esta teve seus estudos voltados para a construção de uma história social e econômica, em oposição a uma tradição historiográfica centrada nos grandes feitos dos grandes homens. A Escola dos Annales vem defender que os acontecimentos históricos se fazem a partir de ações do homem, e que o conhecimento histórico é produzido por esse mesmo homem.

Partindo desse princípio, estudiosos reconheceram que o documento já não falava por si mesmo. Tanto os Annales como outras tendências perceberam que o historiador deveria ser capaz de pensar nas relações humanas como um todo, que os registros da experiência humana não estariam apenas nos arquivos, documentos oficiais, museus, mas em tudo o que foi construído pela experiência humana. Questionar as fontes escritas, nesse sentido, ressaltou a necessidade de uma nova

---

<sup>11</sup> MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Manual de História Oral. São Paulo: Loyola, 2000, p. 42.



metodologia, pois “Foi necessário um movimento contestador da exclusividade da letra escrita como documento para que a história oral emergisse”<sup>12</sup>.

No âmbito internacional, a história oral foi impulsionada a partir dos anos de 1960, estimulada pela contracultura e pelos avanços tecnológicos presentes no momento, principalmente a utilização do gravador portátil, facilitando os registros orais e a utilização da história oral como metodologia de pesquisa, permitindo o registro dos depoimentos, possibilitando a constituição de arquivos orais que poderiam ser consultados por outros pesquisadores, elevando a entrevista ao estatuto de documento, sem que esse fosse enquadrado às normas da história positivista. No Brasil, a expansão da mesma ocorre mais tardiamente por volta dos anos de 1990, ocasionadas pelas dificuldades anteriores proporcionadas pelo período militar que proibia projetos que gravassem experiências, depoimentos, opiniões.

O reconhecimento da história oral representou um avanço para as ciências humanas que, através do tempo, deixaram de conceber a história como única, ou de uma identidade nacional, para reconhecer a existência de múltiplas histórias, memórias e identidades de uma sociedade. Por meio desse movimento, mostrou-se a crença de que era possível reconciliar o saber com o povo, conhecer a história dos humildes, dos povos sem história, ou de registrar a vivência de grupos, cujas histórias raramente eram estudadas.

A fonte oral, sendo considerada como metodologia de pesquisa e de constituição de fontes, possibilita melhor estudo da história contemporânea, recurso considerado capaz de construir “uma outra história”<sup>13</sup>, a “contra história”, ou ainda “a história vista de baixo”, ganhando espaço como elemento possuidor de sentido e credibilidade no rol dos registros e estudos dos silenciados e dos excluídos dos mecanismos de registros da história.

Os historiadores não mais se limitavam a descrever os fatos históricos, mas sim, analisá-los e compreendê-los, decifrando as sociedades passadas. Nesse sentido, nada do que é humano deve permanecer alheio ao historiador, a história passa a ser compreendida como um fazer permanente, uma investigação aberta a

---

<sup>12</sup> Ibidem, p. 44.

<sup>13</sup> Ibidem.

múltiplas possibilidades, como o novo campo que se vislumbra: o da evidência oral, capaz de ampliar o olhar do pesquisador, ligando por meio dele passado e presente,

A realidade é complexa e multifacetada; e um mérito principal da história oral é que, em muito maior amplitude do que a maioria das fontes, permite que se recrie a multiplicidade original de pontos de vista [...] o que é muito certo, uma vez que a finalidade social da história requer uma compreensão do passado que, direta ou indiretamente, se relaciona com o presente.<sup>14</sup>

As reflexões sobre a história oral contribuem para rupturas dos ideais tradicionalistas, que ainda não conseguem pensar em história construída por todos, dominantes e dominados, que convivem e lutam para ter espaço e voz. Diante disso, Thompson esclarece:

A história oral é uma história construída em torno das pessoas. Ela lança vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação. Admite heróis vindos não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo [...] traz a história para dentro da comunidade. Ajuda os menos privilegiados, e especialmente os idosos, a conquistar dignidade e autoconfiança.<sup>15</sup>

Nesse sentido, a força da história oral é dar voz àqueles que normalmente não a tem, trazer à luz realidades daqueles cuja escrita não conseguiu registrar e transmitir sua história. Nesse contexto, os depoimentos colhidos nessa pesquisa não foram considerados dados complementares de outras fontes de informações, mas possuem valores próprios, não são também documentos acrescentados a outros, são legítimos portadores de conhecimentos fidedignos, porque se as fontes orais podem realmente transmitir informações confiáveis, tratá-las como mais um documento equivale a ignorar o extraordinário valor que possuem enquanto testemunho<sup>16</sup>.

Por meio dela podemos compreender que cada indivíduo é um ator da história. Até mesmo nos casos daqueles que dominam a escrita e deixam seus registros em cartas ou memórias, a história oral nos revela, o indescritível, toda uma realidade que raramente aparece nos documentos escritos, por ser considerada insignificante ou porque é, de certa forma, impossível de transmitir pela escrita<sup>17</sup>,

---

<sup>14</sup> THOMPSON, Paul. A voz do passado, história oral. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 26.

<sup>15</sup> Ibidem, p.44.

<sup>16</sup> Ibidem.

<sup>17</sup> JOUTARD, Philippe. Desafios à história oral do século XXI. In: Ferreira, M. M. (org). História oral: desafios para o século XXI. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000, p. 33.

sendo cada vez mais reconhecida e compreendida nos meios acadêmicos mais tradicionais.

Na atualidade, estudiosos compartilham a concepção de que as fontes escritas também podem estar carregadas de subjetividade e de que a própria subjetividade pode se constituir em objeto do pensamento científico<sup>18</sup>.

Por outro lado, por meio do depoimento oral podemos compreender com mais clareza a verdadeira razão de decisões tomadas. Através da oralidade se penetra no mundo do imaginário e do simbólico que, tanto quanto o universo racional é motor de construção da história. Em se tratando, especificamente dessa pesquisa acerca da formação docente, os arquivos escritos, mesmo sendo abundantes, são insuficientes para descrever e, principalmente, para nos levar a compreender uma realidade tão complexa quanto à formação do professor para as séries iniciais. A história oral tem, portanto, a capacidade de preencher lacunas existentes em nossa história, ampliando a compreensão do presente e o planejamento do futuro, mesmo porque:

Ela faz parte do modo pelo qual os vivos compreendem seu lugar e seu papel no mundo. [...] A história oral devolve a história às pessoas em suas próprias palavras. E ao lhe darem passado, ajuda-as também a caminhar para um futuro construído por elas mesmas.<sup>19</sup>

Para compreender a formação e o papel dos docentes no mundo educacional, foco desta pesquisa, opto pela história oral temática que privilegia a coleta de depoimentos orais que podem esclarecer a respeito de um tema determinado, nessa modalidade de história oral considero que as narrativas revelem uma versão do tema em questão, buscando a verdade de quem participou dos acontecimentos e,

Por basear-se em um assunto específico e previamente estabelecido, a história oral temática se compromete com o esclarecimento ou opinião do entrevistador sobre algum evento definido. A objetividade, portanto, é direta. A hipótese de trabalho nesse ramo da história oral é testada e o recorte do tema deve ficar de tal maneira explícito que conste das perguntas a serem feitas ao colaborador.<sup>20</sup>

---

<sup>18</sup> ALBERTI, Verena. *Indivíduo e biografia na história oral*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2000.

<sup>19</sup> THOMPSON, Paul. *A voz do passado, história oral*. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 337.

<sup>20</sup> *Ibidem*, p.68.

Para atingir a finalidade específica, as entrevistas que buscam tecer uma história oral temática, o uso de um roteiro ou questionário se faz não só importante, mas imprescindível para que o entrevistador/pesquisador não perca o foco do estudo durante a realização da mesma, do mesmo modo que os depoentes podem necessitar e solicitar com antecedência o roteiro para se informarem sobre o tema. Isso pode contribuir para que os depoentes reflitam também sobre o tema da entrevista tornando mais explícitos suas reflexões. Ao fazer esse exercício em relação à escolha da profissão, Araujo se posiciona:

Começaria. Eu acho que eu nasci para ser, pra ensinar. (risos) Eu acho que eu acertei a minha profissão. Sempre gostei, amei minha profissão. Até hoje né? Eu tô nessa idade com os meus 91 anos e eu sinto prazer. Não dou aula, mas por exemplo, lá no Ápice, no dia que falta professor na parte da tarde, eu prefiro dar aula do que arranjar substituta.<sup>21</sup>

A entrevista, apesar de possuir caráter de documento, registra não o passado exatamente como ocorreu, mas a forma como esse passado foi apreendido e interpretado pelas pessoas que o vivenciaram. Moraes (2014) vivifica essa questão quando se expressa a respeito de alguns dados relacionadas à formação “Que coisa interessante. Fico pensando, fazendo umas comparações com hoje”<sup>22</sup>.

A análise, por meio desses depoimentos documenta versões do passado e cuja comparação dessas versões torna-se importante como foco de estudo na área das ciências humanas, ampliando o conhecimento sobre os diferentes acontecimentos do passado por meio das experiências e versões particulares com que cada indivíduo apreendeu no momento histórico do qual fez parte, trata-se de:

[...] procurar compreender a sociedade através do indivíduo que nela viveu; de estabelecer relações entre o geral e o particular através da análise comparativa de diferentes testemunhos, e de tomar as formas como o passado é apreendido e interpretado por indivíduos e grupos como dado objetivo para compreender suas ações.<sup>23</sup>

Nessa visão, o fato do depoente distorcer parte da realidade, errar algo em seu relato ou ainda ter falhas de memória não é mais encarado de forma negativa para o historiador, ao contrário são indícios importantes para uma reflexão mais

<sup>21</sup> ARAUJO, Ester Majadas. Ituiutaba, 13 de janeiro de 2014. Arquivo digital (50 min.). Entrevista concedida a mim.

<sup>22</sup> MORAES, Vera Cruz de Oliveira. Ituiutaba, 29 de janeiro de 2014. Arquivo digital (56 min.). Entrevista concedida a mim.

<sup>23</sup> ALBERTI, Verena. Manual de história Oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p. 19.

profunda que levem o mesmo a se perguntar “por que razão o entrevistado concebe o passado de uma forma e não de outra e por que razão e em que medida sua concepção difere (ou não) das de outros depoentes”<sup>24</sup>.

Por meio dos depoimentos a história oral recupera aspectos individuais do sujeito e ao mesmo tempo, por meio desse sujeito recupera a memória coletiva pois,

[...] à medida que cada indivíduo conta a sua história, esta se mostra envolta em um contexto sócio-histórico que deve ser considerado. Portanto, apesar de a escolha do método se justificar pelo enfoque no sujeito, a análise dos relatos leva em consideração, como já foi abordado anteriormente, as questões sociais nele presentes.<sup>25</sup>

A história oral temática foi, nesse estudo priorizada para direcionar as entrevistas e coleta dos depoimentos com professores e professoras que concluíram sua formação docente nas Escolas Normais de Ituiutaba, esses sujeitos testemunharam e participaram de acontecimentos e conjunturas do passado e do presente o que os permitiu ampliar seus conhecimentos possibilitando uma reflexão sobre a formação de professores.

A opção pela História Oral Temática se justifica neste estudo em função de manter seu foco de investigação nas questões relacionadas à Formação de Professoras e tem sua relevância por apresentar de maneira específica uma parte da história de vida de pessoas que fazem parte de um grupo; reforçando a opção feita na escolha do caminho da pesquisa, valorizando partes da vida das pessoas que contracenaram na história da vida política, social e econômica de um determinado tempo histórico.

História Oral temática parte de um assunto específico, preestabelecido. A objetividade é mais direta, aproximando-se mais da apresentação de trabalhos analíticos em diferentes áreas do conhecimento acadêmico. Procura buscar a verdade pela narrativa de quem presenciou um acontecimento, ou dele tenha uma versão. Nesta modalidade, os detalhes da história pessoal do narrador só interessam quando se relacionam, ou revelam, aspectos úteis à informação temática.<sup>26</sup>

---

<sup>24</sup> Ibidem.

<sup>25</sup> OLIVEIRA, Valeska Fortes. Educação, memória e histórias de vida: usos da história oral. *História oral* – v. 8, n.º1, jan/jun, 2005, p. 92-106, p. 94.

<sup>26</sup> SANTOS, S. M dos. ARAUJO, O. R. de. História Oral: vozes, narrativas e textos. *Caderno de História da Educação*. n. 6. Jan/dez. Uberlândia: EDUFU, 2007.

Ao realizar uma pesquisa qualitativa, centrada nos depoimentos como fonte de pesquisa, considero que uma investigação desse teor implica necessariamente estudar as versões que os depoentes fornecem acerca do objeto, ou melhor, as próprias versões dos sujeitos foram nossos objetos de análise. Como consequência dessas escolhas, tive a consideração de analisar não só o depoimento em si, mas também o processo de reflexão do depoente sobre sua formação e sua prática profissional.

Para realizar a análise dos depoimentos, considerei que devia entrevistar um universo relativamente pequeno de sujeitos, pois o contrário inviabilizaria a análise dos dados, nos propomos a entrevistar, portanto, de dez a doze professores. Ao optar por um número reduzido de pessoas a serem entrevistadas, foi necessário pensar em critérios de seleção, uma vez que inúmeros atores participaram da construção dessa história. O primeiro desses critérios, relacionados às alunas e às professoras do Curso Normal foi o de ter dedicado grande parte de sua vida à carreira de docente.

Outro critério observado, diz respeito à seleção das fontes orais, por se tratar de um estudo baseado na memória, foi necessário priorizar o cuidado em certificar que os professores tivessem interesse em gravar o depoimento acerca da trajetória de sua formação profissional, como também que estivessem em plena condição de fazê-lo<sup>27</sup>.

Assim, sigo abaixo, apontando minha forma de compreender a memória daqueles que apresentaram seus contributos para esta pesquisa, na medida em que as narrativas se valem de um tempo, de um acontecido, de uma forma de falar sobre o que viveu, sentiu e aprendeu.

## **1.2 O lugar da memória e a memória do lugar na formação de professores**

---

<sup>27</sup> Dada a especificidade de nosso estudo, fizemos a opção de não trabalhar com pessoas que tenham sofrido alguma espécie de doença que reconhecidamente possa lesar a faculdade da memória.

Estudos sobre os diferentes aspectos da memória e da identidade docente são imprescindíveis no registro do processo de formação de professores e na rememoração de aspectos considerados relevantes na construção da identidade docente, na compreensão do fazer-se docente e nas contribuições do Curso Normal para essa formação.

A utilização da memória aqui é pensada como fator dinâmico de interação entre passado e presente. Percorrendo os caminhos da memória objetivamos compreender aspectos da profissão docente oriundos do processo de formação.

Pensar o passado me faz mergulhar na memória e com ela as lembranças de um tempo distante. Refletir o lugar da memória e a memória do lugar de formação de professores me faz pensar sobre o cotidiano da escola de formação docente e compreendê-la como um *lócus* de preservação e socialização de marcas culturais, como centro recriador da memória e da cultura local e ainda, compreender a prática educativa, como um espaço plural de memória e narração. Nesse exercício de memória, Ribeiro revive suas práticas:

Porque é uma profissão árdua. Transmitir conhecimento é um problema muito sério. Tem ainda aquela situação que o professor acha que ele ensinou, sendo que ao meu ver o importante é ver se o aluno aprendeu. Porque nem sempre eu ensinando eu consegui fazer ele aprender. Então é muito importante levar a criança a aprender. Esse é que é o X da questão.<sup>28</sup>

Ao investigar a formação docente, pelo viés da história oral, recorro ao auxílio da memória a fim de retomar acontecimentos específicos de um passado distante, para tal, essa pesquisa manteve-se centrada na formação inicial de professores ocorrida a partir do período de 1935 e que toma a vida do aluno/professor como importante elemento reflexivo. Nesse sentido, o estudo esteve assentado no resgate da memória e na recriação de saberes e fazeres de uma comunidade local, na recuperação das práticas educativas ocorridas no cotidiano da escola.

Ao relacionar a memória ao campo da pesquisa, pretendo discutir alguns aspectos referente à memória, primeiro como possuidora de duas dimensões, a individual e a coletiva, ambas ligadas ao caráter social. Partindo dos estudos de

---

<sup>28</sup> RIBEIRO, Georgia Maria Finholdt. Ituiutaba, 27 de janeiro de 2014. Arquivo digital (65 min.). Entrevista concedida a mim.

Halbwachs<sup>29</sup> compreendemos a memória em uma dimensão que ultrapassa o individual, considerando que a memória de um indivíduo nunca são somente suas, pois nenhuma lembrança pode existir à parte da sociedade. Nesse sentido, as memórias são construções dos grupos sociais e são esses grupos sociais que determinam o que deve ser preservado.

A compreensão da memória individual me vem à medida que compreendo que a ideia de lembrar algo naturalmente exige a existência de um ator e de um acontecimento. Para que um fato possa ser armazenado na memória de um indivíduo, é necessário que o mesmo tenha participado de um acontecimento como ator ou como ouvinte, que possa se lembrar do mesmo, contá-lo e guardá-lo na memória. Assim, temos a noção da memória individual como a faculdade de armazenamento de informações e podemos classificá-la como memória individual.

Para o autor, por mais particular que seja a memória, ela nos remete a um grupo, a uma sociedade. A memória individual por nos remeter a um coletivo, não deixa de existir, mas tem sua origem em diferentes contextos e diferentes pessoas; esse fato permite que haja uma transposição da memória em sua instância particular, se convertendo em um conjunto de acontecimentos partilhado por um grupo, transformando a memória individual em memória coletiva.

Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isso acontece porque jamais estamos sós. Não é preciso que outros estejam presentes, materialmente distintos de nós, porque sempre levamos conosco e em nós certa quantidade de pessoas que não se confundem<sup>30</sup>.

O reconhecimento da memória enquanto parte de um coletivo nos vem quando evocamos as lembranças da infância, da família, dos amigos, das relações escolares, das relações com os grupos de trabalho. “Em todos esses momentos, em todas as circunstancias, não posso dizer que estivesse sozinho, que estivesse refletindo sozinho, pois em pensamento eu me situava neste ou naquele grupo [...]”<sup>31</sup>.

---

<sup>29</sup> HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva (1877-1945). São Paulo: Centauro, 2006. Tradução de Beatriz Sidou.

<sup>30</sup> HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva (1877-1945). São Paulo: Centauro, 2006. Tradução de Beatriz Sidou, p. 30.

<sup>31</sup> Ibidem, p. 31.



Nesse sentido, a memória individual não deixa de existir, ela permanece mergulhada em diferentes contextos, permeada por diferentes participantes permitindo a transposição da memória de natureza pessoal para uma memória que reflete o coletivo, uma lembrança partilhada por um grupo, passando de memória individual para memória coletiva. Existe, portanto, uma relação inseparável entre memória individual e memória coletiva, são os indivíduos que lembram no sentido físico, mas são os grupos sociais que determinam, o quê e o como devem ser lembrados.

Para que a nossa memória se aproveite da memória dos outros, não basta que estes nos apresentem seus testemunhos: também é preciso que ela não tenha deixado de concordar com as memórias deles e que existam muitos pontos de contato entre uma e outras para que a lembrança que nos fazem recordar venha a ser reconstruída sobre uma base comum.<sup>32</sup>

Nossa vivência no grupo e com o grupo é o que estrutura, portanto nossa memória. Por outro lado, as necessidades do tempo presente nos trazem as rememorações, pois recordar é trazer imagens do passado que por sua vez permaneceram gravadas pelos acontecimentos.

Retomar importantes acontecimentos com o auxílio da memória é revisitar fatos específicos, em um tempo passado que permanece vivo, um lugar de memória<sup>33</sup>, no cruzamento da memória individual com a memória coletiva, com suas raízes estabelecidas na história local e nacional,

O que nos parece unidade é múltiplo. Para localizar uma lembrança não basta um fio de Ariadne; é preciso desenrolar fios de meadas diversas, pois ela é o ponto de encontro de vários caminhos, é um ponto complexo de convergência dos muitos planos do nosso passado. Como transmitiríamos aos nossos filhos, o que foi a outra cidade, soterrada embaixo da atual, se não existissem mais as velhas casas, as árvores, os muros e os rios de outrora?<sup>34</sup>

Os diversos fios que me conduzem a uma história regional conduzem a um tempo coletivo, que vai além de todas as memórias individuais. A memória coletiva não se confunde com a memória histórica, já que esta é vista como uma compilação de fatos, a memória se difere da história na forma como se relaciona com o tempo. É

---

<sup>32</sup> Ibidem, P. 39.

<sup>33</sup> Para NORA (1993), os lugares da memória apresentam a função de recompor o elo de ligação entre o passado e o presente.

<sup>34</sup> BOSI, Eclea. Memória e sociedade: lembranças de velhos. São Paulo: companhia das letras, 1994.

comum encontrar referência a tempos históricos, como se houvesse vários tempos ou várias histórias, mas a memória não fragmenta o tempo, não faz rupturas entre passado e presente.

Ao investigar a formação docente no município de Ituiutaba, Minas Gerais, estamos retornando ao passado de uma região, de um povo, o que podemos obter, portanto é um tempo coletivo, fora de cada um e de todas as memórias individuais. Não é na história aprendida, mas na história vivida que se apoia a nossa memória.

As lembranças relacionadas a determinado tempo histórico, seguindo a mesma temática, porém oriundos de diferentes sujeitos, enfatizam diferentes aspectos, variando de pessoa para pessoa uma vez que o indivíduo faz uma leitura social do passado com os olhos do presente e com sensibilidade do momento, de modo que,

O passado é uma construção e uma reinterpretação constante e tem um futuro que é parte integrante e significativa da história [...] Esta dependência da história do passado em relação ao presente [...] Ela é inevitável e legítima, na medida em que o passado não deixa de viver e se tornar presente.<sup>35</sup>

Compreender o passado, a formação docente ocorrida em um determinado tempo e lugar por meio da memória que veio à tona nos depoimentos de alunas que fizeram parte desse passado foi de fundamental importância para revelar aspectos essenciais e únicos que de outro modo não seria possível conhecê-los.

Hoje a função da memória é o conhecimento do passado que se organiza, ordena o tempo, localiza cronologicamente. Na aurora da civilização grega ela era evidência e êxtase. O passado revelado desse modo não é o antecedente do presente, é a sua fonte.<sup>36</sup>

Em busca da fonte do conhecimento sobre a formação docente, opto por buscar auxílio das lembranças que apesar de não reconstruir o tempo também não o anula, o resgate da memória faz “cair a barreira que separa o presente do passado”<sup>37</sup> trazendo à luz o que esteve escondido pelo tempo.

O tempo muitas vezes se faz compreendido por meio da memória de pessoas idosas que vivenciaram experiências únicas, que tem muito a lembrar e lembram

<sup>35</sup> LE GOFF, Jaques. *Memória – história*. Trad. Bernardo Leitão e Irene Ferreira. In: Enciclopédia Einaud, v.1. Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984, p. 163.

<sup>36</sup> BOSI, Eclea. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: companhia das letras, 1994, p. 89.

<sup>37</sup> Ibidem, p. 82.

muito bem. Nesse estudo, recorremos à história colhida pela memória de pessoas que já trabalharam, experienciaram, exerceram e/ou ainda exercem uma função social durante parte significativa de suas vidas.

Um mundo social que possui uma riqueza e uma diversidade que não conhecemos pode chegar-nos pela memória dos velhos. Momentos desse mundo perdido podem ser compreendidos por quem não os viveu e até humanizar o presente.<sup>38</sup>

A história reconstruída por meio da memória de velhos toma como base para essa reconstrução as narrativas de sujeitos que muitas vezes já não são mais membros ativos da sociedade mas que foram um dia, daqueles que apesar de não serem mais os propulsores da sociedade atual, assumem uma outra função social, a de lembrar e contar às novas gerações a sua história, suas origens, seus aprendizados sempre ligados aos fatores sociais, políticos e ideológicos da sociedade em que viveram.

Existem aspectos de nossa cultura que só podem ser alcançados com o auxílio das gerações anteriores à nossa, os relatos desses sujeitos não se esgotam na rememoração dos diferentes contextos no qual estiveram inseridos, seja social, político ou educacional. Refletem assim, sobre as suas histórias individuais, inseridas na história coletiva, sobre a história particular inserida na história social, fazendo uma análise da conjuntura social, política e econômica da ocasião. Assim,

Há dimensões da aculturação que, sem os velhos, a educação dos adultos não alcança plenamente: o reviver do que se perdeu, de histórias, tradições, o reviver dos que já partiram e participam então de nossas conversas e esperanças; enfim, o poder que os velhos tem de tornar presentes na família os que se ausentaram, pois deles ainda ficou alguma coisa em nosso hábito de sorrir, de andar. Não se deixam para trás essas coisas, como desnecessárias. Esta força, essa vontade de revivescência, arranca do que passou a ser caráter transitório, faz com que entre de modo construtivo no presente.<sup>39</sup>

Reviver a história que se passou no espaço escolar, enquanto espaço coletivo e institucional é reconhecer esse *lócus* de formação docente dinamicamente constituído por práticas e estratégias que constituem representações sociais, as

---

<sup>38</sup> Ibidem.

<sup>39</sup> BOSI, Eclea. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: companhia das letras, 1994, p. 74.

quais caracterizam e configuram a realidade e os lugares que são definidos pelas ações dos sujeitos históricos.

As vivências e práticas desses sujeitos numa instituição escolar são permeadas de subjetividade, para entendê-las se faz necessário recorrer à compreensão das identidades construídas nesses determinados espaços sociais, que também se configuram como espaços de memória. Esses espaços de memória, por sua vez, se configuram no interior das instituições escolares, dentre outros lugares e que representam as práticas cotidianas de um determinado grupo.

As escolas, onde estudaram, se formaram professoras e onde atuaram como docentes, apresentam-se como lugares de memória, não pela memória histórica de cada uma dessas instituições, mas pela memória de formação dos que por elas passaram e ali configuraram identidades, vivências e subjetividades de um espaço escolar. São nesses espaços de coletividade, constituído por diferentes concepções e diferentes vivências que se formam as representações, pois são neles, em meio aos embates cotidianos, contradições, conflitos e buscas, é que ocorrem as relações com o outro e “Ao tomar essas concepções e a vivência para uma análise crítica é que o sujeito organiza o seu “concebido” e o seu “vivido” [...] é na confluência do concebido e do vivido que as representações se formam”<sup>40</sup>.

Nesse sentido, há uma forte relação, um entrelaçamento entre a vivência social que experimentamos e as concepções que construímos ao longo da carreira. Enquanto sujeitos, o nosso aprendizado e o exercício de nossa profissão estão ancorados nessas instancias delineadoras de nossas maneiras de pensar e agir. De certa forma, podemos dizer que construímos conhecimentos e saberes, a partir de reflexões, acerca do que concebemos, assim como das diversas situações vivenciadas nos contextos sociais dos quais participamos. Essas diferentes instâncias de conhecimento se constituem em formas de organizar nossas percepções do real, são “[...] delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real”<sup>41</sup>.

Dessa forma, não podemos buscar compreender a história da formação docente no município de Ituiutaba apenas como uma construção abstrata, em

---

<sup>40</sup> PENIM, Sonia T. de Souza. *A aula: espaço de conhecimento, lugar de cultura*. Campinas: Papirus, 1997, p. 38, aspas da autora.

<sup>41</sup> CHARTIER, Roger. *A história Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990, p. 17.

relação às práticas de formação, faz-se necessário fazê-lo a partir de relações existentes entre os indivíduos, a sociedade e a política vigente naquele momento, que são os fatores que determinam suas escolhas e condutas:

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas.<sup>42</sup>

Compreendo que a formação docente no interior das instituições educacionais seja uma construção social, não se pode negar que suas representações é que estruturam, dão forma, organizam seus conhecimentos. Voltar o olhar para as práticas de formação docente significa captar suas práticas cotidianas considerando que esses sujeitos estiveram envolvidos, não só pelos elementos pertinentes ao contexto escolar, mas também pelas diversas dimensões que os cercam.

Nesse sentido, pensar a educação escolar de forma generalizada seria um desrespeito, uma vez que cada instituição possui especificidades que as tornam únicas e refletem os sentidos e significados atribuídos pelos sujeitos que as movimentam.

### **1.3 Os sujeitos da pesquisa: pessoas que lembram**

Os depoimentos, fragmentos de vida, presente nesse estudo, só puderam ser utilizados, como resultado de profundas mudanças que colocaram em questionamento antigos marcos conceituais da História.

A partir do momento em que os documentos oficiais deixaram de ser a única fonte confiável e a expressão da verdade, a História contida em outras fontes, outros espaços, começa a ter credibilidade. Antigos modelos cedem lugar a novos olhares, os sujeitos ganharam forma e voz. As fontes documentais continuam a ter sua relevância nas pesquisas históricas, os indivíduos, porém, deixam de ser meras testemunhas do passado e sim sujeitos que ajudaram a construir essa história.

---

<sup>42</sup> Ibidem, p. 17, parênteses do autor.

Nesse sentido, a “História oral é um processo de registro de experiências que se organizam em projetos que visam a formular um entendimento de determinada situação destacada na vivência social”<sup>43</sup>.

Os critérios de escolha dos sujeitos da pesquisa não se prenderam a aspectos quantitativos em relação à amostragem dos mesmos, e sim partiram da posição do entrevistado no grupo, do significado de sua experiência<sup>44</sup>. As pessoas entrevistadas em nosso estudo foram selecionadas entre aquelas que viveram, participaram, presenciaram, enfim, se configuraram em atores da formação docente no município de Ituiutaba.

Em primeira instância foi elaborada uma lista de pessoas, que poderiam contribuir, com seus relatos com a pesquisa; essa lista foi refeita após os contatos iniciais com os mesmos, pois foi necessário considerar que um dos selecionados não se interessou a prestar depoimento sobre o tema.

A opção em realizar uma entrevista temática deu-se pela necessidade de priorizar a participação e vivências dos entrevistados com o tema da pesquisa, que é a formação docente. O primeiro contato com os entrevistados deu-se com alguns através de uma visita inicial, com outros, por telefone, quando então agendamos a entrevista.

A escolha do local de realização das entrevistas ficou a cargo de cada uma das entrevistadas, a maioria delas fez opção por sua própria residência, outras preferiram seu local de trabalho e outra quis que fosse em minha residência devido à agitação existente em sua própria casa.

O conhecimento prévio da biografia dos sujeitos entrevistados fez-se necessário no sentido de antecipar informações importantes na condução do roteiro de entrevista tornando-a mais estimulante e proporcionando ao depoente a compreensão da dimensão do interesse, respeito e consideração que a pesquisadora dedicava às mesmas.

O ato de lembrar, embora direcionado a um tempo e um espaço coletivo, jamais deixará de ser profundamente pessoal, a memória, enquanto processo

---

<sup>43</sup> MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. *História oral: como fazer, como pensar*. São Paulo: Contexto, 2007, p.131.

<sup>44</sup> ALBERTI, Verena. *Manual de história Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p. 31.

individual, é produzida, ativada em um meio social dinâmico, utiliza instrumentos sociais comuns ao grupo mas mantém seu caráter de unicidade,

Em vista disso, as recordações podem ser semelhantes, contraditórias ou sobrepostas. Porém, em hipótese alguma, as lembranças de duas pessoas são – assim como as impressões digitais, ou, a bem da verdade, como as vozes – exatamente iguais.<sup>45</sup>

A individualidade das narrativas me permite utilizar, para designação de cada depoente o seu nome próprio, uma vez que o nome de cada sujeito “institui-se uma identidade social constante e durável, que garante a identidade do indivíduo biológico em todos os campos possíveis onde ele intervém como *agente...*”<sup>46</sup>, é o nome próprio e a individualidade que ele representa, individualidade socialmente instituída, que garante a constância através do tempos, garante a unidade através diferentes campos e espaços sociais e caracteriza-se como uma instituição própria,

Como instituição, o nome próprio é arrancado do tempo e do espaço e das variações segundo os lugares e os momentos: assim ele assegura aos indivíduos designados, para além de todas as mudanças e todas as flutuações biológicas e sociais, a *constância nominal*, a identidade no sentido de identidade consigo mesmo, de constância sibi, que a ordem social demanda.<sup>47</sup>

Nesse sentido, o nome próprio caracteriza a identidade de seu portador através dos tempos e lugares, como individualidades socialmente construídas.

Compreendendo a singularidade de cada sujeito entrevistado, de cada memória compartilhada, e que a voz de cada um deles é extremamente importante nesse estudo, faço uma breve apresentação desses indivíduos, que, em respeito a cada um ordenamos a apresentação pela ordem alfabética.

---

<sup>45</sup> PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: Algumas reflexões sobre a ética na história oral. In: Projeto História n. 15, São Paulo, abril de 1997.

<sup>46</sup> BOURDIE, Pierre. L'illusion biographique. Actes de la Recherche en Sciences Sociales (62/63): 69-72, juin 1986. In: FERREIRA, M.M.; AMADO, J. (Org). Usos e abusos da História Oral. 8ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006, p. 186.

<sup>47</sup> Ibidem, p. 187

**Figura 1 - Celeida Alves e Moraes Ribeiro**



Fonte: arquivo pessoal da pesquisadora.

Nascida em Ituiutaba, 72 anos, branca, divorciada, concluiu o Curso Normal na primeira turma do Colégio Normal Municipal em 1969, graduou-se em Pedagogia na primeira turma da Fundação Educacional de Ituiutaba; Pós-graduação lato sensu em Didática do Magistério de 3º grau pela União das Faculdades Francanas/UNIFRAN, em 1986. Iniciou a carreira docente do ensino primário em 1958 na cidade de Canápolis e em 1973 no Instituto Marden. Em 1973 atuou como professora contratada do ginásio na Escola Municipal Machado de Assis e no Colégio Santa Teresa. Foi docente do Curso Normal da Escola Municipal Machado de Assis. Em 1974 iniciou como supervisora efetiva na Escola Estadual Coronel Tônico Franco e na escola Municipal machado de Assis onde aposentou em ambas.



**Figura 2 - Ester Majadas Araújo**



Fonte: arquivo pessoal da pesquisadora.

Nascida em Ituiutaba, 91 anos, solteira, concluiu o Curso Normal na escola Normal do Instituto Marden em 1940. Iniciou a carreira docente aos 13 anos como monitora, primeiro na turma de alfabetização e depois em outras turmas do Instituto Marden. Foi professora de Matemática e Estatística do Curso Normal do Instituto Marden, secretária e depois diretora do curso primário na mesma instituição. Foi uma das fundadoras do Lar da Criança em Ituiutaba em 1963. Foi Coordenadora Pedagógica da Escola Infantil Poliana. Atualmente é diretora do Lar Espírita Maria José Fratari e Coordenadora Pedagógica do Ápice Centro Educacional.

**Figura 3 - Geórgia Maria Finholdt**



Fonte: arquivo pessoal da pesquisadora.

Nascida em Ituiutaba, 76 anos, concluiu o Curso Normal na escola Normal do Instituto Marden em 1954, graduou-se em Pedagogia na 2ª turma da Fundação Educacional de Ituiutaba; Pós-graduação lato sensu em Direito Educacional pelo Centro Universitário Claretiano em Batatais e em Inspeção Escolar pela Universidade Federal de Uberlândia/UFU. Iniciou a carreira docente aos 12 anos de idade como monitora e depois como professora regente no instituto Marden, em 1957 iniciou no ensino público como professora na Escola Estadual Clóvis Salgado e na Escola Estadual Dr. Fernando Alexandre onde foi também diretora. Em 1970 iniciou como inspetora educacional na pela SRE Ituiutaba onde ficou até se aposentar em 2006.

**Figura 4 - Helena Theresa de Moura Carvalho**



Fonte: arquivo pessoal da pesquisadora.

Nascida em Ituiutaba, 77 anos, branca, casada, concluiu o Curso Normal na primeira turma da Escola Normal do Colégio Santa Teresa em 1957, graduou-se em Pedagogia na primeira turma da Fundação Educacional de Ituiutaba; Pós-graduação lato sensu em Legislação do Ensino pela Fundação Severino Sombra no Rio de Janeiro e em Inspeção Escolar pela Universidade Federal de Uberlândia. Iniciou a carreira docente em 1952 dando aulas particulares em sua residência, em 1953 na alfabetização de adultos da Escola Rui Barbosa em Ituiutaba, e, ainda normalista, no 4º ano do Instituto Marden. Iniciou como docente do ensino público na Grupo Escolar Ituiutaba e E.E Gov. Clóvis Salgado onde atuou também como vice-diretora e supervisora educacional. No período de 1972 a 1974 foi professora concursada de Didática e Estrutura do Curso Normal Municipal e vice-diretora da Escola Municipal Machado de Assis. Em 1976 foi inspetora educacional pela SRE Ituiutaba e à partir de 1982 atuou como professora no curso de Pedagogia da Fundação Educacional de Ituiutaba onde ainda permanece no setor administrativo.

**Figura 5 - José dos Santos Villela Júnior - Jucão**



Fonte: arquivo pessoal da pesquisadora.

Nascido em Ituiutaba, MG, 75 anos, casado, cursou o primário e o ginásio no Colégio São José, graduou-se em Direito pela Universidade Federal de Goiás. Iniciou a carreira docente em 1964 como professor de História Geral, História do Brasil e OSPB no Colégio Santa Teresa, Colégio São José e Escola Comercial. Foi o primeiro diretor da Escola Normal Municipal em 1969. Em 1997 iniciou como professor na Faculdade do Triângulo Mineiro e na Fundação Educacional de Ituiutaba onde permanece até os dias atuais.

**Figura 6 - Maria Terezinha Pereira Resende**



Fonte: arquivo pessoal da pesquisadora.

Nascida em Ituiutaba, MG, 65 anos, viúva, concluiu o Curso Normal na Escola Normal do Colégio São José em 1969, graduou-se em História pela Fundação Educacional de Ituiutaba. Iniciou a carreira docente na Escola Estadual Coronel Tonico Franco, foi professora das séries iniciais na E. E. Governador Bias Fortes, E.E. Clovis Salgado e E.E. Lyons e E.E Alvaro Brandão onde se aposentou. Paralelamente atuou como docente na rede particular de ensino na Escola Infantil Poliana.

**Figura 7 - Mirza Cury Diniz**



Fonte: arquivo pessoal da pesquisadora.

Nascida em Monte Alegre de Minas, 83 anos, casada, concluiu o Curso Normal na Escola Normal do Instituto Marden em 1951, graduou-se em Pedagogia na Fundação Educacional de Ituiutaba em 1977, Pós- Graduação *latu sensu* em Administração Escolar e Legislação do Ensino pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, e Aperfeiçoamento para Professores Multiplicadores, pela Universidade do Estado de Minas gerais, UEMG. Iniciou a carreira docente aos 13 anos na cidade de Gurinhatã depois como professora do Instituto Marden, São José e Santa Teresa. Ingressou no ensino público como professora efetiva em 1957, onde foi professora, vice-diretora e diretora da E.E Gov. Clovis salgado. Iniciou, 1963 como professora do Curso Normal do Instituto Marden. Foi Acessora Técnica da Secretaria Municipal de Educação de Ituiutaba, Presidente do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente. Atuou como docente no curso de pedagogia da Fundação Educacional de Ituiutaba onde ainda permanece como coordenadora.

**Figura 8 - Regina de Souza Marques Almeida**



Fonte: arquivo pessoal da pesquisadora.

Nascida em Ituiutaba, 67 anos, viúva, concluiu o Curso Normal no Colégio Normal do “Educandário Ituiutabano” em 1967, graduou-se em Estudos Sociais e História na Fundação Educacional de Ituiutaba em; Pós- Graduação latu sensu em História e em Psicopedagogia pela Fundação Educacional de Ituiutaba. Iniciou a carreira docente como voluntária nas turmas do 5º ao 8º ano do Colégio “Educandário Ituiutabano” e como professora substituta do 1º ano, atuou como professora contratada e depois como efetiva do Grupo Escolar Rotary onde aposentou. Atuou como docente dos anos finais do Ensino Fundamental na Escola Estadual Arthur Junqueira de Almeida, E.E Gov. Bias Fortes, E. E. Gov. Israel Pinheiro e CESEC Clorinda Martins Tavares.



**Figura 9 - Sônia Correia Faria**



Fonte: arquivo pessoal da pesquisadora.

Nascida em Iturama, 70 anos, concluiu o Curso Normal em 1964 na Escola Normal do Colégio Santa Teresa, graduou-se em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras São Tomas de Aquino em Uberaba, Pós-graduação lato sensu em Legislação do Ensino pela Fundação Severino Sombra no Rio de Janeiro. Iniciou a carreira docente em 1968 na Escola Estadual Irmão Afonso em Uberaba, atuou como professora na Escola Normal do Colégio Santa Teresa, na Escola Normal do Colégio São José e da escola Normal Municipal. Foi professora E.E Gov. Israel Pinheiro, Orientadora educacional na E. E. Gov. Clóvis Salgado, E.E Rotary e na E.E. Antônio Souza Martins onde aposentou-se. Foi docente do curso de Pedagogia e das Licenciaturas da Fundação Educacional de Ituiutaba. Atuou como assessora da Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer de Ituiutaba.



**Figura 10 - Vera Cruz de Oliveira Moraes**



Fonte: arquivo pessoal da pesquisadora.

Nascida em Ituiutaba, MG, anos, viúva, concluiu o Curso Normal no Instituto Marden em 1961, graduada em Pedagogia e Habilitação em Inspeção Escolar pela Fundação Educacional de Ituiutaba, Habilitação em Orientação Educacional pela Faculdade Dom Bosco de Filosofia Ciências e Letras. Pós- Graduação *latu sensu* em Metodologia do Ensino Superior e Psicopedagogia pela Fundação Educacional de Ituiutaba; Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia/UFU. Iniciou a carreira docente em 1963 como professora das séries iniciais no Instituto Marden onde foi também supervisora e diretora; na rede pública de ensino atuou como docente contratada e depois concursada nas escolas: E.E Cônego Ângelo, E.E Gov. Israel Pinheiro e E.E Senador Camilo Chaves onde aposentou. Foi diretora do Centro Educacional Nova Dimensão. Atualmente é professora e coordenadora do Curso de Pedagogia da Fundação Educacional de Ituiutaba/FEIT.

#### 1.4 Relembrando o passado: o percurso das entrevistas

A História Oral enquanto metodologia de pesquisa utiliza a técnica da entrevista e outros procedimentos articulados entre si, no registro da experiência humana,<sup>48</sup> nesse sentido a História Oral é utilizada nesse estudo como fonte, reconhecendo as entrevistas gravadas e transcritas como um documento.

As narrativas dos depoentes por meio da História oral é um procedimento, um meio e um caminho que nos conduz na produção do conhecimento histórico. Permite-nos, por meio da interferência do historiador, conhecer fontes de duplos ensinamentos, sobre o tempo passado que é a época enfocada no depoimento e sobre o tempo presente, em que ele foi produzido,

A história oral é um procedimento metodológico que busca, pela construção de fontes e documentos, registrar, através de narrativas induzidas e estimuladas, testemunhos, versões e interpretações sobre a História em suas múltiplas dimensões: factuais, temporais, espaciais, conflituosas, consensuais.<sup>49</sup>

Nesse sentido, o passado, espelhado no presente permite, por meio das narrativas, reproduzir a dinâmica da vida pessoal conectada com os processos coletivos. A reconstituição dessa dinâmica se dá pelo processo de recordação do passado e inclui momentos de ênfase, esquecimentos, omissões e lapsos que contribuem para reconstituição do passado segundo o olhar de cada depoente. Dessa forma, o trabalho com História oral, exige do pesquisador grande respeito pelo outro, por suas ideias, opiniões, atitudes e principalmente por sua visão de mundo que é o que norteia o seu relato:

É essa visão de mundo que norteia que norteia seu depoimento e que imprime significados aos fatos e acontecimentos narrados. Ela é individual, particular àquele depoente, mas constitui também elemento indispensável para compreensão de seu grupo social, sua geração, seu país e da humanidade como um todo, se considerarmos que há universais nas diferenças<sup>50</sup>.

---

<sup>48</sup> FREITAS, Sônia Maria de. História oral: possibilidades e procedimentos. 2. Ed. – São Paulo: Associação Editorial Humanistas, 2006, p. 35.

<sup>49</sup> DELGADO, Lucília de Almeida Neves. História Oral, memória, tempo, identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 15.

<sup>50</sup> ALBERTI, Verena. Manual de história Oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p. 24.

Ao trabalharmos com as visões particulares e com comportamentos peculiares a cada um, temos a possibilidade de ampliar nosso conhecimento sobre a história, uma história concebida de forma semelhante ou diferente, criadas e divulgadas por pessoas em seu contato com o mundo.

O percurso de elaboração da entrevista e da escolha dos entrevistados, passa primeiramente por nosso projeto de pesquisa, uma vez que esses procedimentos estão diretamente ligados aos objetivos estabelecidos no mesmo (ALBERTI, 2005)<sup>51</sup>. Dessa forma, os roteiros de entrevista previamente construído nesse estudo<sup>52</sup> foram elaborados de forma a conduzir as entrevistas a pontos que fizessem convergência com os objetivos propostos pela pesquisa.

O primeiro contato com os depoentes deu-se por contato pessoal onde tivemos a oportunidade de informar aos entrevistados/as o teor da pesquisa, fornecer o roteiro da entrevista quando solicitado e marcar antecipadamente a data e o local onde a mesma seria realizada. A escolha do local foi feita pelo depoente sob a nossa orientação quanto a ser um lugar reservado, priorizamos um local onde os/as mesmos ficassem o mais confortável possível. A utilização de uma mesa no local da mesma foi por nós organizado para facilitar o manuseio do gravador e dos documentos e auxiliar na concentração das pessoas envolvidas.

A relação estabelecida com as pessoas que nos forneceram as entrevistas foi uma relação marcada por empatia e de certa forma de cumplicidade em torno da experiência de rememoração dos fatos passados.

Uma relação de entrevista é, em primeiro lugar, uma relação entre pessoas diferentes. Com experiências diferentes e opiniões também diferentes, que tem em comum o interesse por determinado tema, por determinados acontecimentos e conjunturas do passado.<sup>53</sup>

A realização da entrevista foi alcançada por meio de interação entre entrevistador e entrevistado, entre sujeitos distintos; às vezes de diferentes gerações, conhecimentos, linguagens, culturas e saberes mas unidos por um mesmo tema. O interesse pela entrevista foi ampliado em relação às duas partes pelo conhecimento prévio que ambas possuíam pelo assunto, adquirido pelo

---

<sup>51</sup> ALBERTI, Verena. Manual de história Oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

<sup>52</sup> Os Roteiros de entrevista encontram-se em anexo.

<sup>53</sup> ALBERTI, Verena. Manual de história Oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p. 101.

entrevistador em suas atividades de pesquisa e pelo entrevistado oriundo de sua experiência de vida.

Nesse percurso, procuramos conduzir o diálogo de maneira informal, permitindo certa cumplicidade entre as duas partes na medida em que ambos se embrenharam na reconstrução, na reflexão e na interpretação do passado. Procuramos ainda respeitar o entrevistado em seu ritmo ao retomar o percurso da lembrança e da construção da linha do pensamento. Isso faz com que cada entrevista seja única, mesmo que repetida com o mesmo entrevistado e com o mesmo assunto pois “a entrevista – e a relação de entre-vista -, além de se constituir num todo, é sempre única, não havendo possibilidade de se repetir em outras circunstâncias”<sup>54</sup>.

A entrevista, assim como cada pesquisa apresenta-se como única, reconhecendo a unicidade de cada estudo e a importância de cada um deles, o capítulo que se segue foi elaborado com o objetivo de apresentar um levantamento das pesquisas que problematizaram a formação docente nas Escolas Normais.

Esse capítulo apresento levantamento de estudos relacionados às instituições escolares, considerando que o processo de resgate das Instituições Escolares ganha significado possibilitando a expressão de sujeitos ou grupos sociais específicos<sup>55</sup>, dessa forma, desvela um contexto histórico determinado, sendo relevante para compreensão da História da Educação de uma sociedade.

---

<sup>54</sup> Ibidem, p. 105

<sup>55</sup> NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. As instituições escolares públicas dos Campos Gerais – PR (1904 – 1950). Revista HISTEDBR On line, Campinas, mai 2012, p. 77.

## CAPÍTULO II - FORMAÇÃO DOCENTE: SENTIDOS E PERSPECTIVAS DAS PESQUISAS

O passado é, portanto, uma dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições, valores e outros padrões da sociedade humana. (HOBBSAWM)<sup>56</sup>

A história das Instituições escolares tem sido tema de diversas pesquisas na área da História da Educação brasileira, essas pesquisas são desenvolvidas em várias vertentes, mas todas procuram investigar os fatos ocorridos no interior dessas instituições formativas, desvendando as inúmeras nuances da formação e dos atores nela envolvidos.

A história das Instituições Educacionais almeja dar conta dos vários atores envolvidos no processo educativo, investigando aquilo que se passa no interior das escolas, gerando um conhecimento mais aprofundado destes espaços sociais destinados aos processos de ensino e de aprendizagem<sup>57</sup>.

Esse capítulo foi desenvolvido como parte da pesquisa sobre a formação docente nas Escolas Normais e teve o propósito de realizar um levantamento das pesquisas desenvolvidas em instituições de formação de professores no Brasil, em Minas Gerais e mais especificamente, na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, região onde se insere as instituições objeto de nossa pesquisa.

Conhecer os estudos de outros pesquisadores mostra-se importante para o desenvolvimento de nossa pesquisa, pois contribui para a ampliação do conhecimento acerca do tema, principalmente, contribuir para o reconhecimento do importante papel dessas instituições para a educação brasileira.

Consideramos o estado do conhecimento um instrumento importante para o trabalho do pesquisador, que permite-se familiarizar com outras pesquisas dentro do tema escolhido, dando-lhe mais segurança e menores problemas em enunciar o seu problema de pesquisa. Outro benefício para o desenvolvimento da pesquisa é

---

<sup>56</sup> HOBBSAWM, E. *Sobre História*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

<sup>57</sup> GATTI JR, D. Reflexões Teóricas sobre a História das Instituições Educacionais. *Ícone* -V. 6, nº 2 Jul./Dez. 2000, p. 145.

oferecer aos pesquisadores um tema com os limites de outras pesquisas já realizadas, anunciando o quanto a sua proposta de pesquisa pode somar às demais pesquisas já produzidas. O exercício de garimpar é contínuo, o fato de um tema ser muitas vezes trabalhado não significa que teremos menos dificuldades. O importante é não desistir. Uma pedra rústica, como um diamante bruto, nas mãos de uma pessoa habilidosa e ágil, pode tornar-se um belo brilhante.<sup>58</sup>

Dentro dessa perspectiva de estudos referentes às instituições escolares, nas últimas décadas do século XX, a formação de professores no Brasil, na vertente da instituição da Escola Normal também foi alvo de inúmeras pesquisas e estudos, parte desses, foram reunidos em uma importante coletânea referente à história da Escola Normal no Brasil<sup>59</sup>, desenvolvida pela necessidade de conhecer e compreender os processos que resultaram na gênese, implantação e consolidação da formação docente nas diversas províncias e estados brasileiros no período imperial e republicano, proporcionando um panorama do movimento histórico-educacional desenvolvido nas Escolas Normais no Brasil.

Trata-se de uma coletânea relativa à história da Escola Normal no Brasil, que pretende ser representativa de sua história em diferentes estados brasileiros e, para isso, reuniu diferentes pesquisadores em estudos histórico-educacionais relativos à temática, com a perspectiva de se realizar um inventário primeiro.<sup>60</sup>

Assim como o estudo sobre a institucionalização da educação traz à tona aspectos relevantes dessa educação, suas legislações, seus atores, suas funções, traz também a necessidade de conhecer a formação desses agentes que se responsabilizaram pelo ensino no interior das instituições escolares e a coletânea em questão contribui,

Esclarecendo-nos sobre a trajetória da implantação das escolas normais e sobre as características dessas instituições, ele nos ajuda a entender melhor a situação em que vivemos e as razões das dificuldades que se sobrepõem ao problema da formação dos

---

<sup>58</sup> NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; SANDANO, Wilson; LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval (orgs.). *Instituições Escolares no Brasil: Conceito e reconstrução histórica*. Campinas: Autores Associados, 2007, p. 142.

<sup>59</sup> ARAUJO, FREITAS, LOPES orgs. *As escolas normais no Brasil: do Império à República*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2008, p. 11.

<sup>60</sup> ARAUJO, FREITAS, LOPES. À guisa de um inventário sobre as escolas normais no Brasil: o movimento histórico-educacional nas unidades províncias/ federativas (1835-1960). In: ARAUJO, FREITAS, LOPES orgs. *As escolas normais no Brasil: do Império à República*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2008.

professores impedindo-nos de encontrar uma solução institucional satisfatória.<sup>61</sup>

A viabilidade desses estudos em parte, surge em decorrência da mudança significativa ocorrida em relação ao trabalho do historiador, proporcionado com o advento da história cultural originada na Escola dos Annales, na França em 1929, e que proporcionou uma nova concepção metodológica, valorizando as diferentes atividades e experiências humanas,

[...] a nova história começou a se interessar por, virtualmente toda a atividade humana. [...] Nos últimos trinta anos nos deparamos com várias histórias notáveis de tópicos que anteriormente não se havia pensado possuírem, como por exemplo, a infância, a morte, a loucura, o clima, os odores, a sujeira, os gestos, o corpo.<sup>62</sup>

Dentro dessa nova abordagem historiográfica, surgiu um novo conceito de fonte histórica, assim como uma diversificação nesse conceito, ampliando e diversificando o olhar do pesquisador quanto ao objeto de estudo,

Há muito a historiografia vem considerando que as realidades criadas pelas experiências da atividade humana não podem ser somente analisadas a partir de seus aspectos globalizantes, mas, também, dentro das suas particularidades e singularidades, que se manifestam principalmente e de forma riquíssima no nível local.<sup>63</sup>

Nessa nova perspectiva, foi possível, para o pesquisador, ampliar o campo e as fontes de suas pesquisas, lançando olhares a novos campos da atividade humana, que não poderiam ser pesquisados e analisados somente em seu aspecto global, permitindo um olhar mais específico, centralizado nas particularidades e singularidades de cada objeto em questão, abrindo espaço e valorização para o estudo, dentre outros, da História Local e Regional. A possibilidade de estudar a história local permite às pessoas se transformarem em agente histórico, trazendo uma história antes desconhecida, uma história onde pessoas comuns, as minorias, mulheres, pobres, negros podem nos mostrar detalhes, individualidades que nos permitam conhecer e compreender os diferentes espaços, bairros e cidades. A história local, proporciona ao pesquisador um conhecimento mais íntimo do

<sup>61</sup> SAVIANI. Demerval. Prefácio. In: ARAUJO, FREITAS, LOPES orgs. *As escolas normais no Brasil: do Império à República*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2008, p. 9.

<sup>62</sup> BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia*. Tradução: Nilo Odália. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1992, p. 11.

<sup>63</sup> CARVALHO, Carlos Henrique de. A História Local e Regional: dimensões possíveis para os estudos Histórico-Educacionais. *Cadernos de História da Educação* – n.6 – jan./dez. Uberlândia, p.51-69, 2007, p. 52.

passado, permite que a história nacional possa ser conhecida e re-conhecida estabelecendo relações entre a micro e a macro História.

A história local nos leva a compreender a existência de múltiplos tempos históricos, que convivem em um mesmo país ou região abordando a história por meio de diferentes facetas, diferentes sujeitos.

Compreendendo a importância da História local para compor a História Nacional, procuramos nesse segundo capítulo mapear outras pesquisas que tiveram como foco as Escolas Normais nas diversas regiões do Brasil, nos diferentes períodos históricos. Para tal, nos adentramos no acervo da CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, que é uma agência governamental, vinculada ao Ministério da Educação e Cultura – MEC e que tem como objetivo promover a expansão e consolidação dos cursos de pós-graduação no Brasil. Em seu portal<sup>64</sup>, a CAPES mantém um sistema que oferece a possibilidade de acesso a inúmeras publicações científicas, incluindo um banco de Teses e Dissertações, no qual os pesquisadores podem obter dados, resumos e/ou cópias digitais de pesquisas<sup>65</sup> desenvolvidas nas universidades e instituições de pesquisas no Brasil, tornando-se um instrumento indispensável às atividades de pesquisa no país.

## **2.1 A formação docente e as pesquisas brasileiras**

Para realizar essa pesquisa no banco de Teses e Dissertações da CAPES, foi digitado como assunto para a busca os termos “Escola Normal” e “Curso Normal” e “Colégio Normal” para cada ano disponível no portal que abarca um período de 26 anos de pesquisas realizadas no Brasil, vinculadas às universidades públicas e privadas, iniciando em 1987 até 2012, ano em que essa pesquisa no banco de dados foi concluída. Após estabelecer o tema Escola Normal e o ano de referência, o portal selecionou inúmeras pesquisas, algumas tendo a “Escola Normal” no título, outras não. Passei então a abrir e ler todos os resumos disponibilizados e selecionar

---

<sup>64</sup> [www.capes.gov.br/serviços/banco-de-teses](http://www.capes.gov.br/serviços/banco-de-teses).

<sup>65</sup> As informações contidas no banco de dados da CAPES são fornecidas pelos Programas de Pós-Graduação das Universidades e instituições de pesquisa brasileiras.



os estudos que realmente tinham como foco pesquisar a educação oferecida nas Escolas Normais de todo o país. Preocupei-me ainda em descobrir de qual escola se tratava e em que cidade e em que estado ela se localizava, uma vez que em alguns estudos, apesar da pesquisa estar vinculada à universidade em um estado, tratava-se de um estudo acerca de uma escola em outro estado<sup>66</sup>. Após concluir essa etapa, iniciei a mesma pesquisa utilizando como referência o termo “Curso Normal”, realizando o mesmo procedimento anterior.

Como resultante desse mergulho no universo de descobertas de outros pesquisadores que se interessaram, propuseram e colocaram em prática o estudo acerca das Escolas Normais brasileiras, elaboramos com base no banco de Dissertações defendidas no Brasil, o quadro abaixo contendo 149 Dissertações de Mestrado, sendo que três dessas dissertações tratou-se de pesquisas mais amplas, discorreram sobre as Escolas Normais no Brasil como um todo, sem se prender a um determinado estado, outra pesquisa específica somente que a mesma ocorreu em uma escola normal da região Sudeste, as demais 145 pesquisas foram pesquisas realizadas acerca das Escolas Normais, Cursos Normais e Colégios Normais localizadas nos diversos estados brasileiros.

Ao computar o número de pesquisas referente às escolas ou cursos normais, observo que o estado de São Paulo concentra o maior número de estudos sobre o tema, apresentando 25 pesquisas, seguido pelo Rio de Janeiro com 21 pesquisas, por Minas Gerais com dezesseis estudos e o Paraná com treze. Os estados da Bahia e Pará desenvolveram oito pesquisas cada um, o Rio Grande do Sul e Pernambuco apresentam sete pesquisas, Paraíba e Santa Catarina seis, Sergipe possui cinco estudos; os estados do Maranhão e Piauí desenvolveram quatro pesquisas; os estados de Goiás, Ceará e Mato Grosso, possuem três pesquisas; o Rio Grande do Norte possui dois estudos; e, finalmente, nos estados do Acre, Amazonas, Espírito Santo e o Distrito Federal foi identificado apenas um estudo com a temática.

---

<sup>66</sup> Algumas pesquisas necessitaram de uma investigação além do resumo disponibilizado pela CAPES, pois continha apenas referência ao nome da Escola, sem referência à cidade ou estado. Para tal, utilizei-me por busca na internet pelo autor, pesquisa completa e/ou outras publicações referentes à pesquisa.

Quanto aos estados de Alagoas, Amapá, Amazonas, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Roraima e Tocantins, não encontramos nenhuma pesquisa relacionada às escolas ou cursos normais.

Por acreditar que essas pesquisas sejam relevantes para compor o estudo e a construção da história da formação docente no Brasil, elaborei o quadro denominado de “*Quadro 1: Dissertações de mestrado produzidas/defendidas no Brasil no período de 1987 a 2012 tendo como tema o Curso Normal ou Escola Normal*”<sup>67</sup>. Nele, de modo sinótico, explicitarei o nome do autor, o tema da pesquisa, a universidade à qual ela está vinculada, a unidade da federação da instituição pesquisada e o ano da defesa em ordem crescente, iniciando em 1987 por ser o ano em que a Capes disponibiliza em seu site, até o ano de 2012, uma vez que essa pesquisa no banco de dados foi finalizada no início de 2013 e somente estavam disponíveis os estudos defendidos até o ano de 2012.

De acordo com a pesquisa realizada, pude constatar que o número de pesquisas direcionadas às Escolas Normais ou Cursos Normais é relativamente pequeno em relação à importância que essas escolas tiveram como instituições de formação de professores, que em muitas cidades dos estados brasileiros configurou por muitas décadas como única instituição fornecedora de habilitação para professores atuarem nas séries iniciais do ensino.

Ao mapear essas pesquisas, percebo que elas tratam de inúmeras questões referentes às Escola Normal ou ao Curso Normal, dividimos essas questões em blocos para melhor compreendermos os assuntos tratados pelos pesquisadores:

Quanto à gênese, existem pesquisas referentes à história da criação dessas escolas e cursos de formação de professores, registrando suas histórias e memórias e os marcos legais que as direcionaram.

Quanto à formação dos professores, encontramos temas referentes à habilitação, às práticas de formação, às práticas educacionais do período e práticas docentes e discentes durante a formação.

Em se tratando de memória e representação, encontramos estudos sobre a relação entre a nova e a velha formação de professores, representação da profissão

---

<sup>67</sup> O Quadro 1 encontra-se no Apêndice B.

docente, os caminhos percorridos na profissão docente, as concepções na formação do professor e a atuação do gestor.

Em relação ao currículo, encontramos pesquisas sobre o curso na esfera rural, no regime de internato, pesquisas que tiveram como foco o ensino dos diferentes conteúdos como psicologia, matemática, sociologia, moral, civismo e higiene, atividades físicas, trabalho com o corpo e a utilização de projetos.

Quanto às concepções existentes, os focos foram a concepção de infância, os reflexos políticos na formação de professores, a composição das alunas, as concepções de homem que as nortearam, as concepções de gênero e raça presentes, a presença masculina, a feminilização do magistério, missão civilizadora, a vocação para o magistério e a formação para a evangelização.

Ainda, com o intuito de ampliar a busca estudos que se concentrem nas Escolas Normais, realizei nova pesquisa no banco de teses da Capes, dessa vez, à procura de pesquisas que resultaram em Teses defendidas e registradas no Banco de Dados da Capes, que tiveram como objeto de pesquisa as Escolas Normais e/ou Cursos Normais no Brasil. Essa pesquisa resultou em outro quadro denominado *“Quadro 2: Teses de Doutorado produzidas/defendidas no Brasil no período de 1987 a 2012 tendo como tema o Curso Normal ou Escola Normal”*<sup>68</sup>. O quadro em questão foi elaborado de forma semelhante ao anterior, onde as pesquisas estão dispostas de modo a facilitar o reconhecimento do autor, título, ano de defesa e o estado da federação no qual está pesquisa se fixou. Esse quadro apresenta número reduzido de pesquisas, refletindo o panorama do portal de onde ele originou que possui um número de teses bem inferior ao número de dissertações defendidas no Brasil.

Em relação às teses defendidas, constato que, no Brasil, apenas 39 teses de doutorado tiveram a Escola Normal ou Curso Normal como tema de pesquisa, duas dessas realizaram estudo comparativo entre as Escolas Normais do Brasil e de Portugal e outra estabeleceu comparações entre Escolas Normais no Brasil e Argentina.

As demais Teses concentraram-se em treze das 28 unidades da federação brasileira. Dentre elas, São Paulo se destaca com o maior número de pesquisas

---

<sup>68</sup> O Quadro 2 encontra-se no Apêndice C.

realizadas, ao todo nove estudos. Minas Gerais está logo depois de São Paulo com cinco pesquisas, logo após encontra-se Ceará e Rio Grande do Norte com três pesquisas defendidas, Espírito Santo, Paraná, Paraíba, Piauí, Rio de Janeiro, Sergipe e Rio Grande do Sul com duas pesquisas cada um e os estados de Goiás, Mato Grosso e Santa Catarina com apenas uma pesquisa. Os demais estados não apareceram nesse estudo por não constar nenhuma pesquisa no Banco de Teses da Capes com o tema Escola Normal ou Curso Normal.

Múltiplos olhares dirigiram os estudos destacados nos quadros 1 e 2, olhares estes que demonstram certas preocupações dos pesquisadores e que merecem destaque aqui. De maneira geral, podemos agrupá-los em algumas principais temáticas: quanto à Gênese das Escolas Normais regionais, quanto ao Currículo das Escolas Normais, quanto às Políticas de Formação Docente, quanto à Qualidade da Formação Docente, quanto à Profissionalização Docente, quanto aos Saberes e Práticas desenvolvidos durante a formação, quanto à Feminização da Docência e quanto às Metodologias de Ensino.

Com o intuito de dar maior visibilidade às localizações onde as pesquisas sobre o Curso Normal e a Escola Normal foram foco de estudo, apresento um quadro quantitativo, contendo o número de pesquisas, que resultaram em Dissertações e Teses, realizadas em cada estado brasileiro.

**Quadro 1 - Número de Dissertações e Teses, separadas por país, região e estados, produzidas/defendidas no Brasil no período de 1987 a 2012 tendo como tema o Curso Normal ou Escola Normal**

País/Região/Estado	Dissertações	Teses	Total
Região sudeste	1	-	1
Brasil	1	-	1
Brasil x Portugal	-	2	2
Brasil e Argentina	-	1	1
Acre	1	-	1
Alagoas	-	-	0
Amapá	-	-	0
Amazonas	1	-	1
Bahia	8	-	8
Ceará	3	3	6
Distrito Federal	1	-	1
Espírito Santo	1	2	3
Goiás	3	1	4
Maranhão	4	-	4
Mato Grosso	3	1	4
Mato Grosso do Sul	-	-	0

Minas Gerais	16	5	21
Pará	8	-	8
Paraíba e	6	2	8
Paraná	13	1	14
Pernambuco	7	-	7
Piauí	4	2	6
Rio de Janeiro	21	1	22
Rio Grande do Norte	2	3	5
Rio Grande do Sul	7	2	9
Rondônia	-	-	0
Roraima	-	-	0
Santa Catarina	6	1	7
São Paulo	25	9	34
Sergipe	5	2	7
Tocantins	-	-	0
TOTAL	149	39	188

Fonte: Bancos de dados da CAPES.

Elaborado por: MORAES, Andreia Demétrio Jorge (2013).

Após mapear as pesquisas desenvolvidas em diversos âmbitos, nacional, estadual e até mesmo algumas que tiveram um alcance internacional, uma vez que realizaram estudo comparativo entre escolas brasileiras e escolas de outros países, tivemos uma percepção geral sobre os temas pesquisados, assim como também o número de pesquisas realizadas nos diferentes estados brasileiros. Essas pesquisas disponibilizadas nos bancos de dados da CAPES revelam que, no Brasil, foram realizadas ao todo 188 pesquisas que se dedicaram ao estudo de instituições formadoras de professores para o Ensino Primário.

Verificamos conforme quadro acima que o estado de São Paulo foi o estado que possui maior número de pesquisas, 34 estudos tendo como tema a formação de professores nas Escolas Normais, em segundo lugar, com 21 pesquisas está o estado do Rio de Janeiro e em terceiro o estado de Minas Gerais com 21 pesquisas.

Os estados brasileiros de Alagoas, Amapá, Amazonas, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Roraima e Tocantins não apresentam nenhuma pesquisa com o tema no portal da CAPES, alguns desses estados, por terem se constituído recentemente, não teriam como apresentar resultados.

## 2.2 Minas Gerais: foco de estudo sobre a Formação docente

Após mapear os estudos que se transformaram em Dissertações defendidas no âmbito dos Programas de Pós Graduação no Brasil, elaborei um condensado, também, em forma de quadro, elencando as pesquisas que se referem às Escolas Normais ou Cursos Normais em Instituições localizadas no estado de Minas Gerais, estado onde essa pesquisa se realiza. Apesar desse estudo, no portal da CAPES, ter sido realizado a partir do ano de 1987, foi encontrado, somente pesquisas defendidas com o tema referente Escola Normal ou Curso Normal em instituições mineiras a partir do ano de 1999.

**Quadro 2 - Dissertações de mestrado produzidas/defendidas no Brasil referente a Minas Gerais no período de 1987 a 2012 tendo como tema a Escola Normal ou o Curso Normal**

	Pesquisador(a)	Tema	Universidade	Ano	UF
01	Maria Terezinha de Brito	A Escola Normal de Patos de Minas: 1932-1972. Na encruzilhada entre o novo e o velho.	Universidade Federal de São Carlos	1999	MG
02	Delaine Gomes De Oliveira	Memórias e Representações acerca da Escola Normal Oficial de Juiz de Fora (1928-1968).	Universidade Federal de Juiz de Fora	2000	MG
03	Cleide Maria Maciel de Melo	Memória e Arquivo num Álbum de Recordações: as práticas de formação docente na Escola Normal Oficial de Dores do Indaiá/MG – 1933/1939	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	2002	MG
04	Gislene Taveira de Almeida Neves	A Educação feminina do Projeto Siqueirano: 1939-1973	Universidade Federal de Uberlândia	2005	MG
05	Marcos Rezende	Profissionalizando Mulheres: a Escola Normal do Colégio Imaculada Conceição de Guaxupé – MG (1960-1976).	Centro Universitário Moura Lacerda	2005	MG
06	Michelle Pereira da Silva	Educação da mulher e evangelização Católica: um olhar sobre a Escola Normal N. Sra. Do Patrocínio.	Universidade Federal de Uberlândia	2005	MG
07	Melina Brasil Silva	O curso Normal do Colégio Sagrado Coração de Jesus Araguari – MG (1930-1947).	Universidade Federal de Uberlândia	2006	MG
08	Therezinha Andrade	O quê os diários revelam: práticas de formação de professoras para a escola rural, Curso Normal Regional Sandoval Soares de Azevedo – Ibirité, Minas Gerais, 1956-1959.	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	2006	MG
09	Helder de	A escola normal regional D.	Pontifícia		

	Moraes Pinto	Joaquim Silvério de Souza de Diamantina e a formação de professores para o meio rural mineiro: 1950-1970.	Universidade Católica de Minas Gerais	2007	MG
10	Maria Celia do Nascimento	Um olhar para a escola Normal de Ouro Fino – Minas Gerais (1909 – 1950).	Universidade São Francisco	2007	MG
11	Cristiane Angélica Ribeiro	Escola rural e alfabetização: Uberlândia 1936 a 1946.	Universidade Federal de Uberlândia	2009	MG
12	Amanda Silva Martins.	Um passado para Minas Gerais: a Escola Normal de Ouro Preto e a construção do tempo (1870-1889)	Universidade Federal de Ouro Preto	2010	MG
13	Rita de Cássia Oliveira Ferreira Cafeu	A escola normal da Capital: instalação e organização (1906 – 1916).	Universidade Federal de Minas Gerais	2010	MG
14	Ana Luzia da Anunciação	Pedagogia Liberal na Instrução Pública da Província de Minas Gerais: A Escola Normal de Ouro Preto 1835-1852.	Universidade Federal de Ouro Preto	2011	MG
15	Izabel Rozetti	Colégio Imaculada Conceição: a história do curso Normal (Tupaciguara-MG, 1961 – 1977).	Universidade Federal de Uberlândia	2011	MG
16	Kátia Franciele Corrêa Borges	Santa, Esposa-Mãe e Professora: revista Flor do Lácio e educação de mulheres no Colégio Imaculada Conceição de Montes Claros/Mg (1943 – 1957)	Universidade Estadual de Montes Claros	2011	MG
17	Andréa Cristina Dungas Santos.	Formação de professores para a educação infantil: estudo sobre o curso normal – professor de educação infantil do programa de educação profissional	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	2012	MG

Fonte: CAPES (<http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/>)

Elaborado por: MORAES, Andreia Demétrio Jorge (2013).

No que se refere aos resultados encontrados na pesquisa de Maria Terezinha de Brito, constatou-se que a Escola Normal de Patos de Minas desenvolveu um perfil de professor preocupado com a formação ampla do aluno, capaz de apoiar-se na pesquisa, no trabalho coletivo desenvolvido no método da Escola Nova e, ao mesmo tempo, constituiu na sociedade conservadora, um canal de ascensão social e econômica da classe trabalhadora.

Tem-se que na pesquisa de Delaine Gomes de Oliveira seu estudo destacou a Escola Normal Oficial de Juiz de Fora, como importante instituição

responsável pela formação dos profissionais da educação oferecendo contribuições para a cultura da cidade.

A ênfase dada na pesquisa de Cleide Maria Maciel de Melo, registrou os exercícios complementares e as atividades extracurriculares, em detrimento das atividades voltadas para a aquisição de conhecimentos e técnicas de caráter, especificamente, profissionalizantes no álbum analisado, revelam apropriações que apontam para a importância da socialização na construção do sentido da formação docente. Tais práticas contribuíram, provavelmente, para a construção das representações sobre a escola investigada como um espaço/tempo de significação a ser privilegiado pela memória.

Para Gislene Taveira de Almeida Neves, as mulheres-alunas, e, neste caso, normalistas, encontraram igualmente na escola confessional católica feminina um espaço de acesso ao conhecimento e à profissionalização que lhes seria vedado ou, dificultado pela inadequação em outras condições.

Marcos Rezende, em seu estudo, aponta que as práticas e saberes implementados pela Escola Normal visavam à elaboração de um paradigma católico concepcionista em que adesões e distanciamentos perpassavam pelo cotidiano escolar e se desdobraram para a esfera profissional e para concepções pessoais.

No estudo de Michelle Pereira da Silva concluiu-se que a educação feminina compreendida na Escola relacionava-se com o papel social que se esperava da mulher, mãe-esposa-professora, quer para atuar nos diferentes contextos sociais, quer para atender a demanda do curso primário ou para a evangelização como catequista.

Já nos resultados de Melina Brasil Silva, a autora compreende que o intuito de educar religiosamente futuras normalistas foi conquistado pelo Colégio Sagrado Coração de Jesus, pois, esta percebeu que o ensino ministrado primava por desenvolver nas alunas os sentimentos de moralidade e fé cristã, transmitidos e fixados através da rotina do Colégio. Era necessário formar professoras capazes de divulgar o catecismo através de uma sólida formação pedagógica.

Na pesquisa de Terezinha Andrade, os resultados indicam que a preocupação com a formação de professores rurais, neste período, fazia parte de um projeto mais amplo de fixação do homem no campo. Indicam ainda, que a



experiência desenvolvida pelo Curso Normal Regional Sandoval Soares de Azevedo não atingiu sua finalidade – preparar quadros docentes para atuar no ensino rural, uma vez que os professores aí formados foram absorvidos pelo sistema escolar urbano, onde atuaram com sucesso.

Helder de Moraes Pinto considerou-se que o Curso Normal de Conselheiro Mata, obteve como resultado a confecção de elementos culturais significativos e distantes das concepções de atuação na realidade já estruturada na subjetividade rurícola. Isto acarretou uma assimilação parcial e reinterpretada desses valores que diziam significar renovação, pois tais princípios trazidos pelo estabelecimento “repugnavam” e contradiziam o patrimônio cultural desse grupo social.

Nos resultados encontrados de Maria Célia do Nascimento identificou-se que a Escola Normal de Ouro Fino, incorporou-se aos novos modelos sociais, consolidando hábitos a fim de homogeneizar comportamentos segundo o projeto social nacional, num ideário político-pedagógico conservador.

Cristina Angélica Ribeiro constatou que o combate ao analfabetismo era defendido em nível nacional e as autoridades locais coadunavam com esse objetivo, uma vez que estas reproduziam o discurso da campanha acerca da necessidade de alfabetizar a população, o que teve como consequência o aumento quantitativo das escolas rurais do município. Além disso, verificou-se que a maioria das docentes que atuavam no ensino rural não possuía o curso normal.

Os resultados de Rita de Cássia Oliveira Ferreira Cafeu levaram à conclusão de que a criação da Escola Normal da Capital buscou superar o modelo de formação docente do período imperial, e que seu órgão deliberativo, a Congregação, foi um avanço em relação aos modos de decisões político-pedagógica anteriores por incorporar os professores da escola nas discussões e deliberações relativas ao funcionamento da instituição.

Para Ana Luzia da Anunciação os resultados encontrados levaram a constatar que apesar de ter sido implantada no período em que predominava no poder do “centro” o grupo conservador, a Escola Normal de Ouro Preto cumpriu, em certa medida, com os propósitos e as práticas do governo provincial no período analisado, pois sua implantação em Minas se deu sob o auspício da pedagogia liberal vigente nas propostas dessa elite.

Nos estudos de Izabel Rozetti tornou-se possível apreender que a educação proferida pelo curso normal do Colégio Imaculada Conceição estava associada aos ideais de cristianização preconizados pela Igreja Católica, além de responder aos anseios da sociedade da época, dentre esses formar moças educadas e polidas aptas a atuar no magistério e, ainda, a continuar sendo boas mães e donas de casa exemplares, o que teria influenciado uma parcela significativa de famílias a matricular suas filhas nessa instituição de ensino.

Kátia Franciele Corrêa Borges constatou que algumas representações da mulher santa, da esposa-mãe e da professora primária poderiam ser atribuídas a uma concepção de Trindade Santa feminina. Por fim, o estudo buscou trazer para o campo do social o debate das relações de gênero que contribuíram para formar, através da escola, um perfil de ideal feminino e de professora.

O estado de Minas Gerais é o estado brasileiro que conta com o maior número de municípios, são ao todo 853 cidades<sup>69</sup>, em nossa pesquisa, mapeando estudos realizados sobre a formação docente realizada nas Escolas Normais e Cursos Normais em Minas Gerais encontramos dezessete pesquisas desenvolvidas e defendidas em Programas de Pós Graduação em nível de Mestrado de Universidades brasileiras, duas pesquisas que tiveram como foco a formação no município de Ouro Preto, e outras quinze pesquisas acerca da formação em outros municípios mineiros, que são: Araguari, Belo Horizonte, Diamantina, Dolores do Indaiá, Guaxupé, Ibirité, Juiz de Fora, Monte Carmelo, Montes Claros, Ouro Fino, Patos de Minas, Patrocínio, Tupaciguara e Uberlândia. Considero que mais estudos historiográficos devam ser elaborados clarificando a formação docente em Minas Gerais no lócus das Escolas Normais.

Outro quadro se faz necessário a fim de apresentar as pesquisas defendidas em nível de doutoramento e que se referem às Escolas Normais ou Cursos Normais no estado de Minas Gerais.

---

<sup>69</sup> IBGE, 2010.

**Quadro 3 - Teses de Doutorado produzidas/defendidas no Brasil referente a Minas Gerais no período de 1987 a 2012 tendo como tema o Curso Normal ou Escola Normal**

	Autor	Pesquisa	Universidade	Ano	UF
01	Flávio Couto e Silva de Oliveira.	O canto civilizador: música como disciplina escolar nos Ensino Primário e Normal de Minas Gerais durante as primeiras décadas do século XX.	Universidade Federal de Minas Gerais	2004	MG
02	Hedmar de Oliveira Ferreira	Colégio Normal Nossa Senhora do Patrocínio: um instrumento de educação feminina na Zona do Alto Paranaíba em Minas Gerais (1928-1950).	Universidade Est.Paulista Júlio de Mesquita Filho/Franca	2006	MG
03	Maria Cecília de Medeiros Abras.	Lendo no Jornal Stella Maris 1938-1945 as marcas da formação das professoras em uma Escola Normal Católica de Minas Gerais	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	2010	MG
04	Cecilia Vieira do Nascimento	Caminhos da docência: trajetórias de mulheres professoras em Sabará – Minas Gerais (1830-1904).	Universidade Federal de Minas Gerais	2011	MG
05	Rosângela Maria Castro Guimarães	O percurso institucional da disciplina “História da Educação” em Minas Gerais e o seu ensino na Escola Normal Oficial de Uberaba (1928 – 1970)	Universidade Federal de Uberlândia	2012	MG

Fonte: CAPES (<http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/>)

Elaborado por: MORAES, Andreia Demétrio Jorge (2013).

Entendemos que o número de teses realizadas e defendidas tendo como estudo a Escola Normal ou o Curso Normal em Minas Gerais é muito reduzido, somente cinco pesquisas nesse nível foram realizadas.

A pesquisa desenvolvida por Flávio Couto e Silva de Oliveira (2004) discutiu as maneiras e os argumentos que o canto escolar se estabeleceu enquanto disciplina nos currículos dos ensinos primário e normal em Minas Gerais, durante as primeiras décadas do século XX, na cidade de Belo Horizonte.

Hedmar de Oliveira Ferreira (2006), em seu estudo, procurou reconstruir o processo de instalação de escolas católicas pelas Irmãs do Sagrado Coração de Maria em Minas Gerais, nas regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, principalmente na cidade de Patrocínio demonstrando o envolvimento da Igreja, da oligarquia e do Estado nesse processo.

Maria Cecília de Medeiros Abras (2010) teve como objetivo compreender as marcas de formação de professoras primárias durante o Estado Novo, tomando como fonte documental o jornal colegial *Stella Maris*, editado pelo Colégio Nossa Senhora das Dores do município mineiro de São João Del-Rei.

Cecilia Vieira do Nascimento (2011) procurou com seu estudo explicitar, dentro de uma perspectiva histórica, os diferentes modos de inserção de mulheres na docência elementar, tomando como referência um grupo de professoras que atuaram no IX na cidade de Sabará-MG.

Rosângela Maria Castro Guimarães (2012) objetivou em sua pesquisa inserida na História das Disciplinas esclarecer a trajetória realizada pela disciplina de História da Educação, um componente curricular da formação de professores do período na Escola Normal Oficial de Uberaba-MG.

Essa investigação, apesar de se tratar de um estudo focado na formação e dos professores que concluíram seus estudos nas Escolas Normais ou Cursos Normais da cidade de Ituiutaba só poderá se concretizar conhecendo, analisando e tomando como parâmetro a mesma formação ocorrida em nosso estado e país uma vez que a legislação, as diferentes concepções de seres humanos, de infância e de educação mostram-se ligadas diretamente às questões locais, mas não se desvinculam das nacionais.

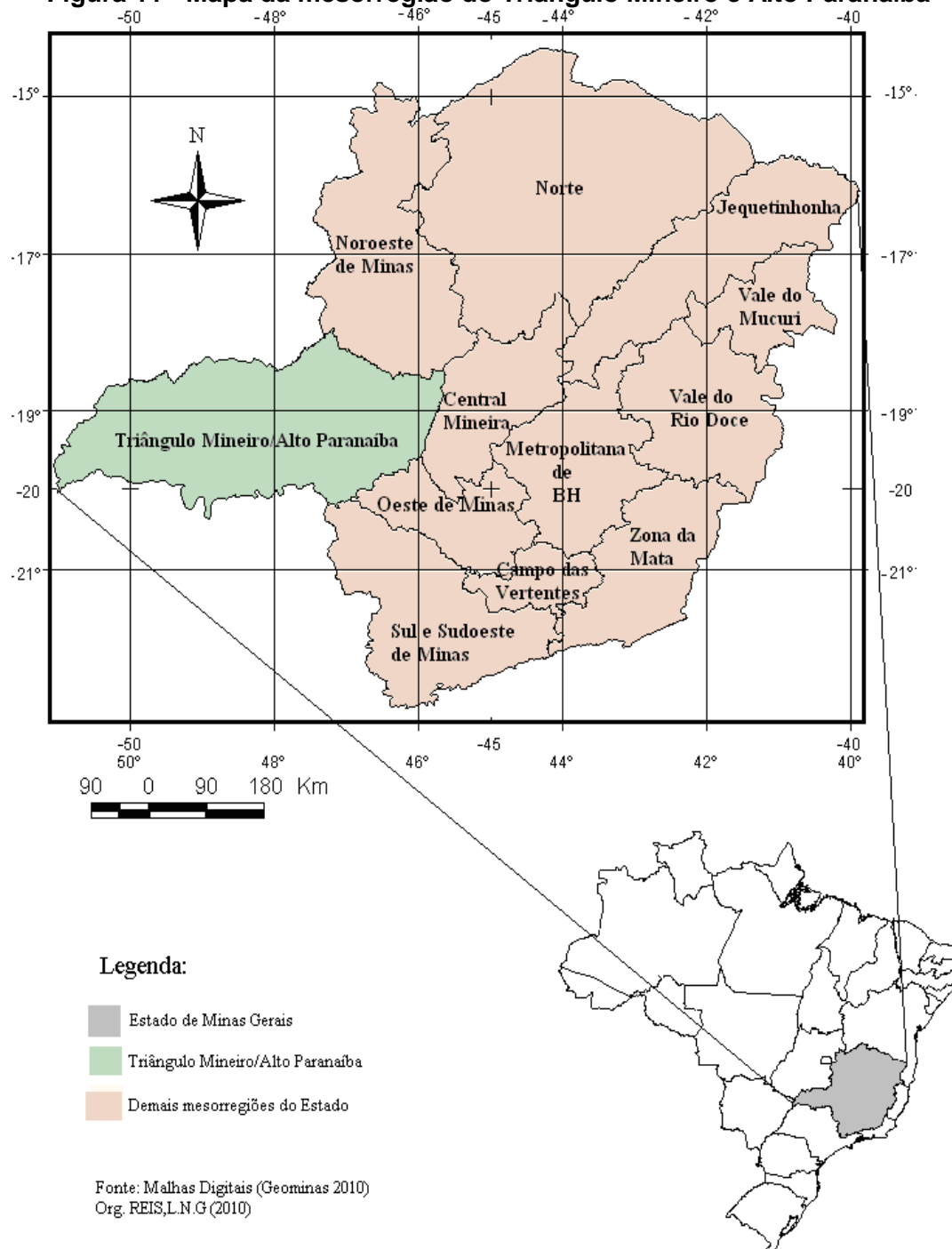
Conhecer a história da formação de professores em nível nacional faz-se importante para a consolidação dessa pesquisa, do mesmo modo, conhecer a história da formação a nível regional torna-se prioritária. Dessa forma, para embasar esse estudo cujo foco foi a formação de professores no município de Ituiutaba, faz-se necessário conhecer os estudos realizados nessa região.

### **2.3 A Região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba e as pesquisas sobre Formação Docente**

O município de Ituiutaba está localizado na microrregião do Triângulo Mineiro que por sua vez compõe a mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, uma das doze mesorregiões do Estado de Minas Gerais. A mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba é formada por um conjunto de 66 municípios

agrupados em sete microrregiões, localizadas na região oeste do estado de Minas Gerais. Faz divisa ao norte com o Sul Goiano e com o Noroeste de Minas; ao sul com as Mesorregiões de Ribeirão Preto e São José do Rio Preto, ambas do Estado de São Paulo e com o Sul e Sudoeste de Minas; a leste com a Central Mineira e com o Oeste de Minas e a oeste com a porção oriental de Mato Grosso do Sul como destaca o mapa a seguir.

**Figura 11 - Mapa da mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba**



Fonte: Malhas Digitais (Geominas, 2010). Org: REIS, L. N. G (2010).

Dando continuidade à pesquisa desenvolvida dentro do portal da CAPES, selecionamos as pesquisas que foram realizadas tendo como foco a formação de professores nas Escolas Normais e nos Cursos Normais na Região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Dos 66 municípios que compõem essa mesorregião, somente em seis a formação docente das escolas em questão foi pesquisada, conforme apresenta o quadro abaixo:

**Quadro 4 - Teses e Dissertações produzidas/defendidas no Brasil referente à Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba no período de 1987 a 2012 tendo como tema o Curso Normal ou Escola Normal**

<b>Pesquisador(a)</b>	<b>Tema</b>	<b>Universidade</b>	<b>Ano</b>	<b>Município</b>	<b>Pesquisa</b>
Maria Terezinha de Brito	A Escola Normal de Patos de Minas: 1932-1972. Na encruzilhada entre o novo e o velho.	Universidade Federal de São Carlos	1999	Patos de Minas	Dissertação
Gislene Taveira de Almeida Neves	A Educação feminina do Projeto Siqueirano: 1939-1973	Universidade Federal de Uberlândia	2005	Monte Carmelo	Dissertação
Michelle Pereira da Silva	Educação da mulher e evangelização Católica: um olhar sobre a Escola Normal N. Sra. do Patrocínio.	Universidade Federal de Uberlândia	2005	Patrocínio	Dissertação
Hedmar de Oliveira Ferreira	Colégio Normal Nossa Senhora do Patrocínio: um instrumento de educação feminina na Zona do Alto Paranaíba em Minas Gerais (1928-1950).	Universidade Est.Paulista Júlio de Mesquita Filho/Franca	2006	Patrocínio	Tese
Melina Brasil Silva	O curso Normal do Colégio Sagrado Coração de Jesus Araguari – MG (1930-1947).	Universidade Federal de Uberlândia	2006	Araguari	Dissertação
Izabel Rozetti	Colégio Imaculada Conceição: a história do curso Normal (Tupaciguara-MG, 1961 – 1977).	Universidade Federal de Uberlândia	2011	Tupaciguara	Dissertação
Rosângela Maria Castro Guimarães	O percurso institucional da disciplina “História da Educação” em Minas Gerais e o seu ensino na Escola Normal Oficial de Uberaba (1928 – 1970).	Universidade Federal de Uberlândia	2012	Uberaba	Tese

Fonte: CAPES (<http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/>).

Maria Terezinha de Brito (2009) na pesquisa intitulada “A Escola Normal de Patos de Minas: 1932-1972: na encruzilhada entre o novo e o velho”, investigou o caráter bifacial da Escola Normal de Patos de Minas, constatando a existência de

duas orientações metodológicas definidas uma quanto à formação geral e outra quanto à formação profissional refletindo essa contradição através dos princípios da Educação Tradicional e Educação Moderna da formação geral fundamentada na educação tradicional e formação profissionalizante da base moderna, a Escola Nova. Constatou ainda que a Escola Normal constituiu um canal de mobilidade social e econômica no decorrer do período de 1932 a 1972. Por meio das entrevistas realizadas a autora constata que o currículo desenvolvido pela escola de formação de professores era de caráter humanista quanto à formação geral e de caráter tradicional na relação professor-aluno no domínio do conteúdo a ser desenvolvido. Esse conteúdo deveria ser devolvido ao professor nas provas escritas e orais, apresentando um sistema tradicional de avaliação quantitativa. Quanto ao perfil dos professores, a Escola Normal de Patos de Minas:

Desenvolveu um perfil de professor preocupado com a formação ampla do aluno, capaz de desenvolver planos de estudos originais para as classes de alfabetização, de apoiar-se na pesquisa, no trabalho coletivo desenvolvido no método da Escola Nova e ao mesmo tempo constituiu na sociedade conservadora, um canal de ascensão social e econômica da classe trabalhadora tanto pelo acesso a mais educação quanto pelo desenvolvimento do ensino fundamental na cidade e região.<sup>70</sup>

Gislene Taveira de Almeida Neves no estudo “A Educação feminina do Projeto Siqueirano: 1939-1973” analisa os caminhos trilhados na construção do Colégio Nossa Senhora do Amparo, instalado na cidade de Monte Carmelo sob a direção das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora do Amparo, com atenção especial à questão da educação feminina.

A autora concluiu que as irmãs Franciscanas de Nossa Senhora do Amparo foram figuras respeitadas nas sociedades onde conviviam, não apenas por serem religiosas, mas pelas ações que desenvolviam e as alunas encontraram na escola um espaço de afirmação, assim, “As mulheres-alunas, e, neste caso, normalistas, encontraram igualmente na escola confessional católica feminina um espaço de

---

<sup>70</sup> BRITO, Maria Terezinha de Brito. *A Escola Normal de Patos de Minas: 1932-1972*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1999.

acesso ao conhecimento e à profissionalização que lhes seria vedado ou, dificultado pela inadequação em outras condições”<sup>71</sup>.

Em suma, percebeu-se que em meio à vigilância das normas que regiam as escolas confessionais, havia entre as Irmãs e as alunas um relacionamento de proximidade marcado por atitudes mediadoras quando resolviam, no espaço intra-escolar a maioria dos casos de indisciplina, que raramente são relatados. Considerados os limites das normas sociais que regem o universo dessas mulheres, essas mediações terminam significando conquistas femininas.

Para compreender o ser mulher no contexto da modernidade, Michele Pereira da Silva (2005) na dissertação “Educação da mulher e evangelização Católica: um olhar sobre a Escola Normal N. Sra. do Patrocínio” realizou estudo sobre a educação da mulher e a evangelização católica sob o olhar da Escola Normal Nossa Senhora do Patrocínio no município de Patrocínio-MG. Em seu estudo a autora pesquisou como a formação feminina esteve atrelada ao papel de mãe-esposa, a configuração desta realidade no contexto brasileiro e como a Igreja Católica utilizou a educação feminina, como importante meio de recristianização, em uma época de conflitos entre Igreja e Estado. A pesquisa focalizou a participação das Congregações que chegaram ao Brasil no final do século XIX, especificamente no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, identificando o contexto no qual a Escola Normal Nossa Senhora do Patrocínio foi constituída, tornando um importante centro educativo para a formação de normalistas na região. A pesquisadora concluiu que:

[...] embora a função feminina na modernidade reforçasse o próprio ideário criado sobre ela, é certo que a profissionalização feminina não aconteceria de outra forma: o modelo de mãe (abnegada, moral, dócil, pura) seria o mesmo modelo que perpetuaria enquanto professora, ou seja, a pessoa ideal para educar seus filhos/alunos.<sup>72</sup>

Ressalta que as Escolas Normais católicas atenderam à demanda de professoras primárias para as escolas públicas, além de tornarem-se importantes espaços para a difusão da educação feminina, por meio do modelo de “mulher ideal”, o qual correspondia aos propósitos sociais vigentes que foram disseminados

---

<sup>71</sup> NEVES, Gislene Taveira de Almeida. *A Educação feminina do Projeto Siqueirano: 1939-1973*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005. p.198.

<sup>72</sup> SILVA, Michele Pereira da Silva. *Educação da mulher e evangelização Católica: um olhar sobre a Escola Normal N. Sra. do Patrocínio*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, 2005.



por tais instituições. Afirmava ainda que a prática educativa desta escola baseava-se em uma educação evangelizadora necessária para a formação de professoras que difundissem o credo católico nas escolas públicas ou confessionais.

Hedmar de Oliveira Ferreira (2006) realizou um estudo voltado principalmente para a implantação da Escola Normal na cidade de Patrocínio em 1928, buscou relacionar os interesses da igreja católica, da oligarquia rural e do Estado. E em sua conclusão define:

O colégio católico, em regime de internato para muitas das suas alunas, tornou-se, em Patrocínio, o que foi em todo o mundo, o instrumento de educação e iniciação social. Criado para receber as jovens e prepará-las para o desempenho dos papéis femininos tradicionalmente prescritos: mãe, esposa e educadora.<sup>73</sup>

Foi possível para a pesquisadora observar a destinação elitista do Colégio. “Atendendo às expectativas da oligarquia, a Igreja, dentro de seu próprio projeto, criava um espaço de doutrinação, de modo a formar um contingente de mães cristãs convictas, de tal forma que pudessem educar cristamente seus filhos e filhas”<sup>74</sup>.

Utilizando a pesquisa bibliográfica e documental Melina Brasil Silva (2005) com o estudo “O curso Normal do Colégio Sagrado Coração de Jesus Araguari – MG (1930-1947)”, reconhece a educação como grande veículo para a evangelização católica e por meio de entrevistas realizadas com ex-alunas da escola ela explicita os valores e escolhas que eram transmitidos e apropriados ou não pela vida de tais alunas. Destaca que a educação feminina relacionava-se com o papel social que se esperava da mulher: mãe-esposa-doméstica e que quanto à formação de professores em uma escola religiosa estava diretamente configurada num processo de evangelização da própria sociedade “associada aos padrões desejáveis para uma boa conduta feminina: mãe-esposa-professora, para atuar nos diferentes contextos sociais, quer para atender à demanda do curso primário, ou para a evangelização como catequista”<sup>75</sup>. A autora concluiu que “mais que profissionalizar mulheres para atuarem no magistério, as freiras do Colégio formavam moças capazes de transmitir a fé católica às futuras gerações: ou como boa mãe e esposa

<sup>73</sup> FERREIRA, Hedmar de Oliveira. *Colégio Normal Nossa Senhora do Patrocínio: um instrumento de educação feminina na Zona do Alto Paranaíba em Minas Gerais (1928-1950)*. Tese (Doutorado) Faculdade de História da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/Franca, 2006, p.200.

<sup>74</sup> Idem, ibidem, p.220.

<sup>75</sup> SILVA, Melina Brasil. *O Curso Normal do Colégio Sagrado Coração de Jesus Araguari – MG (1930-1947)*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006, p.121.

e/ou como boa professora do ensino primário”<sup>76</sup> e que com a criação do Curso Normal no Colégio Sagrado Coração de Jesus, as jovens continuariam a receber a educação já iniciada em seus lares e na escola e ainda que a abertura do Colégio fazia parte da proposta católica de recristianização da nação brasileira.

Isabel Rozetti (2011) busca com sua pesquisa “Colégio Imaculada Conceição: a história do curso Normal (Tupaciguara-MG, 1961–1977)”, reconstruir a história do Curso Normal oferecido para mulheres, em regime regular, de semi-internato e internato, pelo Colégio Imaculada Conceição, uma instituição de ensino confessional católica, no município de Tupaciguara-MG no período 1961 a 1977. A metodologia utilizada foi a da pesquisa bibliográfica e documental utilizando fontes como a imprensa, a iconografia e entrevistas com ex- alunas e ex-professores e obteve como conclusão que

A educação proferida pelo curso normal do Colégio Imaculada Conceição estava associada aos ideais de cristianização preconizados pela Igreja Católica, além de responder aos anseios da sociedade da época, dentre esses: formar moças educadas e polidas aptas a atuar no magistério e, ainda, a continuar sendo boas mães e donas de casa exemplares, o que teria influenciado uma parcela significativa de famílias a matricular suas filhas nessa instituição de ensino<sup>77</sup>.

Rosângela Maria Castro Guimarães (2012) objetivou em sua pesquisa “O percurso institucional da disciplina “História da Educação” em Minas Gerais e o seu ensino na Escola Normal Oficial de Uberaba (1928 – 1970)” estabelecer o percurso institucional da disciplina de História da Educação nas prescrições legislativas nacionais e do estado de Minas Gerais e o seu ensino na Escola Normal Oficial de Uberaba no período de 1928 a 1970 desvelando as práticas pedagógicas Utilizou a metodologia da pesquisa bibliográfica, documental e iconográfica e com o recurso das entrevistas possibilitando construir uma trajetória histórica que contempla os aspectos prescritivos da disciplina de História da Educação desde sua mais remota menção nos currículos dos cursos normais do Estado. A autora destaca ainda a atuação de dois docentes do curso identificando os temas por esses desenvolvidos

---

<sup>76</sup> Idem, ibidem, p.126.

<sup>77</sup> ROSETTI, Isabel. Colégio Imaculada Conceição: a história do curso Normal (Tupaciguara-MG, 1961–1977). Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011, p.7.

e a forma como conduziram as aulas, a motivação dos alunos e as avaliações e o resultado desse ensino para a vida das normalistas.

Em se tratando de pesquisas sobre a formação docente nas Escolas Normais, Cursos Normais e Colégios Normais, na região Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, com registro no portal da CAPES, constatei que das sete pesquisas realizadas sobre a formação docente para os professores das séries iniciais do Ensino Fundamental, seis se concentraram a desvelar a formação dentro de escolas confessionais<sup>78</sup> e apenas um estudo se ateve à escola laica.

Remontamos esse diferencial no quantitativo de pesquisas sobre as Escolas Normais à história da educação brasileira, uma vez que as escolas confessionais tiveram uma grande influencia na educação brasileira, iniciando no período colonial, onde os jesuítas foram praticamente os únicos educadores em solo brasileiro. No período imperial, apesar da iniciativa de criação de um sistema de educação pública, esse continuou inexistente, sendo, portanto, a educação confessional por muito tempo a única possibilidade de educação no país, principalmente as escolas confessionais católicas que prevaleceram até a primeira metade do século XIX. Após esse período, as missões protestantes começaram a se estabelecer no Brasil com a criação de diversas escolas, como parte da política estratégica para a divulgação da religião protestante. As escolas confessionais se instalaram e continuaram a ter seu espaço educacional garantido na educação das novas gerações de brasileiros devido à ausência do governo brasileiro em cumprir com suas responsabilidades com a educação de seu povo.

No que tange a sua formação escolar, pode-se evidenciar o destaque da presença dos valores cristãos e da recristianização. Como revelam os resultados constatando que as mulheres frequentavam as instituições que ofereciam um ensino confessional, tais instituições eram criadas para preparação do desempenho dos papéis femininos, sempre destacando que as mulheres deviam continuar sendo boas mães e donas de casa exemplares.

Assim, novos espaços surgiram para as mulheres que se compreende a uma função social criada, a de educadora. No entanto, não deveriam deixar de cumprir o seu papel de mãe-esposa com dedicação.

---

<sup>78</sup> Compreende-se por escolas confessionais as instituições mantidas por grupos religiosos, que professam uma doutrina de determinada ordem religiosa consagrando seus ideais por meio dos princípios filosóficos disseminados em seu cotidiano.

Os estudos registrados nesse segundo capítulo sugerem a compreensão de que a formação docente esteve inserida em um cenário complexo, ambíguo, marcado por transições, mudanças e permanências, continuidades e rupturas. Nesse sentido, esse assunto será tratado no próximo capítulo, onde proponho resgatar o cenário em que a formação docente foi constituída.

### **CAPÍTULO III - FORMAÇÃO DOCENTE NO BRASIL: HISTÓRIA, POLÍTICA E LEGISLAÇÃO**

Às vezes, nós é que não percebemos o “parentesco” entre os tempos vividos e perdemos assim a possibilidade de “soldar” conhecimentos desligados e, ao fazê-lo, iluminar com os segredos a precária claridade dos primeiros. (Paulo Freire)

Nesse capítulo procuramos, de forma sucinta, mas não menos elucidativa, estabelecer o percurso evolutivo da formação de professores no Brasil, em Minas Gerais e no município de Ituiutaba, onde esta pesquisa se realizou.

Esse histórico foi elaborado tendo como parâmetro as ações do Estado e das políticas educacionais desenvolvidas no século XX. Compreendemos que ao realizar uma discussão sobre a formação docente no contexto das legislações que, paulatinamente as normatizaram e nos permitem explicitar as transformações ocorridas com as alterações legais e as possíveis consequências de sua implantação na realidade educacional brasileira.

#### **3.1 Escolas de formação de professores no Brasil**

No Brasil, a escola pública e profissão docente se consolidam com a implantação da República. Os intelectuais, políticos, profissionais liberais, militares e estudantes, influenciados pelo ideário positivista visualizam na implantação do novo regime político a possibilidade de criação de uma sociedade moderna impulsionada pela ideia de progresso e alicerçada na ação educativa.

Os adeptos do projeto republicano, atribuindo grande importância à educação, a exemplo do que ocorre nos países avançados, defendem a oferta de uma instrução leiga e gratuita para todos e no compromisso do Estado em relação à escola, intensificando a passagem da educação escolar do privado para o público em que o Estado paulatinamente passa a assumir o papel de outras instâncias

educativas como a família, a igreja e outros grupos atuantes na formação das novas gerações. A escola impõe-se como instituição por excelência capaz de traçar novos rumos para a sociedade.

Minas Gerais, contando com inúmeros partidários do novo regime, participa intensamente do movimento que culmina com a proclamação da república, se rebelando contra o quadro educacional herdado do Império “Os debates na Assembléia Imperial enfatizavam o estado lamentável do ensino público na província mineira e insistiam na necessidade de uma profunda e urgente reforma”<sup>79</sup>, as escolas, cujos mestres eram reconhecidos pelo governo, foram criadas ainda no período colonial e funcionavam de forma precária, em salas alugadas ou nas residências dos professores.

Inúmeras mudanças ocorreram no intuito de se alterar as condições sociais, utilizando diversas estratégias e soluções para responder aos desafios postos pela ideia de progresso. A educação escolar, então, agia como elemento propulsor da evolução da sociedade brasileira rumo aos caminhos alcançados por nações mais desenvolvidas. Dessa forma, a defesa da instrução elementar para todos tornou-se parte central do projeto liberal da sociedade, instituído ao longo da primeira república.

O estabelecimento das escolas destinadas ao preparo específico dos professores para o exercício de suas funções está ligado à institucionalização da instrução pública no mundo moderno, ou seja, à implementação das ideias liberais de secularização e extensão do ensino primário a todas as camadas da população.<sup>80</sup>

A preocupação com a escolarização do povo brasileiro fez com que o tema constasse de diversos programas e organizações e passasse a ser considerado como um dos grandes problemas nacionais, pois estava também associado às exigências políticas. O interesse pela educação aparecia em todos os níveis de ensino, principalmente na disseminação da escola primária que proporcionava a aquisição dos direitos políticos. Nesse sentido, as Escolas Normais se apresentaram como instituições típicas da primeira república cujos governantes tinham como meta

---

<sup>79</sup> PEIXOTO, Ana Maria Casasanta. Magistério: idas-e-vindas de uma profissão – Minas Gerais (1889 – 1970). In: PEIXOTO, Ana Maria Casasanta; PASSOS, Mauro (orgs). A escola e seus atores – educação e profissão docente. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p. 14.

<sup>80</sup> TANURI, Leonor. *História da Formação de Professores*. Revista Brasileira de Educação. ANPED, 500 anos de Educação Escolar, 2000, p.62.

transformar a massa populacional composta de ex-escravos, mestiços e imigrantes em um povo ordeiro e organizado, em cidadãos. Reside aí a preocupação com as Escolas Normais e com os Grupos Escolares<sup>81</sup>.

Esse foi um momento de constantes planos de reforma da escola primária em diversas regiões do país. O problema em questão não era apenas aumentar quantitativamente as escolas primárias, mas encará-las como etapa fundamental na formação, mais que na instrução do cidadão brasileiro.

Acreditava-se, de acordo com os novos padrões, que a escola primária seria capaz de regenerar o homem brasileiro e, por consequência, a sociedade brasileira, necessitando para tal de ajustes diversos, incluindo uma nova formulação do programa, nova instrumentação que tornasse o trabalho docente mais eficaz.

Dessa forma, a ambição republicana de formar um homem novo concede aos professores um papel simbólico de grande relevo, promovendo com isso a consequente valorização dos professores do ensino primário, Araujo ressalta que: “Entre outros benefícios, o fortalecimento do ensino primário, é destacado, além de conter uma perspectiva teleológica, a de que cabe ao professor normalista formar as novas gerações do ponto de vista intelectual e moral”<sup>82</sup>.

Na perspectiva do professor normalista como formador de novas gerações, de novas mentalidades tão necessárias ao período, as Escolas Normais representavam no início do século XX um marco difusor da educação republicana, um dos maiores símbolos educacionais, representantes do espírito da modernidade.

A maioria dos estabelecimentos destinados a esse fim funcionavam em prédios arquitetonicamente planejados, merecedores de destaque, com finalidade de formar cidadãos para as novas gerações de brasileiros, contribuindo e empenhando-se para consolidar o Estado Republicano, as professoras eram formadas sob as novas disciplinas e métodos de ensino, sob condutas de civismo, noções de nacionalidade e patriotismo.

---

<sup>81</sup> NOSELLA, P; BUFFA, E. *Schola Mater: a antiga Escola Normal de São Carlos*. São Carlos: Ed. da UFSCar, 1996.

<sup>82</sup> ARAUJO, José Carlos Souza. A gênese da Escola Normal de Uberlândia, MG. In: ARAUJO, J. C. S., FREITAS, A. G. B e LOPES, A. P. C. (orgs). *As escolas normais no Brasil: do Império à República*. Campinas, SP: Ed. Alínea, 2008, p.336.

Após 1930, o Brasil passa por inúmeras transformações políticas, econômicas e sociais, com a crise da economia internacional a sociedade brasileira, até então pautada no modelo agrário-rural, acelera sua industrialização e com ela a necessidade de novas formas de produção, necessitando cada vez mais de operários com um mínimo de instrução para operar máquinas.

Por outro lado, nas décadas de 1930 e 1940, uma tendência advinda do movimento ruralista atinge o Ensino Normal com propostas e iniciativas de ajustar os currículos da escola primária e da escola normal às especificidades do meio rural. Essa tendência, utilizava a escola para reforçar os valores rurais da sociedade brasileira, procurando criar uma consciência agrícola que viesse a se constituir num instrumento de fixação do homem ao campo. Para alcançar essa nova proposta, fez-se necessário pensar uma formação de professores, específica para o novo currículo, o que resultou nas escolas normais rurais.

Com vistas à preparação de professores especializados para o magistério na zona rural, defendeu-se a criação de “escolas normais rurais”, cuja denominação expressava não apenas a localização da escola em zonas agrícolas e pastoris, mas sobretudo o objetivo de transmitir conhecimentos de agronomia e higiene rural.<sup>83</sup>

Em 1937, com o Golpe de Estado, foram adotadas políticas de educação autoritárias e centralizadas, cujo objetivo era o desenvolvimento de um espírito patriótico e nacionalista, reafirmando e ampliando os princípios da constituição de 1934. A formação dos professores primários também foi atingida pelos princípios do Estado Novo por meio de sua organização, objetivos e conteúdos controlados pela União e voltados para o desenvolvimento do espírito patriótico e nacionalista.

Durante a década de 1940, o governo federal fixou normas para a formação do professor primário, estabeleceu ainda exigências para o exercício do magistério nos diferentes níveis do ensino. As medidas tomadas integravam um programa de modernização e objetivavam assegurar condições para o desenvolvimento industrial.

O propósito de Getúlio Vargas com a implantação de uma política educacional centralizadora era regulamentar, em âmbito federal, a organização e o funcionamento em todas as modalidades de ensino do país por meio das Leis Orgânicas do Ensino, promulgadas de 1942 a 1946. Foi durante esse período que o

---

<sup>83</sup> TANURI, Leonor Maria. História da Formação de professores. *Revista Brasileira de Educação*. Mai/Jun/Jul/Ago 2000, Nº 14, p. 74.



Ensino Normal sofreu a primeira regulamentação do governo federal a fim de promover a formação do pessoal docente necessário para atuar nas escolas primárias assim como habilitar administradores escolares e desenvolver e propagar os conhecimentos e técnicas relativas à educação da infância. Entretanto, a lei não introduziu grandes inovações no Curso Normal, não se constituindo em uma proposta original e sim, aproveitando de um padrão de ensino que já vinha sendo adotado em vários estados brasileiros<sup>84</sup>.

Com o governo Vargas, a educação passou a ocupar posição estratégica no sentido de assegurar o progresso econômico com ordem. Não bastava, para isso, a expansão da escola; era necessário renová-la, dotando-a de padrões e formas de organização que fossem compatíveis com os avanços da ciência, imprimindo nela os mesmos padrões de racionalidade de outras esferas do serviço público, para tal as instituições especializadas em formação de professores ganhavam acentuada importância.

As Leis Orgânicas do Ensino Primário e do Ensino Normal de 1946, consolidaram o modelo nacionalista de formação de professores, elaborados na gestão do ministro Gustavo Capanema e implementados na gestão do Ministro Raul Leitão da Cunha, pregavam um ensino igual para todos e apresentavam várias especificidades de cada etapa de formação do aluno.

A regulamentação do Ensino Primário, de acordo com a Lei Orgânica, que possuía, em seus artigos, disposição sobre o corpo docente necessário para esse nível de ensino, sua carreira e remuneração. Prevendo, em seu artigo 25 que os Estados, Territórios e Distrito Federal providenciassem a organização de seus respectivos sistemas de ensino que atendessem, dentre outros pontos, o preparo dos professores como estabelecido nas alíneas:

c) – preparo de professorado e do pessoal da administração, segundo as necessidades do número de unidades escolares e de sua distribuição geográfica; / d) – organização da carreira do professorado, em que se estabeleçam níveis progressivos de condigna remuneração.<sup>85</sup>

---

<sup>84</sup> PERES, Tirsia Regazzini. A Formação do professor de 1ª à 4ª série do 1º grau a partir de 1930. Idéias/Fundação para o desenvolvimento da Educação. São Paulo, n. 1, 1988.

<sup>85</sup> AGUIAR, José Márcio. Reformas do Ensino 1891 a 1996. Belo Horizonte: Lâncer, 1997, p. 319.

Percebe-se, nas alíneas citadas, da Lei Orgânica do Ensino Primário, a preocupação do governo em assegurar número suficiente de professores para atuar nas diversas escolas existentes e ainda estabelecer a divisão da carreira do magistério em níveis de ensino progressivo com destaque à remuneração para o professorado das escolas.

Em consonância com a Lei orgânica do Ensino primário, a Lei Orgânica do Ensino Normal, Decreto-Lei nº 8530, de 2 de janeiro de 1946, estabeleceu as diretrizes gerais necessárias para o funcionamento das Escolas Normais em todo o país, estabelecendo princípios e normas referentes a métodos, conteúdos programáticos, regime de estudos e processos didáticos.

Em seu capítulo I, artigo 1º, que trata das finalidades do Ensino Normal estabelece que Ensino Normal como um curso de formação profissional de nível secundário e possuía as seguintes finalidades: “1. Prover a formação do pessoal docente necessário às escolas primárias; / 2. Habilitar administradores escolares destinados às mesmas escolas; / 3. Desenvolver e propagar os conhecimentos e técnicas relativas à educação da infância”<sup>86</sup>.

Em seu capítulo II, o Decreto divide o Ensino Normal em ciclos distintos, um para formar regentes para o Ensino primário ministrado em quatro anos e outro sendo um curso de formação de professores primários com duração de três anos e ainda prevê cursos de especialização para professores e habilitação para administradores escolares do primeiro grau:

Art. 2º. O ensino normal será, ministrado em dois ciclos. O primeiro dará o curso de regentes de ensino primário, em quatro anos, e o segundo, o curso de formação de professores primários, em três anos. / Art.3º. Compreenderá, ainda o ensino normal, de cursos de especialização para professores primários, e cursos de habilitação para administradores escolares do grau primário.<sup>87</sup>

Em seu Art. 4º, que trata dos tipos de estabelecimentos de Ensino Normal a Lei Orgânica previa três tipos diferentes, o curso Normal Regional, a Escola Normal e o Instituto de Educação sendo que:

§1º- Curso Normal Regional será o estabelecimento destinado a ministrar tão somente o primeiro ciclo do Ensino Normal.

---

<sup>86</sup> Decreto-Lei n.º 8530 – de 2 de Janeiro de 1946, site: [www.soleis.adv.br](http://www.soleis.adv.br). Acessado em 15/02/2013.

<sup>87</sup> Ibidem.

§2º- Escola Normal será o estabelecimento destinado a dar o curso de segundo ciclo desse ensino, ciclo ginásial e ensino secundário.

§3º- Instituto de Educação será o estabelecimento que, além dos cursos próprios da escola normal, ministre ensino especializado do magistério e de habilitação para administradores escolares do grau primeiro.<sup>88</sup>

Quanto à ligação do Ensino Normal com as outras modalidades de ensino, a legislação em questão explicita que, o curso de regentes de ensino estará articulado com o curso primário e o curso de formação geral de professores primários deverá estar articulado com o curso ginásial, assegurando aos alunos que concluírem o segundo normal o direito de ingresso em cursos da Faculdade de Filosofia.

Ao estabelecer essa divisão no Ensino Normal, acabou-se criando uma dualidade entre os cursos de formação de professores primários, justificada pelas diferentes necessidades econômicas apresentadas pelas várias regiões do país.

Nesse sentido, o Curso Normal regional foi, por muito tempo e em muitos locais, o único espaço formador de professores qualificados para atuar no ensino primário, pois a maioria das alunas não prosseguia seus estudos até o nível superior, principalmente no interior onde havia pouco número de faculdades de Filosofia e em sua maioria, faculdades particulares. O Ensino Normal possuía, portanto, caráter terminal e profissionalizante.

A Lei Orgânica previa as disciplinas a serem ministradas. Havia predominância de disciplinas de formação geral sobre as disciplinas de formação profissional, deixando evidente certa ênfase na cultura geral, em detrimento da formação técnico-profissional. As avaliações também foram previstas e consistiam em um conjunto de provas e exames, utilizando uma escala de zero a cem.

É merecedor de destaque que poucos meses após a Lei Orgânica do Ensino Normal ser aprovada, foi promulgada a Constituição de 1946, restabelecendo a orientação descentralista e liberal da Carta de 1934. A Constituição de 1946 atribuiu novamente aos estados e ao Distrito Federal o direito de organizarem os seus respectivos sistemas de ensino, desde que seguissem as diretrizes fixadas pela união.

---

<sup>88</sup> Ibidem.

A maioria dos estados, porém, manteve a Lei Orgânica do Ensino Normal como padrão para a reorganização dos cursos de formação de professores primários, com exceção apenas de São Paulo e Bahia<sup>89</sup>, que fizeram opção por elaborar suas próprias normas que, na realidade não diferenciavam muito do estabelecido na referida lei.

No período 1946-1958, os recursos da União provenientes do Fundo Nacional do Ensino Primário, possibilitou real expansão da rede escolar, ampliando o número de edificações escolares. A rede elementar de ensino crescia a passos largos, em função da ampliação do ensino primário, as Escolas Normais por sua vez passaram também por um desenvolvimento mais acelerado, mas, devido à ausência de uma política única voltada para a formação do professor primário, os estados continuavam a estabelecer suas próprias diretrizes, ainda com base na Lei Orgânica do Ensino Normal.

Se, até a década de 1940, a criação e o funcionamento das Escolas Normais não atendiam ainda a demanda de formar professores para os anos iniciais da escolarização, após esse período a formação docente nas escolas normais passa por um período de expansão e valorização por diversos fatores<sup>90</sup>. Dentre eles está o de possuir um currículo considerado pela sociedade adequado para formação das futuras donas de casa, esposas e mães. Além disso, o magistério, profissão com a possibilidade de ocupação de poucas horas diárias e férias escolares constitui uma profissão conveniente para as mulheres, possibilitando acumulá-la facilmente às suas funções domésticas. Por outro lado, apresenta a vantagem de conferir um diploma profissional que poderia se tornar útil em caso de necessidade, abrindo também a possibilidade de ingresso no ensino superior.

Enquanto até meados do primeiro quartel deste século foi lento o desenvolvimento do ensino normal, grande foi o impulso que esse ensino tomou nas décadas seguintes. A multiplicação das escolas normais não foi fruto do aumento do interesse pelo magistério primário, mas deveu-se às múltiplas funções que essas instituições passaram a desempenhar. E elas atraíram não apenas jovens das classes médias, mas também de famílias abastadas. Tanto assim

---

<sup>89</sup> TANURI, Leonor Maria. História da Formação de Professores. *Revista Brasileira de Educação*. Campinas: n. 14, p. 61-88, mai./jun./jul./ago., 2000.

<sup>90</sup> WEREBE, Maria José Garcia. *Grandezas e misérias do ensino no Brasil*. São Paulo: Ática, 1994.p. 192.

que foram instalados cursos normais nos colégios mais tradicionais, freqüentados por moças das famílias mais ricas.<sup>91</sup>

Por esses motivos, em todo o país houve um aumento da demanda por vagas nas Escolas Normais aumentando conseqüentemente a criação de instituições que oferecessem o curso de formação de professores para o Ensino Primário.

Em 1961, com a implantação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a LDB n.º 4.024 de 20 de dezembro de 1961, o Ensino Normal não sofreu grandes transformações em sua estrutura, mas conservou grande parte das diretrizes estabelecidas na Lei Orgânica do Ensino Normal em se tratando da duração dos estudos e da divisão do curso em ciclos.

As diretrizes estabelecidas na Lei 4024/61 em relação à formação docente, determinaram que a formação de professores primários fosse oferecida em instituições de dois níveis, o primeiro sendo na Escola Normal de Grau Ginásial, contando com quatro séries anuais, tendo como finalidade habilitar os denominados regentes do ensino primário e o segundo na Escola Normal de Grau Colegial com três séries anuais, responsável em habilitar o professor primário.

Nota-se que poucas inovações ocorreram com a implantação da Lei 4.024/6; houve mudança quanto à equivalência legal das diferentes modalidades do ensino médio, da descentralização administrativa e quanto à flexibilidade curricular, tornando possível o rompimento da uniformidade curricular das Escolas Normais adequando-as a seus planos de curso às condições locais e regionais<sup>9293</sup>.

Oportunizado pela flexibilidade curricular proposta na lei, o currículo do Curso Normal ficou dividido em quatro seções: a primeira, constando das Disciplinas Obrigatórias, indicadas pelo Conselho Federal de Educação, que eram Português, Matemática, Ciências Físicas e Biológicas, História e Geografia; as Disciplinas Complementares, indicadas pelo Sistema Estadual de Ensino; e as Disciplinas Optativas, indicadas pelo estabelecimento de ensino e as disciplinas de Práticas Educativas.

---

<sup>91</sup> Idem, ibidem, p.193.

<sup>92</sup> GATTI, Bernadete Angelina; ROVAI, Evangelina. Alguns aspectos da legislação sobre a formação do professor primário (1957-1975) no estado de São Paulo. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 20, p. 7-37, mar. 1977.

<sup>93</sup> TANURI, Leonor. História da Formação de Professores. *Revista Brasileira de Educação*. ANPEd, 500 anos de Educação Escolar, 2000.

Na década de 1960<sup>94</sup>, o curso normal, juntamente com o curso técnico comercial e técnico agrícola, fazia parte de uma educação com caráter terminal, voltada para o trabalho; ao mesmo tempo em que uma outra forma de educação era delineada para as elites, compreendida pelo ensino primário, seguida do ensino secundário propedêutico sendo complementada pelo ensino superior. Dessa forma, a educação brasileira estava caracterizada pelo caráter dualista em que as atividades intelectuais e manuais estavam separadas, caracterizava ainda o ensino médio como uma reunião de diferentes tipos de ensino e não como propriamente um nível de ensino dentro de um sistema escolar.

A década seguinte foi marcada por grandes mudanças no aspecto econômico, político, social e educacional; uma fase em que se vivia o milagre econômico, o agravamento da ditadura militar e o período das reformas educacionais do Ensino Primário e Secundário. A necessidade de ajustes na educação apontava que esse novo momento social pedia uma nova visão educacional e uma nova escola. A reforma tão solicitada resultou na Lei 5.692/71, que foi recebida como a redentora da educação brasileira, atendia aos propósitos de construção de um projeto nacional que serviria como alavanca para o desenvolvimento do Brasil-Potência<sup>95</sup>.

A Lei 5.692 de 1971, com base na LDB nº 4.024/61, com o intuito de sanar os problemas referentes à dualidade do ensino médio, estabelece, em seu artigo a profissionalização, a nível de 2º grau de forma obrigatória, direcionando a profissionalização para todos os adolescentes e jovens. Em decorrência da resistência da sociedade brasileira quanto a essa obrigatoriedade é publicado o Parecer nº 76/75 do Conselho Federal de Educação, flexibilizando a questão. O parecer definiu habilitações básicas em relação a determinadas áreas profissionais e trouxe também mudanças na divisão entre a educação geral e a formação especial, permitindo aumentar a carga horária das disciplinas de caráter geral. Dessa forma, o Parecer nº 76/75 consegue desestruturar o postulado da profissionalização compulsória no 2º grau, preparando, de certa forma, mudanças mais profundas na legislação.

---

<sup>94</sup> NUNES, Clarice. *Ensino Normal: formação de professores*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002,

<sup>95</sup> SAVIANI, Demerval. *Política e educação no Brasil: o papel do Congresso Nacional na legislação do ensino*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1999.

A configuração do Ensino Normal, com a promulgação da LDB 5.692/71, muda sensivelmente (NUNES, 2002; TANURI, 2000; WEREBE, 1994), tomando uma nova conformação, tornando-se apenas uma das habilitações do ensino de segundo grau, contribuindo, nos grandes centros, para a corrida dos futuros professores às faculdades de Filosofia, Ciências e Letras.

Com a reforma do ensino de segundo grau de 1971, o ensino normal, tal como existia antes, desapareceu. Desapareceram também os institutos de educação. O curso normal passou a constituir uma das habilitações do ensino de segundo grau: Habilitação para o magistério.<sup>96</sup>

Por outro lado, a LDB 5.692/71, em seu artigo 30, determina a exigência da formação, para atuar como professor e as habilitações mínimas exigidas em cada nível de ensino, sendo que, para atuar nas séries iniciais a formação mínima deveria ser a habilitação em nível de segundo grau:

Art. 30. Exigir-se-á como formação mínima para o exercício do magistério:

- a) no ensino de 1º grau, da 1ª à 4ª séries, habilitação específica de 2º grau;
- b) no ensino de 1º grau, da 1ª à 8ª séries, habilitação específica de grau superior, ao nível de graduação, representada por licenciatura de 1º grau obtida em curso de curta duração;
- c) em todo o ensino de 1º e 2º graus, habilitação específica obtida em curso superior de graduação correspondente a licenciatura plena.<sup>97</sup>

Na tentativa de ordenar a diferença produzida pela diversidade regional em todo o país, a alínea C, acima citada, tornou a formação do professor primário elevada ao nível superior de ensino onde a formação deste deveria ocorrer nos cursos de Licenciatura Plena.

O fato de se elevar o nível de exigência em relação à formação dos professores para as séries iniciais do primeiro grau, do nível de 2º grau para o nível superior, foi incontestavelmente um salto do ponto de vista relacionado à qualidade do trabalho do professor, porém contestável, sobretudo em relação aos professores

<sup>96</sup> WEREBE, Maria José Garcia. *Grandezas e misérias do ensino no Brasil*. São Paulo: Ática, 1994, p.194.

<sup>97</sup> BRASIL. *Lei n. 5.692*, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes\\_escritas/7\\_Gov\\_Militar/lei%205.692%20-%201971%20-%20diretrizes%20e%20bases%20para%20o%20ensino%20de%201%20e%202%20graus.htm](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/7_Gov_Militar/lei%205.692%20-%201971%20-%20diretrizes%20e%20bases%20para%20o%20ensino%20de%201%20e%202%20graus.htm). Acesso em: 15 agosto. 2011.

dos anos iniciais onde “[...] não pode justificar um maior número de anos de formação, tendo em vista as condições de exercício do magistério, geralmente difíceis, com uma remuneração humilhante”<sup>98</sup>.

Outro ponto dificultador para esse item da legislação relacionado à formação docente fosse implementado aponta para a escassez de cursos de formação de professores, de nível superior na maioria dos municípios do interior brasileiro.

Diante disso, em seu artigo 77, a Lei faz algumas concessões para o caso em que ocorra nos municípios a falta de professores habilitados para o exercício da profissão:

Art. 77. Quando a oferta de professôres, legalmente habilitados, não bastar para atender às necessidades do ensino, permitir-se-á que lecionem, em caráter suplementar e a título precário:

b) no ensino de 1º grau, até a 6ª série, os diplomados com habilitação para o magistério ao nível da 3ª série de 2º grau;<sup>99</sup>

Considerando a escassez dos cursos de formação dos professores na maioria das regiões do país, o mesmo artigo, amplia em forma de concessão para os municípios onde a falta de profissionais qualificados perdurar,

Parágrafo único. Onde e quando persistir a falta real de professores, após a aplicação dos critérios estabelecidos neste artigo, poderão ainda lecionar:

b) no ensino de 1º grau, até a 5ª série, candidatos habilitados em exames de capacitação regulados, nos vários sistemas, pelos respectivos Conselhos de Educação;

c) nas demais séries do ensino de 1º grau e no de 2º grau, candidatos habilitados em exames de suficiência regulados pelo Conselho Federal de Educação e realizados em instituições oficiais de ensino superior indicados pelo mesmo Conselho.<sup>100</sup>

Quanto à valorização dos professores, a Lei, em seu artigo 34, estabelece que a admissão de professores no ensino oficial de 1º e 2º graus será efetivada mediante concurso público de provas e títulos, obedecendo para as inscrições do mesmo as exigências de formação da mesma lei e no artigo 39, visando a

<sup>98</sup> WEREBE. Maria José Garcia. *Grandezas e misérias do ensino no Brasil*. São Paulo: Ática, 1994, p.196

<sup>99</sup> BRASIL. *Lei n. 5.692*, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes\\_escritas/7\\_Gov\\_Militar/lei%205.692%20-%201971%20-%20diretrizes%20e%20bases%20para%20o%20ensino%20de%201%20e%202%20graus.htm](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/7_Gov_Militar/lei%205.692%20-%201971%20-%20diretrizes%20e%20bases%20para%20o%20ensino%20de%201%20e%202%20graus.htm). Acesso em: 15 agosto. 2011.

<sup>100</sup> Idem, ibidem.



organização de tamanha heterogeneidade na formação dos professores que estavam atuando nos diferentes níveis de ensino, vinculou os níveis salariais dos professores ao seu nível de formação e não no nível de ensino ao qual o profissional atuava:

Art. 39. Os sistemas de ensino devem fixar a remuneração dos professores e especialistas de ensino de 1º e 2º graus, tendo em vista a maior qualificação em cursos e estágios de formação, aperfeiçoamento ou especialização, sem distinção de graus escolares em que atuem<sup>101</sup>.

Ao direcionar a formação de professores para o nível superior, a LDB 5.692/71 transformou o magistério, caracterizando-o somente em mais uma das habilitações do ensino de segundo grau, ocasionando uma procura maior pela formação docente a nível de ensino superior, “A corrida às faculdades de Filosofia Ciências e Letras das grandes cidades brasileiras tornou-se realidade, mas os salários não melhoraram em decorrência do nível de formação do professor”<sup>102</sup>.

Revisitando a história da política educacional brasileira, concordo com Gatti (1987)<sup>103</sup> e Tanuri (1989)<sup>104</sup> que as reformas de certa forma não reformam, mas desmobilizam eventuais movimentos no campo da educação como foi no caso das escolas normais brasileiras e a formação por elas ministrada,

Assim, tivemos uma Escola Normal que, quais que sejam as críticas que possamos lhe fazer, tinha uma tradição respeitável, no que se refere tanto a suas funções sociais e culturais quanto à qualificação de professores e à expansão de oportunidades educacionais.

A reforma de 1971 e a consequente diluição da Escola Normal em apenas uma Habilitação do ensino de 2º grau levou a uma descaracterização da instituição, a carga horária referente aos conteúdos pedagógicos foi reduzida uma vez que o ingresso no Curso Normal dava-se na 2ª série do curso.

A expansão do ensino normal de nível médio por todo o país não foi garantia para a formação de professores em número suficientemente adequado para o ensino primário. Apesar do número expressivo de professores diplomados no

<sup>101</sup> Idem, ibidem.

<sup>102</sup> NUNES, Clarice. *Ensino Normal: formação de professores*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 14.

<sup>103</sup> GATTI, Bernadete A. Sobre a formação de professores para o 1º e 2º grau. *Em Aberto*. Brasília, 6 (34): 11-5, abr./jun. 1987.

<sup>104</sup> TANURI, Leonor M. Política integrada de formação de professores. *Cadernos de Pesquisa*, 71. São Paulo, nov. 1989.

Magistério de 1º grau, a cada ano era maior que a demanda para as escolas primárias, sendo que em algumas regiões do país a quantidade de professores leigos continuava aumentando pelo fato de que nem todas as normalistas ingressavam na carreira do magistério.

### **3.2 Minas Gerais e a Formação De Professores**

Com a proclamação da república, em 1889, os novos governantes do Brasil, em oposição às políticas do Império e com a intenção de reorganizar a nação brasileira que considerava envolta em atraso, tentam imprimir uma nova ordem política valorizando a ciência, a nação e a educação. A necessidade de impulsionar a educação rumo à modernidade fez com que os esforços ultrapassassem a formação moral e intelectual e vislumbassem a capacitação para o trabalho.

Minas Gerais, em consonância com o restante da nação se defrontaram com inúmeros problemas, dentre eles o ensino. Apesar de sua importância na federação, os governantes mineiros não poderiam ditar normas de ensino para que a situação se normalizasse, visto que não havia diretrizes de âmbito federal dando autonomia aos estados.

Apenas três anos após a proclamação da república, houve a publicação da Lei de n.º41, de 3 de agosto de 1892, conhecida como Reforma Afonso Pena, tendo a finalidade de reformar a instrução pública em Minas Gerais nos seus diferentes graus. Essa reforma foi essencialmente descentralizadora<sup>105</sup>, instituindo a criação de um órgão técnico para estudar métodos e processos de ensino, estabelecendo a inspetoria ambulante para a fiscalização das escolas do interior. Em 1899 e 1900 Silviano Brandão, impulsionado por sérios problemas nas contas públicas, promoveu alterações na regulamentação do ensino determinando inclusive, o número de escolas primárias para o estado.

---

<sup>105</sup> MOURÃO, Paulo Kruger Corrêa. *O ensino em Minas Gerais no tempo da República*. Belo Horizonte: Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Minas Gerais, 1962.

O estado ficava encarregado em grande parte das tarefas educacionais, reconhecia e, às vezes, subvencionava o ensino particular. As escolas recebiam classificações diferentes, de acordo com a sua localização. Nessa reforma, as correções eram feitas de modo a elevar a moral do aluno, diferente da que se vigorava no tempo do império, onde os castigos rebaixavam moralmente os alunos. A Reforma Afonso Pena, veio, ainda, carregada de traços positivistas, revelados na tendência ao enciclopedismo e nos currículos e programas do ensino Normal e primário.

O desafio de melhorar a educação era grande, com a necessidade de legitimar o regime republicano, o governo mineiro dá andamento ao processo de reorganização do sistema escolar, enfrentando inúmeros desafios uma vez que as escolas republicanas pouco se distanciavam das cadeiras de primeiras letras mantidas no período imperial. Nesse momento, as escolas mineiras ainda encontravam-se instaladas em prédios adaptados, sem o conforto, sem respeito às normas de higiene, apresentando, dentre outros, carência de materiais didáticos (FARIA FILHO<sup>106</sup>, 1987; MOURÃO, 1962)<sup>107</sup>.

Nesse sentido, a situação apresentada pelas escolas mineiras, não atendiam às necessidades e às demandas de uma escola com vista a contribuir para o crescimento do estado e do país. O reconhecimento da situação precária das escolas, a necessidade de bons professores, a escassez de escolas normais e a urgente necessidade de sua reforma, está explícita na mensagem do presidente Francisco Antonio de Salles em 1904:

São elementos essenciais de uma boa reforma do ensino a constituição de um bom professorado, a fiscalização real da escola, o fornecimento de prédios que reúnam as necessárias condições de higiene, o mobiliário escolar conveniente, e a obrigatoriedade do ensino. [...] Funcionam no Estado dez escolas normaes oficiaes, duas mantidas pelas municipalidades, e sete colégios particulares, aos quais foram conferidas as regalias de escolas).<sup>108</sup>

<sup>106</sup> FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na primeira República*. Passo Fundo: UPF, 2000.

<sup>107</sup> MOURÃO, Paulo Krüger. *O ensino em Minas Gerais no tempo da república (1889-1930)*. Belo Horizonte: Centro Regional de Pesquisas Educacionais, 1962.

<sup>108</sup> Mensagem do Presidente Francisco Antonio Salles, em 1904, p. 38-40.

Para tal, fazia-se necessário recriar a escola, não só numericamente mas de forma que ela fosse utilizada como importante alternativa na construção de um novo padrão civilizatório no país, formando o indivíduo para o exercício da cidadania.

É a partir de 1906 que o então presidente do estado de Minas Gerais, João Pinheiro, deu início à reforma do ensino primário e técnico-profissional. A reforma João Pinheiro trouxe a Minas Gerais a modernidade pedagógica, além de reunir as escolas isoladas com a criação dos Grupos Escolares, instituindo a constituição do espaço e tempo escolar que conhecemos hoje. Com o advento da criação e difusão dos grupos escolares em Minas Gerais, expressou-se uma concepção de política pública que visualizava a educação como elemento de progresso econômico e de urbanidade rumo à construção do cidadão inserido na república. Assim, no decorrer da primeira república, a educação escolar e em especial a educação nos grupos escolares agia como elemento propulsor da evolução da sociedade brasileira rumo aos caminhos alcançados por nações mais desenvolvidas, nesse sentido, a defesa da instrução elementar para todos se tornou parte central do projeto liberal da sociedade instituído com a república.

Em 1916, com vistas à uniformização do ensino primário em Minas Gerais, o decreto nº 4.524/1916 unificou os programas das Escolas Normais, tomando como padrão a Escola Normal da capital, determinando que ela fosse padrão a todas as outras em relação às normas administrativas, programas, horários, processos de ensino, escrituração e regimento interno. Ainda de acordo com o decreto, as Escolas Normais, assim organizadas, tinham o direito de requerer, junto ao estado, a equiparação, garantindo aos seus alunos os mesmos direitos dos diplomados pela Escola Normal da capital. Esse quadro perdurou até 1925, quando então o decreto nº 6831/1925 passou a exigir o atestado de equiparação apenas das Escolas Normais privadas.

A década de 1920 foi marcada pelo confronto de ideias entre correntes divergentes, influenciadas pelos movimentos europeus. Culminou com a crise econômica mundial de 1929, uma crise de natureza ética que foi resultado da incapacidade da classe dominante que estava no poder de incorporar no sistema os setores emergentes do país. Como consequência dessa crise, a escola é vista como ponto estratégico para promover a socialização necessária a essas classes em sua integração na sociedade. Peixoto explicita:

Para o governador de Minas Gerais, Antonio Carlos, um dos líderes da oligarquia no estado, a crise é, sobretudo ética. Resulta da incapacidade das elites de então abrir brechas aos grupos emergentes. Sua solução depende da modernização do aparelho do Estado, pois só através do aperfeiçoamento das instituições públicas seria possível salvar a democracia no país. Esse regime embora ideal encontrava-se ameaçado pelo uso de práticas inadequadas, como voto a descoberto, as eleições “bico-de-pena”, a intolerância às oposições, práticas que terminaram por colocar em risco, entre nós, a própria sobrevivência do Estado democrático. Era necessário, pois, redemocratizar a República brasileira, através de uma profunda revisão das instituições públicas, o que incluía mudanças no papel do Estado e a moralização do povo.<sup>109</sup>

Nesse contexto, a formação de professores em Minas Gerais, no período que antecedeu a Revolução de 1930, sofreu importantes reformulações, levadas a termo pelo Secretário dos Negócios do Interior, Francisco Campos e pelo Inspetor Geral da Instrução Pública, Mario Casasanta que, visando reabilitar a escola mineira, realizaram em 1927, uma grande reforma no Ensino Primário e Normal do Estado, adotando os princípios da Escola Nova.

Do ponto de vista ideológico, em função de sua postura liberal, ao investir na educação, Antonio Carlos e o Secretário do Interior, Francisco Campos, esperam estar contribuindo para promover uma ampla reforma nas consciências e, a partir daí, criar uma nova ordem social – a sociedade democrática aberta – em que se desconhecem lutas e conflitos. É a reconstrução social pela escola [...] segundo Francisco Campos, a principal função da escola é integrar o indivíduo ao meio social, dotando-o de certa homogeneidade na maneira de sentir, transformando-o de indivíduo em cidadão. A palavra cidadão expressa para campos, o indivíduo capaz de exercer sua liberdade, no sentido da racionalidade existente. Ser é racional. Por isso, para ele, a função da escola é transformar os indivíduos em seres racionais, adaptando-os de maneira adequada à sociedade.<sup>110</sup>

A opção da Reforma mineira pelo ensino primário é justificada pelo caráter estratégico que Antônio Carlos e Francisco Campos atribuem ao ensino da leitura e da escrita, condição indispensável para a aquisição da cidadania e do direito ao voto. Dentro desta perspectiva, expandir a escola primária representava a democratização da sociedade. Outros fatores motivadores foram as reivindicações feitas pelo povo por maiores oportunidades escolares no país e as exigências de formação de mão de obra e da inserção dos novos grupos na educação, não só os

<sup>109</sup> PEIXOTO, Ana Maria Casasanta. Uma nova era na escola mineira: a reforma Francisco Campos e Mário Casasanta (1927-1928). In: LEAL, M. C. e PIMENTEL, M. A. L. (orgs). *História e memória da Escola Nova*. São Paulo: Edições Loyola, 2003, p. 76 (aspas da autora).

<sup>110</sup> Ibidem, p. 78-79.

urbanos, mas também a população rural. Em se tratando de reformular a educação, a preocupação quanto ao ensino normal se deve ao fato de se considerar o trabalho do professor a base a qual se apóia a educação primária, e o principal responsável pelo seu êxito ou fracasso.

Faz-se necessário destacar outro fator de facilitação da Reforma: a legislação em vigor que, orientando-se pelo princípio da descentralização, conferia aos Estados ampla autonomia em relação ao ensino primário e aos cursos técnicos que incluía o Curso Normal, reservando à União o ensino secundário e superior direcionado a educação das elites.

A reforma de Campos, segundo Peixoto (2003), teve como objetivo imprimir uma nova conformação à escola mineira, fazendo com que esta se tornasse uma colaboradora da família e da sociedade na construção de uma nova ordem social no país. Com o intuito de alcançar essa nova configuração, de encontrar elementos e formas de organização do trabalho escolar, Campos adota os princípios da Escola Nova.

Esse novo modelo de escola, em oposição ao modelo tradicional, teve no aluno o centro da ação educativa, numa visão onde a criança deveria ser respeitada em suas características e necessidades biopsicológicas. Os elementos mais importantes nesse modelo foram os métodos, os programas e o professor, tendo sempre como objetivo maior o seu significado para o aluno e sua adaptação ao meio. Para Campos, o bom funcionamento da escola estava garantido com o controle desses três itens: métodos, programas e professor, iniciando para tal, um controle rigoroso quanto ao processo de ensino, das atividades exercidas pela escola e pelo professor em sala de aula.

Ao abordar os problemas relacionados à educação, reconheceu-se a importância do professor na implementação do novo modelo de educação proposto. Campos passou a encarar a formação do professor sob um novo prisma, ou seja, percebendo a necessidade de oferecer a ele condições de realização de um bom trabalho. Nesse período, a profissionalização do magistério era tema muito discutido e controvertido.

Campos promove a reforma do Ensino Normal, visando torná-lo um curso capaz de oferecer aos futuros professores os instrumentos necessários e

indispensáveis ao exercício da profissão. A Reforma amplia a duração do Curso Normal para sete anos, fortalecendo suas bases teóricas e práticas pelo curso de aplicação com duração de dois anos. Peixoto esclarece:

De acordo com o decreto n.º 6831/1925, que regulamentava o Ensino Normal em Minas Gerais, à formação do professor para o ensino primário se dava em 6 anos, assim distribuídos: Curso Fundamental, com duração de 2 anos, tendo como objetivo reforçar a formação básica do futuro professor, e Curso Normal, com duração de 4 anos, destinado à formação pedagógica. O esquema de formação, previsto por Campos, compreende três cursos, desenvolvidos em 7 anos: o de Adaptação, posterior ao Primário, tem a duração de 2 anos e se destina ao preparo do candidato à matrícula no Curso Preparatório, com duração de 3 anos, destina-se a ministrar a cultura geral indispensável à formação do magistério primário; e o de Aplicação com duração de 2 anos e de caráter estritamente profissional. Seu currículo é composto pelas seguintes disciplinas: Psicologia Educacional, Biologia e Higiene, História da Civilização, particularmente dos métodos e processos da educação, Metodologia e Prática Profissional.<sup>111</sup>

Percebe-se que a formação do professor foi um dos pontos-chave no movimento de renovação do ensino mineiro. Se na reforma do Ensino Primário, tudo deveria convergir para o desenvolvimento da criança, na reforma do Ensino Normal a ideia predominante foi a da formação do professor. O governo utilizou vários meios para isso, suas atenções se voltaram também para o aperfeiçoamento do professor, investindo na formação daquele que estava atuando. Hoje, chamamos esse tipo de formação, de formação continuada. Com essa visão foram previstos cursos, conferências e os chamados “dia de Leitura” que constavam de duas horas semanais, normalmente às quintas-feiras, destinadas à leitura na biblioteca ou em salas pré-destinadas, com a finalidade de atualização dos professores sobre temas importantes para a cultura docente.

Outras medidas foram tomadas em Minas Gerais demonstrando a preocupação com a profissionalização do magistério não se atendo somente à formação, incluindo várias medidas, visando à instituição do magistério como carreira, prevendo formas de acesso e promoção, utilizando-se de prêmios com o objetivo de incentivar estudos e pesquisas na área educacional como coloca Peixoto:

---

<sup>111</sup> PEIXOTO, Ana Maria Casasanta. Uma nova era na escola mineira: a reforma Francisco Campos e Mário Casasanta (1927-1928). In: LEAL, M. C. e PIMENTEL, M. A. L (orgs). *História e memória da Escola Nova*. São Paulo: Edições Loyola, 2003, p. 90.

Em sua tentativa de regulamentar a profissão docente, o Regulamento de Ensino Primário enfatiza alguns pontos já presentes na legislação anterior, tais como: exigência de diploma para o acesso à carreira; de concursos para provimento de cargos; estímulo à produção através de prêmios; e a tentativa de um controle moral sobre o professor. Mas ele vai mais longe, ao insistir na titulação e no concurso como condições para efetivação nos cargos da carreira do magistério e garantindo aos seus portadores prioridade no acesso à carreira.<sup>112</sup>

Apesar da preocupação do governo mineiro em relação à formação do professor e à sua profissionalização, no período que se seguiu à Revolução de 1930, o esquema de formação de professores, implantado por Francisco de Campos e Mário Casasanta, foi reduzido, a fim de diminuir custos, facilitar o ensino e o reconhecimento oficial do ensino ministrado pelos estabelecimentos particulares. Assim, o Decreto n.º 10.362/32, do Estado de Minas, suprimiu o Curso Preparatório, reduzindo de 7 para 5 anos o tempo previsto para a formação de professores, constando então de 2 anos de Adaptação e 3 anos de Normal. O Decreto acabou ainda com a distinção entre as Escolas Normais de primeiro e segundo graus, visando a eliminar preconceitos em relação aos egressos das Escolas Normais de 1º grau, mantendo a antiga organização apenas nas Escolas Normais de Belo Horizonte e Juiz de Fora.

Em 1946, por meio do Decreto-Lei de nº 1.878, de 28 de outubro de 1946, o governo mineiro adapta o Ensino Normal do estado em conformidade com o a Lei Orgânica do Ensino Normal, Decreto-Lei n. 8.530 de 1946. Além disso, estabelece que o ensino normal deva ser oferecido em dois ciclos, o primeiro com o objetivo de formar os regentes do ensino primário destinados à docência nas escolas rurais e distritais e o segundo denominado de Curso Normal, destinado à formação de professoras primárias, trazendo em seu artigo 18 a obrigatoriedade do diploma de normalista para o exercício da docência:

É vedado o exercício do magistério primário e pré-primário, público ou privado, aos não diplomados por escolas normais regionais, salvo nos casos em que não forem encontrados, na localidade, normalista ou regentes do ensino primário.<sup>113</sup>

<sup>112</sup> Idem, ibidem, p. 98.

<sup>113</sup> BRASIL. Lei n. 1.873, de 28 de outubro de 1946. Adapta o ensino normal do Estado aos princípios e normas da Lei Orgânica do Ensino Normal, baixada com o decreto-lei federal n.º 8.530, de 2 de janeiro de 1946. Disponível em:



Em 1950, novamente o governo mineiro, por meio do Decreto-Lei 3.508 de 21 de dezembro de 1950, vem consolidar as Leis e Decretos do ensino primário reforçando nele a necessidade do diploma de normalista para a nomeação no cargo de professor primário, quando destinado à regência e estabelece em seu artigo 402, parágrafo 4º que as professoras regentes, além de atuar nas escolas rurais e distritais, poderão ministrar a educação física, desenho, trabalhos manuais e modelagem, ou música e canto.

Aliada à exigência do diploma de normalista, em 1962 a Lei n.º 2.610 associa a exigência do diploma à posse dos concursos públicos de professores, em seu artigo 188, estabelece que: “[...] a nomeação para o cargo de professor primário deverá recair em normalistas classificada em concurso de provas e títulos, sujeita a nomeada a estágio probatório, na forma desta lei”.

Embora várias medidas normativas tivessem sido tomadas para assegurar a qualificação do professor primário, a certificação desses dispositivos não foi de fácil implantação.

Peixoto<sup>114</sup> alerta que o grande número de professores leigos nas escolas em Minas Gerais pode ser explicado, tendo como base dois parâmetros: o primeiro devido a configuração assumida pelos cursos normais que teve suas funções desviadas, transformando-se em parte em liceus para moças, verdadeiras escolas para preparação de futuras esposas e mães que utilizavam o diploma de normalista como seguro de vida em caso de eventualidade e que possibilitava ainda o ingresso no ensino superior.

Por outro lado, o número expressivo de professores leigos atuando nas escolas decorreu da atuação do próprio governo que via no magistério a possibilidade de barganha política, de cunho clientelista, criou inúmeras estratégias garantindo o acesso do professor leigo ao exercício da docência o que dificultava o acesso dos professores diplomados, e ainda efetivando no cargo professores por tempo de serviço e capacidade apresentada na função em detrimento da formação.

---

[http://www.pucminas.br/imagedb/magisterio/MAD\\_ARQ\\_ARQUI20050705175413.pdf](http://www.pucminas.br/imagedb/magisterio/MAD_ARQ_ARQUI20050705175413.pdf). Acesso em: 10 outubro 2011.

<sup>114</sup> PEIXOTO, Ana Maria Casasanta (orgs.). *A escola e seus atores: educação e profissão docente*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p. 21.

Em relação à formação dos professores, a aprovação da LDB 4.024 de 1961 trouxe como contribuição certa flexibilidade, abrandando a rigidez curricular, permitindo que os estados tivessem autonomia sobre os currículos do Ensino Médio. Dessa forma, os currículos dos cursos nos estados puderam diversificar-se, em função das regiões e das próprias escolas, desde que respeitado um mínimo de cinco disciplinas obrigatórias que foram fixadas nacionalmente, pelo Conselho Federal de Educação, em todos os ramos do Ensino Médio. Além disso, já não havia programas, horários e metodologia pré-estabelecidas. Nesse sentido, a formação de professores para o ensino primário ficou a cargo dos estados, que poderiam delinear uma política estadual de formação de professores baseado nos parâmetros definidos na Lei, embora estes não tivessem apresentado muita diferenciação do que estava posto na Lei Orgânica de 1946.

A proposta da LDB 4.024 de 1961 para a formação dos professores primários ainda ocorria em três níveis: nível ginásial, ministrado em Escolas Normais de grau ginásial; nível colegial, ministrado em Escolas Normais de grau colegial ou nos Institutos de Educação e o nível Pós-normal que abarcava os cursos de especialização de professores primários, a formação de administradores, supervisores e orientadores para atuar nas escolas primárias.

A divisão da formação de professores primários em níveis de ensino permitiu uma hierarquização dos sistemas estaduais de ensino que puderam então escolher o nível que mais se adequasse às necessidades e possibilidades locais e regionais. Por outro lado essa flexibilização possibilitou desigualdades regionais no preparo dos professores.

As questões educacionais em Minas Gerais continuaram enfrentando grandes desafios, os acontecimentos políticos e sociais envolvem toda a sociedade e chega até a escola<sup>115</sup>. A década de 1970, apesar do regime de recessão imposto pelo golpe militar de 1964 mostra-se enriquecida pelos novos temas difundidos pelos movimentos sociais, dentre eles a luta pelos direitos civis, políticos e trabalhistas configurando um movimento da sociedade pela redemocratização do país o que refletiu positivamente na educação.

---

<sup>115</sup> PASSOS, Mauro. Historiando embates e conquistas da profissão docente em Minas Gerais. In: PEIXOTO, Ana Maria Casasanta (orgs.). *A escola e seus atores: educação e profissão docente*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p. 29.

A formação e o trabalho docente, nesse contexto vão sendo influenciados com os novos temas que compõem os movimentos sociais e, apesar de estar sob o controle governamental que instituiu padrões de normatividade por meio de ameaças, punições e violências, houve registros de resistências que levaram ao reconhecimento da ação docente em diversas regiões e cidades mineiras<sup>116</sup>.

As greves e reivindicações dos professores gerou mudança significativa a partir de 1970, foram sendo delineadas mudanças na qualificação dos professores mineiros em consonância com o que já estava ocorrendo em diversas partes do país, entrava em destaque a necessidade de formação específica e de ampliação da formação docente para a graduação e especialização.

O aumento na criação de escolas nas cidades mineiras refletem o aumento significativo no processo de urbanização e a importância atribuída à escola primária para a aquisição de instrumentos indispensáveis ao exercício da cidadania principalmente o direito ao voto. Em decorrência desse aumento no número de matrículas houve a necessidade de duplicação de turnos prejudicando a qualidade da educação oferecida.

Com a Reforma do Ensino que resultou na Lei 5.692 em 1971, o Curso Normal e os Institutos de Educação, até então responsáveis em formar o professor para as séries iniciais, deixa de existir. A formação docente para esse nível de ensino passa a ser responsabilidade, de acordo com a Lei, das escolas de 2º grau, nas chamadas Habilitações de Magistério, configurando mais uma modalidade de ensino técnico profissionalizante.

Compreendendo que o conjunto do magistério é predominantemente feminino e que no espaço da formação e da profissionalização destacam-se elementos que influenciaram e direcionaram as mulheres na escolha da formação e da profissão, o tema abaixo busca compreender o processo de feminização do magistério a partir da história da formação docente e das narrativas dos sujeitos desse estudo.

---

<sup>116</sup> Ibidem, p. 30.

### 3.3 Escola Normal: educando mulheres para as funções de professora e mãe

Pensar as questões que incidiram diretamente no processo de formação de professores no Brasil, nos leva a refletir sobre as transformações que influenciaram a sociedade como um todo. Para melhor compreender esse processo retroagir ao período colonial, onde a educação era função estritamente masculina, os alunos eram do sexo masculino e os mestres eram em sua maioria religiosos, resultado de uma herança portuguesa uma vez que eles trouxeram para o Brasil seus modelos de comportamento e dominação.

O modelo patriarcal, típico da cultura ocidental judaico-cristã foi difundido e enraizado em nossa cultura. Esse modelo de sociedade patriarcal determinava que as mulheres fossem subjugadas pelos homens da família: pelo pai, pelo marido e pelas regras elaboradas por estes<sup>117</sup>. O paternalismo mantinha o campo de ação das mulheres à esfera privada do lar e sua ação pública se limitava às atividades da igreja. Essas restrições fizeram com que a mulher se limitasse ao âmbito doméstico e à condição de mera reprodutora, permanecendo como objeto de domínio masculino. Em se tratando de educação, bastava-lhe aprender as primeiras letras e os cálculos aritméticos básicos que assegurassem as tarefas desempenhadas no lar.

Até o século XIX essa mentalidade perdurou em relação à educação, dando pouco valor à instrução feminina, reforçado pelo fato de que as normas sociais impediam as mulheres de ocupar cargos sociais e até mesmo desaconselhando-as de saírem desacompanhadas. Os pais, por esses fatores, preferiam educar suas filhas em casa com professores particulares ou clérigos, além dos poucos conhecimentos acadêmicos a elas ministrados, acrescia-se preferência às prendas domésticas visando preparar as meninas para o casamento, o que acontecia em tenra idade. Nesse sentido, o real objetivo da educação feminina era preparar a mulher para o serviço doméstico e o cuidado com os filhos e o marido.

---

<sup>117</sup> FREITAS, Maria Teresa de Assunção. *Memória de Professoras: história e Histórias*. Juiz de Fora: UFJF, 2000.

Ao final do século XIX as estatísticas referentes à escolarização do povo, revelavam um grande índice de analfabetismo aumentando a preocupação com a educação da população iletrada. Na intenção de reverter o quadro, os intelectuais e governantes da época, em conformidade com os ideais republicanos, estimulam a criação de espírito de nação preparando os cidadãos para o trabalho livre. A proposta elencada para resolver os problemas que assolavam o país centraram-se nas reformas das instituições monárquicas representando o novo regime político e a nova organização do trabalho que se instituía.

Buscando reverter o quadro desolador em que se encontrava a educação no Brasil, vários temas se colocam em discussão para se alcançar as mudanças necessárias no campo educacional, dentre eles: a organização do ensino primário, da Escola Normal e a obrigatoriedade do ensino apresentam-se como essenciais para a difusão da escolarização em massa. No bojo dessas reformas, a organização da escola primária por meio dos grupos escolares, modelo educacional que abarcava um maior número de crianças, foi uma das maiores conquistas do final do século XIX.

Nesse novo contexto, a mulher é cogitada como educadora uma vez que, para reverter o quadro de analfabetismo que assolava a nação fazia-se premente a criação de escolas o que levaria também ao aumento da mão de obra tão necessária. Nessa nova configuração de sociedade que se proclamava progressista, com foco na regeneração nacional, havia a crença em um modelo de escola que domestica, ampara cuida e educa. Essa crença de remodelação da nação por meio da escola se prolonga pelas décadas seguintes e coloca nas mãos femininas a responsabilidade de guiar a infância e moralizar os costumes.

A figura da mulher atuante na escola-mãe que redime e encaminha para uma vida de utilidade e sucesso é esculpida em prosa e verso. Nessa visão constrói-se a tessitura mulher-mãe-professora, aquela que ilumina na senda do saber e da moralidade, qual mãe amorosa debruçada sobre frágeis crianças a serem orientadas e transformadas [...]<sup>118</sup>

Neste cenário, a imagem da mulher professora é utilizada como coadjuvante em uma política que apresentava a escola como transformadora de consciências.

---

<sup>118</sup> ALMEIDA, Jane Soares de. Mulheres na Educação: missão, vocação e destino? In: SAVIANI, Demerval [et al.]. *O legado educacional do século XX*. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

Por outro lado, a inserção feminina num espaço profissional representado pela educação da infância, pressuposto das primeiras décadas do século XX, foi também palco dos primeiros movimentos pela liberação feminina.

Algumas conquistas femininas foram efetivadas nas primeiras décadas do século XX como o acesso da mulher ao ensino superior e à algumas profissões, porém os ideais sociais estabelecidos nos séculos anteriores em relação às mulheres permaneceram por longo tempo, impregnando a mentalidade brasileira moldando um modelo de mulher com base nesse perfil.

A necessidade de universalização do ensino por meio da ampliação da escola primária se aliou a necessidade de dar destino profissional às jovens de baixa renda, fazendo com que se investisse na criação de cursos preparatórios de formação representados pelas escolas normais<sup>119</sup>.

Neste contexto, o magistério era o caminho possível para a maioria das mulheres brasileiras, principalmente para aquelas das camadas médias da população, pois no Brasil, até os anos de 1930, era o único trabalho considerado digno para o sexo feminino; além de digno era o que possibilitava ser atrelado às tarefas domésticas que teriam que ser desempenhadas por elas no lar<sup>120</sup>. Como a instrução da mulher deveria ser aproveitada pelo marido e pelos filhos, essa instrução deveria estar direcionada às atividades que tivessem consonância com as do lar.

Parece-nos que fica implícito que a posição dominante na escola esperava formar uma jovem com religiosidade, obediente aos superiores e às leis, recatada; uma professora bem preparada para exercer suas funções, ou seja com domínio do saber escolar, habilidades técnico pedagógicas e dedicação quase maternal a seus alunos.<sup>121</sup>

No município de Ituiutaba, MG, onde esta pesquisa se insere descubro que, esse currículo visando a formação da normalista aliada à formação da esposa e mãe perdurou bem mais que a década de 1930. Os depoimentos das alunas Diniz e Ribeiro, referente ao Curso Normal do Instituto Marden na década de 1950, em Ituiutaba, confirma um currículo apropriado à formação da mulher-mãe-professora.

<sup>119</sup> Ibidem, p. 71.

<sup>120</sup> ALMEIDA, J. S. de. Mulheres na escola: Algumas reflexões sobre o magistério feminino. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n. 96, p. 71-78, fev., 1996.

<sup>121</sup> LOURO, Guacira Lopes. Prendas e antiprendas: educando a mulher gaúcha. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v.11, n.2, p.25-56, jul./dez. 1986.

Eu me lembro até hoje, para aprender a fazer as roupinhas de neném, enxovalzinho. Todas nós tínhamos de fazer o enxovalzinho do neném, em miniatura. Pregava no álbum, ficava bonitinho até. É, na aula de trabalhos manuais com a dona Sara Feres. A dona Sara feres com esses manguitos (risos) As roupinhas, os palitózinhos, touquinha, fazia o sapatinho. Tudo de neném. Fazia um enxovalzinho de neném. De certo era do currículo não é? Tinha que fazer (DINIZ, 2014)<sup>122</sup>.

E o Doutor Petronio pulicultura. Foi com ele que fomos nessa casa, ela deu banho no neném, com é que você segura o neném na bacia para você lavá-lo, depois ela amamentou o neném. Uma pessoa da sociedade, pessoa conhecida dele e que não sentiu timidez em fazer isso perto da gente. Dez alunas, aula prática de puericultura (DINIZ, 2014)<sup>123</sup>.

O ensino normal desse tempo, ele preparava a aluna para casar. Para ser dona de casa. Sabe? Então, tinha aula de... Artes Aplicadas, tinha aula de economia domestica também sabe? Aí esse eu gostava, mas a parte de costura, Deus me livre eu não gostava não [...] Ensinava a fazer fraldinha de bebê. Porque nesse tempo não comprava, não tinha fralda descartável. Então ensinava a fazer bainha nas fraldinhas, sabe? [...] Professora falava: \_Nós vamos debruar. Era fazer um acabamentoo nas flanelas. Eu falava: \_ Eu estou debulhando a flanela (risos) Não gostava de jeito nenhum. Música e Canto era comigo. Eu sempre gostei de cantar, gostava muito de cantar, até hoje ainda canto (RIBEIRO G., 2014)<sup>124</sup>.

Havia uma corrente. Engraçado, que o Curso Normal preparava professores e preparava as mães. Se você quer ser professora, você vai fazer Normal. Também se você quer ser mãe você vai fazer Normal. Porque você vai aprender a educar seus filhos. Era a corrente. (DINIZ, 2014)<sup>125</sup>

A inserção das mulheres no mercado de trabalho, apesar das dificuldades, foi sendo alcançada gradativamente, uma vez que o contexto sócio cultural da época, que rejeitava o trabalho assalariado, estendeu esse preconceito para o magistério. O preconceito expresso socialmente contra o magistério feminino centrava-se menos na profissão do que no trabalho assalariado que, para a mentalidade ainda impregnada do colonialismo, estava cercada de certa vergonha, mais apropriada para as classes mais baixas. Em contradição à visão de magistério como trabalho assalariado, estava a ideia de que, para as mulheres, o fato de receber um

<sup>122</sup> DINIZ, Maria Mirza Cury. Ituiutaba, Ituiutaba, 15 de janeiro de 2014 (81 min.). Arquivo digital. Entrevista concedida a mim.

<sup>123</sup> Ibidem.

<sup>124</sup> RIBEIRO, Georgia Maria Finholdt. Ituiutaba, 27 de janeiro de 2014. Arquivo digital (65 min.). Entrevista concedida a mim.

<sup>125</sup> DINIZ, Maria Mirza Cury. Ituiutaba, Ituiutaba, 15 de janeiro de 2014 (81 min.). Arquivo digital. Entrevista concedida a mim.

pagamento para ser professora fosse mascarado pela nobreza de uma missão a ser desempenhada ou mesmo da ideia de sacerdócio.

O discurso educacional passa a ser em prol de uma educação dos sentimentos, de doçura, caridade, solidariedade e abnegação, é preciso ter vocação para o magistério e as mulheres são as eleitas, uma vez que já possuem vocação para a maternidade. Essa idealização do papel do professor foi chegando às mulheres para quem o trabalho na esfera pública surgia como uma nobre missão, uma extensão de sua função maternal.

Com a ampliação do processo da industrialização e urbanização do país, aumenta a demanda pela escolarização, surgindo os primeiros movimentos de reivindicação popular por escolas que influenciarão o sistema educacional, provocando a expansão da rede pública e o debate sobre a redefinição do papel de escola. A Escola Normal nesse contexto se afirma e se consolida, sendo frequentada cada vez mais por mulheres de classe média. Grande parte das normalistas não seguia a carreira de professoras, mas adquirir o diploma trazia certa segurança, garantia para um futuro incerto e status social. Ribeiro reforça em seu depoimento: “Agora da minha turma poucas foram professoras, não eram todas. Muitas estavam ali eram meninas ricas, e tudo. Estavam ali para ter um diploma. Sabe? Então a maioria não foi professora”<sup>126</sup>.

A mesma ideia estava presente no discurso de alguns professores, que expressavam a indicação de que as mulheres, apesar da formação docente deveriam permanecer no lar, cuidando da casa, da cozinha e da família, o depoimento de Moraes confirma: “Ele brincava conosco (referindo-se ao professor de química), com as meninas, e falava assim: \_ A química de mulher é ir para a cozinha, fazer bolo, fazer comida gostosa”<sup>127</sup>.

O pensamento da sociedade Ituiutabana não se diferiu do restante do país quanto às opções femininas de formação e de qualificação para o trabalho. Se, nas décadas anteriores, a prioridade era a formação que preparasse a mulher para ser esposa, mãe e dona de casa, nas décadas de 1950 e 1960, período no qual algumas das depoentes desse estudo estudaram na Escola Normal, é acrescida a

---

<sup>126</sup> RIBEIRO, Georgia Maria Finholdt. Ituiutaba, 27 de janeiro de 2014. Arquivo digital (65 min.). Entrevista concedida a mim.

<sup>127</sup> MORAES, Vera Cruz de Oliveira. Ituiutaba, 29 de janeiro de 2014. Arquivo digital (56 min.). Entrevista concedida a mim.



essa formação um novo papel: era a oportunidade que muitas jovens tinham de ter uma profissão que permitisse além dos cuidados no lar, completar a renda familiar dos maridos que estava sendo insuficiente devido ao capitalismo. Pimenta afirma,

Ou, como ocorreu sobretudo nos anos 50 e 60, quando a mulher começou a ter necessidade de completar a renda familiar, uma vez que o trabalho dos maridos foi sendo deteriorado no cerne do capitalismo brasileiro. O exercício do magistério então se coadunava com o trabalho doméstico.<sup>128</sup>

Os depoimentos de Araújo referente à década de 1950 e Resende à década de 1960 deixam claro que era a profissão mais difundida e aceita, não só pela sociedade tijucana, mas também pelas moças da época.

Mas havia poucos da parte masculina que estudavam. [...] Ficava mais a cargo das mulheres. Quando falava professor, todo mundo já achava que professor tinha que ser só do sexo feminino. Hoje não.<sup>129</sup> Interessava mesmo fazer o curso normal, lecionar era a proposta da época para a moça, era mais a Escola Normal não é? Aí a gente foi fazer a escola Normal, a opção que tinha aqui era a Escola Normal. Todo mundo fazia a Escola Normal e logo casava, e assim a gente fez.<sup>130</sup>

Por tratar-se de uma região onde a economia ainda baseava-se na agricultura e na pecuária, muitas famílias, principalmente dos grandes fazendeiros, tinham suas residências localizadas na zona rural e encaminhavam seus filhos e filhas para estudarem na cidade, muitas vezes, morando nos internatos disponibilizados pelo Instituto Marden e pelo Colégio Santa Teresa. O depoimento de Faria expressa a diferenciação dada pelas famílias em relação à educação dos filhos e a educação das filhas,

Foi automático. Foi automático! Terminou o ginásio, o que tem no Santa Teresa é o magistério; é o magistério! Porque o papai por ser um homem assim avançado pela época, queria que os filhos estudassem, que tivessem um curso superior e tudo mais. Mas ele, ainda em relação às filhas, ele era muito machista. Então o curso que ele via para as filhas era através do magistério. Então automaticamente, não foi uma escolha, aconteceu. “Irmã Letícia, o que tem aqui? Terminou o ginásio, o que tem aqui para minha filha?”

<sup>128</sup> PIMENTA, Selma Garrido. O estágio na formação de professores: unidade, teoria e prática. Cortez: São Paulo, 1994, p. 33.

<sup>129</sup> ARAÚJO, Ester Majadas. Ituiutaba, 13 de janeiro de 2014. Arquivo digital (50 min.). Entrevista concedida a mim.

<sup>130</sup> RESENDE, Maria Terezinha Pereira. Ituiutaba, 30 de junho de 2014. Arquivo digital (36 min.). Entrevista concedida a mim.

“Tem o Magistério”. Então ela vai continuar aqui. Pronto e acabou. Ninguém nunca me perguntou o que eu queria fazer.<sup>131</sup>

A professora Diniz também não teve a chance de optar por fazer outro curso que não fosse o Curso Normal. Enquanto os irmãos foram para Uberaba fazer um curso que preparasse para o ingresso em curso superior, ela precisou permanecer na cidade junto à família:

Eu não tinha outra opção, aqui em Ituiutaba não tinha. Na verdade, a minha paixão naquela época era fazer Medicina, eu queria fazer Medicina de qualquer jeito. Mas como fazer? Sou de uma família numerosa, uma família de seis homens e três mulheres, uma família Árabe que achava que os homens tinham que fazer. Meu pai tinha uma meta na vida. E ele falava isso e isso ele cumpriu. Que todos os filhos dele fariam curso superior. Todos. E ele conseguiu, Andreia. Porque ele tinha uma lojinha e depois teve o hotel Central, aqui em Ituiutaba só tinha curso ginásial, tinha que mandar os filhos todos para fora. Então meus irmãos foram todos para Uberaba fazer curso científico. Fizeram ginásio aqui, foram fazer científico em Uberaba e lá eles fizeram curso superior na escola do Mário Palmério, hoje a UNIUBE. Eu não tive opção!<sup>132</sup>

A opção pelo magistério, feita comumente pelas jovens ituiutabanas e/ou suas famílias fez com que o município, até o final da década de 1960, contasse com um número de cinco instituições oferecendo o Curso Normal. A consequência mais importante desta disseminação das Escolas Normais pelo país e pelo município de Ituiutaba foi a formação definitiva de uma categoria social com uma forte identidade profissional, a dos professores/as primários, ou normalistas, se contrapondo aos professores/as leigos, que não possuíam habilitação para o exercício da profissão.

No próximo capítulo, fundamentado nos depoimentos colhidos, nas publicações da imprensa e documentos oficiais, apresento o município de Ituiutaba e as escolas de formação de professores.

---

<sup>131</sup> FARIA, Sônia Correia. Ituiutaba, Ituiutaba, 11 de fevereiro de 2014. Arquivo digital (45 min.). Entrevista concedida a mim.

<sup>132</sup> DINIZ, Maria Mirza Cury. Ituiutaba, Ituiutaba, 15 de janeiro de 2014 (81 min.). Arquivo digital. Entrevista concedida a mim.

## CAPÍTULO IV - HISTÓRIA LOCAL E LOCAL DE HISTÓRIAS

O homem além de um ser histórico, busca agora apropriar-se de sua historicidade. Além de fazer história, aspira a se tornar consciente dessa sua identidade. (SAVIANI, 2006, p. 8)

Seria, para nós, impossível mapear, compreender e analisar a formação de professores no município de Ituiutaba sem compreender o contexto local na qual essa formação está inserida, e da mesma forma, compreender os fios condutores que a ligam à história regional e nacional, por meio da cultura de seu povo, seus valores, sua economia e que são refletidas nas legislações e nas políticas estabelecidas para a população,

Assim, entendo que talvez devêssemos lidar com a noção de região não como uma realidade à qual vamos estudar, mas como processo e o resultado de operações políticas e, porque não, acadêmicas que fundam esta mesma realidade e condicionam o modo de seu entendimento. Ou seja, a região é ela também, uma representação e uma prática cultural por meio das quais (e nas quais) determinados fenômenos e posições são produzidos, os sujeitos são identificados e ganham visibilidade e as nossas instituições são criadas e mobilizadas para a ação social e política.<sup>133</sup>

Ao dar visibilidade ao município de Ituiutaba e identificar os sujeitos que participaram da construção de sua história, podemos contribuir para compor com a história da Educação de Minas Gerais e do Brasil.

### 4.1 Ituiutaba e seu contexto político, econômico e social

A escola desde seus primórdios foi local de veiculação de saberes e conhecimentos, cada uma delas no entanto, possui particularidades e especificidades próprias, embora nenhuma delas esteja isolada da dimensão social, econômica, cultural e política da sociedade que a cerca. Em cada momento histórico, a escola

---

<sup>133</sup> FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *História da Educação e história regional: experiências, dúvidas e perspectivas*. Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2009.

se organizou procurando estabelecer relação com o desenvolvimento da sociedade que por sua vez está diretamente entrelaçado às questões sociais, econômicas e políticas de seu povo.

Compreender formação de professores no município de Ituiutaba no período de 1935 a 1971 pressupõe conhecer o movimento educacional instaurado no país e no estado de Minas Gerais<sup>134</sup>, pressupõe ainda descrever e analisar social, econômica e politicamente o cenário local, onde se deu essa formação, mais especificamente o município de Ituiutaba, localizado na região do Triângulo Mineiro.

**Figura 12 - Ituiutaba demarcada no mapa do estado de Minas Gerais**



Fonte: [http://commons.wikimedia.org/wiki/File:MinasGerais\\_Municip\\_Ituiutaba.svg](http://commons.wikimedia.org/wiki/File:MinasGerais_Municip_Ituiutaba.svg).

O município de Ituiutaba integra a Região do Triângulo Mineiro, especificamente no centro-norte do Triângulo Mineiro, fazendo limite com os municípios de Capinópolis, Canápolis, Gurinhatã, Ipiáçu, Santa Vitória, Monte Alegre de Minas, Prata, Campina Verde e com o estado de Goiás.

A região, antes de sua colonização, foi dominada pelos índios Caiapós, sendo estes afastados por diversos embates com os posseiros. O interesse pelas terras

<sup>134</sup> Discutido no capítulo 2.

triangulinas surge através dos relatos dos integrantes das bandeiras de 1810, que exaltaram as grandezas dessas terras. A Região do Triângulo Mineiro, considerada como Sertão da Farinha Podre, fazia parte naquele período do Estado de Goiás e por ele passava o caminho que ligava São Paulo a Goiânia, capital de Goiás.

No final do século XVIII, a escassez da exploração de minérios fez com que os homens fossem instigados a procurar outras fontes de trabalho e de sobrevivência. Os sertanejos, bandeirantes ousados que seguiam a trilha do Anhanguera, por aqui passaram nos séculos XVIII e XIX em busca de sesmarias, deram início ao povoado.

A participação do homem sertanejo no processo de implantação e desenvolvimento do município de Ituiutaba se fez presente. Eles aqui se instalaram e se multiplicaram com suas famílias nas típicas fazendas, nos imensos latifúndios, desbravando as matas e erguendo uma região, a despeito de todas as adversidades reinantes na época. Foi em 1820 que aqui se estabeleceram os primeiros desbravadores dessa terra, foram eles: Joaquim Antonio de Moraes e José da Silva Ramos, outros se sucederam como José Lemes Pereira dos Santos, Novais (1974)<sup>135</sup> destaca esse início,

Os primeiros posseiros, verdadeiramente bandeirantes, enfrentaram toda a sorte de dificuldades possíveis, e é de se imaginar como deram início ao desordenado lugarejo, onde os córregos “sujo” e “pirapitinga”, com suas toscas casas espalhadas pelo cerrado, povoação incipiente e ainda sem nome, isto até 1839, quando foi instalado o distrito de “São José do Tijuco” pertencente ao termo de Vila de Uberaba, em razão da doação que fora efetuada pelos beneméritos pioneiros: JOAQUIM ANTONIO DE MORAIS e JOSÉ DA SILVA RAMOS (mais ou menos em 1820), sendo que, posteriormente, outro abnegado posseiro: JOSÉ LEMES PEREIRA DOS SANTOS, também fez doação de terras na fazenda do “Carmo”, em benefício do novel distrito. (Aspas e grifos do autor)

Nas primeiras luzes do século XX, pela Lei 319, de 16 de setembro de 1901, em plena efervescência das ideias republicanas, contando com a presença de diversas autoridades e membros do diretório político do Partido Republicano Mineiro, foi empossada a primeira Câmara Municipal de Vila Platina e instalado o município. Isto que representou um avanço para a comunidade daquele período, inclusive quanto à redefinição dos limites da cidade em relação aos municípios vizinhos, a

<sup>135</sup> NOVAIS. Aloísio S. História antiga de Ituiutaba. Uberlândia: Ubergral, 1974, p. 24.

política do município estabelecia relações de compromisso com o governo estadual, com o Congresso Mineiro e com a República. Por meio da ata lavrada nessa ocasião percebe-se que a República se constituía em um regime aceito pelo grupo político da cidade e fica claro o interesse desse grupo em divulgar os ideais republicanos no município de Villa Platina.

Nesse período, o único veículo de transporte era o carro de boi, Chaves (1985) registra que em 1915 os carros-de-boi existiam em número de 375, o que dificultava as idas e vindas da população. Gastava-se quase um mês de viagem de ida e volta a Uberaba e São Pedro do Uberabinha, hoje cidade de Uberlândia. A abertura, em 1915 de uma estrada ligando Villa Platina a São Pedro do Uberabinha foi um dos marcos do seu crescimento, uma vez que foi de encontro à ferrovia Mogiana, que se constituía na grande ligação comercial com Goiás, parte do Mato Grosso e de todo o Triângulo Mineiro. Foi dentro desse contexto que a região do Triângulo Mineiro se introduz na economia nacional, tornando-se um dos maiores circuitos mercantis do Brasil.

A população de Vila Platina não dispunha de recursos modernos, mas continuava seu caminho rumo ao progresso. Nas ruas sem calçamento, junto aos casebres, ranchos de palha e pau a pique e algumas casas de alvenaria, instalavam-se as primeiras casas comerciais, farmácias, hospital, cinema e as primeiras escolas. Em 1914 circula o primeiro automóvel, facilitando a vida daqueles sertanejos e ampliando as possibilidades de progresso.

Foi nesse contexto histórico que, em 1915 Vila Platina foi elevada a Termo da Comarca do município do Prata pela Lei nº 663, de 18/09/1915, com o nome de Ituiutaba. O topônimo “ITUIUTABA” etimologicamente é de origem tupi e significa: I (rio), TUIU (tijuco) e TABA (cidade), que quer dizer: povoação do Rio Tijuco.

O crescimento da cidade era inegável, contava com área de 9500 km, abrangia então os limites da divisa de Monte Alegre e Prata até as margens dos rios Arantes e São Domingos, compondo o seu próprio território e o dos atuais municípios de cachoeira Dourada, Capinópolis, Ipiaçu, Santa Vitória Gurinhata e os distritos de Chaveslândia, Perdilândia e Flor de Minas, que posteriormente foram desmembrados.

A economia do município até 1930 era essencialmente rural, baseada inicialmente na pecuária e na agricultura, aproveitando as pastagens naturais que a terra oferecia e a fertilidade que contribuía para o seu desenvolvimento. O comércio sofreu influências positivas, criaram-se as primeiras indústrias: máquina de beneficiar algodão e pequena indústria de cereais. A chegada de lavouristas de diversos estados brasileiros, atraídos pelas boas condições de plantio, contribuíram para o aumento da população.

A sociedade, ainda nesse período, teve participação expressiva na Revolução de 1930 (CHAVES, 1984), uma vez que o Triângulo Mineiro ocupava uma posição estratégica, por se situar em uma região de fácil acesso aos estados de Goiás e Mato Grosso, na emergência de uma guerra civil que estava próxima.

A aristocracia rural, poderoso coronelismo até então, era a força dominante no município, atuando diretamente na política partidária, na sociedade, na educação e na instrução dos jovens, na provisão dos cargos públicos, no aliciamento de eleitores e no comércio. A participação efetiva dos cidadãos Ituiutabanos na Revolução de 1930 deixou clara a defesa das ideias de oposição da Aliança Liberal.

Após as Revoluções de 1930 e 1932, operou-se mudança radical no comando da política municipal, emergiram novas forças, algumas oriundas dos batismos de sangue das trincheiras, da rígida disciplina militar e das glórias consagradoras adquiridas nos combates; outras foram emergentes de novas mentalidades advindas das universidades, carregadas de idealismo, renovação e intolerância para com as estruturas arcaicas e antagônicas. Disseminava-se a necessidade de ruptura com os princípios da velha ordem que estavam sedimentados na sociedade.

Nesse sentido, eram os jovens doutores que tomavam posições, ora se infiltrando sorrateiramente e habilidosamente nos quadros da política vigente, ora se servindo deles para êxitos profissionais e escaladas estratégicas de poder. Em alguns momentos rompiam ruidosamente com as velhas estruturas políticas municipais, promovendo rixas, revoltas, desuniões, desequilíbrio nas relações de amizades e de parentescos.

Durante a década de 1930 e posteriores, Ituiutaba aos poucos ia desenvolvendo em vários aspectos, sua economia estava baseada na agricultura e pecuária, ainda não contava com indústrias, mas possuía boas perspectivas

comerciais. Na figura a seguir, datada do ano de 1938, observa-se parte da área central urbana, um dos pontos de destaque da cidade.

**Figura 13 - Visualização aérea parcial do centro de Ituiutaba em 1938**



Fonte: Museu Antropológico de Ituiutaba (MUSAI).

Nessa figura é possível visualizar Catedral de São José, a praça principal da cidade, hoje conhecida como a praça da prefeitura, algumas edificações residenciais e comerciais, e o Colégio Santa Teresa.

A exploração de diamantes entre 1935 e 1945 também foi um marco para a economia do município que se destacou pela qualidade das pedras encontradas e pelo acesso de novos elementos que vieram compor o contingente populacional, vieram se instalar aproximadamente dez mil garimpeiros vindos de diferentes regiões do país. “Ituiutaba vai conhecer, em 1940, um acentuado surto de progresso alicerçado na produção agropecuária e impulsionado, substancialmente, pela exploração diamantífera”<sup>136</sup>, apesar de que a aventura diamantífera ter sido episódica e transitória, contribuiu para o aumento da população do município pois muitos que aqui chegaram, atraídos pela preciosas pedras, permaneceram se ocupando com a agricultura e pecuária.

---

<sup>136</sup> CHAVES, Petrônio Rodrigues. *O vale da fartura*. Ituiutaba: edição do autor, 1985, p. 23.



Em 1940, a população urbana era pequena. Nessa época o município se destacava como possuidor de maior área cultivada no Estado, produzindo arroz milho, feijão, gergelim e algodão. Nessa década o município ostentou o título de Capital Brasileira do Arroz, na cidade já existiam mais de 100 máquinas de arroz, que foram estabelecimentos que beneficiavam e comercializavam o cereal<sup>137</sup>. O reconhecimento da fertilidade de seu solo fica evidenciado nos dados do IBGE:

A principal atividade do município é a agricultura. As terras de Ituiutaba e do ex-distrito de Capinópolis são reputadas entre as mais férteis do mundo, comparadas segundo Humboldt, Sainte-Hilaire e Edward Miliward, às da Ucrânia, na Rússia, e às do Vale do São Lourenço, no Canadá. O cultivo em toda a zona obedece a um alto nível de mecanização, possuindo Ituiutaba mais de meio milhar de tratores, bem como numerosas colhedoras de arroz, o que lhe vale o título de — capital do arroz<sup>138</sup>.

O município estava em pleno desenvolvimento agrícola, mas não se descuidavam da pecuária bovina, baseada no gado Zebu.

Ituiutaba já havia iniciado sua marcha rumo ao progresso, em sua organização urbana, em sua organização urbana destacavam as avenidas amplas, identificadas no centro, por meio de números e nos bairros, utilizando nomes de pessoas ilustres. Havia praças de estrutura, criação de escolas e hospitais. A população, já mais numerosa, é acrescida por famílias nordestinas que aportaram na cidade advindas de áreas flageladas pela seca e à procura de trabalho nas terras férteis do município. A presença de imigrantes que se instalaram no comércio local, também se fizeram presente.

No início da década de 1950, a economia continuava centralizada na produção rural, além da comercialização do gado para o abate, o fazendeiro criador de gado reservava parte do leite para o consumo, a maior parte, porém, era desnatada, armazenada em forma de creme na própria fazenda e vendida para as duas fábricas de manteiga existentes na cidade.

O creme desnatado era recolhido pelos chamados caminhões cremeiros, que eram os caminhões das fábricas de manteiga que recolhiam o creme armazenado nas fazendas. Esses caminhões representaram um importante elo de ligação entre a

---

<sup>137</sup> VILELA, 2001.

<sup>138</sup> BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Volume XXV, Rio de Janeiro IBGE, 1959. p. 306.

cidade e o campo, além de transportar o creme extraído do leite até as fábricas de manteiga, faziam transporte de mercadorias, sal para o gado e passageiros em seus deslocamentos entre as fazendas e entre as cidades e as fazendas e em alguns casos, cedido para alguma viagem de lazer para os moradores da região.

Outra fonte de renda da população Ituiutabana estava concentrada na criação de suínos que eram comercializados para abate nas fábricas de banha existentes na cidade e em outras praças. A década de 1950 marca ainda a implantação do Matadouro Industrial de Ituiutaba.

O crescimento da agricultura, da pecuária, do comércio, e a abertura de algumas indústrias contribuiu significativamente para o aumento da população de modo geral e principalmente para o aumento da população urbana em Ituiutaba.

**Tabela 2 - Número de habitantes do município de Ituiutaba de 1940 a 1960**

Ituiutaba – população		
1940		
Rural	Urbana	Total
30.696	4.356	35.052
1950		
Rural	Urbana	Total
43.127	10.113	53.240
1960		
Rural	Urbana	Total
39.488	31.516	71.004

Fonte: IBGE, 1940 – 1950 – 1960.

Pôde-se constatar na tabela acima, que a população do município de Ituiutaba até 1940 era reduzida, principalmente na zona urbana. Após esta década, período em que a economia do município foi alavancada por meio da agricultura e da pecuária ocorreu um aumento de mais de 40% da população rural e de mais de 130% de aumento da população da zona urbana em relação aos dados de 1950. Desse período para o censo de 1960 observamos um aumento ainda mais expressivo da população ituiutabana na zona urbana perfazendo um aumento de mais de 200%. Esse crescimento acelerado se deu pelo fluxo migratório da zona rural para a urbana que, de acordo com o quadro, a zona rural sofreu uma queda de mais de 8% em sua população, deu-se ainda, devido à criação de algumas indústrias que atraíram mão de obra para a zona urbana. Outro fator marcante

quanto ao deslocamento da população rural para a zona urbana é ressaltado por Vilela (2001),

[...] percebe-se a grande marcha do campo para a cidade, o que se convencionou denominar de êxodo rural. Dizia-se que o que tirava o fazendeiro de suas terras era a escola. Escola para seus filhos. Com a implantação do Estatuto da Terra e do Estatuto do Trabalhador Rural na década de 60, inicia-se a grande marcha dos trabalhadores para as cidades. A mecanização agrícola foi fator preponderante.<sup>139</sup>

Em comparação com os dados estatísticos populacionais brasileiros, os índices de urbanização do município de Ituiutaba acompanharam a tendência de urbanização das demais cidades brasileiras, porém, demorando um pouco mais nesse processo de urbanização como nos mostra o quadro abaixo com o aumento da população urbana no Brasil no período de 1900 a 1960.

**Tabela 3 - Aumento da população urbana no Brasil – 1900 – 60**

Ano	1900	1920	1940	1950	1960
% da população urbana	10	16	31	36	46

Fonte: Censos Demográficos do IBGE.

Na década de 1940, enquanto o Brasil possuía 31% de sua população concentrada na região urbana, o município de Ituiutaba possuía 12,4%. Em 1950 o Brasil possuía 36% da população na zona urbana e Ituiutaba contava com 18,9% na mesma zona, acreditamos que isso se deva ao fato do município ser relativamente novo em relação a outros no Brasil e também devido a sua economia estar predominantemente focada na agricultura e na pecuária. Em 1960 a população urbana do município de Ituiutaba dá um salto, passa a 44,3%, quase equiparando aos 46% acumulados pelo Brasil. O aumento populacional do município continua a ser ampliado, “Ituiutaba, que em 1940 contava com uma população de apenas 4.000 habitantes, dobra seu volume na década de 1950 e quadruplica de 1950 a 1960, chega a 1968 com uma população de 60.000 habitantes”<sup>140</sup>.

<sup>139</sup> VILELA, Manoel Junqueira. A agricultura e a pecuária de Ituiutaba nos últimos 50 anos. In: ITUIUTABA. Secretaria Municipal de Educação e Cultura. *Centenário de Ituiutaba, Ituiutaba*: Egil, 2001, p. 87.

<sup>140</sup> ITUIUTABA ILUSTRADA. Gráfica Modelo, 1968, p. 2.

Nesse período, grande parte da população do município estava concentrada na zona rural onde os índices de analfabetismo eram ainda maiores que os da zona urbana.

Como indício do perfil populacional do país entre 1940 e 50, a maior parte da população ituiutabana vivia no meio rural e era analfabeta. Curiosamente, os altos índices de analfabetismo contrastavam com os índices ascendentes de uma economia de projeção em Minas Gerais<sup>141</sup>.

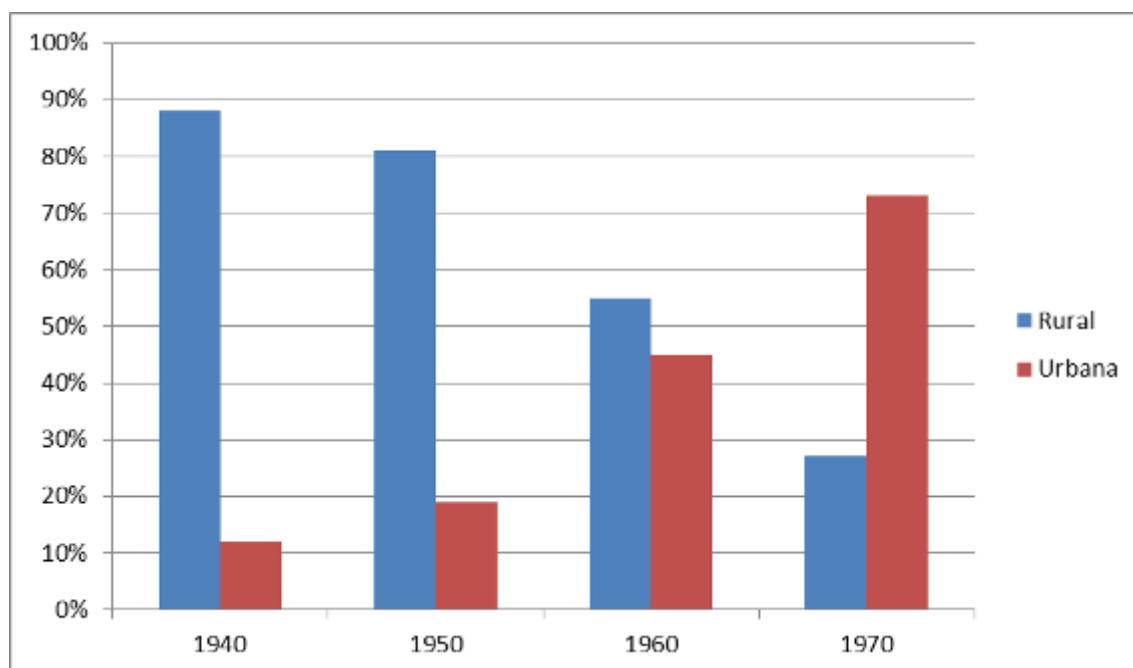
No período de 1960 as principais atividades econômicas do município se concentram na pecuária com um rebanho de 200.000 cabeças de bovinos (zebu, gado leiteiro e de corte) e agricultura com a plantação de arroz, milho, algodão, gergelim, feijão dentre outros. Contava ainda com algumas fábricas: de papel, de balas, de manteiga, de óleo vegetal, de farinhas, de enfardamento de algodão, serrarias, várias máquinas de beneficiar arroz, um frigorífico, um matadouro municipal, conta ainda com casas comerciais variadas.

Durante a década de 1960 amplia-se o processo de migração dos trabalhadores do campo para as áreas urbanas como decorrência da modernização da agricultura, com a utilização da mecanização agrícola ocorre uma expulsão do homem do campo para as zonas urbanas em busca de novas frentes de trabalho que nesse momento estavam representados pelas indústrias instaladas no município.

No Brasil, assim como no município de Ituiutaba, a modernização das atividades no campo intensifica a relação entre campo e cidade, não só pela perspectiva econômica, mas também pela social. O movimento migratório do município pode ser visualizado mais nitidamente no gráfico abaixo.

---

<sup>141</sup> RIBEIRO, B.O.L.; SILVA, L.A.A.; QUILLICI NETO, A. *Educação rural em Minas Gerais: gênese das escolas municipais de Ituiutaba (anos 1940)*. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.46, p. 74-93, jun. 2012.

**Gráfico 1 - População Urbana e Rural do Município de Ituiutaba - 1940 a 1970**

Fonte: IBGE.

Os dados dos Censos Demográficos apontam no município de Ituiutaba a mesma tendência encontrada no restante do país, o aumento da população urbana e a diminuição da população residente na zona rural indicando a transferência da população do campo para a cidade.

No período de 1970, com a queda da produção de arroz, o município investe no processo de modernização, com a ampliação do comércio e abertura de algumas indústrias. No setor urbano as melhorias são percebidas e evidenciadas pela ampliação do serviço de abastecimento de água e de iluminação pública, pela construção de prédios públicos atendendo a demanda do aumento da população, pela arborização e calçamento de ruas.

Após realizar uma breve contextualização acerca da localização, da gênese do município de Ituiutaba, apresentei de forma sucinta o crescimento populacional do município assim como as características econômicas e sociais do mesmo.

A seguir apresento o contexto educacional do município e, apesar de termos estabelecido como recorte temporal de nossa pesquisa o período inicial de 1935 não poderia me furtar de realizar um breve retrocesso histórico do percurso educacional pelo qual o povo tijucano procurou educar-se.

## 4.2 Contexto educacional de Ituiutaba

Às primeiras luzes da república, o pontal triangulino era ainda um sertão afastado dos centros mais populosos e civilizados, possuidor de pequena população de costumes rústicos, de maioria analfabetos, de linguajar pitoresco<sup>142</sup> e pouco vernáculo. A educação primária era realizada pelas famílias ou por algum mestre-escola que reunia algumas crianças em sua própria casa ou cômodo cedido por algum dos pais ou membro da comunidade para o ensino das primeiras letras, a professora Saraiva relembra esse período: “Foi essa minha forma de estudar, foi com professora particular. Nessa rua lá embaixo [...] Na casa dela. Era uma escolinha, tinha, eu acho, que uns 15 (quinze) alunos”<sup>143</sup>.

Nesse período não havia diretrizes traçadas pelo governo federal para esse nível de ensino. Os governantes, na realidade jamais tinham cuidado seriamente desse assunto, a educação elementar estava sujeita a obras esporádicas das ordens religiosas ou de iniciativas particulares.

A instrução pública primária, até o início do século XX acontecia por meio das escolas isoladas e o processo de criação dessas dava-se de forma simples<sup>144</sup> bastando que um professor ou grupo de moradores de um determinado local realizasse um levantamento do número de crianças da região em idade escolar, esse número deveria ser formado com no mínimo de 45 crianças para a região urbana e 40 crianças para a zona rural. Após o levantamento realizado, solicitavam a criação de uma cadeira de instrução primária naquele local, estando essa criação dependente do interesse das autoridades estaduais em prestigiar alguma região, família ou o próprio professor. Uma cadeira, portanto, era representada por uma turma de alunos que podia variar quanto à idade e ser dividida em classes de 1º, 2º, 3º e 4º ano, de acordo com o adiantamento de cada um.

---

<sup>142</sup> NOVAIS, Aloísio S. História Antiga de Ituiutaba. Uberlândia: Ubergral, 1974.

<sup>143</sup> SARAIVA, Aracy. Entrevista concedida mim em 20 de março de 2007. 2 fitas cassetes (150 min.). In: MORAES, Andréia Demétrio Jorge. História e ofício de Alfabetizadoras: Ituiutaba, 1931-1961. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008, p.103.

<sup>144</sup> FARIA FILHO. Luciano Mendes. *Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República*. Passo Fundo: UFP, 2000.

Nesse processo, o professor podia, então, dar aulas em uma mesma turma para alunos de classes diferentes sendo considerado o proprietário daquela cadeira, sendo o responsável por ela. Quanto ao pagamento desse professor, a responsabilidade ficava a cargo do Estado assim como a fiscalização,

Detectamos, algumas vezes, que o Estado, além de remunerar e fiscalizar o professorado, pagava o aluguel da propriedade escolar e remetia moveis e material didático para escola. Isso não constituía, no entanto, regra comum. É que as autoridades republicanas consideravam que era necessário a população participar de esforços da educação de seus filhos, cedendo espaços e moveis para o funcionamento da escola. Algumas vezes, essa cobrança recaia não diretamente sobre a população, mas sobre a “municipalidade”<sup>145</sup> (aspas do autor).

Esse era o panorama das escolas mineiras até 1907, seus resultados chegavam a secretaria do estado através de alguns relatórios de inspetores e de estatísticas organizadas pelos professores e, portanto, sujeitas a fraudes. A análise desse panorama, aliada a visitas e estudos em outros países e a outros estados, permitiram aos inspetores, professores e políticos mineiros adquirirem a representação dos grupos escolares como instituição inovadora e moderna da instrução pública e que romperia definitivamente com o modelo da escola imperial, tradicional e arcaica, representada pelas escolas isoladas, que funcionavam muitas vezes na casa do professor ou em ambientes pouco adaptados, inadequados ao funcionamento de uma escola pública de qualidade e aos ideais republicanos. Dessa forma, Faria Filho elucida:

O crescente movimento em defesa da instrução como via de integração do povo à nação e ao mercado de trabalho assalariado, que se viu sobremaneira fortalecido com a proclamação da República e com abolição do trabalho escravo, significou também um momento crucial de produção da necessidade de refundar a escola pública, uma vez que aquela que existia era identificada como atrasada e desorganizada<sup>146</sup>.

A adoção do Grupo Escolar, como representação de uma nova forma escolar, implicava na construção de novos espaços escolares, com estruturas específicas, significando ao mesmo tempo um distanciamento do mundo doméstico e religioso e proporcionando a criação de uma nova cultura escolar, que colocasse em evidência a vinculação da escola com o mundo secular, público e humano.

---

<sup>145</sup> FARIA FILHO, 2000, p. 29.

<sup>146</sup> Idem, ibidem, p. 30

Diante disso, os Grupos Escolares foram sendo construídos na capital, e nas principais cidades do interior mineiro. Os ideais republicanos de ordem e crescimento social se refletem também no início da educação pública nos municípios brasileiros. A população Tijucana se mobiliza a partir de 1905 para construir um prédio através do sistema de cotas, na qual contribuirão um grupo de cidadãos interessados na educação da população. Segundo Oliveira (2003), em Ituiutaba, o Colégio Santo Antônio, que esteve sob a direção de Pedro Salazar Moscov, atendia, no início, os dois sexos, e, posteriormente só meninos. Funcionava como uma espécie de internato misto para, aproximadamente, 50 crianças. Desse colégio surgia a implantação do Grupo Escolar de Vila Platina, um dos primeiros grupos escolares do Triângulo Mineiro. Foi edificado em ponto central e nobre da cidade, funcionando na Rua 20 com as avenidas 17 e 19, funcionou naquele local até 1926, quando uma nova sede foi construída em frente à primeira. Chaves descreve o novo prédio, construído para abrigar o Grupo Escolar de Vila Platina:

O prédio escolar espaçoso e funcional, coberto de telhas, tipo colonial antigo, da olaria da Lagoa, tinha ampla frente, com 8 janelas e uma porta central, que dava acesso a um corredor e às salas do fundo. Havia dois pátios um para cada sexo, onde se praticava ginástica [...] <sup>147</sup>.

O Grupo Escolar de Vila Platina foi criado com o Decreto n.º 2.327, de 22/12/1908, recebendo mais tarde o nome de Grupo Escolar João Pinheiro. Entretanto, a criação do grupo escolar não conseguiu resolver os problemas relacionados à educação no município, uma vez que não conseguia suprir a demanda por vagas deixando entrever que, no município de Ituiutaba, a situação era a mesma que no restante do país, prevaleciam as escolas particulares em detrimento das públicas como podemos visualizar na tabela a seguir:

---

<sup>147</sup> CHAVES, Petrônio Rodrigues. A loja do Osório. Ituiutaba: 1984, p. 391.



**Tabela 4 - Escolas urbanas de Ituiutaba (1900 a 1940)**

Período	Escolas Públicas	Escolas Particulares
1901/1910	- Grupo Escolar João Pinheiro	- Escola do Professor José de Alencar - Escola do Professor Afonso José - Colégio Santa Cruz - Externato / Colégio São Luiz - Colégio Santo Antônio
1911 / 1920		<sup>148</sup>
1921 / 1930		- Colégio das Irmãs Belgas - Instituto Propedêutico Ituiutabano - Escola São José (popularmente escola do Laurindo)
1931 / 1940		- Instituto Marden - Colégio Menino Jesus de Praga - Colégio Santa Tereza - Escola do Laurindo (Alfabetização de Adultos)

Fonte: Oliveira<sup>149</sup>, 2003, p. 55.

A tabela evidencia que, durante 30 anos, o Grupo Escolar João Pinheiro, tendo iniciado suas atividades em 1910, permaneceu como a única escola pública do município. Apesar do discurso de valorização do ensino primário a cargo do Estado, isso não acontecia prevalecendo, então, o ensino particular em detrimento do ensino público. As famílias precisavam contar com as escolas particulares para educação de seus filhos, Moraes (2014), ao relatar o início de sua escolarização em 1948, na Escola Infantil Anjo da Guarda e ao iniciar o 3º ano escolar no Instituto Marden, ambas as escolas, integrantes da rede privada de ensino, evidencia o fato,

Mas, eu morava em fazenda, mudei para essa cidade aos 4 anos de idade e quando eu estava com 7 anos foi que eu fui para a escola, isto foi 1949, *as escolas nessa época em Ituiutaba, eram... existiam poucas escolas*. E estava surgindo uma escola de Educação Infantil que era a Escola Anjo da Guarda da dona Julieta Alves Leite e Altair Alves Leite, mais conhecida como Nininha. Então eu fui para essa escola para estudar [...] a escola Anjo da Guarda estava iniciando, era uma escola bem pequena, quando começou com a minha turma. Então no primeiro ano eram seis alunos, no segundo ano... ai não, ai já teve a turma do segundo ano, do primeiro ano e a turma que entrou para o jardim. (grifos meus)<sup>150</sup>

*Agora no Marden não, era uma escola grande*, eu já fui para o terceiro ano, então eu me lembro, tenho uma imagem bem nítida da época que eu entrei, que ingressei no Marden, dos professores, não

<sup>148</sup> De acordo com a autora, por insuficiência de dados não foi possível elencar as escolas do período.

<sup>149</sup> OLIVEIRA, 2003.

<sup>150</sup> MORAES, Vera Cruz de Oliveira. Ituiutaba, 29 de janeiro de 2014. Arquivo digital (56 min.). Entrevista concedida a mim.

de todos, mas eu me lembro de alguns professores da sala onde a gente... que eu estudei.(Grifos meus).<sup>151</sup>

Existem registros de algumas iniciativas públicas de criação de escolas, Neto (1985) se refere a uma escola municipal inaugurada em 1927 que funcionou até 1929, na zona rural. Foi fundada, em sua própria fazenda por Antônio Florentino Guimarães, recebendo o nome de Aula Mista Municipal da Fazenda Patos. Localizava-se no município de Gurinhatã, naquela época pertencente ao município de Ituiutaba. O ensino misto com predominância do sexo masculino em detrimento do feminino.

Essas iniciativas, esporádicas, que atendia apenas algumas localidades da zona rural, não supria as necessidades da grande maioria dos moradores das fazendas, sendo necessário que os mesmos tomassem outras providencias para a educação das crianças. Carvalho (2014) relembra o período que foi alfabetizada na fazenda pela própria mãe, e ao mudarem para a cidade sua entrada em uma escola particular:

Na verdade eu comecei a ser alfabetizada pela minha própria mãe, na fazenda, a gente morava na fazenda, então as primeiras letras, da época da vovó viu a uva, a cartilha foi com minha mãe. Mudando para cidade, eu ainda não estava alfabetizada propriamente, aí meu pai me colocou numa escola particular...<sup>152</sup>

Outra iniciativa da gestão municipal ocorre em 1937, por meio da Lei municipal, o então prefeito de Ituiutaba Adelino de Oliveira Carvalho, criou a Escola Municipal Noturna 13 de Maio, homenageando a libertação dos escravos. Esta foi uma escola criada a pedido da comunidade da Legião Negra e funcionou no início em salas do Grupo Escolar João Pinheiro, tendo como primeiro professor, escolhido pela Legião Negra, Ítalo Terêncio José Gentil.

Nesse íterim e em consonância com os interesses da Coligação Municipal, a Legião Negra criou, em 1937, para suprir necessidades educacionais comunidade negra, a Escola Noturna 13 de Maio, que

---

<sup>151</sup> Ibidem.

<sup>152</sup> CARVALHO, Helena Theresa de Moura. Ituiutaba, 17 de junho de 2014. Arquivo digital (46 min.). Entrevista concedida a mim.

começou a funcionar precariamente, com professores voluntários e em espaço cedido pelo Grupo Escolar João Pinheiro.<sup>153</sup>

A criação da escola tinha como objetivo pugnar pela defesa e pelos interesses da raça<sup>154</sup>. A Escola Municipal Noturna 13 de Maio, em 25 de novembro de 1941, através do Decreto Lei nº 73, estabelecido pelo Prefeito Jaime Veloso Meinberg, muda sua denominação para Escola Municipal Noturna Machado de Assis. A escola continuou funcionando nas dependências do Grupo Escolar João Pinheiro atendendo a quatro turmas do 1º ao 4º ano primário, futuramente, em 1975, é fundida com o Colégio Normal e Ginásio, passa a integrar à, ainda hoje, atuante Escola Municipal de I e II graus Machado de Assis<sup>155</sup>.

A falta de escolas na zona rural nesse período obrigava a população a encontrar maneiras diversas para a educação dos filhos, em alguns casos as crianças eram obrigadas a permanecer vários dias longe de sua casa e da família, se locomovendo até outra fazenda e lá permanecendo durante a semana para receber os ensinamentos, Ribeiro (2014) relembra esses fatos,

Agora me veio assim muito nítido, a mamãe me ensinou as primeiras letras, e eu fui para casa do meu tio onde eu morei um ano para estudar. As minhas professoras foram a Delcídia e a Minervina, elas eram primas primeiras da mamãe e o pai delas irmão da minha avó. Como na fazenda do meu avô e lá onde nos morávamos que era na fazenda também não tinha escola, então foi preciso que eu ficasse, como se fosse semi-interna. Nós íamos na sexta feira à tarde para casa e na segunda feira nos íamos para escola que era na casa do meu tio, e lá eu ficava a semana toda[...] Depois que eu fiquei lá um ano estudando, foi que eu vim para Ituiutaba e fui matriculada no Santa Teresa...<sup>156</sup>

Durante a década de 1940<sup>157</sup>, atendendo às necessidades e exigências da população que, até nesse período, concentrava-se predominantemente na zona rural do município, o poder público municipal de Ituiutaba, cria, nessa década e nas subsequentes, por meio de decretos, várias escolas na zona rural e apenas uma

<sup>153</sup> VILELA, Claudia Oliveira Cury. *Escola Noturna Machado de Assis: primeira instituição municipal de ensino primário noturno da cidade de Ituiutaba, MG (1941-1960)*. Dissertação ( Mestrado em Educação) – Faculdade Educação da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012, p. 96.

<sup>154</sup> HISTORICO DA ESCOLA MUNICIPAL MACHADO DE ASSIS, (s.d.,s.p.)

<sup>155</sup> Retomaremos o estudo da instituição ao discutirmos as Escolas Normais.

<sup>156</sup> RIBEIRO, Celeida Alves de Moraes. Ituiutaba, 07 de junho de 2014. Arquivo digital (40 min.). Entrevista concedida a mim.

<sup>157</sup> MORAES, Andréia Demétrio Jorge. *História e Ofício de Alfabetizadoras (1931 – 1961)*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade Educação da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

urbana. O quadro abaixo apresenta o nome das escolas criadas, a data de sua criação e a região onde foi instalada.

**Quadro 5 - Escolas municipais e sua criação – 1940 a 1961**

NOME DA ESCOLA	DATA DE CRIAÇÃO	LOCALIZAÇÃO
E.M. Alberto Torres	Decreto-Lei 073, de 25/11/41	Água Suja
E.M. Duque de Caxias	Decreto-Lei 073, de 25/11/41	Córrego da Canoa
E.M. José Bonifácio	Decreto-Lei 073, de 25/11/41	Córrego do Açude
E.M. Quirino de Moraes	Decreto-Lei 073, de 25/11/41	Mateirinha
E.M. São Francisco de Assis	Decreto-Lei 073, de 25/11/41	Córrego do Retirinho
E.M. Machado de Assis	Decreto-Lei 073, de 25/11/41	Zona Urbana
E.M. Augusto Alves Vilela	Decreto-Lei 178, de 06/03/1947	Córrego da Divisa
E.M. Francisco Alves Vilela	Decreto-Lei 178, de 06/03/1947	Campo Alegre
E.M. Prefeito Adelino de O. Carvalho	Decreto-Lei 182, de 19/06/1947	Córrego do Monjolinho
E.M. Prefeito Jaime Meinberg	Decreto-Lei 182, de 19/06/1947	Ribeirão dos Baús
E.M. José Inácio de Souza	Lei 119, de 24/11/1951	Campo Alegre
E.M. Antônio Pedro Guimarães	Lei 119, de 24/11/1951	Córrego do Macaco
E.M. Constâncio Ferraz de Almeida	Lei 119, de 24/11/1951	Cotia
E.M. Francisco Antônio de Lorena	Lei 119, de 24/11/1951	Vila Fiisa
E.M. Joaquim José Domingues	Lei 347, de 28/11/1955	Fazenda Sta. Rita
E.M. Tiradentes	Lei 347, de 28/11/1955	Córrego do Açude
E.M. Hilário Chaves	Lei 559 de 21/03/60	Salto de Moraes
E.M. Antonio Joaquim da Costa	Lei 637, de 25/03/1961	Ribeirão dos Baús
E.M. Santa Rita	Lei 673, de 01/12/1961	Santa Rita

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Ituiutaba, 2012.

A educação na zona urbana, nesse período, ficava a cargo das escolas particulares e dos dois grupos escolares existentes. O primeiro deles, em ordem de criação, foi o Grupo Escolar João Pinheiro e o segundo o Grupo Escolar Professor Ildefonso Mascarenhas da Silva, criado em janeiro de 1947. O mesmo funcionava em condições precárias, em prédio condenado, sendo necessário, por algum tempo, que suas atividades fossem executadas em terceiro turno, de 14h às 17:30, anexo ao Grupo Escolar João Pinheiro, como evidenciado na reportagem:

Verba para edificação do Grupo Escolar Ildefonso Mascarenhas, dos atendimentos mantidos recentemente entre o Prefeito Municipal, Sr. Antonio de Souza Martins, e o Secretário da Educação, Sr. José Augusto, resultou o empenho da verba de Cr\$ 400.000,00, restante do semestre destinada à construção do prédio próprio do Grupo Escolar “Ildefonso Mascarenhas da Silva”, estabelecimento que, como é do conhecimento geral, de há muito funciona, a título precário, no edifício do Grupo Escolar João Pinheiro<sup>158</sup>.

<sup>158</sup> FOLHA DE ITUIUTABA, 1955, ano I, p. 2.

Apesar da criação de várias escolas rurais conforme quadro acima, a população urbana, ainda carecia e ansiava por mais escolas, recebendo com entusiasmo a criação do Governo do Estado de Minas Gerais, do terceiro grupo escolar do município, o Grupo Escolar Senador Camilo Chaves instalado em janeiro de 1956, como fica explícita na notícia do jornal Folha de Ituiutaba:

A criação, no ano passado e conseqüente instalação, ou, propriamente o início de atividades no corrente exercício, do Grupo Escolar Camilo Chaves, trouxe, como é previsto, grandes benefícios a Ituiutaba, que de há muito se ressentia de unidade escolares em número capaz de atender às necessidades do lugar. [...] Acontece, entretanto, que o Estado até agora não remeteu mobiliário do estabelecimento, que funciona desta forma, por um supremo esforço das professoras, em condições precárias, sendo as crianças obrigadas a se sentarem no assoalho, para assistirem às aulas [...].<sup>159</sup>

A notícia elucida que o município ainda não contava com instituições de ensino em número suficiente para atender à demanda dos alunos e ainda, as condições precárias em que o Grupo Escolar Camilo Chaves funcionou, temporariamente, em prédio alugado. Somente em 1966 o grupo escolar foi instalado em prédio próprio.

A instrução é a chave mágica dos intrincados problemas sociais que embaraçam no país o surto de progresso material que essas últimas décadas registram e vem arrastando forçadamente o desenvolvimento cultural no Brasil. Digo forçadamente, porque o governo pouco tem feito pela instrução do povo. E tal afirmativa origina-se do conhecimento que se tem das dificuldades em que se esbarra o ensino neste grande país. Talvez tenham, os governantes os olhos voltados para as grandes capitais onde o ensino de fachada, de propaganda apenas, sufoca a consciência administrativa. Não fossem as iniciativas particulares, estaria a nossa pátria ocupando o primeiro lugar de analfabetismo no mundo inteiro. E não está muito longe dessa colocação...<sup>160</sup>

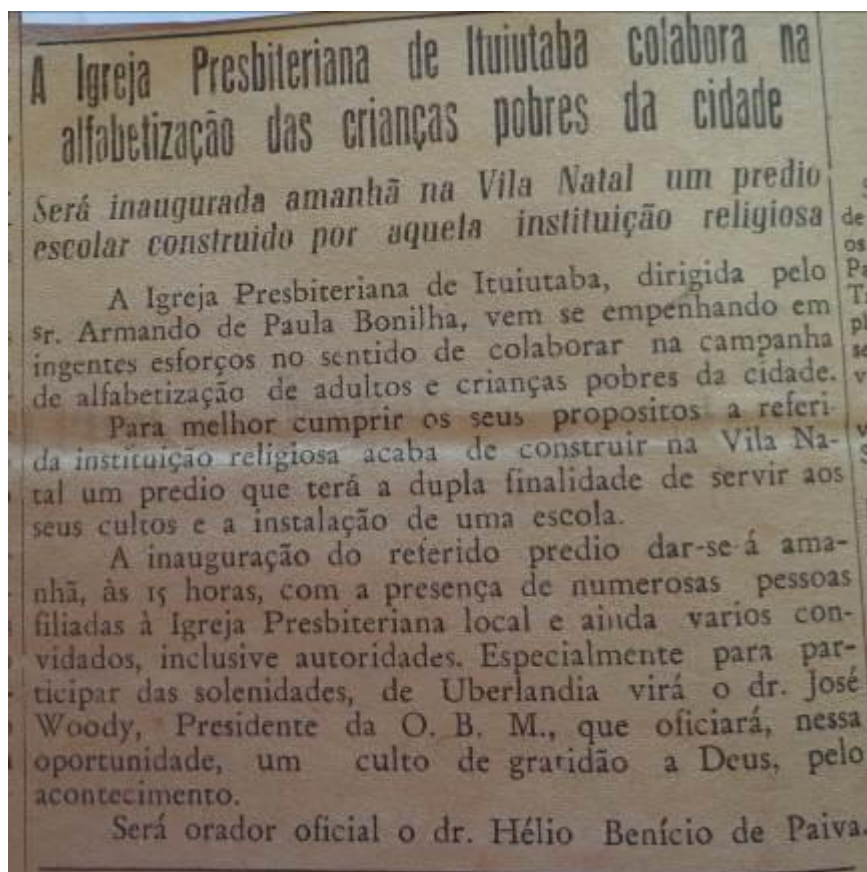
Na zona urbana, os Grupos Escolares não conseguiam suprir as vagas de acordo com demanda dos alunos do município, fato que foi parcialmente sanado com a emergência de escolas particulares que contribuíram para a educação do povo Tijucano. Na falta de iniciativas do governo municipal e estadual em prover o município de escolas públicas, a igreja presbiteriana, atendendo aos anseios da população e aos interesses religiosos da igreja, inaugura, no dia 12 de outubro de

<sup>159</sup> FOLHA DE ITUIUTABA, 1956, ano II, p. 1.

<sup>160</sup> CORREIO DO PONTAL, 28 jun.1956, ano I, n. 24, p.3

1952, um prédio na Vila Natal com a dupla finalidade de servir aos cultos e oferecer alfabetização às crianças e adultos carentes.

**Figura 14 - Anúncio feito no veículo de comunicação Folha de Ituiutaba sobre a inauguração de prédio que contribuirá para a alfabetização das crianças pobres da cidade, veiculado no dia 11 de outubro de 1952**



Fonte: Acervo Fundação Cultural de Ituiutaba<sup>161</sup>.

Atendendo a demanda do município, outras instituições de ensino primário foram instaladas, o quadro abaixo demonstra as instituições estaduais de ensino e a data de criação dos mesmos em Ituiutaba.

<sup>161</sup> FOLHA DE ITUIUTABA, 11 out. 1952, ano XI, n. 543.

**Quadro 6 - Escolas estaduais de Ituiutaba e sua criação – 1908 a 1961**

NOME DA ESCOLA	DATA DE CRIAÇÃO
E.E. João Pinheiro	Decreto 2.327, de 22/12/1908
Grupo Escolar Prof. Ildefonso Mascarenhas da Silva	Decreto 2.395, de 31/01/1947
Grupo Escolar Senador Camilo Chaves	Decreto 4.567, de 30/04/1955
E.E. Governador Clóvis Salgado	Decreto 4.966, de 27/01/1956
E.E. Arthur Junqueira de Almeida	Decreto 5.438, de 18/04/1958
E.E. Governador Bias Fortes	Decreto 005704 de 27/11/1959
E.E. Cel. João Martins	Decreto-Lei 6.044 de 14/12/1960

Fonte: Ituiutaba, 2012.

As escolas particulares, devido às dificuldades em manter o funcionamento, pereciam com facilidade. Algumas escolas mais sólidas permaneceram atuando durante longo tempo, dentre elas, destacamos o Instituto Marden<sup>162</sup>, que inicia suas atividades em 1933, oriundo da necessidade de oferecer aos alunos egressos do Grupo Escolar João Pinheiro a oportunidade de continuar os estudos. Ofereceu, inicialmente, um curso de Adaptação com duração de dois anos, que se destinava a preparar alunos para ingressarem no Curso Normal. Destacamos ainda o Colégio São José, fundado em 1940 pelos padres estigmatinos<sup>163</sup> e que iniciou suas atividades em salas improvisadas na casa paroquial, ao lado da Catedral de São José.

Outra instituição de ensino, o Colégio Santa Teresa<sup>164</sup>, foi criado em 1939<sup>165</sup>, atendendo ao pedido do vigário da paróquia São José, o padre Fortunato Morelli, as irmãs Ana Fachin, Rosalina Scorpiano, Filipina Rocha e Letícia Negrizzollo vem para Ituiutaba, iniciando suas atividades à partir do Colégio Menino Jesus de Praga já existente na cidade, essa instituição mantém suas atividades ainda mesmo nos dias atuais.

A pouca oferta de instituições de ensino público e a precariedade com que esses atuavam, são revelados por meio do Censo de 1950, que revela dados alarmantes relacionados à alfabetização no município e está posto na tabela a seguir.

<sup>162</sup> Ver mais sobre a instituição: MORAES, 2004 e MORAES, 2008.

<sup>163</sup> PACHECO, Simone beatriz neves. Colégio São José: Gênese e funcionamento da escola dos estigmatinos em Ituiutaba, MG (1940 – 1971). Dissertação de Mestrado – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.

<sup>164</sup> Retomaremos a essa instituição no próximo capítulo.

<sup>165</sup> OLIVEIRA, Lúcia Helena M.M. História e Memória Educacional: o papel do Colégio Santa Teresa no processo escolar de Ituiutaba, Triângulo Mineiro MG (1939 – 1942). Dissertação de Mestrado – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003.

**Tabela 5 - Instrução pública – Os resultados do Censo de 1950, referentes à alfabetização da população no município de Ituiutaba, MG**

DISCRIMINAÇÃO		PESSOAS PRESENTES DE 5 ANOS O-MAIS				
		Números Absolutos			% sobre o total	
		Total	Sabem ler e escrever	Não sabem ler e escrever (*)	Sabem ler e escrever	Não sabem ler e escrever (*)
Quadro urbano	Homens	4.032	3.115	917	77,25	22,75
	Mulheres	4.445	2.931	1.514	65,93	34,07
	TOTAL	8.477	6.046	2.431	71,32	28,68
Quadro rural	Homens	18.300	7.116	11.184	38,88	61,12
	Mulheres	16.312	5.218	11.094	31,98	68,02
	TOTAL	34.612	12.334	22.278	35,63	64,37
Em geral	Homens	22.332	10.231	12.101	45,81	54,19
	Mulheres	20.757	8.149	12.608	39,25	60,75
	TOTAL	43.089	18.380	24.709	42,65	57,35

(\*) Inclusive pessoas de instrução não declarada

Fonte: IBGE, 1959.

Conforme os dados estatísticos acima, constato que em 1950 aproximadamente 57% da população ituiutabana de 5 anos ou mais permanecia analfabetos, sendo que desse número 60,75% eram mulheres, evidenciando a valorização da educação masculina em detrimento da feminina. Dos 42,65% das pessoas que sabiam ler e escrever no município, 71,32% estava concentrado na zona urbana.

Ocorre nesse período uma forte expansão e ampliação de estabelecimentos escolares, principalmente de instituições públicas na tentativa de reverter os baixos números relacionados à educação do município. Essa ampliação, entretanto, dava-se mais pelo esforço de alguns membros da comunidade do que propriamente pelo interesse dos governantes. Quanto à criação das escolas estaduais nesse período, Souza descreve,

No início dos anos 50, as escolas estaduais eram criadas sem prédio próprio, isso causava muito transtorno para a diretora nomeada. Existia muita burocracia para alugar um prédio para o estado. Construir o prédio próprio era ainda mais difícil, devido à ingerência política e à tramitação exigida para a construção.<sup>166</sup>

O quantitativo de instituições educacionais do período entre 1954 a 1956 está registrado nos dados disponibilizados pelo IBGE em 1959, com levantamento do número de instituições, de docentes e número de matrícula.

<sup>166</sup> SOUZA, Lázara Maria Alves Moraes. Relato Biográfico: Maria Mirza Cury Diniz. Ituiutaba: Feit, 2005, p. 13.



**Tabela 6 - Ituiutaba e o ensino primário municipal no período de 1954 -1956**

ESPECIFICAÇÃO	DADOS NUMÉRICOS		
	1954	1955	1956
Unidades escolares	33	39	48
Corpo docente	97	108	141
Matrícula efetiva	3.304	2.543	4.895

Fonte: IBGE, 1959.

Observa-se que o aumento do número de instituições de 1954 para 1955 ficou em torno de 18%, apesar do número de matrículas ter caído um pouco. De 1955 para 1956 houve um aumento de mais de 20% no número de instituições e de 92,4% no número de matrículas. O aumento da taxa de crescimento das matrículas não pode ser creditado somente ao aumento do número de instituições públicas, mas também pelo aumento da população urbana pelo qual passou o município, sendo que nesse momento, este passava pelo fenômeno da migração rural.

Apesar do aumento do número de instituições educacionais, principalmente públicas, e no número de vagas existentes no ensino primário do município, estas não eram suficientes para atender a demanda das famílias ituiutabanas pela educação das crianças. Este fato fica claro com a abertura do Grupo Escolar Clóvis Salgado em 1957, o 4º Grupo Escolar da cidade, como a reportagem do jornal Folha de Ituiutaba esclarece:

[...] será instalado brevemente nesta cidade o grupo escolar “Clóvis Salgado”. Autorizada a matrícula atingiu em poucos dias a 600 alunos, estando ainda aberta as inscrições. Como se sabe, o referido estabelecimento de ensino primário estadual, o quarto a ser instalado em Ituiutaba, funcionará no antigo edifício do Ginásio São José, na rua 22, esquina com a avenida 7. Com este são 3 os grupos escolares que funcionarão sem prédio nesta cidade.<sup>167</sup>

A reportagem acima apresenta ainda outro fator agravante para a educação do povo tijucano: a precariedade que as escolas funcionavam. Três das quatro escolas públicas funcionavam em prédios adaptados, sendo que esses prédios eram alugados ou cedidos pela comunidade. A instalação da Escola Estadual Governador Clóvis Salgado, deveria, segundo anúncio do jornal, funcionar provisoriamente nas dependências do antigo edifício do Ginásio São José, o que não ocorreu, pois no dia marcado para iniciar as aulas, os portões do prédio amanheceram fechados. O padre João Avi, responsável pelo mesmo avisou que não poderia ceder porque o

<sup>167</sup> FOLHA DE ITUIUTABA, n. 812, ano XVI, 30 mar. 1957, p.2

estado não pagava o aluguel. Em seu depoimento, Diniz relata as manifestações que precisaram fazer junto ao governo municipal e à comunidade,

[...] nós fizemos um movimento na praça Cônego Ângelo. Fomos para a praça [...] arranjamos jornais, forramos o chão, os meninos sentavam-se ali, e a gente deu aulas [...] os meninos cansavam-se, a igreja ficava aberta, e a gente revezava; alguns iam para a Igreja, sentavam-se nos bancos, outros sentavam-se debaixo das árvores [...] O senhor Oscar Mandi ficou sensibilizado, tinha uma colchoaria onde funcionavam a Secretaria Municipal de Educação e a Fundação Cultural, e falou assim: Vou ceder para vocês então. Arrumamos tábuas, dividimos a colchoaria, arranjamos caixote, e montamos a sala de aula. As diretoras ficavam de pé, não havia nada, só a colchoaria com oito salas de aula. Nós tínhamos oito turmas de manhã e oito à tarde.<sup>168</sup>

A carência de ensino primário esteve acompanhada da carência de oferta de ensino ginásial e secundário e a inexistência de oferta pública desses níveis de ensino que eram oferecidos apenas pelas escolas confessionais católicas: o Colégio Santa Teresa e o Colégio São José e por uma instituição particular: o Instituto Marden que oferecia além do curso primário o curso Ginásial, Curso Normal e Técnico em Contabilidade atraindo estudantes de municípios vizinhos,

Em 1956 havia os seguintes estabelecimentos de ensino não primário: Instituto Marden (cursos Técnico de Contabilidade e Ginásio); Ginásio Escola Comercial São José (cursos Técnico de Contabilidade e Ginásio); Escola Normal Santa Tereza (formação de professoras); (...) Com isso, Ituiutaba atrai estudantes de todos os municípios limítrofes.<sup>169</sup>

Os depoimentos de Ribeiro C. e Carvalho reforçam a pouca oferta de ensino ginásial e a ausência de ensino público ginásial no município,

Lá nós estudávamos até quartas séries, saía da quarta série e aí para o São José, porque não tinha lá a série, ia até na quarta série. Estudei no São José até a sétima, depois passei para o Marden.<sup>170</sup>

Porque na Dona Margarida era só até o quarto ano, depois eles iam para o Instituto Marden ou para o São José porque não havia outro, só 1959, fevereiro, que abriu a escola Estadual Ituiutaba, não é? Porque aí ofereceu ensino gratuito de quinta à oitava, que o João Pinheiro sempre ofereceu [...], era só até o quarto ano, eram os

<sup>168</sup> DINIZ, Maria Mirza Cury. Entrevista concedida Lázara Maria Moaes de Souza em 15 de jan. 2005. In: SOUZA, Lázara Maria Alves Moraes. Relato Biográfico: Maria Mirza Cury Diniz. Ituiutaba: Feit, 2005, p.14.

<sup>169</sup> IBGE, 1959, p. 308.

<sup>170</sup> RIBEIRO, Celeida Alves de Moraes. Ituiutaba, 07 de junho de 2014. Arquivo digital (40 min.). Entrevista concedida a mim.

chamados grupos escolares, e então não havia. Aí estudava ou no São José ou Instituto Marden. Era uma rivalidade, os alunos do Marden com o Santa Teresa que era... (risos).<sup>171</sup>

A carência do ensino ginasial gratuito no município é parcialmente sanada por meio da iniciativa da União da Mocidade Espírita de Ituiutaba – UMEI, que inaugura o Educandário Ituiutabano<sup>172</sup> em 1958, após dois anos de campanha para a construção do prédio onde o mesmo seria estabelecido. “Domingo p. passado, às 9 horas, precisamente, deu-se a inauguração do Educandário ‘Ituiutabano’, o primeiro estabelecimento de ensino, a ministrar os cursos primário e ginasial, gratuitamente”<sup>173</sup>.

Nesse período, no Brasil, tramitava na Câmara dos Deputados e no Senado Federal o projeto de uma lei que, conforme previsto na Constituição de 1946, substituísse a Reforma Capanema de 1942 e as Leis orgânicas que estavam em vigor. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 4.024 de 1961 é promulgada após grandes disputas político-ideológicas tendo de um lado os intelectuais e educadores e por outro a iniciativa privada e a igreja católica. O resultado desse embate demonstra certo triunfo do setor privado uma vez que a lei garantiu o direito do mesmo em ser financiado pelo Estado.

A LDB 4.024/61 em seu artigo 2º estabelece que “A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola” ficando a cargo da família a escolha do gênero de escola que oferecerá a seus filhos. Ressalta ainda os princípios de obrigatoriedade para crianças a partir dos sete anos e gratuidade para o Ensino Primário ao mesmo tempo em que dá a abertura à iniciativa privada em ministrar o ensino em todos os graus.

Com a finalidade de garantir condições mínimas para a expansão da educação, a LDB de 1961, em relação ao financiamento da educação, estabelece a quantidade de recursos a serem aplicados pelas diferentes esferas de ensino, cabendo à União no mínimo de dez por cento da sua arrecadação e aos Estados e Municípios, o mínimo de 20% de sua renda. O município de Ituiutaba, nesse período

<sup>171</sup> CARVALHO, Helena Theresa de Moura. Ituiutaba, 17 de junho de 2014. Arquivo digital (46 min.). Entrevista concedida a mim.

<sup>172</sup> A respeito do Educandário Ituiutabano, consultar : FRATTARI NETO, N. J. Educandário Espírita Ituiutabano: caminhos cruzados entre a ação inovadora e sua organização conservadora. Ituiutaba, MG (1954-1973)

<sup>173</sup> CORREIO DO PONTAL, n. 115, ano III, 14 set. 1958, p.5

contava com uma população de 70.706 pessoas, nas décadas seguintes, esse índice teve aumentos expressivos.

Após a promulgação da LDB 4.024/61 em Ituiutaba, contando com o investimento previsto nessa legislação educacional, o número de instituições de educação começa a ser ampliado tanto pelo governo estadual quanto pelo governo municipal. Isto pode ser confirmado nos quadros a seguir, que relacionam a criação de novas instituições de educação da rede estadual e da rede municipal de ensino, o decreto de criação e a localização das mesmas.

**Quadro 7 - Escolas Estaduais de Ituiutaba e sua criação – 1961 a 1971**

Instituição	Criação	Localização
E.E. Cônego Ângelo	Decreto-Lei 7.215 de 1963	Urbana
E.E. Cel. Tonico Franco	Decreto-Lei 8.406 de 1965	Urbana
C.E.M. Dr. José Zoccoli de Andrade	Lei 3.595 de 1965	Urbana
E.E. Profª. Maria de Barros	Lei 3.878 de 20/12/1965	Urbana
E.E. Gov. Israel Pinheiro	Lei 3.936 de 23/12/1965	Urbana
E.E. Rotary	Decreto 9.703 de 06/04/1966	Urbana
E.E. Prof. Álvaro Brandão de Andrade	Decreto 11.097 de 09/05/1968	Urbana

Fonte: Ituiutaba, 2012<sup>174</sup>.

Ao analisar o quadro acima onde estão explicitadas a criação das instituições escolares estaduais no município de Ituiutaba, constato que todas as sete escolas foram instaladas na zona urbana, atendendo à demanda do município, e ainda nos dias atuais mantém suas atividades. Dentre essas escolas, destaco que as escolas Cônego Ângelo, Rotary e Álvaro Brandão de Andrade são escolas que atendem somente o Ensino Fundamental; as escolas Coronel Tônico Franco, Professora Maria de Barros, Governador Israel Pinheiro oferecem o Ensino Médio além do Ensino Fundamental. Quanto ao Conservatório Dr. José Zoccoli de Andrade trata-se de uma escola de música.

Se, por um lado, o governo do estado de Minas Gerais se responsabilizava pela criação de escolas na zona urbana do município, com a criação de instituições de Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Musical, a Secretaria Municipal de Educação também amplia o número de instituições municipais, na zona urbana e principalmente na zona rural conforme o quadro abaixo.

<sup>174</sup> ITUIUTABA. Superintendência Regional de Ensino de Ituiutaba, 2012.

**Quadro 8 - Escolas municipais de Ituiutaba e sua criação – 1962 a 1971**

Instituição	Criação	Localização
E.M. Antonio Baduy	Decreto 240, de 22/02/1962	Campo Alegre
E.M. Castro Alves	Decreto 241, de 23/02/1962	Ponte Rio Prata
E.M. São José	Decreto 249, de 23/04/1962	Córrego da Mamona
E.M. João da Fonseca Filho	Decreto 261, de 16/08/1962	Boa Esperança
E.M. Aureliano de Freitas Franco	Decreto 264, de 20/08/1962	São Lourenço
E.M. Capela N.S. Aparecida	Decreto 312, de 04/05/1964	Monte Azul
E.M. Getúlio Vargas	Decreto 312, de 04/05/1964	Baixadão
E.M. Vereador Diógenes de Souza	Decreto 312, de 04/05/1964	Pontinhas
E.M. Pref. José Arcênio de Paula	Decreto 312, de 04/05/1964	Guariroba
E.M. Fernando Martins de Andrade	Lei 954, de 29/03/1965	São Bento
E.M. Dep. Daniel de Freitas Barros	Decreto 385, de 15/04/1966	Açude
E.M. Dr. Camilo Chaves Júnior	Decreto 385, de 15/04/1966	Sapé
E.M. Joaquim José de Assis	Decreto 385, de 15/04/1966	Campo Alegre
E.M. Domingos José Franco	Decreto 404, de 27/12/1966	Ribeirão São Vicente
E.M. Manoel Alves Vilela	Decreto Municipal 404, de 27/12/1966	Urbana
E.M. Francisco José de Carvalho	Decreto 432, 23/08/1967	Capão Rico
E.M. Antonio Severino da Silva	Decreto 454, de 12/02/1968	Rib. São Vicente
E.M. Augusto Martins de Andrade	Decreto 454, de 12/02/1968	Pontal, Campo Alegre
E.M. João José dos Santos	Decreto 1.325, de 21/06/1968	Córrego da Chácara
E.M. Manoel Afonso Cancellia	Decreto 492, de 08/07/1968	Ribeirão Santa Rita
E.M. Antonio Souza Martins	Decreto 503, de 14/08/1968	Alto do Carmo
E.M. Cândido José de Carvalho	Decreto 507, de 19/08/1968	Mangalarga
E.M. Joaquim Antonio de Moraes	Decreto 520, de 19/09/1968	Córrego do Retiro
E.M. José da Silva Ramos	Decreto 534, de 02/12/1968	Córrego da Chácara
E.M. de 1º e 2º Graus Machado de Assis	Lei Municipal 1.254 de 1968	Urbana
Colégio Normal Municipal	Portaria n.º78 de 08/03/1969	Urbana
E.M. Ari Barrosos	Decreto 552, 10/02/1969	Córrego do Coelho
E.M. Gustavo Maia de Menezes	Decreto 558, de 17/03/1969	Fazenda Estiva
E.M. Archidamiro Parreira de Souza	Decreto 570, de 30/04/1969	Córrego da Abelha
E.M. João Ribeiro da Silva	Decreto 587, de 24/06/1969	Fazenda Vale do Ingazeiro
E.M. Oldemar Ribeiro Vieira	Decreto 607, de 04/08/1969	Três Vendas
E.M. Antonio Bento Parreira	Decreto 609, de 25/08/1969	Açude
E.M. Dr. Hélio Benício de Paiva	Decreto 627, de 02/10/1969	Instituto Agrícola
E.M. José Abadio da Costa	Decreto 671, de 26/12/1969	São Lourenço
E.M. Moacir Franco	Decreto 701, de 12/05/1970	Granja Santo Antonio.
E.M. Umberto teodoro Gomes	Decreto 702, de 12/05/1970	Córrego da Mamona
E.M. Agrícola de Ituiutaba de 1º Grau (5ª a 8ª série)	Lei Municipal 1.338 de 23/10/1970 Resolução Estadual 230/70 de 06/11/1970	Corrêgo do Açude
E.M. Pres. Prudente de Moraes	Decreto 786, de 23/11/1970	Córrego do Lageado
E.M. Pres. Arthur da Silva Bernardes	Decreto 788, de 23/11/1970	Córrego da Abelha
E.M. Verônica Maria de Moraes	Decreto 789, de 23/11/1970	Paineiras
E. M. Arcanjo Gervásio Guimarães	Decreto 791, de 23/11/1970	Córrego Fundo
E.M. Julieta Alves Leite	Decreto 797, de 02/12/1970	Córrego da Picada
E.M. Bernardo José Franco	Decreto 881, de 10/05/1971	São Lourenço
E.M. Dr. Domício de Souza Martins	Decreto 881, de 10/05/1971	São José do Sucuri

E.M. Dr. José Zoccoli de Andrade	Decreto 935, de 06/08/1971	Taperão
E.M. Nívio Moraes	Decreto 935, de 06/08/1971	Serra do Bauzinho
E.M. Dr. Antonio Cabral de menezes	Decreto 941, de 17/08/1971	São Vicente
E.M. Olegária Ribeiro Chaves	Decreto, 958, de 13/09/1971	Ipiranga
E.M. Rui Barbosa	Decreto 836, de 04/01/1971	Fazenda olhos D'água
E.M. Tancredo de Paula Almeida	Decreto 881, de 10/05/1971	Ponto do Rio Tijuco
CIME Tancredo de Paula Almeida	Lei Municipal 881, de 10/05/1971	Urbana

Fonte: Ituiutaba, 2012<sup>175</sup>.

Algumas escolas criadas pela rede municipal de ensino, principalmente na zona urbana, permanecem ainda hoje com suas atividades educacionais. Destaco na zona urbana a escola Municipal Manoel Alves Vilela criada em 1966, a Escola Municipal Machado de Assis criada em 1968, o Centro Integrado Municipal de Educação Tancredo de Paula Almeida criado em 1971. Em relação às escolas instaladas na zona rural e que ainda mantém suas atividades estão as Escolas: Quirino de Moraes de 1941, Francisco Antônio de Lorena de 1951, José da Silva Ramos, criada em 1968, a Escola Municipal Agrícola de Ituiutaba, em 1970 e a Escola Municipal Bernardo José Franco em 1971.

A solicitação de criação de escolas partiu, em sua maioria, de reivindicações feitas pela comunidade junto aos governos, estadual e municipal, que durante essas décadas, ainda não conseguia suprir a demanda por vagas,

Nosso povo rural começa agora a dar valor real à instrução primária. Daí o enorme número (ainda não suficiente) de escolas municipais, de grupos escolares e de estabelecimentos particulares de ensino no campo. A situação material e técnica dessas escolas fica muito a desejar. Mas o principal é o elemento humano ali, a saber: a professora que deverá estar preparada (em cursos especializados) e prestigiada pelos pais dos alunos, pelos fazendeiros e autoridades.<sup>176</sup>

A criação de escolas na zona rural, preocupação apresentada pelos governantes, além de não suprir a demanda no município deixava a desejar, em relação à infraestrutura, ao corpo docente e às práticas de ensino.

E mais: sugerem que a preocupação geral da política local de expandir o número dessas escolas localizadas em fazendas não se estendia à estrutura física do grupo escolar — prédios doados por fazendeiros — nem ao corpo docente — professores leigos com

<sup>175</sup> ITUIUTABA. Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer de Ituiutaba, 2012.

<sup>176</sup> CIDADE DE ITUIUTABA, 6 jan. 1966, ano I, n. 3, p.2

salários dependentes das negociações com cada fazendeiro, cujos vínculos com a educação pareciam ser mais políticos que educacionais ao instalarem escolas de uma sala só e criarem um padrão de prática de ensino: um professor só para cinco séries [...].<sup>177</sup>

Nesses moldes, a situação do professor era também incerta, pois dependia de negociações com os fazendeiros cujas terras a escola estava instalada.

Ao trazer o cenário educacional municipal, não poderíamos nos concentrar apenas nas instituições de educação básica, importante ressaltar que, no final dos anos sessenta, foi acionada, por meio do então prefeito Samir Tannus, a lei de autoria do Deputado Estadual Luiz Alberto Franco Junqueira que autorizava a criação de cursos superiores no município. Foi, então, instaladas no município duas instituições de Ensino Superior, a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras e a Escola de Administração de Empresas, essa, contando com os esforços da Associação Comercial e Industrial de Ituiutaba.

Pode-se atribuir em parte ao funcionamento das duas faculdades o recrudescimento da efervescência cultural pós-64. A reação em cadeia ao cerceamento das ideias imposto pelo governo militar eclodiria em ebulição criativa sem precedentes. Seu organismo convulsionou-se, com importantes reflexos nos centros da inteligência, da sabedoria, da sensibilidade, da cidadania (LEITE, 2001, p. 46).<sup>178</sup>

Nesse momento, o Curso de Pedagogia, que havia sido regulamentado em 1962 pelo parecer nº 292, permanecia com a dicotomia entre bacharelado e licenciatura, levando à compreensão que no bacharelado se formava o Técnico em Educação e a Licenciatura em Pedagogia formaria o professor para lecionar as matérias pedagógicas do Curso Normal de nível secundário, no primeiro ciclo ou no segundo ciclo.

O parecer n.º 252 do Conselho Federal de Educação, que, em 1969, regulamentou a organização e funcionamento dos cursos de Pedagogia, apresentou como finalidade do curso de Pedagogia preparar os profissionais da educação, assegurando mediante uma complementação dos estudos a obtenção do título de especialista,

<sup>177</sup> RIBEIRO, B. O. L., SILVA, L. A., QUILICE NETO, A. Educação rural em minas gerais: gênese das escolas municipais de Ituiutaba (anos 1940). Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.46, p. 74-93, jun2012.

<sup>178</sup> LEITE, Alciene Ribeiro. Carta Aberta. In: O Centenário. Ituiutaba, Editora Egil, 2001.

Nesse Parecer esse curso passou a formar o chamado “especialista em educação”, quando foram introduzidas as habilitações em Orientação Educacional, Supervisão Escolar, Administração Escolar e Inspeção Escolar. Além dessas habilitações outras poderiam ser criadas também e, em algumas instituições, havia a habilitação voltada para formação de professores para o Curso Técnico em Magistério (Grifos do autor).<sup>179</sup>

Nesse contexto, o curso de Pedagogia da faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ituiutaba, mantida pela Fundação Educacional de Ituiutaba é reconhecido em 22 de julho de 1975, por meio do Decreto 75.594 juntamente com outros cursos:

Art. 1º - É concedido reconhecimento aos cursos de Ciências Biológicas, licenciatura plena, de História de Letras, habilitação em Português-Inglês, de Matemática e de Pedagogia, habilitações em Magistérios das Disciplinas Pedagógicas do 2º grau, Supervisão Escolar e Administração Escolar, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ituiutaba, mantida pela Fundação Educacional de Ituiutaba, com sede na cidade de Ituiutaba, Estado de Minas Gerais.<sup>180</sup>

Nos anos setenta, acompanhando a convulsão cultural<sup>181</sup> do restante do país, Ituiutaba, amplia suas atividades de esporte, folclore, literatura, fotografia, artesanato, artes plásticas e música instrumental promovendo festival de música sertaneja e popular. O número de instituições de ensino continua a ser ampliado principalmente na zona rural “Na década de 1970, Ituiutaba tinha, na zona rural, setenta e uma escolas”<sup>182</sup>.

Ao realizar uma retrospectiva educacional do município de Ituiutaba, no período delimitado pela pesquisa, 1935 a 1971, foi possível perceber uma expansão gradativa no número de instituições educacionais, invertendo o coeficiente que prevaleceu até a década de 1950 no município, onde as escolas particulares existiam em número superior ao das escolas públicas.

O aumento do número de escolas, municipais, estaduais e particulares, principalmente as que ofertavam o ensino primário, consequentemente amplia a

<sup>179</sup> SILVA, Marcelo Soares Pereira. Políticas e práticas de formação de gestores escolares frente as novas DCN para o curso de Pedagogia. XXIII Simpósio Brasileiro, V Congresso Luso-Brasileiro, I Colóquio Ibero-Americano de política e administração da Educação. Cadernos ANPAE, n. 4, 2007.

<sup>180</sup> DIÁRIO OFICIAL. Decreto n. 75.594, de 22/07/1975.

<sup>181</sup> LEITE, Alciene Ribeiro. Carta Aberta. In: O Centenário. Ituiutaba, Editora Egil, 2001.

<sup>182</sup> CHAVES, Públio. Centenário de Ituiutaba (1901-2001). In: O Centenário. Ituiutaba, Editora Egil, 2001, p.23.



demanda por professores e, nesse município, nesse recorte histórico, o lócus de formação de professores esteve circunscrito às Escolas Normais.

O município, mesmo contando com o Curso Superior de Pedagogia, este manteve o foco na formação do docente para o Magistério das Matérias Pedagógicas do 2º grau e nas habilitações de Administração, Supervisão, Orientação e Inspeção. A formação para o magistério do Ensino Primário esteve portanto sob a responsabilidade do Curso Normal.

As Escolas Normais, desde sua institucionalização atuaram como importante fonte de mediação da cultura e se constituíram como espaços responsáveis pela divulgação do saber, das normas e técnicas necessárias ao saber docente. Nesse sentido, as Escolas Normais estabeleceram importante relação entre educação e cultura, uma vez que preparavam os docentes em sua formação humana que, por sua vez, seria repassada às futuras gerações. Quanto à relação escola-cultura, Forquin se posiciona:

Se toda educação é sempre educação de alguém por alguém, ela supõe sempre também necessariamente, a comunicação, a transmissão, a aquisição de alguma coisa: conhecimentos, competências crenças, hábitos, valores, que constituem o que se chama precisamente de “conteúdo” da educação [...] este conteúdo que se transmite na educação é sempre alguma coisa que nos precede, nos ultrapassa e nos institui enquanto sujeitos humanos pode-se perfeitamente dar-lhe o nome cultura. (aspas do autor).<sup>183</sup>

Aceitando a educação como transmissão de uma cultura, as Escolas Normais do município de Ituiutaba, até então, espaço único de formação de docentes para atuar nas séries iniciais, adquirem status de singularidade e unicidade. Esse caráter de especialidade justifica a pesquisa que identifica e registra as escolas Normais, privadas e públicas, existentes no município.

Realizando esse estudo em torno da formação de professores/as no município de Ituiutaba, assim como nas instituições responsáveis por essa formação, pretendemos compreender melhor o contexto da formação docente no período delimitado assim como ampliar o conhecimento sobre a história da formação docente no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

---

<sup>183</sup> FORQUIN, Jean Claude. Escola e Cultura: as bases epistemológicas do conhecimento escolar. Porto Alegre: Artes Médica, 1993, p.86.

### 4.3 As Escolas Normais do município de Ituiutaba

Pesquisando a formação de professoras alfabetizadoras no município de Ituiutaba identifiquei que, nas primeiras décadas do século XX, a origem dos professores diplomados para atuarem no município e na região esteve condicionada à imigração de professores com formação em Escolas Normais e Institutos de Educação, situadas em Belo Horizonte e em outras capitais como as do Rio de Janeiro e de São Paulo e de cidades de grande porte como Campanha. A Escola Normal mais próxima de Ituiutaba, instalada em Uberabinha/Uberlândia anexa ao Ginásio de Uberabinha iniciou suas atividades segundo Vieira (2003)<sup>184</sup> em 1925.

Em sua pesquisa Moraes (2008)<sup>185</sup> ressalta que a presença de uma Escola Normal em uma cidade próxima de Ituiutaba oportunizou a algumas jovens ituiutabanas dar continuidade aos estudos realizados em sua cidade, uma vez que em Ituiutaba ainda não havia Escola Normal. Em seu depoimento, a alfabetizadora Saraiva descreve seu ingresso nessa Escola Normal:

Aí eu fui para Uberlândia, lá tem colégio de internato. Eu prestei concurso para entrar, prestei concurso de francês, português, geografia... não me lembro muito bem.... fiz um concurso lá para entrar [...] foi 1934, 1935 e 1936 que eu estudei lá [...] Lá eu prestei o concurso pra entrar já no 1º ano normal, aí eu entrei no 1º normal [...] e fiquei até terminar o curso normal, fiz o Curso Normal lá com o José Inácio, ele era diretor [...] E fiz os três normais lá. Depois eu vim embora pra Ituiutaba, já vim pra lecionar.<sup>186</sup>

A prática docente das alunas da Escola Normal dava-se, segundo os critérios estabelecidos para as Escolas Normais, em escolas primárias anexas às escolas de formação. Saraiva relata ter ministrado aulas demonstrativas na escola primária que funcionava junto à Escola Normal, contando com a presença das professoras do curso:

<sup>184</sup> VIEIRA, Flávio César Freitas. *Escola Normal, Imprensa e Câmara Municipal de Uberabinha (1923 – 1927)*. Trabalho de pesquisa apresentado no II Congresso de Pesquisa e Ensino em História da Educação em Minas Gerais. UFU. Uberlândia – MG, 06 a 09 de maio de 2003.

<sup>185</sup> MORAES, Andréia Demétrio Jorge. *História e Ofício de Alfabetizadoras: Ituiutaba 1931-1961*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

<sup>186</sup> SARAIVA, Aracy. Entrevista concedida mim em 20 de março de 2007. 2 fitas cassetes (150 min.). In: MORAES, Andréia Demétrio Jorge. *História e ofício de Alfabetizadoras: Ituiutaba, 1931-1961*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008, p.120.

[...] nós dávamos aula, os alunos faziam aqueles relatórios. de como tinha sido a aula... do que ia dar na aula naquele dia. [...] Nós tínhamos o primário [...] Podia voltar para a sala de aula, tinha aquela aula pra ver se estávamos indo bem... as professoras... iam junto pra assistir. A professora da matéria que eu ia dar.<sup>187</sup>

Conforme depoimento, após ter se formado professora, Aracy Saraiva retorna a Ituiutaba, no final de 1936, sendo imediatamente nomeada professora do Grupo Escolar João Pinheiro, onde atuou como alfabetizadora por mais de dez anos.

Segundo Moraes (2008)<sup>188</sup>, o crescimento econômico e social, que vinha ocorrendo no Triângulo Mineiro e em Ituiutaba, contribuem para o aumento do número de escolas e de matrículas. A exemplo do que ocorria nas demais cidades interioranas, a formação de professores só era possível mediante a mudança para a capital Belo Horizonte, ou outras cidades que possuíam Escolas Normais, fator este que acarretava dificuldades para as jovens ituiutabanas. Moraes ao lembrar seu tempo de formação no Instituto Marden, expressa de forma simples a necessidade de instituições de formação docente no município,

Primeiro porque a escola tinha um nome muito importante aqui da região. Foi a escola que alavancou o desenvolvimento da cidade. E com o aparecimento das escolas e dos grupos escolares, da onde que iam sair esses professores, não é? Da escola normal, que na época era do Marden, e também o Santa Teresa.<sup>189</sup>

Estas duas instituições foram as primeiras a disponibilizar o Curso Normal no município, mas, no período de 1935 a 1971, que compreende este estudo, vieram a ser criadas.

#### 4.3.1 Escola Normal “Dr. Benedito Valadares”

A década de 1930 ficou marcada por intensos debates políticos nos quais estavam refletidos um crescente interesse pela educação culminando no movimento

<sup>187</sup> Idem, ibidem.

<sup>188</sup> MORAES, Andréia Demétrio Jorge. História e Ofício de Alfabetizadoras (1931 – 1961). Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade Educação da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008, p.122.

<sup>189</sup> MORAES, Vera Cruz de Oliveira. Ituiutaba, 29 de janeiro de 2014. Arquivo digital (56 min.). Entrevista concedida a mim.

denominado Entusiasmo pela Educação.<sup>190</sup> Estes debates em torno da educação se materializaram principalmente na disseminação da escola primária que por sua vez ocasionou a disseminação das instituições de formação de professores, então, as Escolas Normais.

Em 1935, no município de Ituiutaba, atendendo a demanda de professores/as para ministrar o ensino nas escolas primárias, foi criada no Instituto Marden a Escola Normal. O instituto, foi uma instituição de ensino laica e particular conseguiu exercer suas atividades no município por um longo período e que, além de marcar a vida de muitos ituiutabanos, influenciou no modo de atuação de muitos educadores e educadoras do município. Segundo Moraes (2004)<sup>191</sup>, o nome da escola “Instituto Marden” recebeu influência do pensador Orison Swett Marden, um escritor nascido em 1848, na Nova Inglaterra. Foi o primeiro escritor a publicar obras de sucesso nos Estados Unidos, escreveu vários livros com ideias de otimismo, alegria e confiança, envolvendo progresso, crescimento humano, individual e social, educação, trabalho e realizações profissionais. A Escola surgiu da necessidade de oferecer aos alunos egressos do Grupo Escolar João Pinheiro a oportunidade de continuar os estudos. As atividades do Instituto Marden iniciaram em 1933, com um curso de adaptação com duração de dois anos, que se destinava a preparar alunos para ingressarem no Curso Normal.

Em 1935, começou a funcionar a Escola Normal “Dr. Benedito Valadares”<sup>192</sup>, anexa ao Instituto Marden, aguardando o seu reconhecimento que se daria com o encerramento da primeira turma do curso. Em consonância com a filosofia do pensador Marden, que propagava o jornal como meio de comunicação e a importância de se incentivar a autoestima, os alunos criam em 1935 um jornal denominado de “O Vencedor” onde circulavam artigos escritos por eles deixando

---

<sup>190</sup> NAGLE, Jorge. Educação e sociedade na primeira República. São Paulo, EPU: Rio de Janeiro, FNME, 1974.

<sup>191</sup> MORAES, Vera C. O. Tudo pela pátria: a história do Instituto Marden (1933-1945). Dissertação (Mestrado em Educação) – faculdade de Educação da universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2004.

<sup>192</sup> O nome dado à escola normal foi em homenagem ao Dr. Benedito Valadares, mineiro diplomado pela faculdade de Direito do Rio de Janeiro, filiado ao Partido Progressista (PP). Assumiu, em setembro de 1933, o governo de Minas Gerais, indicado pelo presidente Getúlio Vargas. Em abril de 1935, foi eleito pelos deputados constituintes mineiros como governador constitucional do estado.

transparecer nos mesmos a simplicidade, o ardor e a alegria de contar com um instrumento de imprensa que testemunhasse suas vidas estudantis na instituição<sup>193</sup>.

Na publicação do jornal, do dia 6 de junho de 1935, na reportagem “O Instituto Marden em 1935” escrita pela aluna do 1º ano Normal, Zilda Martins, fica registrado que a Escola Normal ainda aguarda a publicação do decreto de reconhecimento da escola “O povo ituyutabano tem a glória de ver quase criada, em Ituyutaba, a escola Normal anexa ao Instituto Marden, cujo progresso tem sido rapidíssimo”<sup>194</sup>.

**Figura 15 - Recorte do Jornal O Vencedor, editado pelos alunos do Instituto Marden no dia 6 de junho de 1935**



Fonte: Arquivo da SEE – Ituiutaba, MG.

Chama a atenção ainda, nesta publicação o segundo artigo, “A creança e o educador”, escrita por outra aluna do Curso Normal, Nadir Chaves. Neste artigo pode-se entrever o ideário difundido no período e incorporado pelas escolas de formação de professores, a creança no professor como missionário, prestador de serviço à pátria e responsável pela salvação da sociedade por meio da educação.

[...] Nenhuma outra missão é mais nobre, mais sublime que a do educador. É o maior serviço, o maior bem que um cidadão pode

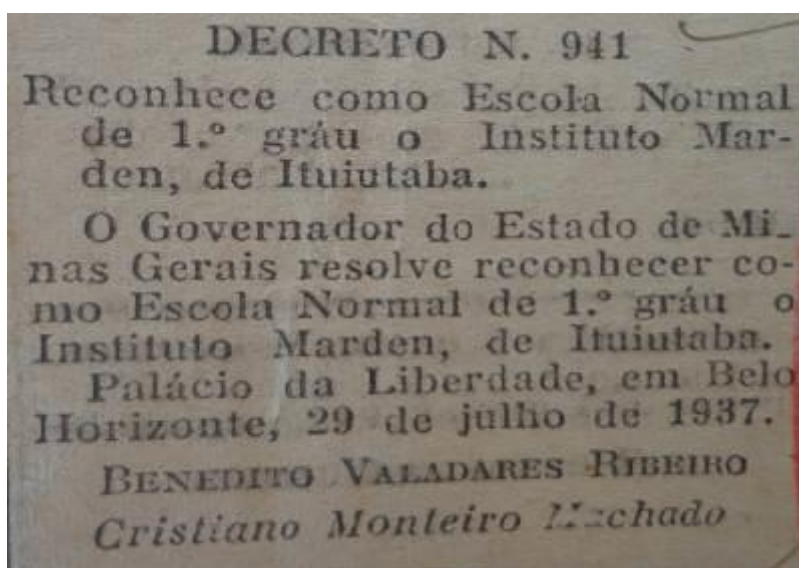
<sup>193</sup> MORAES, Vera Cruz de Oliveira. Tudo pela pátria: a história do Instituto Marden (1933-45). Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2004.

<sup>194</sup> MARTINS, Zilda. O Instituto Marden em 1935. Ituiutaba, O VENCEDOR. n. 3, anno I, 6 jun. 1935.

prestar à sua pátria. Educar é ensinar, é fazer avançar uma civilização já começada; é formar uma nação[...] Proporcionar melhores meios de vida à creança é o máximo que uma geração presta à nacionalidade [...] A creança é inexperiente. É preciso um guia que lhe mostre o caminho da perfeição. Um bom educador faz numa hora o que muitas tentaram fazer em um ano. Se for péssimo o educador, ele porá uma nação em decadência. A escola é um templo, onde se faz uma humanidade poderosa, sábia e perfeita. Os bons educadores são como águas no deserto. Incutem no espírito da creança amor à ciência, o amor à pátria, o amor a si mesma. O trabalho dos nossos verdadeiros educadores será recompensado no futuro de nossos filhos. Eles verão o Brasil no seu apogeu, verão uma grande civilização e serão o orgulho da humanidade.<sup>195</sup>

O reconhecimento da escola Normal “Dr. Benedito Valadares” deu-se em 1937, por meio do Decreto n.º 941, de 29/07/1937, com a primeira turma de concluintes. A oficialização do curso normal foi comemorada com entusiasmo por todos na cidade e principalmente pelos mardenienses. Estava reconhecida a primeira Escola Normal da cidade, responsável por formar os professores primários.

**Figura 16 - Recorte de jornal contendo a publicação do decreto de reconhecimento da Escola Normal do Instituto Marden em Ituiutaba datada de 29 de julho de 1937**



Fonte: Arquivo da SEE – Ituiutaba, MG.

A Escola Normal “Dr. Benedito Valadares” pertencia e funcionava no prédio do Instituto Marden, situado à rua 20 com avenidas 9 e 11. A figura abaixo é uma foto da fachada do prédio na década de 1940.

<sup>195</sup> CHAVES, Nadir. A. A creança e o educador. O vencedor, Ituiutaba, ano I, n. 3, 6 jun. 1935.

**Figura 17 - Fachada do Instituto Marden, anexa a documentos referente à década de 1940**



Fonte: Arquivo da SEE – Ituiutaba, MG.

A fachada imponente do prédio que estava localizado na parte central da cidade tinha o nome da instituição inscrito em letras grandes, amplas janelas envidraçadas e apenas uma porta por onde passavam os alunos. A porta estreita, apesar de permanecer aberta, seguindo os preceitos fiscalizadores do período permitia um controle maior sobre quem entre e quem sai da instituição. O prédio do Instituto Marden ocupava uma extensão que ia do portão principal na rua 20 até o portão dos fundos, alcançando a rua 18 como relatado nos depoimentos das ex-alunas,

Por exemplo, a gente não podia sair do âmbito da escola. Portão naquela época não ficava fechado não, portão ficava aberto. Então, mas ninguém saía para a rua todo mundo ficava lá dentro. Tinha o Pipoqueiro, tinha o barzinho, e todo mundo, os pátios eram grandes. Quer dizer, a turma toda distribuídas nesses espaços, ou jogando bola ou brincando, conversando. Então não tinha problema. Mais eu mesma aconteceu um incidente comigo, eu estava no curso normal, pensa bem; eu e minha colega Isa, nós resolvemos dar um passeio na rua dezoito, era só descer os degraus, porque a escola começava na rua vinte e ia até a dezoito. E nos fomos, e nos estávamos conversando, não estávamos fazendo nada, só um quarteirão que ia da onze até a nove. E o Dr. Álvaro nos viu lá de fora, uniformizadas, estávamos em aula. Só fez aquele apitinho dele, dois sinais de apito, quando nós olhamos era ele, ele falou: \_ Mocinhas, para a casa. Aí

nos fomos não é? Fazer o que? Nem falamos nada, porque sabíamos que não podia sair.<sup>196</sup>

Eu era muito levada na escola. De vez em quando eu queria pular a janela, quando eu tinha uns namorados. Eles trancavam o portão, não podia sair (risos). E um dia doutor Álvaro me pegou pulando a janela. Que a escola era na frente, tinha uns biombos assim, e eu tirei o Biombo. Na hora que eu pulei, eu pulei em cima dele. Aí ele me suspendeu de aula três dias.<sup>197</sup>

A disciplina rígida sempre foi um dos marcos da instituição, as diretrizes mardeniense sintetizavam os pensamentos da época e se refletiam no rigor das normas que regiam a escola. Apesar do respeito com que os alunos eram tratados, as transgressões eram severamente punidas.

**Figura 18 - Pátio interno do prédio do Instituto Marden**



Fonte: Arquivo da SEE – Ituiutaba, MG.

A importância e as contribuições dessa instituição para o município ficam implícitas nas comemorações organizadas e pela presença de personalidades ilustres nas solenidades de entrega de diploma aos concluintes do Ginásio e do Curso Normal, conforme divulgado na imprensa,

<sup>196</sup> MORAES, Vera Cruz de Oliveira. Ituiutaba, 29 de janeiro de 2014. Arquivo digital (56 min.). Entrevista concedida a mim.

<sup>197</sup> RIBEIRO, Georgina Maria Finholdt. Ituiutaba, 27 de janeiro de 2014. Arquivo digital (65 min.). Entrevista concedida a mim.



Estará em festa no dia 6 do corrente sábado próximo, o “Instituto Marden”, com a entrega de certificados e diplomas aos alunos que concluíram os cursos ginásial e normal, respectivamente, turmas de 1952. Parainfará os ginásianos o Vice-Governador do Estado, Dr. Clovis Salgado, e as normalistas, o Secretário do Interior dr. Geraldo Starling Soares<sup>198</sup>.

Apesar de ser uma escola particular, que necessitava das mensalidades, mantinha segundo Chaves (1984)<sup>199</sup>, bolsas de estudos gratuitas para mais de 100 alunos, anualmente. A instituição destinava vaga em seu quadro para alunos de classes menos favorecidas que estudavam sem o pagamento e que retribuía o benefício do aprendizado recebido na instituição, atuando como monitora nas turmas de alfabetização.

Os depoimentos de ex-alunas do Curso Normal do Instituto Marden, deixam entrever o panorama do município em relação à falta de professores e a atuação das alunas bolsistas, ainda muito novas, muitas vezes imaturas, trocando seu trabalho pelo seu estudo,

De 2ª a 4ª série eu fiz com a D. Alaíde Macedo, e como era uma aluna aplicada ela me deu estudo até eu me formar [...] durante o meu estudo, em que eu fazia o estudo no Marden, eu já era auxiliar, e depois quando eu me formei, eu continuei sendo alfabetizadora [...] <sup>200</sup>.

Era uma escola paga. Eu fui bolsista, porque eu fui classificada no quarto ano, quando eu terminei meu curso primário, no primeiro lugar. Então o doutor Álvaro ofereceu, quem tirava primeiro lugar, ele oferecia, dava bolsa. Então eu fui bolsista porque eu fui... (risos) a primeira aluna da minha turma.<sup>201</sup>

[...] eu me saía muito bem na escola, e o doutor Álvaro me convidou para dar... para ser monitora. Já com 12 anos, eu fui ser monitora. Ai eu ganhava a escola para poder..., porque a gente não tinha condição de pagar. Meus pais eram pobres, nós éramos muitos irmãos e eu queria estudar. Eu tinha na minha cabeça que se eu não estudasse, eu não venceria [...] Então, ai eu fui dar aula. Eu era monitora. Eu tinha alunos mais velhos do que eu; e a gente brigava na sala de aula, eu sempre fui muito briguenta, a gente marcava briga para depois da aula (risos)<sup>202</sup>

<sup>198</sup> FOLHA DE ITUIUTABA, n. 558, ano XI, 3 dez. 1952.

<sup>199</sup> CHAVES, Petrônio Rodrigues. A loja do Osório. Ituiutaba: 1984.

<sup>200</sup> MACHADO, Jeronima Alves dos Santos. Entrevista concedida a Andréia Demétrio Jorge Moraes em 20/03/2007. 1 fita cassete (90 min.). In: MORAES, Andréia Demétrio Jorge. História e ofício de Alfabetizadoras: Ituiutaba, 1931-1961. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

<sup>201</sup> ARAUJO, Ester Majadas. Ituiutaba, 13 de janeiro de 2014. Arquivo digital (50 min.). Entrevista concedida a mim.

<sup>202</sup> RIBEIRO, Georgina Maria Finholdt. Ituiutaba, 27 de janeiro de 2014. Arquivo digital (65 min.). Entrevista concedida a mim.

Atendendo às necessidades da população, segundo Chaves (1984), Álvaro Brandão e sua esposa Alaíde, para dar acolhimento ao progressivo número de alunos, não só da zona rural, mas também de outros municípios triangulinos e do vizinho Estado de Goiás, adquiriram um prédio e instalaram um internato onde acolheram durante 41 anos centenas de moças, moços e crianças que vinham para estudar na cidade, longe das famílias.

**Figura 19 - Prédio onde funcionou o Internato do Instituto Marden, anexa a documentos referente à década de 1940**



Fonte: Arquivo da SEE – Ituiutaba, MG.

O Internato ficava localizado na rua 18, nos “fundos” do Instituto Marden. No regimento do Instituto, estava previsto as visitas e saídas dos internos, as saídas livres eram realizadas às tardes de domingo, somente aos alunos aplicados e que tivessem o consentimento dos pais. Todos os alunos internos deveriam ter um enxoval, todo marcado com o número de matrícula do aluno<sup>203</sup>.

As contribuições financeiras dos alunos para a instituição eram escalonadas atendendo aos diferentes níveis de ensino ao qual os alunos estivessem matriculados: Curso normal, Curso Ginásial e Curso primário. Variando também quanto ao regime: internos, externos e semi-internos.

<sup>203</sup> MORAES, Vera Cruz de Oliveira. Tudo pela pátria: a história do Instituto Marden (1933-45). Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2004.

As atividades do Instituto Marden não se limitaram ao Curso Normal, a escola implantou novos cursos seguindo a demanda educacional da população ituiutabana. A Escola Normal “Dr. Benedito Valadares”, iniciou suas atividades com a primeira turma em 1935 se manteve ativa até 1970.

**Figura 20 - Alunas do Colégio Normal “Dr. Benedito Valadares” - 1951**



Fonte: Acervo pessoal de Maria Mirza Cury Diniz.

A imagem acima registra a turma de normalista no encerramento do ano letivo de 1951, na porta da escola estão as alunas, o professor Márcio e o diretor Álvaro Brandão de Andrade.

O Instituto Marden, como muitas instituições no Brasil, alfabetizou, instruiu a população, formou professores e outros profissionais, preenchendo a enorme lacuna deixada pelo poder público que deveria se ocupar em oferecer educação pública e gratuita a todos os cidadãos.

#### *4.3.2 Escola Normal Santa Teresa*

Outra instituição que se fez presente e permanece ativa até os dias atuais é o Colégio Santa Teresa, criado em 1938, pela congregação das irmãs Scalabrinianas.

De acordo com Oliveira<sup>204</sup> (2003), o colégio foi instalado em prédio da prefeitura municipal que foi reformado e adaptado para funcionar como escola, contou com o empenho do padre Fortunato Morelli, padre Conrado Stefani, missionário de São Carlos Borromeo, e de Dona Olegária Ribeiro Chaves, educadora e religiosa da cidade para sua instalação. Dona Olegária, proprietária de uma pequena escola particular denominada Menino Jesus de Praga, que estava sendo desativada, transferiu, com o auxílio do prefeito da época, Antonio Souza Martins, essa escola juntamente com os alunos, em sua maioria de família católica para o Colégio Santa Teresa.

Este foi um colégio confessional que atendeu meninas residentes tanto na zona urbana quanto rural, contava ainda com regime de internato para receber alunas da zona rural. OLIVEIRA (2003)<sup>205</sup>, ressalta o empenho de D. Olegária Ribeiro Chaves, pois a mesma “[...] se preocupou em garantir às crianças tijucanas a formação religiosa e moral e, sobretudo, preocupou-se com o futuro Curso Normal para formar as moças que seriam as futuras professoras da cidade”.

O Colégio seguia os moldes da educação feminina no restante do país que, desde o início do século XX, teve na igreja católica uma das instâncias responsáveis pela formação das mulheres no Brasil, uma educação que visava a instrução e a preparação da mulher para o papel de esposa, mãe e divulgadora da fé cristã.

O início das atividades da escola deu-se de forma simples, até mesmo rudimentar, incluindo visitas domiciliares das irmãs para efetuar as primeiras matrículas. A escola manteve seu funcionamento, no prédio adaptado até 1954 e, apesar das dificuldades iniciais o número de alunas foi sempre crescente. O reconhecimento pelo trabalho prestado é divulgado pela imprensa local que reporta os anseios de uma parte da população tijucana pela construção de um novo prédio que abrigasse a escola Santa Teresa,

O Progresso Vertiginoso e absorvente de Ituiutaba tem obrigado a todas as nossas instituições a se ampliarem e organizarem-se para servirem às necessidades atuais e futuras da cidade e da região.[...] depois não era justo que Ituiutaba se desenvolvesse muito do ponto

---

<sup>204</sup> OLIVEIRA, Lúcia Helena M. M. *História e Memória Educacional: o papel do Colégio Santa Teresa no processo escolar de Ituiutaba, Triângulo Mineiro MG (1939-1942)*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003, p. 103.

<sup>205</sup> Ibidem.

de vista material e continuasse o nível cultural do seu povo na era de 50 anos atrás.[...] assim é que dois colégios locais iniciaram recentemente a construção dos prédios próprios que, pela magnitude da obra, construirão mais um atestado da pujança desta cidade. Referimo-nos ao Colégio Santa Tereza e ao Ginásio São José.<sup>206</sup>

O COLÉGIO SANTA TERESA, dirigido pelas Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeu, foi fundado em 1939 e veio até hoje funcionando em prédio adaptado. Mercê de Deus, foi iniciada agora a construção de um soberbo edifício de dois pavimentos, com área de 3.100 metros quadrados, obedecendo às mais rigorosas exigências da higiene e moderna pedagogia, aliada aos mais discretos e delicados estilo. Distribuídas em duas alas extensas, que se unem num vértice transformado em “Hall” de entrada com frente para a praça municipal, estão oito salas de aula amplas e arejadas, quatro grandes salas especiais, as bem instaladas dependências da Administração, volumosa e selecionada Biblioteca, confortáveis dormitórios, bem equipada enfermaria, além de moderníssimo auditório e de artística Capela para o culto divino. Funcionarão no novo prédio, além dos cursos primários, ginásio e normal, os cursos de Economia Doméstica e Belas Artes. Para o desenvolvimento físico das alunas, contará o colégio com ampla praça de esporte, campo de jardinagem e horticultura, vasta piscina e outros requisitos imprescindíveis nessa região tropical.<sup>207</sup>

A construção deste novo prédio que abrigaria a Escola Santa Teresa necessitou da ajuda da população ituiutabana. A campanha financeira foi promovida por uma comissão de senhoras da sociedade e amplamente divulgada pela imprensa local.

<sup>206</sup> FOLHA DE ITUIUTABA, n. 556, ano XI, 26 de nov. 1952.

<sup>207</sup> ACAIACA, N. 54, Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1953, p.117.

**Figura 21 - Nota no Jornal Folha de Ituiutaba no dia 24 de dezembro de 1952, sobre campanha realizada para angariar fundos para a construção do novo prédio da Escola Santa Teresa**

**Campanha das senhoras de boa vontade em prol das obras do Colégio Santa Tereza**

A campanha financeira que vem sendo promovida por uma comissão de senhoras da sociedade local em prol das obras do Colégio Santa Tereza, desta cidade, vem despertando o mais vivo interesse entre os ituiutabanos amantes do progresso de nossa terra. Iniciada há pouco, conta já com uma soma apreciável de donativos em dinheiro e vários artigos facilmente negociáveis, como gado, arroz, etc.

Quasi uma centena de listas foi confiada a pessoas que, por sua vez, representam a completa de nossas classes mais afortunadas, entre as quais encontra a iniciativa o mais franco apoio, o que muito diz da alta compreensão social e patriótica dos ituiutabanos, sempre dispostos a colaborar na cruzada permanente de tornar Ituiutaba cada vez maior, mais culta e mais rica.

Na verdade, o Colégio Santa Tereza será mais um empreendimento a atestar o arrojo e o espírito evoluído de nossa gente, por isso que merece o apoio dos homens de bem da cidade.

O nobre empreendimento das obras do Colégio Santa Tereza, terá, além da ginástica, a arte cultural, a música, o manual, o gráfico, o mário gráfico, as crianças que, tão

A campanha financeira, cluído o prédio principal, será construído, anexo, um pavilhão com quatro classes destinadas a essas alunas. Ainda a título gracioso, anualmente, reservará 15 o/o das vagas no curso secundário para as alunas que mais se distinguem pelo esforço, aplicação, aproveitamento e procedimento nas escolas primárias estaduais e municipais. Com esse gesto procurarão as irmãs diretoras do nobre educandário corresponder ao apoio que os ituiutabanos vem dispensando à campanha em prol do Colégio Santa Tereza.

Pedimos às senhoras responsáveis dirigir um apelo às pessoas que se acham de posse das listas, no sentido de intensificar os trabalhos de consecução da maior soma de donativos, evitando assim o retardamento da campanha.

**REZENDE & CIA.**  
Av. Afonso Pena, n. 549 - Caixa Postal, 27  
Telefone 1010 UBERLÂNDIA - Estado de Minas

Mantem sempre em estoque: Ferragens em geral - Máquinas para a roçagem e indústria - Materiais para construção - Artigos para casa e pesca, e uma grande variedade de utensílios domésticos.

Importação direta das melhores fábricas nacionais e estrangeiras

**Natal das famílias dos leprosos**

Farta distribuição de donativos a esses relegados da sorte, pela Sociedade de Assistência aos Lazares e Defesa Contra a Lepra desta cidade.

Promovida pela Sociedade de Assistência aos Leprosos e Defesa Contra a Lepra, seção de Ituiutaba, farta distribuição de donativos foi feita em especial às famílias dos leprosos desta cidade, na tarde do dia 22 corrente.

A coleta dos mesmos, bem assim os recursos para sua aquisição, estiveram a cargo da Direção Leite Cunha Campes, presidente do SAI DCL, e da Sra. Anita Torres, uma das diretoras da entidade.

A distribuição nos doadores constantes de viveres, roupas, brinquedos, etc. foi feita igualmente a cada família por duas distintas damas de n

**-Eu prefiro**

**Esso EXTRA MOTOR OIL**

**...pensando em ECONOMIA!**

Grças, fil

Fonte: Acervo da Fundação Cultural de Ituiutaba.

Na figura acima, da matéria publicada na Folha de Ituiutaba, do dia 24 de dezembro de 1952, lê-se que a comissão responsável por angariar fundos para a construção, distribuía inúmeras listas a pessoas representativas das “classes mais afortunadas” que se dispuseram a ajudar na campanha junto comunidade, contando com a “alta compreensão social e patriótica dos ituiutabanos, sempre dispostos a colaborar na cruzada permanente de tornar Ituiutaba cada vez maior, mais culta e mais rica”. Ressalta ainda que a construção do colégio será mais um empreendimento a atestar o arrojo e a evolução do município. A seguir, descreve as características do novo prédio a ser construído, em área de 1.820 metros



quadrados, tendo dois pavimentos na frente, e três no fundo, com capacidade para 800 alunas, podendo abrigar até 200 internas. A reportagem continua descrevendo, “Construído em forma de U será um edifício moderno e majestoso”, compreendo que essa ampla descrição e divulgação acerca da construção do prédio tinha a intenção de apresentar a magnitude da obra, sensibilizar a comunidade e ampliar a arrecadação de donativos.

**Figura 22 - Nota no Jornal Folha de Ituiutaba no dia 3 de janeiro de 1953, divulga o desenho da fachada do Colégio Santa Teresa e solicita intensificação na coleta dos donativos**



Fonte: Acervo da Fundação Cultural de Ituiutaba.

Em ambas as reportagens é possível identificar os esforços da imprensa em divulgar o estilo, imponência e exuberância do novo prédio e o reflexo positivo que a escola traria para a educação do município. A suntuosidade do edifício, localizado em lugar nobre da cidade, ao lado da igreja Matriz, permite compreender a que público a escola estava destinada, uma vez que, “a arquitetura, enquanto expressão humana, nunca é arbitrária, casual e sim, uma linguagem orgânica aos valores e potencialidades de uma determinada sociedade”<sup>208</sup>, nesse caso, a grande maioria das alunas<sup>209</sup> do colégio pertenciam à classe mais abastada que tinham como arcar com as mensalidades muitas eram filhas de fazendeiros do município e região como relata Faria em seu depoimento,

<sup>208</sup> NOSELLA, Paolo, BUFFA, Ester. Schola Mater: a antiga Escola Normal de São Carlos. São Carlos: EDUFSCar, 1966, p. 42.

<sup>209</sup> No início de sua criação, o Colégio Santa Teresa recebia matrículas de meninos e meninas. Somente após a instalação do Colégio São José, destinado às matrículas masculinas, o Colégio Santa Teresa passa a se dedicar apenas às meninas.

Eu fiquei interna no Colégio Santa Teresa. Porque filhos, pessoas de fora e pessoas... a maioria das pessoas eram filhas de ruralistas e o lugar de ficar era o internato do Colégio Santa Teresa. Na época, nós éramos mais ou menos umas oitenta meninas, que ficávamos internas no Colégio Santa Teresa, dentro do próprio Colégio Santa Teresa. Lá hoje é, se não me engano, hoje é o salão, salão onde se faz as festas. Hoje tem o ginásio, o Santa Teresa já faz as festas no ginásio, mas antes era nosso dormitório, tinha o refeitório, a cozinha, tudo, tinha tudo completo. E nessa época também, o Santa Teresa oferecia nessa época de internato, aulas de música, de Piano e Acordeom. Era fora da carga horária, sabe, opcional e pago à parte.<sup>210</sup>

O quadro de professoras da escola, era cuidadosamente selecionado, era composto pelas próprias irmãs Scalabrinianas que, entre elas distribuíam as aulas:

Em relação à escolha das professoras, todas se inscreviam nos moldes da religião católica: Irmãs que estudaram em conventos, preparadas para atuar nos possíveis colégios a serem fundados pela Congregação. As aulas eram distribuídas entre elas, de modo que a orientação pedagógica fosse competente e capaz de desenvolver um trabalho de qualidade. As Irmãs se destacavam pelo alto nível das aulas, pela cultura e competência na direção do Colégio.<sup>211</sup>

Percebe-se pela reportagem acima o cuidado com o quadro de professoras do Colégio Santa Teresa, compondo o que Nosella e Buffa (1996) consideram como estratégia da igreja católica para manter a hegemonia da mesma. “Todas as congregações católicas que se instalaram no Brasil, do século XIX em diante, empregaram o método jesuítico em sua prática docente [...] essa prática não era fortuita, mas parte da estratégia católica em sua luta contra a modernidade”<sup>212</sup>.

O novo prédio que abrigaria o Colégio foi construído em etapas e contou com a ajuda dos padres Estigmatinos que, em 1940 fundaram e dirigiam o Colégio São José que recebia os meninos do município e região.

Como forma de reconhecimento ao esforço empreendido pela população, as Irmãs Scalabrinianas se dispuseram a oferecer uma porcentagem das vagas do colégio aos alunos oriundos das escolas públicas que não tinham condições de arcar com o custo das mensalidades da instituição,

<sup>210</sup> FARIA, Sônia Correia. Ituiutaba, Ituiutaba, 11 de fevereiro de 2014. Arquivo digital (45 min.). Entrevista concedida a mim.

<sup>211</sup> OLIVEIRA, L.H. e GATTI JR. O Colégio Santa Teresa de Ituiutaba (Mg) e a ação educacional das Irmãs Scalabrinianas no Brasil. II Congresso Brasileiro de História da Educação. SBHE, Natal, RN, 2002.

<sup>212</sup> NOSELLA, P. & BUFFA, E. Schola Mater: a antiga escola normal de São Carlos. São Carlos. EDUFSCAR, 1996.



Ainda a título gracioso, anualmente, reservará 15% das vagas no curso secundário para as alunas que mais se distinguirem pelo esforço, aplicação e procedimento nas escolas primárias estaduais e municipais. Com esse gesto procurarão as irmãs diretoras do nobre educandário corresponder ao apoio que os ituiutabanos vem dispensando à campanha em prol do Colégio Santa tereza.<sup>213</sup>

Atendendo ainda a solicitações constantes das famílias das alunas, que não mais se contentavam com o ensino primário, as Irmãs Scalabrinianas ampliam as atividades do Colégio, criando a Escola Normal,

[...] na década de 50, objetivando atender ao sexo feminino e preocupadas com a formação das jovens tijucanas, as Irmãs Scalabrinianas ampliam seus trabalhos e criam em anexo ao Colégio São José, o Curso Normal iniciando-se com 11 alunas, filhas das mais renomadas famílias tijucanas [...].<sup>214</sup>

O depoimento de Carvalho explicita melhor o início da primeira turma do Curso normal do Colégio Santa Teresa:

[...] inclusive nós iniciamos mesmo foi no Colégio São José, porque ate então, foi muito difícil conseguir autorização pra funcionar no Santa Tereza, teve que funcionar, eu não conheço os detalhes dessa história, mas começamos no Colégio dos padres, no colégio São José e ainda antes de concluirmos o primeiro ano nós fomos para o Colégio Santa Tereza. Então passou o curso normal a ser oferecido só pelo Colégio Santa Tereza, foi isso.<sup>215</sup>

As famílias, motivadas pela qualidade demonstrada pela instituição até o momento, mobilizaram-se para providenciar a autorização de funcionamento da Escola Normal o que foi concedido por meio do Decreto Estadual de número 441, publicado no Diário do Executivo de Minas Gerais no dia 18 de fevereiro de 1955 e posteriormente autorizado a funcionar nas novas instalações do Colégio Santa Teresa pela Portaria 431 de 12 de maio de 1958. A imprensa local por meio do Jornal Folha de Ituiutaba exibe a manchete “Mais uma escola Normal em Ituiutaba: instalado e já em funcionamento o novo estabelecimento de ensino secundário”, inicia a reportagem alegando que, há tempos que Ituiutaba ultrapassou sua fase

<sup>213</sup> FOLHA DE ITUIUTABA, n. 562, ano XI, 24 de dez. 1952.

<sup>214</sup> OLIVEIRA, Lúcia Helena de Medeiros. *Normal Santa Teresa: ação educacional scalabriniana (1955-1958)*. XII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas: História, Sociedade e Educação no Brasil. UNICAMP, Campinas, SP, 2006, p. 5.

<sup>215</sup> CARVALHO, Helena Theresa de Moura. Ituiutaba, 17 de junho de 2014. Arquivo digital (46 min.). Entrevista concedida a mim.

embrionária no setor da educação, tendo entrado no clima evolutivo da formação cultural de nossa mocidade e ainda:

A escola Normal Santa Teresa foi instalada no dia 7 do corrente mês, em, solenidade presidida pelo Pe. Waldemar Darcie, diretor do Ginásio São José, [...] Fez um a preleção sobre o auspicioso acontecimento, situando muito bem o significado da abertura de mais uma escola na cidade. A seguir passou se ao ato solene da instalação, quando voltou a falar o Pe. Waldemar Darcie. Congratulando-se com a cidade e felicitando a diretora do estabelecimento, falou também a professora Adelina Martins Cardoso, fiscal da escola e representante do Sr. Prefeito Municipal.<sup>216</sup>

Ainda de acordo com a imprensa, a Escola Normal enfrentou dificuldade em organizar o corpo docente, uma vez que na cidade não havia professores com cursos especializados, no caso, com curso concluído em Escola de Filosofia para ministrar as disciplinas, sendo necessário que a diretoria da Escola Santa Teresa recorresse “à boa vontade e espírito de colaboração de dignos funcionários e profissionais dos vários sectores de atividade liberal de Ituiutaba. Conseguiu um quadro de professores que embora não tenham registro oficial dispõem de cabedais de conhecimentos e acima de tudo senso de responsabilidade”.<sup>217</sup>

O quadro abaixo registra o nome dos profissionais que atuavam como docentes do Curso Normal da Escola Santa Teresa e o nome das disciplinas por eles ministradas.

**Quadro 9 - Corpo docente que integra o Curso Normal do Santa Teresa – 1956**

Professor(a)	Disciplina
Rev. mo Pe. Alcides Spolidoro	Religião, Psicologia e História da Educação
Rev. mo Padre Mário Chudzik	Matemática
Dr. José Féres	Anatomia e Filosofia Humana
Dr. Antônio Cabral	Puericultura,
Irmã Maria José Vasconcelos	Música, Português e Ciências
Irmã M. Alzira Slomp	Artes Aplicadas
D <sup>a</sup> Sara Féres	Desenho
D <sup>a</sup> Neiva Marila Leite	Metodologia
D <sup>a</sup> Sumaia Bittar	Educação Física

Fonte: CORREIO DO PONTAL, 28 Jun. 1956, Acervo da Fundação Educacional de Ituiutaba.

<sup>216</sup> FOLHA DE ITUIUTABA, n. 705, ano XIV, 1955, p. 2.

<sup>217</sup> CORREIO DO PONTAL, n. 24, ano I, 28 Jun. 1956.

A Escola Normal do Colégio Santa Tereza manteve seu funcionamento até 1971, período no qual esse estudo está focado, preparando para a docência inúmeras jovens ituiutabanas. Apesar da importância dada à formação docente no período. Muitas jovens, apesar da vontade, não conseguiam prosseguir nos estudos mesmo quando conseguiam bolsas de estudo pois outros custos além das mensalidades se faziam presentes como ressalta em seu depoimento uma professora Pereira, professora leiga que atuava na zona rural no município de Ituiutaba:

Eu não podia pagar, é porque meu pai não podia. Nós éramos muito pobres, a gente morava de agregado nas fazendas, papai tocava aquela roçinha que quase que era a conta de comer, minha filha. Era uma situação que... Apesar da bolsa de estudos [...] tinha uniforme de gala, uniforme de... Não dava conta! A gente vestia roupa que os outros davam; os fazendeiros que davam pra gente vestir, davam para os pais que desmanchava aquilo (Alfabetizadora PEREIRA, 2007, p. 173).<sup>218</sup>

Assim como a professora Pereira, outras docentes continuavam a exercer a profissão sem o diploma de normalista por dois fatores: não tinham condições financeiras de pagar a formação nas escolas particulares do município e precisavam trabalhar para se sustentar.

#### 4.3.3 Colégio Normal do “Educandário Ituiutabano”

A década de 1950 foi um período de grande crescimento no município de Ituiutaba, a economia estava baseada na agricultura e pecuária. O índice de analfabetismo do município ainda era alarmante de acordo com os dados do Censo, 57% da população acima de 5 anos de idade era analfabeta, esses índices estavam mais concentrados na zona rural, que apesar de um número significativo de escolas municipais, não conseguia atender a infinidade de pequenas comunidades nas fazendas espalhadas pelo município. Outro fator que dificultava a escolarização dos moradores da zona rural era o número expressivo de escolas rurais que estavam

<sup>218</sup> PEREIRA, Ivanilde Terezinha. Entrevista concedida mim em 20 de janeiro de 2007. 1 fita cassete (100 min.). In: MORAES, Andréia Demétrio Jorge. História e ofício de Alfabetizadoras: Ituiutaba, 1931-1961. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

fechadas por falta de professores. O fato fica explícito com a leitura das atas da Câmara municipal durante a votação de projeto para criação de novas escolas na zona rural, de autoria do vereador Antenor Tomaz Domingues,

Com a palavra o vereador Daniel de Freitas Barros que baseado em informações prestada pela Prefeitura Municipal de que existem 20 escolas paralisadas por falta de professores, acha desnecessário no momento, a criação de escolas, que viriam a onerar o município. O vereador Antenor, com a palavra presta esclarecimentos, justificando seu projeto. Usa da palavra Dr. Hélio Chaves, que acha justa a opinião do seu colega Dr. Daniel, porém mostra dificuldade de se conseguir professoras para funcionarem na zona rural, motivo por que se encontram tantas escolas paralisadas.<sup>219</sup>

A situação de fechamento das escolas por falta de professores para lecionar era uma constante na zona rural, mas a falta desse profissional também fazia-se sentir nas escolas da zona urbana. Essa não era uma situação exclusiva da zona rural, o mesmo acontecia na zona urbana, porém na cidade as escolas utilizavam do serviço de monitoria das alunas do curso Ginásial e Curso Normal para cobrirem a falta de professores no município.

Outro fator que contribuiu para o alto índice de analfabetismo no município foi a escassez de oferta de ensino primário público gratuito e a inexistência de ensino ginásial e secundário públicos e gratuitos que permitiria à população de ampliar os estudos, restringia ainda a formação de maior número de normalistas que pudessem atuar como professoras, tanto na zona urbana quanto na rural. O curso de formação de professores até então era oferecido somente pelo Instituto Marden, escola de ensino privado e pela escola Santa Teresa, privada e confessional.

Nesse contexto a União da Mocidade Espírita de Ituiutaba – UMEI se dispôs à construção do Educandário Ituiutabano, com a proposta de erguer uma escola ginásial e gratuita, iniciou as obras da instituição em 1954, contando também com as contribuições da população e especialmente da comunidade espírita do município. Realizaram uma grande campanha para angariar fundos para a construção a maior arrecadação com esse fim, vinha dos bailes para a eleição da Rainha do Arroz onde as candidatas, moças da sociedade vendiam votos no município e região, saindo vitoriosa aquela que mais arrecadações conseguisse. Esse foi um período de grande atuação da comunidade espírita de Ituiutaba,

<sup>219</sup> ITUIUTABA. Câmara Municipal. *Livro de Atas*, n. 12 de 17/12/1955, p. 53,54.

O espiritismo em Ituiutaba possuiu um dos períodos mais fecundos durante as décadas de 1950 e 1960, por se consolidar na construção de algumas obras assistenciais que auxiliaram a promoção da própria cidade nos meios mais carentes. Além da expansão dos centros espíritas e das associações, houve profunda atuação nos campos social e educacional. Os espíritas cuidaram daquela parcela da população que não era percebida pelas autoridades política: os pobres, os doentes mentais, os anciões abandonados, os órfãos, os jovens e as crianças sem instrução.<sup>220</sup>

Dessa forma, em fevereiro de 1958, foi inaugurado o prédio que abrigaria o Educandário Ituiutabano, a figura abaixo apresenta a fachada do prédio em 1958, em sua inauguração.

**Figura 23 - Fachada do prédio do Educandário Ituiutabano - 1958**



Fonte: Acervo de Nicola Frattari Neto.

Os fundadores, membros e mantenedores da escola eram os membros da União da Mocidade Espírita de Ituiutaba, composto por profissionais liberais, industriais, proprietários de terras, enfim faziam parte da elite da cidade. Com o propósito de uma educação diferenciada, implantaram no Educandário Ituiutabano um ensino aberto aos jovens, respeitando todo tipo de religião. Para manter a instituição funcionando contavam com professores voluntários, Almeida reforça,

<sup>220</sup> FRATTARI NETO, Nicola José. *Educandário Espírita Ituiutabano: caminhos cruzados entre a ação inovadora e sua organização conservadora. Ituiutaba, MG (1954-1973)*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009, p. 71

Já estava com algumas dificuldades o Educandário, porque a escola funcionava mais com professores voluntários, porque ela não tinha verba, não tinha subvenção, é uma escola mantida pela União Espírita, e todos que trabalhavam lá, eram mais ou menos assim, doadores!<sup>221</sup>

Em 1960 assume a direção, o professor Paulo dos Santos, professor graduado em Direito, ainda na direção fazia o curso de Psicologia em Uberaba. À frente da direção, juntamente com o grupo, proporcionaram uma educação diferenciada, acolhendo os estudantes que tinham poucas oportunidades, Almeida reforça,

O professor Paulo, ele foi um diretor diferente de todos os diretores que eu conheci, tanto que o Educandário, ele tem assim a característica até hoje de quem foi educandariano, era a escola que acolhia o negro, os sem oportunidades, os expulsos das escolas tradicionais.<sup>222</sup>

Nesse período, a educação pública primária e gratuita do município era deficitária e a educação ginásial estava a cargo de instituições particulares, com a intenção de fazer crescer a instituição e atender a demanda do município por vagas, o diretor Paulo amplia as opções da escola implantando o Curso Normal “E ele, o sonho dele era que a escola crescesse, já tinha contabilidade, então faltava a Escola Normal.”<sup>223</sup> O desejo de ampliação dos cursos oferecidos pelo Educandário encontrou ressonância nas alunas que estavam terminando o curso ginásial, dessa forma,

[...] quando o professor Paulo fez a proposta, nós estávamos já na 8ª série, que ele iria abrir uma sala de magistério, de Curso Normal, na época falava Escola Normal. E que quem gostaria de ser professora, e naquela época ser professor era assim a coisa mais importante, era como se fosse o presidente da república numa família, hoje já é tão tranquilo ser um educador, que passou a ser uma profissão comum! Mas na minha época não! A família que tinha um professor, aquela família era diferenciada. E ele abriu essa sala, nós fomos para o... Machado de Assis, ficamos acho que dois ou três meses assistindo aula lá, até ele organizar a sala e voltamos, foi uma turma muito boa!<sup>224</sup>

---

<sup>221</sup> ALMEIDA, Regina de Souza Marques. Ituiutaba, 03 de junho de 2014. Arquivo digital (32 min.). Entrevista concedida a mim.

<sup>222</sup> Ibidem.

<sup>223</sup> Ibidem.

<sup>224</sup> Ibidem.

O reconhecimento do Colégio Normal do Educandário Ituiutabano deu-se por meio do Decreto Estadual n. 8331 de 20/05/1965, ano que já havia iniciado a primeira turma de normalista. Nessa instituição, formaram seis turmas de professoras primárias, a primeira iniciando o 1º ano em 1965 e a última turma iniciando em 1970 e encerrando em 1972<sup>225</sup>, entendendo que em função da Lei 5.692/71, que passa a formação de professores a ser realizada como uma das habilitações do 2º grau.

#### 4.3.4 Colégio Normal do Colégio São José

A gênese do colégio São José, deu-se na casa paroquial dos padres Estigmatinos com os padres José Tondim e Fortunato Morelli e participação do Padre José Missoni, quando em reforma da casa paroquial selecionaram alguns cômodos que pudessem servir como salas de aula, o que ocorreu somente em 1940 após a chegada das Irmãs Scalabrinianas de São Carlos Borromeu e à solicitação da elite local que necessitava educar os filhos,

Mas não tardou e o Colégio São José originou-se para atender os anseios de parte da elite local, embora nessa época o Colégio Marden já atendesse um pouco esses alunos. O desejo dos fazendeiros e dos comerciantes locais era ter um colégio que servisse de internato e externato para atender a juventude masculina da época, assim os pais não precisariam enviar seus filhos para estudar em Uberaba ou Uberlândia.<sup>226</sup>

Essa instituição oferecia ao mesmo tempo o ensino primário e orientação católica para os alunos, o que aliada à severa disciplina imposta pelos padres atraía as famílias, em sua maioria católicas. Em 1945, os padres iniciam a reforma da casa paroquial, onde até então funcionava o Colégio São José, inclusive o internato.

Há vários anos que os Padres Estigmatinos sustentam e dirigem o pequeno colégio em um externato/internato para meninos do curso primário. Junto com o Colégio Santa Teresa, esse estabelecimento

<sup>225</sup> EDUCANDÁRIO ITUIUTABANO, Ata de Resultados Finais, 1965- 1972. Arquivo Passivo: SEE Ituiutaba, MG.

<sup>226</sup> PACHECO, Simone Beatriz Neves. *Colégio São José: gênese e funcionamento da escola dos estigmatinos em Ituiutaba, MG (1940-1971)*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012, p. 84.

de ensino, muito serve para o bem espiritual da paróquia, por isso de acordo com o Snr. Bispo Diocesano, os Padres estabeleceram aumentar o prédio e abrir quanto antes um ginásio. O Snr. Armindo Paione de Ribeirão Preto, engenheiro de valor e grande benfeitor dos nossos Padres naquela próspera cidade paulista, veio aqui, estudou o terreno e voltou prometendo-nos mandar o quanto antes o projeto do novo ginásio. Assinou o Vigário Pe, João Avi no dia 17 de julho de 1945.<sup>227</sup>

Os padres travaram, a partir desse momento duas importantes batalhas, a primeira para construir o prédio onde funcionaria a instituição e a outra pelo reconhecimento do Ginásio São José, o que ocorreu somente em 1947 por meio da portaria 609 de 30 de dezembro de 1947. Por meio dessa portaria, ficou reconhecido o nível ginasial do Colégio São José que passou a se chamar então Ginásio São José, começando suas atividades em 1948, recebendo matrículas tanto de meninas como de meninos.

Para as famílias católicas, estabelecia nesse momento, uma tradição de ensino, de educação dos filhos e filhas, a Escola Santa Teresa e o Ginásio São José, período em que o ensino confessional prevalecia no município. Carvalho rememora as escolhas da família,

Então a escolha... porque eu venho de uma família religiosa, no catolicismo, e meus pais sempre quiseram que agente estudasse em colégio católico, quando era possível. No caso, em Ituiutaba nós só tínhamos os dois além do Instituto Marden, o Colégio São José e o Santa Tereza que trabalhava só com o sexo feminino, então, nós fizemos o ginásio no colégio dos padres, e o normal a gente optou pelo Colégio Santa Tereza em função até dessa tradição da família, religiosa mesmo.<sup>228</sup>

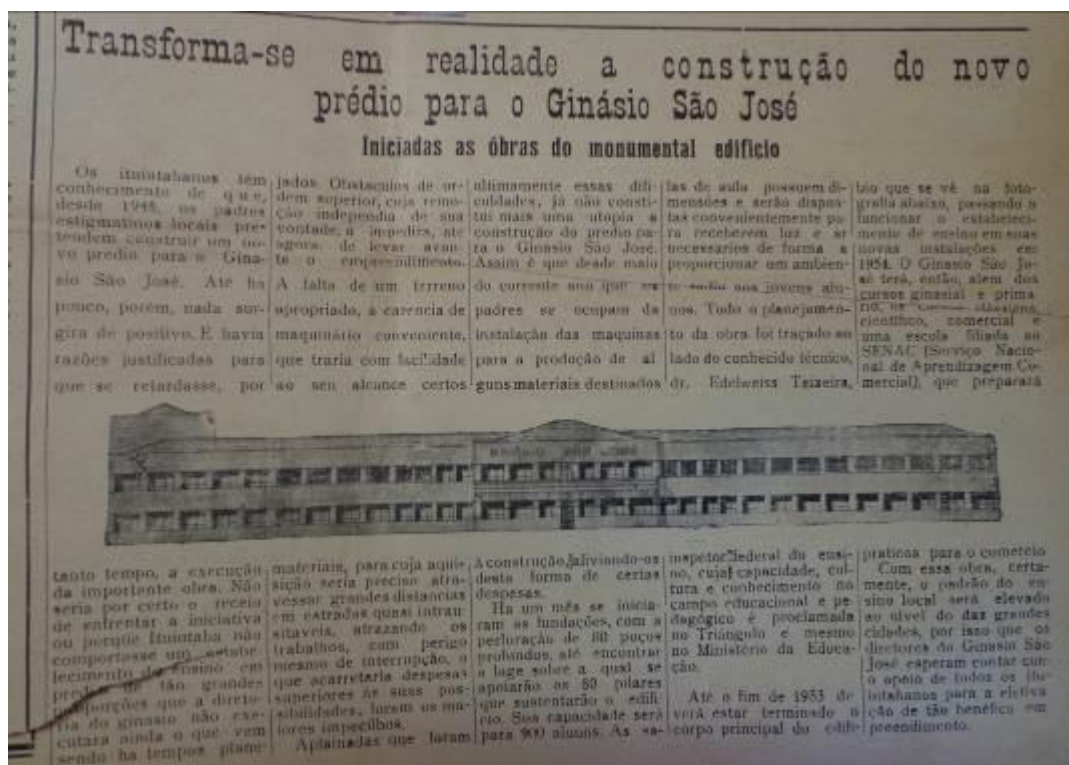
A demora na construção do novo prédio que abrigaria o colégio foi tema de manchete na imprensa local.

<sup>227</sup> Livro Tombo nº 3 – Paróquia de São José – 1945. / PACHECO, 2012.

<sup>228</sup> CARVALHO, Helena Theresa de Moura. Ituiutaba, 17 de junho de 2014. Arquivo digital (46 min.). Entrevista concedida a mim.



**Figura 24 - Nota do Jornal Folha de Ituiutaba do dia 13 de dezembro de 1952, divulga o início das obras do novo prédio para o ginásio São José e oferece informações sobre o atraso nas obras**



Fonte: Acervo da Fundação Cultural de Ituiutaba.

A reportagem acima evidencia que há muito se sabe das intenções dos padres estigmatinos em construir um novo prédio para o Ginásio São José, justifica que a demora certamente não foi por temor de que a cidade não comportasse instituição tão grande devido à concorrência e sim por motivos superiores à vontade dos padres, devido à falta de terreno e maquinário, somente naquele mês havia iniciado as obras de fundação no terreno.

Ressalta ainda que o novo prédio terá a capacidade para atender 900 alunos, salas espaçosas e arejadas proporcionando um ambiente saudável, quanto a esse ambiente, Veiga se posiciona,

Os princípios médicos e higienistas tiveram uma forte caracterização moralista. Eram pautados pela associação entre as condições higiênicas de vida e de moradia dos pobres e a condição moral. Para esses técnicos, em meio a essa população tudo denotava anormalidade social – os lares, a resistência ao trabalho, e a ignorância. Como consequência, desenvolviam-se os vícios, a prostituição e a “vagabundagem”. Buscou-se então a integração dos pobres aos valores burgueses, tendo como referência o trabalho, o

lar e a escola, valores esses necessários para seu saneamento moral.<sup>229</sup>

A previsão de termino da obra do Ginásio estava prevista para 1953 e o início das aulas no novo prédio para 1954. Esse novo espaço abrigaria então o curso primário, curso ginásial e os cursos clássicos: científico, comercial e ainda uma escola filiada ao Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC que preparará práticos para o comercio. Os prazos estipulados para o término da obra acabaram não se cumprir, o prédio foi sendo terminado aos poucos como mostra a imagem abaixo,

**Figura 25 - Fachada do novo prédio do Ginásio São José (1955)**



Fonte: Arquivo pessoal de Helena Theresa de Moura Carvalho.

Na imagem acima, podemos observar o grande número de janelas existentes no prédio, confirmando a ideia de um edifício que foi planejado de forma a garantir a ventilação e a entrada de luz. O grande número de cômodos abrigava as salas de aula, biblioteca, o internato.

Quanto ao ensino profissional, esse vinha, desde a década de 1940, ganhando as atenções do governo e se estabelecendo como forma de produção de mão de obra para o país, principalmente após a promulgação da Lei Orgânica do Ensino Comercial em 1943, da Lei Orgânica do Ensino Normal e do Ensino Agrícola em 1946. Surge ainda o sistema “S” com o Serviço Nacional de Aprendizagem

<sup>229</sup> VEIGA, Cyntia Greive. História da Educação. São Paulo: Ática, 2007, p. 30.

Industrial – SENAC e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI com a finalidade de oferecer qualificação profissional à população de baixa renda.

O novo prédio ficaria completamente pronto somente em 1959, quando então o nome da instituição volta a ser Colégio São José. O mesmo foi construído em terreno doado pelo governo municipal que contribuía com subvenções anuais. Diferindo da construção do Colégio Santa Teresa, divulgado na imprensa local e apresentado anteriormente, os Estigmatinos, não realizaram campanha de arrecadação de fundos para a construção que se erguia. Em seu depoimento Andrade explica que “[...] ele o padre Mário que construiu tudo aquilo, com o dinheiro dele, se a congregação ajudou com algum dinheiro eu não sei te falar, só sei que era o sonho dele construir aquele colégio, ele era muito rico”<sup>230</sup>.

O ginásio São José, recebia a cada ano mais alunos, de ambos os sexos, tanto da comunidade ituiutabana quanto das cidades vizinhas. Os padres Estigmatinos, preocupavam-se em oferecer aos alunos uma formação completa, ou seja, intelectual, moral e religiosa. O ginásio, contava, além das mensalidades pagas pelos alunos, de Subvenção Municipal para manutenção do ensino primário. Oferecia, de acordo com a política dos estigmatinos bolsas de estudo a alunos carentes.

Em seu primeiro estatuto, fica evidenciado a disciplina e rigor na formação do alunado que seguiam regras rígidas que se não fossem seguidas teriam como consequência severas punições<sup>231</sup>.

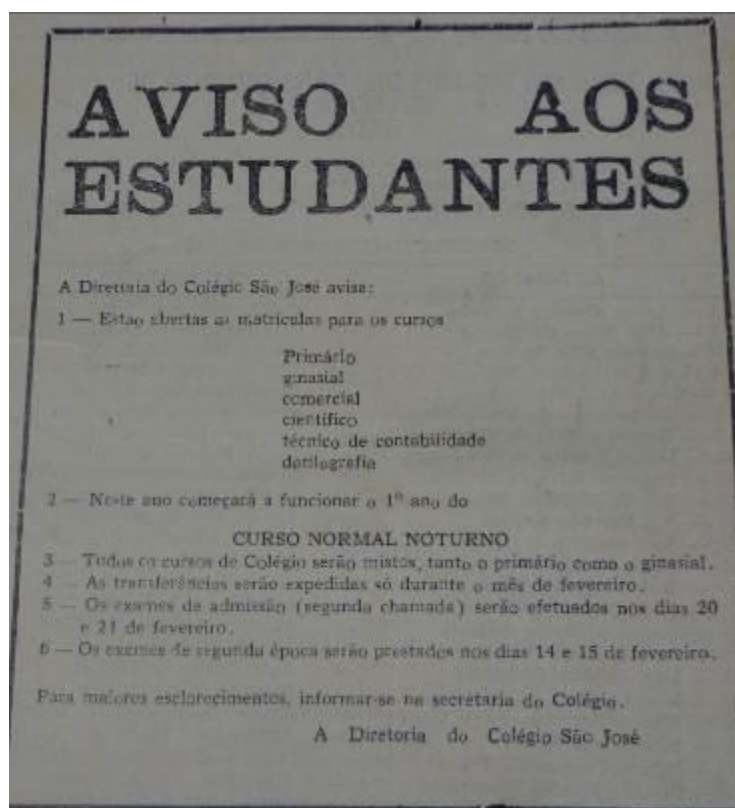
Em 1967, dando continuidade à implantação dos cursos profissionalizantes o Colégio São José abre as matrículas para o Curso Normal com funcionamento no turno noturno e divulga na imprensa local aviso aos estudantes.

---

<sup>230</sup> ANDRADE, Lázara Vilela. Entrevista concedida a Simone Beatriz Neves Pacheco. Ituiutaba, 22/02/2011

<sup>231</sup> PACHECO, Simone Beatriz Neves. *Colégio São José: gênese e funcionamento da escola dos estigmatinos em Ituiutaba, MG (1940-1971)*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012, p. 84.

**Figura 26 - Nota do Jornal Cidade de Ituiutaba no dia 18 de fevereiro de 1967, onde a diretoria do Colégio São José avisa à população que as matrículas para o corrente ano estão abertas**



Fonte: Acervo da Fundação Cultural de Ituiutaba.

Na figura acima, a direção do colégio São José informa à população por meio da imprensa, que estão abertas as matrículas para os cursos: primário, ginásial, comercial, científico, técnico em contabilidade e datilografia para o corrente ano e que todos os cursos oferecidos serão para turmas mistas. Destaca, que nesse ano de 1976 a instituição dará início ao Curso Normal que funcionará no noturno. Marca ainda, as datas dos exames de admissão e de segunda época. A divulgação do Curso Normal do Colégio São José trouxe alunas de outras escolas, que tinham a opção de estudar e concomitantemente de trabalhar, o depoimento de Resende confirma:

Terminei o ginásio lá no.... como que chama lá? No Israel Pinheiro, e comecei a trabalhar. Daí a minha opção de estudar à noite, e onde tinha Escola Normal era no São José onde estava abrindo o curso e nós fomos para lá, e realmente foi um curso muito bom que nós fizemos [...] No Marden já não tinha mais a Escola Normal noturna

tinha contabilidade, no Estadual tinha contabilidade, mas não interessava para nós a contabilidade.<sup>232</sup>

A primeira turma da Escola Normal do Colégio São José, contou com a matrícula somente do sexo feminino, em número de 24 alunas.<sup>233</sup> A estrutura física da instituição era bastante adequada, funcionava na parte de cima do prédio, trazendo empolgação às alunas. O curso, conforme a filosofia das escolas particulares cobrava mensalidades das alunas. O depoimento de Resende confirma,

Tinha, nossa turma devia ser mais ou menos de vinte e oito a trinta alunos, nós não recordamos o nome de todas não é, mas era uma turma grande. Não, não tinha moço fazendo Curso Normal porque até então não usava na época, eles faziam mais opção por contabilidade. [...] Era pago, eu não lembro a mensalidade, mas o curso era pago. [...] No colégio, na parte de cima do colégio, em uma sala muito ampla, escadaria, um corredor, uma estrutura muito boa, em tudo era muito bom sabe, bons professores.<sup>234</sup>

O Curso Normal dessa instituição teve vida efêmera com apenas três turmas matriculadas conforme pode-se observar no registro do quadro com o fluxo de matrículas de 1966 a 1972.

---

<sup>232</sup> RESENDE, Maria Terezinha Pereira. Ituiutaba, 30 de junho de 2014. Arquivo digital (36 min.) Entrevista concedida a mim.

<sup>233</sup> Diário da disciplina de Português. Março de 1967

<sup>234</sup> RESENDE, Maria Terezinha Pereira. Ituiutaba, 30 de junho de 2014. Arquivo digital (36 min.) Entrevista concedida a mim.

**Figura 27 - Documento expedido pelo Colégio São José apresentando o fluxo de matrículas no período de 1966 a 1972**

COLÉGIO SÃO JOSÉ			
Av. 5 N.º 384 - Caixa Postal, 25			
Telefone: 1085			
ITUIUTABA			
Estado de Minas Gerais			
— o o o —			
FLUXO DE MATRÍCULA NOS ÚLTIMOS 6 ANOS			
CURSO NORMAL COLEGIAL - NOTURNO - 3º Turno			
1967	1968	1969	
1ª Série- 24	1ª Série- 15	1ª Série- 15	
2ª Série- ..	2ª Série- 30	2ª Série- 10	
3ª Série- ..	3ª Série- ..	3ª Série- 26	
CURSO PRIMÁRIO - 2º TURNO			
1966	1967	1968	1969
1ª Série- 12	1ª Série- 35	1ª Série- 18	1ª Série- 23
2ª Série- 14	2ª Série- 16	2ª Série- 14	2ª Série- 23
3ª Série- 16	3ª Série- 28	3ª Série- 25	3ª Série- 13
4ª Série- 20	4ª Série- 27	4ª Série- 26	4ª Série- 28
Pré-prim- 7	Pré-prim- 12	Pré-prim- 21	Pré-prim- ...
1970	1971	1972	
1ª Série- 25	1ª Série- 12	1ª Série- 8	
2ª Série- 6	2ª Série- 13	2ª Série- 8	
3ª Série- 22	3ª Série- 7	3ª Série- 16	
4ª Série- 19	4ª Série- 11	4ª Série- 15	

Fonte: Arquivo passivo do Colégio São José.

No quadro acima, observa-se que o curso iniciou em 1967, abrindo nova turma em 1968 e outra em 1969, nos anos seguintes não foram oferecidas novas turmas. Acredito que, nesse período, o Curso Normal do Educandário Ituiutabano e o Curso Normal Municipal, ambos de ensino gratuito e noturno tenham contribuído para o encerramento das atividades dessa instituição nesse ramo de ensino.

#### 4.3.5 Colégio Normal Municipal

A possibilidade de acesso aos Cursos Normais, responsáveis pela formação do professor primário, foi ampliada no município em 1969. Dessa vez por meio de iniciativa do governo municipal que institui o Colégio Normal Municipal, um Curso Normal público e gratuito, criado por meio de Lei Municipal n.º 1.254, em 29 de outubro de 1968, recebendo autorização de funcionamento a partir de 1969, conforme portaria 78/69, publicada no “Diário de Minas Gerais” em 10 de março de 1969. A importância de uma Escola Normal, mantida pelo poder público municipal fica evidente na reportagem publicada:

A mais notável realização do governo do município este ano, através de seu Departamento de Educação e Cultura, porém, foi, inegavelmente, a instalação do Colégio Normal Municipal. Utilizando as amplas e confortáveis instalações que pertenciam ao extinto Colégio Minas Gerais, pouco acima da Estação Rodoviária, o Colégio Normal começou a funcionar no ano em curso, tendo matriculadas cerca de 130 alunas. Um corpo docente dos mais selecionados, sob competente direção do dr. José dos Santos Vilela Júnior, presta ali os mais relevantes serviços à comunidade, contribuindo com as demais unidades do ensino médio para ampliação permanente do nosso índice cultural.<sup>235</sup>

A criação da Escola Normal Municipal, em 1969, no governo do então prefeito Samir Tannus e veio atender às solicitações da população do município. Em seu depoimento, o primeiro diretor da instituição, José dos Santos Vilela Júnior, conhecido na cidade como Jucão, rememora,

Olha, essa escola ela foi criada por solicitação da própria população de Ituiutaba não é, porque as escolas que tinham, eram particulares e o Samir começou a receber vários pedidos de pessoas para que se criasse uma escola pública não é, Normal Municipal. E ele atendeu, e eu devo frisar o seguinte, o Samir como prefeito tinha uma visão extraordinária, ele, na área da educação... a administração dele foi muito boa, muito eficiente, até o secretário da educação dele foi o doutor Milson Ribeiro Vilela, e o Milson realmente teve uma disposição muito grande na criação dessa escola, correu atrás de autorização, de reconhecimento e fez um trabalho muito bom. E o Samir, interessante, o Samir a visão que ele tinha, o slogan dele era, uma escola a cada cinquenta dias de governo não é, levou muitas escolas para zona rural e criou também o Colégio Normal Municipal [...]<sup>236</sup>

<sup>235</sup> ITUIUTABA ILUSTRADA, 1969, p.30.

<sup>236</sup> VILELA JÚNIOR, José dos Santos. Ituiutaba, 02 de julho de 2014. Arquivo digital (30 min.). Entrevista concedida a mim.



Quanto ao funcionamento da Escola Normal Municipal, deu-se no turno noturno, tendo formado três turmas antes que a legislação que regia as Escolas Normais fosse alterada pela Lei 5.692/71, a turma iniciante em 1969, a de 1970 e a de 1971. Após esse período a instituição continuou formando professores até 1999, por meio do Curso de Magistério de 1º grau.

Após a autorização de funcionamento da Escola Normal Municipal e a nomeação do diretor, este com a ajuda de dona Maria Moraes, procuraram formar o corpo docente da escola, alguns desses professores já exerciam a docência em outras escolas da cidade como o Instituto Marden e o Colégio Santa Teresa. Quanto à formação do quadro docente, o diretor Jucão esclarece,

É com a Lei de criação da escola, autorizou-se ao prefeito a contratação de professores. E aí nos pegamos professores bem qualificados não é, inclusive eu tive a colaboração o assessoramento da dona Maria Moraes a mãe do Geraldo Luis, a dona Maria foi educadora, professora muitos anos, é.. em grupos escolares de Ituiutaba, foi diretora, e a dona Maria Moraes deu uma grande colaboração para o êxito do Colégio Normal Municipal, e pegamos professores realmente qualificados, a Dona Sara Feres era uma excelente professora de matemática, o Manoel Tibúrcio era grande professor de português, a Elza Maria Ribeiro Marques, acho que lecionou didática, a Sumaia Bitar que foi inclusive colega minha lá no Colégio Santa Teresa, professora Zilda Fortunato, Aidê Menezes, professoras, a Cleuza Melo, professoras assim com excelente didática e contribuíram muito para o êxito da escola.<sup>237</sup>

As aulas de música eram ministrada pelo professor Abrão Calil Neto e que, segundo o diretor Jucão, a partir de suas aulas iniciou a criação do Coral Municipal: “E o Abrão Calil Neto que lecionou música foi o primeiro paraninfo da turma que formou em 72, e inclusive o Abrão criou o coral municipal lá, com Colégio Normal Municipal [...]”<sup>238</sup>.

Muitas alunas, nesse período foram atraídas para a Escola Normal Municipal pelo fato de ser uma escola gratuita e também pelo fato de funcionar no noturno. A aluna Celeida, que havia cursado o 1º e o 2º ano do Curso Normal no Instituto Marden, retorna a Ituiutaba e matricula-se no 3º ano da escola municipal. Em seu depoimento a aluna-professora Celeida relembra a época em que, após passar um tempo fora de Ituiutaba, retorna para a cidade, já casada e com dois filhos pequenos, o que dificultava o pagamento de mensalidades,

---

<sup>237</sup> Ibidem.

<sup>238</sup> Ibidem.

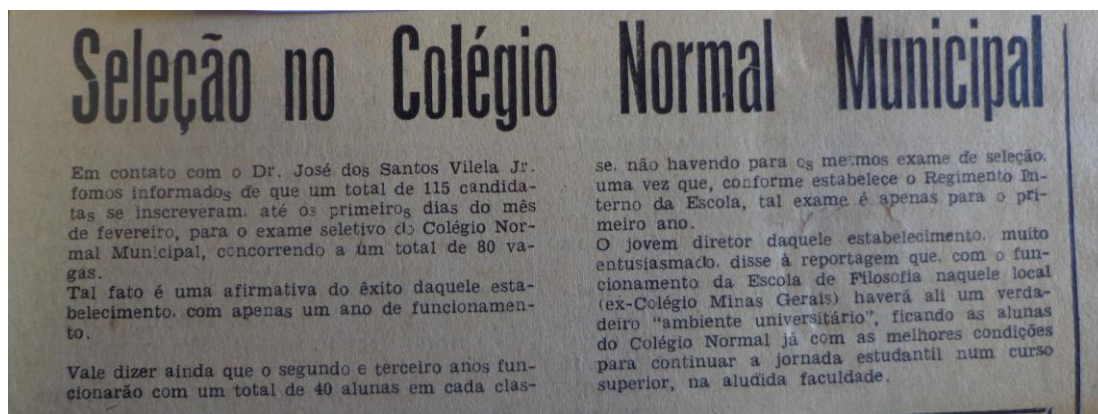


Nós estávamos voltando, eu o meu marido, não é... eu já tinha a Rubia e o Rinaldo também, o Rinaldo estava com dois meses e pouco, talvez foi essa necessidade de pegar uma escola assim, que tivesse uma oportunidade de um estudo menos pesado em termos de pagamento de honorários.<sup>239</sup>

Esses foram os motivos da aluna Celeida e provavelmente o de outras tantas que tinham dificuldades em pagar as mensalidades; e os/as demais alunos/as?

No seguinte, em 1970, 115 pessoas se inscreveram no processo seletivo, concorrendo a uma das 80 vagas oferecidas na Escola Normal Municipal. Me pergunto, se essas pessoas estavam procurando a carreira docente, incentivados pela ampliação no número de escolas públicas que o município vinha conquistando. Acredito que esse fator foi um dos que incentivaram a grande procura por vagas na Escola Normal Municipal. Porém, a matéria publicada no Jornal Município de Ituiutaba oferece uma pista sobre essa questão:

**Figura 28 - Matéria publicada no Jornal Município de Ituiutaba no dia 17 de fevereiro de 1970**



Fonte: Acervo da Fundação Cultural de Ituiutaba<sup>240</sup>.

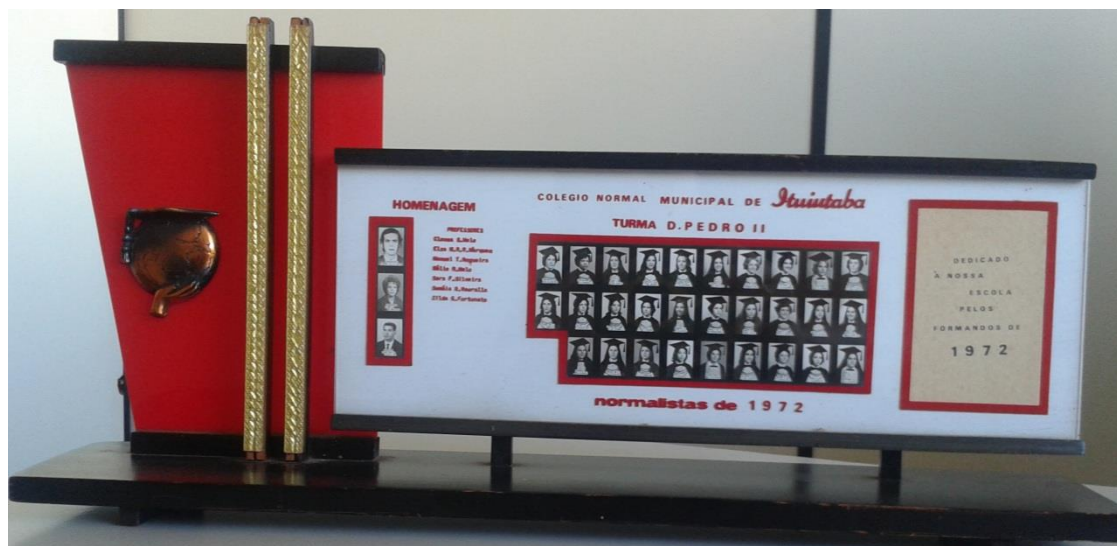
De acordo com a reportagem, o diretor da instituição, José dos Santos Vilela Jr., a escola que ainda funcionava no prédio do ex-colégio Minas Gerais, onde também funcionava provisoriamente a Faculdade de Filosofia, o fato, contribuía para formar um “ambiente universitário” proporcionando que as alunas da Escola Normal tivessem melhores condições de dar ingresso no curso superior da referida instituição.

<sup>239</sup> RIBEIRO, Celeida Alves de Moraes. Ituiutaba, 07 de junho de 2014. Arquivo digital (40 min.). Entrevista concedida a mim.

<sup>240</sup> MUNICÍPIO DE ITUIUTABA. N. 106, ano IV, 17 de fev. de 1970.

A primeira turma de Normalistas da Escola Normal Municipal, concluiu o curso em 1972 com 29 formandas conforme comprovado no quadro de formatura abaixo.

**Figura 29 - Quadro de Formatura da primeira turma da Escola Normal Municipal**



Fonte: Acervo de José dos Santos Vilela Júnior.

No quadro acima, uma peça de madeira com adornos em metal, é possível visualizar, no alto, em destaque o nome da Instituição e o nome da turma, logo abaixo a fotografia das normalistas, formandas naquele ano de 1972. À esquerda, estão em destaque três fotos, a primeira do paraninfo da turma, o professor Abrão Calil Neto, a segunda da madrinha da turma Aidê de Menezes e a terceira do diretor da Escola Normal Municipal, José dos Santos Vilela Júnior.

Ao centro, e abaixo das fotografias consta em destaque “normalistas de 1972”, demonstrando a importância que a sociedade dava à formação da normalista. O diretor Jucão se expressa ressaltando a importância da mesma para a comunidade,

[...] e então eu acho que nós colhemos vários frutos disso, eu acho que veio em grande proveito para comunidade de Ituiutaba. [...] Era totalmente gratuito, totalmente gratuito. Quer dizer, o Samir já entrou imbuído nesse propósito de colocar uma escola pública justamente na área do magistério.<sup>241</sup>

<sup>241</sup> VILELA JÚNIOR, José dos Santos. Ituiutaba, 02 de julho de 2014. Arquivo digital (30 min.). Entrevista concedida a mim.

O decreto n. 1.514, de 31 de dezembro de 1975, unifica as unidades educacionais do município: O Colégio Normal Municipal, o Ginásio Municipal de Ituiutaba e a Escola Noturna “Machado de Assis”, passando a unidade integrada a denominar-se Escola Municipal de 1º e 2º graus “Machado de Assis”. A escola é denominada por muitos como EMMA – Escola Municipal Machado de Assis, seu mérito é reconhecido no município e na região.

Mesmo após da reforma da LDB, com a publicação da Lei 5.692/71, a instituição continuou a se dedicar à formação docente de professores para as séries iniciais pelo Curso do Magistério de 1º grau, até o ano de 1999.

O caminho percorrido até aqui me levou a compreender o processo de institucionalização da formação docente no município de Ituiutaba no período de 1935 a 1971, descubro estar correta minha hipótese de que a oferta de Cursos de Formação de Professores, então denominados de Cursos Normais foi oferecido, primeiramente em 1935, no Instituto Marden, escola particular de ensino, após 20 anos, em 1955, outra instituição, o Colégio Santa Teresa, particular e confessional inicia outra Escola Normal. Essas duas instituições ofereceram o curso no turno matutino, escolas tradicionais, que cobravam mensalidades; reforçaram o que vinha ocorrendo no restante do país cumprindo dois papéis principais, preparava as jovens da elite para serem mães e esposas e as jovens das classes menos favorecidas para a docência nas escolas primárias.

Somente na segunda metade da década de 1960 foram criadas outras três opções de Escolas Normais: uma confessional, a Escola Normal do Colégio São José; uma beneficente, a Escola Normal do Educandário Ituiutabano e uma instituição pública, a Escola Normal Municipal. Estas três instituições ofereceram o Curso Normal noturno oportunizando aos jovens principalmente as moças de trabalharem e estudarem ao mesmo tempo.

Após essas conclusões, inicio, no próximo capítulo a compreender a cultura escolar existente nessas escolas de formação docente.

## **CAPÍTULO V - A ESCOLA NORMAL COMO ESPAÇO DE SOCIALIZAÇÃO DA CULTURA**

Mulher, mulheres como seriam no passado? O que faziam? Como viviam ou melhor, sobreviviam? (DEL PRIORE, 2000, p.9)

Neste quinto e último capítulo procurei descrever e analisar as concepções de educação que estiveram presentes no cotidiano da formação docente das Escolas Normais no município de Ituiutaba. Entendo que as concepções de educação que circularam por entre os muros das Escolas Normais por meio das legislações e dos sujeitos que delas fizeram parte, influenciaram todas as suas instâncias formativas, dentre elas, o currículo, a organização do espaço escolar e as normas disciplinares. Compreendo também que o conjunto dessas relações se transformam em uma cultura escolar.

O período estabelecido nesse estudo teve início em 1953, ano em que se instala a Escola Normal Benedito Valadares, a primeira Escola Normal do município, anexa ao Instituto Marden, instituição particular e laica; e o ano de 1971, marcado pela reforma educacional que resultou na Lei 5.692 onde fica estabelecido que a formação dos professores para as séries iniciais se daria como mais uma das Habilitações do Ensino Médio: o Magistério de 1º grau, colocando portanto, as Escolas Normais no caminho da extinção.

O desenvolvimento de pesquisas sobre a formação de professores a partir de instituições educacionais e a cultura escolar existente nas mesmas, tenta recuperar a trajetória de significativas instituições, demonstrando sua importância para o desenvolvimento sociocultural de uma região, propondo uma interligação entre o singular da história regional e a História da Educação Brasileira, valorizando as produções historiográficas em nível regional e contribuindo para a compreensão e registro de uma história com enfoque local e nacional.

Com o advento da institucionalização da educação e a consequente configuração das escolas como locais especialmente destinados e preparados para

implementar a aprendizagem das novas gerações, surge conseqüentemente a necessidade de assegurar o preparo adequado dos professores que atuarão no ensino, no interior dessas instituições escolares. Para sanar essa questão, surge a iniciativa de criação de instituições escolares que estivessem voltadas exclusivamente para a formação de professores.

No Brasil, a criação das Escolas Normais iniciou no século XIX, em várias províncias do Império, sua instalação se deu de forma descontínua, essas abriam, fechavam e abriam novamente. As Escolas Normais e sua rede de ação, apenas se fortaleceram no século XX, principalmente nos anos 50 e 60. Apesar da inconstância na existências das Escolas Normais, a mesma foi, por muito tempo e em muitos locais, o único espaço formador de professores qualificados para atuar no ensino primário. O Curso Normal possuía ainda, um caráter terminal e profissionalizante uma vez que o acesso das normalistas ao ensino superior era limitado apenas a alguns cursos da Faculdade de Filosofia. O caráter de terminalidade e de profissionalização aparecia de forma mais acentuada ainda, nas cidades do interior do país, cidades de pequeno porte que não possuía nenhum curso superior que atendesse a população ao final dos cursos de nível médio.

## 5.1 A institucionalização da educação

Em se tratando de escolarização, acreditamos, como Faria Filho (2007), que o termo possui duplo sentido e que esses sentidos apresentam íntima relação entre si, são eles:

[...] escolarização pretende designar o estabelecimento de processos e políticas concernentes à “organização” de uma rede, ou redes, de instituições, mais ou menos formais, responsáveis seja pelo ensino elementar da leitura, da escrita, do cálculo e, no mais das vezes, da moral e da religião, seja pelo atendimento em níveis posteriores e mais aprofundados. Em outra acepção, escolarização é entendida como a produção de representações sociais que tem na escola seu *locus* fundamental de articulação e divulgação de seus sentidos e significados.<sup>242</sup>

---

<sup>242</sup> FARIA FILHO, Luciano M. Escolarização e cultura escolar no Brasil: reflexões em torno de alguns pressupostos e desafios. In: BENCOSTTA, M. L. A. *Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos*. São Paulo, Cortez, 2007.

Para o autor, a escolarização possui diferentes implicações e dimensões: sociais, políticas e culturais abrangendo inúmeras questões relacionadas ao reconhecimento ou não das competências culturais e políticas dos diferentes sujeitos sociais e à emergência da profissão docente no Brasil. Um outro sentido é colocado ao termo escolarização que é o que remete mais diretamente ao ato ou efeito de tornar escolar, e que caracteriza o processo de submetimento de pessoas, conhecimentos, sensibilidades e valores aos imperativos escolares.

Essas diferentes implicações, relacionadas entre si, permite articular a escolarização com a configuração de um tipo específico de formação e organização cultural denominado de cultura escolar. Sabemos que as instituições escolares são regidas por normas e legislações externas a elas e também de apropriações de culturas mais gerais feitas em seu interior. A perspectiva de realizar um estudo sobre a cultura escolar possibilita questionar os imperativos produzidos e utilizados no interior dessas instituições escolares. A categoria cultura escolar, nesse sentido, permite ao pesquisador, penetrar no interior das instituições escolares e desvendar a complexa rede de conhecimentos que a envolve.

Ela permite articular, descrever e analisar, de uma forma muito rica e complexa, os elementos-chaves que compõem o fenômeno educativo escolar. Situando-se no plano das *mezo* abordagens, a categoria cultura escolar é aqui entendida como a forma como uma situação histórica concreta e particular são articuladas e representadas pelos sujeitos escolares, as dimensões espaço-temporais do fenômeno educativo escolar, os conhecimentos, as sensibilidades e os valores a serem transmitidos e a materialidade e os métodos escolares.<sup>243</sup>

Essa definição de cultura escolar possibilita compreender os processos de constituição dos sujeitos e de seus lugares sociais tornando-os parte integrante das culturas escolares implicando assim, necessariamente que se faça opção por determinada definição de cultura e articular essa definição com outras duas dimensões do fenômeno educativo: uma se situa no tempo mais longo e na dimensão macro dos processos de escolarização outra está nos tempos curtos, em uma dimensão micro, uma vez que as culturas escolares realizam uma mediação entre esses dois campos. Diante essas análises podemos compreender as múltiplas e diversas facetas da experiência escolar e a riqueza e a pluralidade das culturas escolares.

---

<sup>243</sup> Ibidem, p. 195 (grifos do autor)

[...] é preciso que se considere que as culturas escolares vistas desde o lugar de uma escola singular, ou sob essa escala microanalítica, não podem ser compreendidas em sua singularidade e generalidade se não se realizarem as necessárias mediações com os processos sociais mais amplos<sup>244</sup> (FARIA FILHO, 2001, p. 196).

Nesse estudo, faço referência à cultura escolar, enquanto categoria, utilizando o termo no singular, pois estaremos utilizando como foco a cultura estabelecida em instituições de ensino determinadas, específicas: as Escolas Normais do município de Ituiutaba, Minas Gerais, ao mesmo tempo estarei estabelecendo relações do ponto de vista do objeto ou do campo de estudos de forma mais ampla e nesse momento utilizarei o termo culturas escolares fazendo um exercício de pesquisa entre o micro e o macro, o geral e o específico.

Para tanto, foi necessário adentrar nos estudos sobre a cultura escolar, uma vez que a mesma, dará uma dimensão das normas e das práticas vivenciadas no cotidiano das escolas onde os diferentes atores, principalmente alunas/os e professoras/es dessas instituições circularam, se fizeram presente e que foram chamados a obedecer às ordens e dispositivos pedagógicos impostos pelas sociedade. Quanto a isso, Julia se posiciona:

[...] a cultura escolar como um conjunto de *normas* que definem conhecimento a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de *práticas* que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas com a finalidade que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização).<sup>245</sup>

Faz-se necessário, entretanto, na análise da cultura escolar, imbuída das normas e práticas, que se leve em conta o corpo profissional dos agentes que estão obedecendo essas ordens, que estão utilizando os dispositivos pedagógicos encarregados de facilitar a sua aplicação que são os professores, buscando ainda, para além dos limites da escola como forma mais ampla de identificar os modos de pensar e agir difundidos no interior de nossas sociedades, modos que só concebem a aquisição de conhecimentos e de habilidades por meio dos processos formais de escolarização.

<sup>244</sup> Ibidem, p. 10 (grifos do autor).

<sup>245</sup> JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. In: *Revista brasileira de história da educação* nº1, jan./jun. 2001 (grifos do autor).

Nesse sentido, Julia (2001) alerta que, na história da educação, o estudo das normas que regem as escolas tornou-se um estudo tradicional pela facilidade em se analisar os textos reguladores e os projetos pedagógicos, insiste, porém, na importância de utilização dos textos normativos no sentido de nos reenviar às práticas ocorridas no cotidiano das salas de aula e nas relações professor aluno. Alerta que, apesar de terem normas rígidas a seguir, as mudanças dentro do contexto das instituições, acontecem de forma lenta e gradual,

Convém pelo contrário, a cada vez, recontextualizar as fontes das quais podemos dispor, estar conscientes de que a grande inércia que percebemos em um nível global pode estar acompanhada de mudanças muito pequenas que insensivelmente transformam o interior do sistema.<sup>246</sup>

A cultura escolar, assim como o processo de escolarização indicam o procedimento e o resultado das experiências dos sujeitos, dos sentidos construídos, compartilhados e disputados ou não, pelos diversos sujeitos que compõem o universo escolar. Nesse sentido faz-se necessário considerar a existência de outras culturas, como a familiar e a religiosa, externas à escola mas que fazem-se presentes dentro dela por meio de conflitos e/ou harmonia. Outra consideração importante que se faz necessária é ponderar que, os sujeitos que compõem esse universo, não chegam ali desprovidos de experiências, eles guardam dentro de si diversos pertencimentos e identidades que estarão continuamente em contato com a cultura escolar.

Sendo as culturas escolares, *lócus* de atuação dos diferentes sujeitos que nela estão inseridos, construídas nas experiências e nas práticas escolares cotidianas, elas não estão sujeitas a intervenções e alterações bruscas. As mudanças ocorrem de forma lenta e gradual, na medida em que os sujeitos escolares se apropriam das diferentes tradições, científicas, religiosas, que circulam no universo escolar.

Por isso mesmo, pensar a cultura escolar é pensar também as formas como os sujeitos escolares se apropriam das tradições, das

---

<sup>246</sup> Ibidem, p. 15.



culturas em que estavam imersos nos diversos momentos do processo de escolarização<sup>247</sup>

Nesse sentido, para se compreender as culturas escolares precisamos compreender a forma particular como cada sujeito em seu lócus escolar se apropria das diferentes tradições presentes, no pensamento pedagógico e na organização das práticas escolares em vigor no contexto do país, do município e das escolas em questão.

## 5.2 Algumas considerações sobre o Currículo das escolas Normais

Compreendo a escola não somente como lócus de formação de gerações, mas também como espaço de veiculação de saberes, presentes no currículo formal de cada escola ou ainda nos conhecimentos expressos e adquiridos nas diferentes práticas cotidianas. Os valores a serem difundidos em cada instituição, é definido no momento em que cada uma faz a opção pelo tipo de formação a ser oferecido para o seu alunado.

Para tal, busco aqui, apontar e discutir as práticas de formação empreendidas pelas Escolas Normais do município de Ituiutaba, MG., acreditando que essas práticas de formação, estiveram impregnadas com uma realidade modificada pelos homens e mulheres que as colocaram em prática, a partir de suas ideias e ideais e que as mesmas contribuíram na construção do *habitus* das alunas e alunos dessas instituições. Para Bourdieu (1983) o *habitus* está na práticas que são produzidas e reproduzidas cotidianamente pelos indivíduos ou por uma coletividade assegurando uma homogeneidade nessas práticas. Esses hábitos, são incorporados pelos indivíduos nas diversas instancias onde convive diariamente, nessa caso, a escola,

Os indivíduos “vestem” os *habitus* como hábitos, assim como o hábito faz o monge, isto é, faz a pessoa social, com todas as disposições que são, ao mesmo tempo, marcas da posição social e, portanto, da distância social entre posições objetivas, entre as pessoas sociais conjunturalmente aproximadas (no espaço físico, que não é o espaço social) e a reafirmação dessa distância e das condutas exigidas para “guardar suas distâncias” ou para manipulá-

---

<sup>247</sup> FARIA FILHO, Luciano M. Escolarização e cultura escolar no Brasil: reflexões em torno de alguns pressupostos e desafios. In: BENCOSTTA, M. L. A. *Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos*. São Paulo, Cortez, 2007, p. 201.

las estratégica, simbólica ou realmente, reduzi-las [...], aumentá-las ou simplesmente mantê-las [...].<sup>248</sup>

Os conhecimentos gerados no interior das instituições escolares estão condicionados às percepções que cada grupo tem em relação às diferentes situações vivenciadas. Nesse sentido, a cultura escolar é fruto desse momento histórico que por sua vez, se compõe dos instrumentos legais e do posicionamento da instituição frente às estruturas sociais mais amplas que exercem influencia no contexto no qual está inserida.

O currículo definido para as Escolas Normais expressa o tipo de conhecimento e de educação foi priorizado para ser difundido nessas instituições. Em 1935, o Instituto Marden, ao iniciar a primeira turma da Escola Normal Benedito Valadares, dá continuidade ao currículo utilizado no Curso Preparatório, um curso complementar que preparava as alunas para o ingresso na Escola Normal e que a instituição já vinha ministrando,

**Figura 30 - Caderneta escolar do 1º ano do Curso Normal**

Escola Normal Dr. Benedito Valadares  
PRIMEIRO ANNO DO CURSO PREPARATORIO  
Caderneta Escolar da alumna Jeronyma Alves dos Santos  
Matriculada em 22 de Fevereiro de 1935  
Media annual de 1935

	Marco	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novemb.	Media do anno	Faltas do anno	Procedimento	EXAMES
Portuguez.....	8	7	8	8	8	7	8	9	8	8	-	10	
Francez.....	8	7	8	9	6	7	8	8	8	7	-	10	
Matematica.....	9	7	9	9	9	9	9	9	10	9	-	10	
Geographia Hist. e Geo.	8	2	5	4	5	6	5	6	6	5	-	10	
Desenho.....	9	8	8	8	9	8	10	10	10	8	-	10	
Trab. man. e mod.	8	6	8	9	10	8	10	10	10	8	-	10	
Canto Coral.....	8	9	8	9	9	9	8	10	10	9	-	10	
Educação Physica	8	9	9	9	8	8	9	9	8	8	-	10	
Musica.....	8	9	9	7	8	7	10	9	8	8	-	10	
Ciencias naturaes	8	7	7	7	8	6	5	6	6	6	-	10	

Data 2 de Dezembro de 1935  
O Director.....  
a Secretaria Luzia Marquez  
20 3 2007  
Visto - Secretaria Local

Fonte: Acervo de Jeronima Alves dos Santos.

A figura acima refere-se à caderneta escolar de uma aluna da primeira turma de normalistas da Escola Normal Dr. Benedito Valadares, em 1935, observa-se que

<sup>248</sup> BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria da prática. In: BOURDIEU, Pierre. *Pierre Bourdieu: sociologia*. Tradução Paulo Monteiro e Alicia Auzmendi. São Paulo: Ática, 1983, p. 75.

o documento foi utilizado, aproveitando o impresso do curso Preparatório. As disciplinas ministradas, nos três primeiros anos da Escola Normal estão dispostas no quadro abaixo:

**Quadro 10 - Disciplinas ministradas nos três primeiros anos da Escola Normal Dr. Benedito Valadares**

1º ano	2º ano	3º ano
Portuguez	Portuguez	Portuguez
Francez	Francez	
Matemática	Matemática	Matemática
Geografia, história da Civilização e Ed. Cívica	Geografia, história da Civilização e Ed. Cívica	Geografia, história da Civilização e Ed. Cívica
Desenho	Desenho	
Trabalhos Manuais e Mod.	Trabalhos Manuais e Mod.	
Canto Coral	Canto Coral	Canto Coral
Educação Physica	Educação Physica	Educação Physica
Música	Música	
Ciências Naturais	Ciências Naturais	
		Metodologia
		Phycologia Infantil e Higiene Escolar
		Práticas profissionais

Fonte: Caderneta escolar- Jeronima Alves dos Santos.

Ao analisar o currículo do início da Escola Normal Dr. Benedito Valadares do Instituto Marden, verifico que era composto, sobretudo pelas matérias do ensino primário e refletiam a necessidade específica de formar a professora para esse nível de ensino. Guardava ainda resquícios de nossa colonização, dando ênfase à língua estrangeira, no caso o francês, sendo oferecido no primeiro e no segundo ano. Por outro lado a disciplina de trabalhos manuais estava presente preparando as normalistas para exercer o trabalho doméstico, mesmo contra a vontade de algumas, quanto a isso, Ribeiro se posiciona: “Agora eu odiava trabalhos manuais. Eu detestava, até hoje eu não sei pregar botão, detesto. É para pregar para cima eu prego ele para baixo. Não gosto de costura de jeito nenhum”<sup>249</sup>.

Vê-se ainda ênfase no conteúdo de Música e canto Coral, oriundos dos discursos do início da República de exaltação do progresso e incluía modernizar e traçar novos rumos para a sociedade e cultura brasileira, passaram a incluir o incentivo à arte dentro do âmbito educacional. O discurso a favor da Educação

<sup>249</sup> RIBEIRO, Georgia Maria Finholdt. Ituiutaba, 27 de janeiro de 2014. Arquivo digital (65 min.). Entrevista concedida a mim.

Musical ia de encontro com a ideia de uma escola moderna, que busca pelo equilíbrio na formação das faculdades cognitivas, físicas e morais dos indivíduos. A partir do século XX essas discussões são acaloradas pela ideia do escolanovismo e de uma educação moderna, centrada no aluno. A defesa por essas disciplinas no currículo das normalistas justificava-se pelo fato de oferecer métodos de ensino que resultariam no bem estar dos alunos; música, nesse sentido assumia uma função de equilíbrio, acalmando-os e descansando o espírito para enfrentar atividades exaustivas de raciocínio,

Para manter-se um equilíbrio entre a atividade e a atenção que as crianças têm de manter, os exercícios eram geralmente intercalados de marchas entre bancos, de canto ou de ginástica, que constituem verdadeiros períodos de recreio, em que as crianças descansam o espírito, predispondo-se para novos exercícios.<sup>250</sup> (SOUZA, 2000, p.58).

A música era ainda um poderoso meio de socialização e educação, capaz de promover os valores sociais essenciais ao homem moderno. Diniz, em seu depoimento relembra o ano de 1951, quando, as alunas do Escola Normal de normalistas foram convidadas para cantar para o Juscelino Kubitschek, então governador de Minas Gerais. O governador esteve em visita à Ituiutaba e foi recepcionado pela comunidade,

Ele visitou Ituiutaba porque era época de política. E foi oferecido a ele um almoço na casa do senhor Antônio Souza Martins que era do PSD, que era do partido do Juscelino. Partido Social Democrático. O Juscelino era desse partido. O prefeito também era. Então foi oferecido um jantar.... um almoço para ele. E nós do Marden, do Curso Normal, fomos convidadas para recepcionar, a gente era mocinha, bonitinhas, recepcionar o Governador e cantar par ele durante o almoço. E num dado momento nós cantamos, o Peixe vivo. Que era a música predileta do Juscelino e a gente sabia.

O sucesso da apresentação musical foi muito maior do que as normalistas previram. O governador Jucelino, em retribuição à homenagem ofereceu às alunas um prêmio, de forma que elas pudessem escolher. A escolha, indo de encontro aos anseios da turma, foi por uma viagem a belo Horizonte.

E ele ficou encantado, aplaudiu e falou assim: “Eu ofereço pra vocês o que vocês quiserem”. Aí nós aproveitamos e pedimos para ele uma

---

<sup>250</sup> SOUZA, R. F. de. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo: (1890 – 1910)*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

viagem a Belo Horizonte, que todo mundo era curioso para conhecer Belo Horizonte, mas todo mundo estudante, e aí nos ganhamos a viagem de 15 dias com tudo pago, passagem, estadia, tudo, tudo em Belo Horizonte. Fomos de Avião. Aqui tinha as linhas aéreas nacionais. A gente tinha essas linhas aéreas e nos fomos a Belo Horizonte e ficamos 15 dias lá. Só que nós tínhamos que ter um casal acompanhante, porque os pais não permitiam que a gente saísse daqui para Belo Horizonte. Imagina isso era 51.<sup>251</sup>

Em Belo Horizonte, as alunas fizeram questão de visitar, dentre outros lugares, o Instituto de Educação naquele tempo importante referência na formação de professores em Minas Gerais. Abaixo, trago parte das imagens arquivadas pela professora Mirza e gentilmente cedidas para esse estudo.

**Figura 31 - Registros fotográficos da viagem das normalistas à Belo Horizonte**



Fonte: Acervo de Maria Mirza Cury Diniz.

As imagens registram a visita a Belo Horizonte, desde o momento do embarque das normalistas no aeroporto de Ituiutaba, a visita ao Instituto de Educação, às dependências da Escola Pestalozzi, ao clube Minas Tennis e ainda visita a Ouro Preto dentre os passeios realizados pelas alunas.

As aulas de Educação Física também mereceram destaque em todos os anos de formação da Escola Normal, o Brasil não escapou das influências nazistas de

<sup>251</sup> DINIZ, Maria Mirza Cury. Ituiutaba, Ituiutaba, 15 de janeiro de 2014 (81 min.). Arquivo digital. Entrevista concedida a mim.

eugenia, o governo Vargas orientou uma política social direcionada para preservação da raça e da pátria. Seu objetivo foi alcançar a robustez infantil e a virtude da raça priorizando a formação de hábitos de higiene capaz de criar no povo brasileiro a consciência de saúde ideal tão necessária à melhoria física, mental e racial das futuras gerações. A educação escolar<sup>252</sup> foi a melhor via para o alcance desses objetivos, além de zelar pela saúde das crianças corrigindo possíveis desvios, a escola contribui para a formação e desenvolvimento de padrões adequados de comportamento, cultivando na criança hábitos de moralidade, honestidade e higiene. Araújo relembra as aulas de Canto e Educação Física que eram ministradas antes do início das demais aulas em caráter de revezamento.

A gente jogava vôlei, eu por exemplo, tenho até medalha, eu pulava até salto de vara (risos) na educação física, nós tínhamos a educação física [...] não essa de hoje que só brincar, pular, jogar bola. A gente tinha mesmo, tinha a tal calistenia... de fazer exercício mesmo. E as aulas de educação física eram antes das aulas, eram seis horas da manhã. Tinha os dias certos e era revezado com aula de canto, entendeu? E nessa época, até, tinha o maestro Corcino, que era o professor, então era revezado, tinha aluno de canto em tal dia e enquanto uma turma estava fazendo educação física, a outra estava em aula de canto. Mas antes das aulas. Então a gente praticava muito esporte nessa época. Eu por exemplo, eu fui muito esportista. Eu nadei muito. E quando inaugurou o Ituiutaba clube eu era de pular trampolin (Risos) Andei muito de bicicleta. No cinquentenário de Ituiutaba eu puxei o desfile de bicicleta. Eu tenho até filme, assim filmado, Tudo.<sup>253</sup>

As aulas de Educação Física ministradas nas escolas tiveram significativa função para aumentar o espírito nacionalista. Grandes concentrações de estudantes e exibições de ginástica foram praticadas a guisa de exibir o ufanismo nacional. A imagem abaixo retrata um desses momentos no Instituto Marden.

<sup>252</sup> PEIXOTO, Ana Maria Casasanta. *Educação e Estado Novo em Minas Gerais*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003, p.102.

<sup>253</sup> ARAÚJO, Ester Majadas. Ituiutaba, 13 de janeiro de 2014. Arquivo digital (50 min.). Entrevista concedida a mim.

**Figura 32 - Treino de Salto de Vara em aula de Educação Física na Escola Normal Dr. Benedito Valadares**



Fonte: Acervo SEE – Ituiutaba.

O Ensino Normal contou com sua primeira regulamentação nacional, advindas das orientações centralizadoras da administração do Estado novo. A carta outorgada em 1937 não conferia aos estados atribuição expressa quanto à organização de seus sistemas de ensino<sup>254</sup>, como havia sido expresso pela Carta de 1934 que previa à União a competência de fixar as bases e quadros da educação nacional fixando diretrizes únicas em prol da infância e juventude. Somente após a promulgação da Lei Orgânica do Ensino Normal em 1946, essa garantia de uma base comum aos sistemas estaduais de ensino foi contemplado, ficando definido um currículo básico a todas as instituições de ensino. As disciplinas previstas para o currículo básico na Lei Orgânica do Ensino Normal estão dispostas no quadro, divididas por séries:

---

<sup>254</sup> TANURI, Leonor Maria. História da Formação de professores. Revista brasileira de Educação. Mai/Jun/Jul/Ag, 2000, n. 14



**Quadro 11 - Disciplinas estabelecidas pela Lei Orgânica do Ensino Normal para o Curso de formação de professores primários**

1ª série	2ª série	3ª série
Português	Biologia educacional	Psicologia educacional
Matemática	Psicologia educacional	Sociologia educacional
Física e química	Higiene e educação sanitária	História e filosofia da educação
Anatomia e fisiologia humanas	Metodologia do ensino primário	Higiene e puericultura
Música e canto	Música e canto	Música e canto
Desenho e artes aplicadas.	Desenho e artes aplicadas	Desenho e artes aplicadas
Educação física, recreação, e jogos.	Educação física, recreação e jogos.	Educação física, recreação e jogos.
		Metodologia do ensino primário
		Prática do ensino

Fonte: Lei orgânica do Ensino Normal.

Após a promulgação do Decreto-Lei n. 8.530 de 2 de janeiro de 1946 instituindo a lei orgânica do Ensino Normal, a Escola Normal Dr. Benedito Valadares, adequa seu currículo às novas normas nacionais como verificado no diploma da aluna Mirza Diniz, normalista e formanda da turma de 1952.

**Figura 33 - Quadro de disciplinas da Escola Normal Dr. Benedito Valadares**

Do acórdão: <u>Curso de Formação de Professores</u> Duração do curso <u>3 Séries</u> Relação dos exames finais e promoção da diplomanda <u>Maria Mirza Cury</u>		
DISCIPLINAS	MÉDIAS FINAIS	OBSERVAÇÕES
Português	98 (noventa e oito)	Notas constantes na carteira
Metodologia do Ensino Primário	100 (cem)	carta da H.ª Dire. do
Prática do Ensino	100 (cem)	Curso Gimnasia
Psicologia Educacional	100 (cem)	
Higiene e Educ. Sanitária	87 (oitenta e sete)	Latim - 8,7 (oito e sete décimos)
Sociologia Educacional	93 (noventa e três)	Francês - 8,1 (oito e um décimo)
Hist. e Filosofia da Educação	97 (noventa e sete)	Inglês - 8,8 (oito e oito décimos)
Desenho	96 (noventa e seis)	Ciências Naturais - 8,7 (oito e sete décimos)
Artes Aplicadas	96 (noventa e seis)	Hist. de Brasil - 8,7 (oito e sete décimos)
Música e Canto	96 (noventa e seis)	Geog. de Brasil - 9,6 (nove e seis décimos)
Educação Física Recr. e Jogos	99 (noventa e nove)	
Biologia Educacional	96 (noventa e seis)	
História da Educação	100 (cem)	
Matemática	76 (setenta e seis)	
Física e Química	86 (oitenta e seis)	
Anatomia e Fisiologia Humanas	85 (oitenta e cinco)	
História da Humanidade	82 (oitenta e dois)	

Itumbá, 6 de Dezembro de 1952

Prof. Alvaro Brandão de Andrade DIRETOR      Oraci Paes SECRETÁRIO      Estelir Marjadas Araújo SECRETÁRIO

Fonte: Acervo de Maria Mirza Cury Diniz.



O quadro curricular acima apresenta ainda algumas disciplinas extras ao currículo mínimo fixado pela Lei orgânica, são elas: História da Educação e História da Humanidade, acrescentando ainda o conteúdo de Puericultura à disciplina de Higiene e Educação Sanitária. Quanto às disciplinas de História, a aluna retoma os conteúdos estudados,

Aqui tem uma disciplina também que é História da Educação. Outro dia eu atendi uma aluna da faculdade. Aqui, História e Filosofia da Educação, essa matéria era triste. Nós estudávamos a vida do Platão, Sócrates, Aristóteles. Isso tinha de ser sabido a dedo. O livro era dessa Grossura. Então a gente estudou muito a vida dos filósofos gregos. A gente tinha que trazer aquilo na ponta da língua. A professora era a dona Maria Morais, mãe do Geraldo Luiz. Humilde... A nossa inspetora de ensino era dona Clorinda Martins. Esposa do seu Alípio. Uma dama.<sup>255</sup>

Em 1957, com a instalação de uma nova Escola Normal no município, a Escola Normal Santa Teresa, apresenta um currículo onde segue as diretrizes da Lei orgânica acrescentando a ele uma única disciplina. Vejamos:

**Figura 34 - Quadro de disciplinas da Escola Normal Santa Teresa - 1957**

Curso de Formação de Professores Primários — Duração do Curso 3 Anos — Série 3ª

Relação dos exames finais e promoção da diplomanda *Helena Theresa de Moura*

DISCIPLINAS	MEDAS FINAIS	OBSERVAÇÕES
Religião	73 (setenta e três)	CARTÓRIO DO OFÍCIO INSTITUTO JMO Autógrafa e protocolada em 17/12/57 apostilada em 18/01/58 Autógrafa e protocolada em 18/01/58 8-01-1958
Português	68 (sessenta e oito)	
Matemática	66 (sessenta e seis)	
Física e Química	55 (cinquenta e cinco)	
Hist. de ensino Primário	86 (oitenta e seis)	
Hist. de ensino	78 (setenta e oito)	
Psicologia Educacional	75 (setenta e cinco)	
Hist. e Fil. da Educação	66 (sessenta e seis)	
Psicologia Educacional	77 (setenta e sete)	
Hist. e Fil. da Humanidade	78 (setenta e oito)	
Higiene e Educação Sanitária	76 (setenta e seis)	Ponto Justino de Ras. Autorizado L. 10/11/57 Secretaria da Educação Departamento de Ensino Registrado em 10/12/57, do livro nº 10/11/57 Assinatura de direção C. 10/11/57, conforme Assinatura de direção C. 10/11/57, conforme Assinatura de direção C. 10/11/57, conforme Assinatura de direção C. 10/11/57, conforme Assinatura de direção C. 10/11/57, conforme
Higiene e Educação Sanitária	67 (sessenta e sete)	
Biologia Educacional	74 (setenta e quatro)	
Desenho e Artes Aplicadas	72 (setenta e dois)	
Música e Canto	88 (oitenta e oito)	
Educação Física, Recreação e Jogos	89 (oitenta e nove)	Medida geral: 77 (setenta e sete)

Itumbara, 13 de dezembro de 1957

DIRETOR: *Luís José P. Baring*

FISCAL: *Helena Martins Andrade*

SECRETÁRIO: *João Carlos de Almeida*

Fonte: Diploma da Escola Normal Santa Teresa, Acervo de Helena Theresa de Moura Carvalho.

<sup>255</sup> Ibidem.

O currículo da Escola Normal Santa Teresa seguiu o padrão previsto na Lei Orgânica do Ensino Normal acrescido da disciplina de Religião. Esse fato me faz retomar a questão da educação católica. Sabe-se que a formação de professores passou a fazer parte das instituições católicas depois das instalações dos conventos que recebiam as moças em suas dependências para seguir a vida religiosa. A educação feminina foi por muito tempo prejudicada, se limitando ao ambiente doméstico, sendo preparada apenas para serem boas mães e esposas. Dando seguimento a um ideal de sociedade, a educação das mulheres, mesmo no século XX, tinha o intuito de preservar a moral e a instrução da mulher para desempenhar o papel de mãe e esposa, “Esse ideal feminino implicava o recato e o pudor, a busca constante de uma perfeição moral, a aceitação de sacrifícios, a ação educadora dos filhos e filhas”<sup>256</sup>

Nesse sentido, a educação feminina nas instituições católicas, esteve vinculada à intenção de uma formação moral por meio da fé católica da população, investindo na formação da professora que seria capaz de disseminar os conteúdos instituídos como fundamentais para a sociedade. Mesmo aquelas que não seguissem a carreira docente estariam prontas para o matrimônio,

O magistério primário já era claramente demarcado como um lugar da mulher e os cursos normais representavam, na maioria dos estados brasileiros, meta mais alta dos estudos a que uma jovem poderia pretender. As normalistas nem sempre seriam professoras, mas o curso era, de qualquer modo, valorizado. Isso fazia com que, para muitas, ele fosse percebido como um curso de espera marido.<sup>257</sup>

A disciplina de Religião portanto ocupou lugar de destaque no currículo da Escola Santa Teresa, as normalistas, educadas na religiosidade assim educariam seus filhos e seus alunos propagando a fé católica. Em seu depoimento Faria, relembra sua rotina enquanto aluna interna na Escola Santa Teresa evidenciando os momentos em que as alunas se dedicavam às orações,

Olha vou te passar o dia de uma interna, como que era. Levantava-se muito cedo e nós íamos à missa todos os dias, na Igreja Matriz. Retornando, tomava-se o café da manhã, dez para as sete, nós já estávamos na fila para rezar, porque tudo era feito através de fila e por série. Nós estávamos na fila rezando para entrar para a sala de

<sup>256</sup> LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (org.). História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2008, p. 447.

<sup>257</sup> Ibidem, p. 471.

aula. A aula começava às sete horas. Terminado o horário, o horário de manhã, que era o horário escolar. Aí nós retornávamos, nós íamos para o almoço. Depois do almoço nós tínhamos um período de folga, onde se jogava bola, fazia alguma coisa, e depois nós tínhamos o horário do estudo que era a hora de fazer as tarefas, que era mais ou menos da uma até as cinco horas, com o intervalo ali pro lanche e durante esse período do estudo, nós íamos saindo aos poucos lógico, cronometrado, controlado, pro banho. Então nós íamos saindo para o banho e retornando para o estudo. Quando era cinco horas, terminava-se o período, folgava de novo, umas lia, outras jogava, outras bordavam, nós bordávamos muito. A irmã Alzira era professora de bordado, de Francês e de bordado. Mais tarde um pouco nós rezávamos o terço, e deitávamos cedo. E aí íamos para a cama. E no outro dia retornávamos a mesma rotina. Essa era a vida da interna.<sup>258</sup>

O currículo das escolas Normais sofre alterações com a promulgação da LDB 4.024 de 1961, esta define para a Escola Normal de grau ginásial um currículo mínimo composto pelas disciplinas obrigatórias do curso secundário ginásial acrescido de disciplinas de preparação pedagógica. Altera ainda a oferta do Ensino religioso tornando-o facultativo nas escolas. A alteração curricular proposta na primeira LDB se fez presente no quadro curricular da Escola Normal Santa Teresa.

---

<sup>258</sup> FARIA, Sônia Correia. Ituiutaba, Ituiutaba, 11 de fevereiro de 2014. Arquivo digital (45 min.). Entrevista concedida a mim.

**Figura 35 - Quadro de disciplinas da Escola Normal Santa Teresa - 1964**

Curso de Formação de Professores Primários - Duração do Curso 2 Séries

Relação dos exames finais e promoção da diplomanda Sônia Correia Faria

DISCIPLINAS	MÉDIAS FINAIS	OBSERVAÇÕES
1. Disciplinas obrigatórias		
1. Português e Literatura	78 (setenta e oito)	
2. Matemática, Geometria e Estatística	85 (oitenta e cinco)	
3. Introdução à Educação Física	73 (setenta e três)	
4. Educação Física - Teórica e Prática	96 (noventa e seis)	
5. Educação Física - Teórica e Prática	98 (noventa e oito)	
6. Educação Física - Teórica e Prática	96 (noventa e seis)	
7. Estudos Sociais		
8. História da Educação	100 (cem)	
9. Psicologia	83 (oitenta e três)	
10. Psicologia Educacional	98 (noventa e oito)	
Disciplinas optativas		
1. Inglês	77 (setenta e sete)	
2. Educação Religiosa	84 (oitenta e quatro)	
Práticas educ. obrigatórias		
1. Educação Física	99 (noventa e nove)	
2. Artes Plásticas	88 (oitenta e oito)	
Média final	88 (oitenta e oito)	

Ituiutaba, 18, de dezembro de 1964

João Mendes Gonçalves DIRETOR  
Adelina Martins de Andrade FISCAL  
Sônia Correia Faria SECRETÁRIO

Fonte: Diploma da Escola Normal Santa Teresa, Acervo de Sônia Correia Faria.

É visível a mudança curricular na Escola Normal Santa Teresa, o Ensino Religioso passou a fazer parte das disciplinas optativas juntamente com a disciplina de Inglês.

Na segunda metade da década de 1960, outras três Escolas Normais foram fundadas no município, a Escola Normal do Educandário Ituiutabano, escola particular e gratuita, mantida pela União da Mocidade Espírita de Ituiutaba, deu início às atividades da Escola Normal em 1965, a Escola Normal do Colégio São José, particular, mantida pelos padres estigmatinos iniciando em 1969 e a Escola Normal Municipal, escola pública e gratuita, iniciou as atividades também em 1969. Os currículos dessas três instituições estão dispostos no quadro a seguir.

**Quadro 12 - Quadro curricular de Escolas Normais criadas na década de 1960**

Colégio Normal do Educandário Ituiutabano 1965 <sup>259</sup>	Colégio Normal São José 1969 <sup>260</sup>	Escola Normal Municipal 1969 <sup>261</sup>
Português	Português	Português
Estatística		
Aritmética, Matemática e Geometria	Matemática	Estatística
Estudos Soc. Brasileiros	Estudos Sociais	
Introdução à didática teoria e prática	Didática teoria e prática	Introdução à didática teoria e prática
Psicologia educacional	Psicologia	Psicologia educacional
Filosofia da Educação	Filosofia da Educação	Filosofia da Educação
Biologia educacional e higiene	Biologia educacional	Biologia educacional e higiene
	Introdução à educação	
Sociologia	Sociologia	
Artes plásticas	Desenho	Artes plásticas
	Orientação educacional	
	Educação física	Educação física recreação e jogos
	Educação Moral e cívica	
Educação musical	Aulas práticas	Educação musical
Educação Pré Primária		
Higiene e Puericultura		
Iniciação à Orientação Educacional		

Fonte: Elaborado por mim.

O quadro acima foi elaborado tendo em vista que os três cursos funcionavam no período noturno portanto um currículo pensado para alunos trabalhadores que frequentavam as aulas após um dia de trabalho, Resende confirma em seu depoimento,

E era uma turma muito boa, muito unida sabe, e levava as coisas a sério porque nós não tínhamos tempo para brincar, saíamos todos do trabalho todo mundo trabalhava já, saia do trabalho e ia para escola E foi um curso muito bom que nós fizemos.<sup>262</sup>

As disciplinas comuns às três escolas atendiam também à nova LDB 4.024 de 1961 dando ênfase ao núcleo comum com as disciplinas do curso ginásial, as três

<sup>259</sup> Fonte: Diploma da aluna Regina de Souza Marques.

<sup>260</sup> Fonte: Regimento do Colégio Normal São José, 1969, Arquivo Passivo do Colégio São José.

<sup>261</sup> Fonte: Diploma da aluna Regina de Souza Marques Almeida.

<sup>262</sup> RESENDE, Maria Terezinha Pereira. Ituiutaba, 30 de junho de 2014. Arquivo digital (36 min.) Entrevista concedida a mim.

acrescentam a disciplina de didática, específica para a formação de professores. Almeida aluna do Colégio Normal de Educandário reflete sobre o currículo,

É o básico o Português, a Matemática não é, e eu adorava a didática, que a didática me ensinava como lidar com a criança, lidar com o planejamento. Aquilo pra mim era uma coisa assim, que me instigava ter que aprender, puxava de mim o meu melhor, aquela vontade de crescer mesmo. Tinha coral, teatro, tinha aula de higiene, que hoje acho que nem tem mais, não sei. É... sobre sexo que hoje é uma aula [...] Eu adorava a aula de teatro, era muito bom. Redação! Nossa como eu gostava! [...] A gente trabalhava muito teatro e música! E como eu disse a aula de higienização, é nessa aula de higiene que, entrava aula de sexo, e tudo que eu aprendi do meu corpo eu não aprendi com minha mãe, eu aprendi na escola [...] Na escola normal! É, era uma aula por semana com a dona Nair, e era aula separada, aula das meninas e aula dos meninos. E ali ela trabalhava tudo, desde a formação do bebê, até a formação de adulto, até o nascimento. Então a gente aprendeu tudo. [...] Então, assim a formação básica pra você viver, tudo, tudo eu aprendi no magistério. Era completo, não era só aula pra você ter conteúdo e ter nota, mais ter conteúdo e ter uma vida saudável, uma vida equilibrada com saúde, com qualidade.<sup>263</sup>

As disciplinas de Filosofia, Sociologia e Biologia aparecem nesses currículos direcionados à educação, com conteúdos visando a compreensão da criança como um todo.

### 5.3 Educar e Moralizar: o cotidiano das normalistas

A educação nas primeiras décadas do século XX no Brasil é caracterizada pela institucionalização, modelos de escolas que não apenas instrui mas também impõe comportamentos e valores que se articulam em torno da metodologia, dos comportamentos, da disciplina, das normas estabelecidas. Os colégios foram instituições criadas com a finalidade de receber os jovens da alta sociedade e tinham inicialmente como única preocupação preparar os jovens para o ingresso nas universidades. Desse modo a instituição escolar assume o papel de disciplinadora e moralizadora dos costumes.

<sup>263</sup> ALMEIDA, Regina de Souza Marques. Ituiutaba, 03 de junho de 2014. Arquivo digital (32 min.). Entrevista concedida a mim.

A Escola Normal Dr. Benedito Valadares, em Ituiutaba, ao iniciar suas atividades em 1935 carrega essa herança de controle rigoroso e disciplina rígida, primando pelo respeito e pela ordem. Araújo relata,

A disciplina toda vida foi uma disciplina quase que perfeita, porque havia muito respeito com o professor, quando o professor entrava na sala de aula todo mundo já sabia que *entrou um professor, entrou uma autoridade* na sala de aula. E a gente não usava, às vezes cumprimentava com um bom dia, boa tarde e etc. A gente levantava quando o professor entrava, levantava em sinal de respeito, em cumprimento, logo ele mandava se assentar. Então não havia essa indisciplina que hoje, atualmente tem. Pelo menos no tempo do Marden era assim. Agora já nos últimos anos de Marden a disciplina já foi modificando um pouco (grifos meus).<sup>264</sup>

De acordo com o relato de Araújo, o professor era recebido pelos alunos como uma autoridade e agia assim, liberando os alunos para se sentarem. A rigidez nos costumes expressava-se ainda no uso do uniforme escolar, símbolo de organização e higiene,

Tinha uniforme e era rigoroso. Todo mundo tinha que ir de uniforme. Naquela época eu me lembro, que o primeiro uniforme que eu usei no Marden era sapato preto, meia preta, e um azul marinho que era o uniforme, saia preguada, e havia a gola branca, manga comprida com o punhos brancos com...Pra você ver que, deixa eu ver se tem fotografia aqui de uniforme... O primeiro uniforme dos meninos era amarelo, tinha de usar bonezinhos, aqui, tinha de usar uns quepezinhos, os meninos e era amarelo. Aqui, o primeiro uniforme do Marden foi esse. Gola branca que era postiça, com dois botõezinhos aqui que prendia, e os punhos brancos também. Era manga comprida, era... e meia comprida também, sapato preto. E era perfeito. Tinha, aquilo era uma linha só, não podia ir sem uniforme, tinha de ser uniforme completo. Era muito exigida a disciplina também sobre, sobre o uniforme.

Moraes completa a descrição do uniforme e a rigidez na utilização do mesmo.

Uniforme! E ai se o uniforme estivesse incompleto, ou alguma coisa faltando ou por exemplo... tinha que estar impecável. Quando eu comecei a estudar era uma roupa azul, de manga comprida, uma gola branca, tinha dois botões e punho branco. Meu Deus do céu! Tinha que estar tudo branquinho, e o tênis ou sapato, o sapato era preto.<sup>265</sup>

<sup>264</sup> ARAUJO, Ester Majadas. Ituiutaba, 13 de janeiro de 2014. Arquivo digital (50 min.). Entrevista concedida a mim.

<sup>265</sup> MORAES, Vera Cruz de Oliveira. Ituiutaba, 29 de janeiro de 2014. Arquivo digital (56 min.). Entrevista concedida a mim.



A descrição do uniforme feita pelas alunas pode ser visualizada na figura abaixo onde alunos e professores estão em frente ao prédio da instituição.

**Figura 36 - Corpo docente e discente na entrada do Colégio Instituto Marden**



Fonte: Acervo da SEE - Ituiutaba.

A rigidez da disciplina pode ser observada em todos os aspectos dessa imagem, as alunas separadas dos alunos como convinha aos costumes, todos uniformizados, os menores se posicionando à frente. Bem ao fundo está o diretor Álvaro Brandão de Andrade usando terno e gravata como era seu costume. Diniz relata que em sua época, não havia problemas de disciplina com as normalistas mas reforça como o diretor resguardava a mesma,

No normal não havia problema de disciplina. Mas o doutor Álvaro, pregava uma disciplina rígida! Muito rígida. De muito respeito, de muito silencio, de muito acatamento, de muito sim, sim. Você não podia discutir com ele. Não podia responder. Ele era mão de ferro. Na questão de disciplina. Tanto é que quando estava aquela bagunça, tinha uns 100 meninos, aí o doutor Álvaro... o silencio emudecedor. Todo mundo calava.<sup>266</sup>

Essa escola submeteu alunos e professores a um modelo de educação altamente disciplinador o que não diferiu muito do Colégio Santa Teresa com a

<sup>266</sup> DINIZ, Maria Mirza Cury. Ituiutaba, Ituiutaba, 15 de janeiro de 2014 (81 min.). Arquivo digital. Entrevista concedida a mim.



educação ministrada pelas irmãs. Faria conta um pouco do controle exercido pelas irmãs durante as saídas com as alunas internas,

Olha o internato tinha, duas vezes na semana, nós saíamos todas. Nos dávamos um Tour na cidade. Subia a vinte e descia a vinte e dois. Ou ao contrário. Ia uma irmã na frente e a outra no final da turma, na fila. Então era uma hora que a gente saía, que a gente via as pessoas. E era assim quando a gente saía, saíamos todas. Nós tínhamos uma roupa própria para ficar no internato, que era, nós chamávamos de avental. Mas não era um avental. Era um vestido modelo único, azul, boladinho de branco e nós saíamos. Então isso aí a escola proporcionava isso. E ficava de olho! As irmãs ficavam de olho porque sempre, quando nós saíamos, do outro lado era uma fila de rapazes não é? E de mocinho do outro lado.<sup>267</sup>

Apesar da rigidez da disciplina imposta pelas normas da escola, as professoras do Colégio Santa Teresa foram lembradas por Carvalho pela delicadeza e carinho no trato com as alunas,

Laci Andrade, minha professora no segundo ano e a Terezinha Goulart no quarto ano eram adoráveis, não no terceiro ano. Eram adoráveis professoras, elas eram pra nós, não só pra mim, mais pra todos os meus colegas, nós éramos encantadas com elas, tamanha delicadeza na forma como elas lidavam com a gente, nunca, nunca eu me lembro dessas professoras de levantarem a voz na sala de aula eram incríveis. E os alunos eram mais subservientes, naquela época a disciplina... Já vinha educação de berço não é, então era não havia muito problema com a questão da disciplina na sala de aula, mas de qualquer forma elas conseguiam trabalhar com os alunos de uma forma muito didática, muito humana, sabe...<sup>268</sup>

A aluna registra também, neste relato, que a disciplina rígida já vinha de casa e que a escola não tinha grandes problemas para mantê-la.

A década de 1960, nas Escolas Normais Noturnas o caráter disciplinar das mesmas ainda era observado. No Colégio São José o uniforme era exigido assim como a presença nos eventos marcados pela instituição,

Era, exigia uniforme, participação em alguma festa que tivesse, exigia, tudo que tinha na escola nós participávamos direito, muito bem participado, às vezes tinha uma missa de encerramento, uma missa de início de ano, nós participávamos muito bem. Festa junina todo mundo participava, era muito bom, desfile, nós participávamos; era muito bem organizado os desfiles da escola na época, eu me lembro disso...

<sup>267</sup> FARIA, Sônia Correia. Ituiutaba, Ituiutaba, 11 de fevereiro de 2014. Arquivo digital (45 min.). Entrevista concedida a mim.

<sup>268</sup> CARVALHO, Helena Theresa de Moura. Ituiutaba, 17 de junho de 2014. Arquivo digital (46 min.). Entrevista concedida a mim.

A Escola Normal Municipal também primava pelo horário a ser seguido, segundo relato de Ribeiro o diretor fiscalizava pessoalmente a entrada dos alunos, relembra ainda sua dificuldade em chegar no horário por causa do filho pequeno,

[...] e o Jucão, doutor José ele era diretor da escola. Da escola normal. Inclusive eu devo demais a ele por que eu tinha meu filho muito pequeno, e ele era muito agitado ele chorava muito quando eu ia para escola. Então, ele não admitia alunos da Escola Municipal Noturna no caso, chegarem atrasados, e quando eu ia chegando, o doutor José, ele saía de perto do portão para eu entrar, que eu ia todos os dias, só que às vezes tinha dias que eu não conseguia chegar na hora certa. Ele sabia dos meus problemas...<sup>269</sup>

Por meio dos relatos apresentados nesse estudo, posso compreender que a educação nas Escolas Normais no município de Ituiutaba teve uma disciplina rígida que primava pela organização e frequência dos alunos. O fato da maioria das normalistas serem do sexo feminino fazia com que a rigidez disciplinar fosse mais acentuada, afinal estavam sendo preparadas para serem a base da sociedade, mães, esposas e professoras.

---

<sup>269</sup> RIBEIRO, Celeida Alves de Moraes. Ituiutaba, 07 de junho de 2014. Arquivo digital (40 min.). Entrevista concedida a mim.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A noite entreabre a porta  
Pro sol que já vai entrar  
E eu tenho mais perguntas que respostas  
A vida me surpreende...  
(Mais perguntas que respostas – Leoni)

O período dedicado ao doutorado e à pesquisa foi um tempo de muitos aprendizados. Ao logo desses anos, fui cada vez mais, cativada pelo tema e pela pesquisa proposta e ao realizar a retrospectiva desse processo, percebo que essa caminhada foi permeada de diferentes sentimentos: incertezas, alegrias, dúvidas, angústias, prazeres, dores, desencantos, mas acima de tudo por momentos de superação. Em todos esses momentos, não estive só, contei, de forma direta ou não, com a presença da minha orientadora, de familiares e amigos compartilhando esse turbilhão de sentimentos. Apesar das dificuldades ao longo do percurso, o interesse pelo tema da pesquisa me fez ir em frente.

O tema desse estudo nasceu com a conclusão da pesquisa realizada durante o Mestrado e que apontava a necessidade de identificar e compreender a formação docente no município de Ituiutaba, MG. Essas últimas considerações carregam as marcas de uma pesquisadora que priorizou como fonte de pesquisa as narrativas de docentes, sujeitos únicos que se fizeram presentes e atuantes, dentre outros, no cenário da educação tijucana. Marcas essas adquiridas no desenrolar de cada etapa: na escuta atenta das narrativas, na transcrição minuciosa das falas, na localização das publicações da imprensa local e regional, na busca incessante dos registros iconográficos e documentais; trazendo a certeza de que a história, aqui registrada, pôde documentar o que não estava documentado.

Por meio das fontes utilizadas nesse estudo pude penetrar nas tramas do conhecimento histórico, mais especificamente no contexto educacional permitindo uma compreensão da contemporaneidade, permitindo compreender melhor as questões educacionais brasileiras.

Essa pesquisa em questão se propôs a responder a três questões: Onde e como se constituiu o processo de formação de professores para as séries iniciais no

Brasil, em Minas Gerais e em Ituiutaba? Que diretrizes pedagógicas nortearam a formação docente do período? Qual era o currículo utilizado para a formação docente? E hoje, após ter me esforçado para respondê-las percebo o quanto essas questões são complexas e quantos desdobramentos carregam cada uma delas. Por vezes tenho a impressão de que cada uma das respostas encontradas resultaria em muitas outras teses distintas.

A fim de compreender as questões postas nesse estudo foi necessário mapear as instituições de formação docente, compreendendo que o processo de criação de cada uma delas foi decorrente da necessidade de formar professores(as) para atender a demanda das escolas primárias do município e ainda atender à elite tijucana que via no Curso Normal uma possibilidade de estudo que preparasse as moças para o casamento, a maternidade e eventualmente para o exercício de uma profissão.

Conduzir o estudo direcionada pelos objetivos propostos: Mapear e analisar os modos como foram difundidas as ideias pedagógicas que alicerçaram a formação docente no período; compreender quais foram as concepções de formação docente que circularam nas legislações educacionais, no Brasil, em Minas Gerais e em Ituiutaba; Identificar pesquisas sobre formação de professores primários realizadas em Instituições do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba compreendendo diferenças e similitudes no processo de formação dos professores da região; Compreender e analisar a localidade da investigação: o município de Ituiutaba, MG e seu cenário educacional e Identificar e analisar as instituições de formação de professores do município, compreendendo o processo de formação das mesmas; foi algo que me fez travar um diálogo com um tempo anterior ao nosso, compreender a construção de uma história entrelaçada a várias histórias.

Optar mais uma vez pela História Oral como metodologia de pesquisa me fez retomar reflexões compreendendo-a para além de uma metodologia, compreendendo-a como postura de respeito perante os sujeitos que fizeram parte da história que se tornou objeto de minha pesquisa.

Em consonância com o poema de Leoni destacado como epigrafe nessas últimas considerações “E eu tenho mais perguntas que respostas...”, creio que uma tese, e esta em especial sempre suscita mais perguntas que respostas, tantos foram

os achados, tantos foram os questionamentos despertados que seriam impossíveis de serem esgotados em um só estudo, por um só pesquisador.

Por meio dos depoimentos, com o auxílio da imprensa e das fontes documentais foi possível contextualizar o desenvolvimento lento do município no interior de um grande estado que é Minas Gerais, a luta de seu povo, arrastada por décadas, em prol de uma educação pública que atendesse a demanda da população, entrando em contradição com a economia crescente do município denominado “Capital do Arroz”. A carência de escolas primárias públicas aliada à ausência de instituições públicas dedicadas à formação docente, contribuíram como elemento dificultador da educação municipal.

Pude ainda, apresentar a gênese de cada instituição de formação de professores na medida em que foram surgindo, compreendendo as dificuldades na implantação das mesmas, compreendendo aspectos específicos de cada instituição em relação à formação de professores.

O município de Ituiutaba contou com cinco Escolas Normais no período estudado, sendo que a primeira Escola Normal, do Instituto Marden, foi a única a oferecer a formação de professores no município durante vinte anos quando então uma instituição confessional abre suas portas à formação de professores. Somente em 1965, em instituição filantrópica é oferecido o Curso Normal gratuito e em 1968, o poder público municipal cria a Escola Normal Municipal, pública e gratuita iniciando sua primeira turma em 1969.

As narrativas dos depoentes permitiram compreender a dificuldade que as Escolas Normais, nas décadas de 1930, 1940, 1950 e 1960 tiveram para compor seu quadro com professores habilitados, tendo de lançar mão de profissionais liberais que dispusessem a se tornaram professores. Nesse caminho de escassez de profissionais professores, as narrativas revelaram alunas-meninas, ainda estudantes do magistério, ou mesmo antes de nele ingressarem enfrentarem a regência de classe do ensino primário.

Revelaram ainda, uma situação repetida por décadas nas Escolas Normais: alunas atuando como monitoras dentro das próprias instituições para pagar o seu estudo uma vez que no município não havia, até 1969, uma instituição pública de formação docente.

A realização das entrevistas no decorrer do estudo teve o poder de avivar e instigar meu interesse por novas descobertas; me possibilitou conhecer um universo rico em recordações de um tempo de formação ainda muito vivo na memória dos depoentes. Seus relatos, tão cheios de detalhes me reportaram ao interior das Escolas Normais onde as mesmas se fizeram docentes no município de Ituiutaba, MG, no período de 1935 – 1971 (delimitação temporal estabelecida que abrange a criação da primeira Escola Normal do município e a Reforma que resulta na Lei 5.692 de 1971, finalizando a formação nas Escolas Normais).

A comprovação da hipótese inicial de que no município de Ituiutaba, no período, as Escolas Normais foram as únicas instituições responsáveis pela formação de professores para as séries iniciais não esgota a necessidade de estudos. Consciente de que o ofício do historiador é lembrar o que os outros esquecem (HOBBSAWM, 1995, P. 13), registro nesse final de etapa de pesquisa, a necessidade de voltar ao município pesquisado constatando a carência da população pelo magistério público, que poderá ser visualizado no número de matrículas dessas instituições na década de 1970 e dar continuidade aos estudos sobre a formação docente nas décadas subsequentes.

## REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. *Manual de história Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- ALMEIDA, Jane Soares de. *Mulheres na escola: Algumas reflexões sobre o magistério feminino*. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, n. 96, p. 71-78, fev., 1996.
- \_\_\_\_\_. Mulheres na Educação: missão, vocação e destino? In: SAVIANI, Demerval [et al.]. *O legado educacional do século XX*. Campinas: Autores Associados, 2004.
- ARAUJO, J. C. S.; FREITAS, A. G. B; LOPES, A. P. C. (org). *As escolas normais no Brasil: do Império à República*. Campinas: Alínea, 2008, p. 11.
- \_\_\_\_\_. A guisa de um inventário sobre as escolas normais no Brasil: o movimento histórico-educacional nas unidades províncias/ federativas (1835-1960). In: ARAUJO, FREITAS, LOPES (org). *As escolas normais no Brasil: do Império à República*. Campinas: Alínea, 2008.
- ARAUJO, José Carlos Souza. A gênese da Escola Normal de Uberlândia, MG. In: ARAUJO, J. C. S., FREITAS, A. G. B e LOPES, A. P. C. (orgs). *As escolas normais no Brasil: do Império à República*. Campinas: Alínea, 2008.
- ARROYO, Miguel G. *Ofício de Mestre: imagens e auto-imagens*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- BOSI, Eclea. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das letras, 1994.
- BOSI, Ecléa. *O Tempo vivo da memória: Ensaios de Psicologia Social*. São Paulo: Ateliê, 2003.
- BOURDIE, Pierre. L'illusion biographique. Actes de la Recherche em Sciences Sociales (62/63) : 69-72, juin 1986. In: FERREIRA, M.M.; AMADO, J. (Org). *Usos e abusos da História Oral*. 8ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.
- BRITO, Maria Terezinha de Brito. *A Escola Normal de Patos de Minas: 1932-1972*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1999.
- BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia*. Tradução: Nilo Odália. São Paulo: UNESP, 1992.
- CARVALHO, Carlos Henrique de. A História Local e Regional: dimensões possíveis para os estudos Histórico-Educacionais. *Cadernos de História da Educação* – n.6 – jan./dez. Uberlândia, p.51-69, 2007.

CHARTIER, Roger. *A história Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

CHAVES, Nadir. A. A creança e o educador. *O vencedor*, Ituiutaba, ano I, n. 3, 6 jun. 1935.

CHAVES, Petrônio Rodrigues. *A loja do Osório*. Ituiutaba: 1984.

CHAVES, Petrônio Rodrigues. *O vale da fartura*. Ituiutaba: edição do autor, 1985.

CHAVES, Públio. Centenário de Ituiutaba (1901-2001). In: Ituiutaba, Fundação Cultural de Ituiutaba. Revista *O Centenário*. Ituiutaba: Egil, 2001.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *História Oral, memória, tempo, identidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DEL PRIORE, M. *Mulheres no Brasil colonial*. São Paulo: Contexto, 2000.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *Dos Pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República*. Passo Fundo: UPF, 2000.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *História da Educação e história regional: experiências, dúvidas e perspectivas*. In: MENDONÇA, Ana Waleska C. P.; ALVES, Claudia; GONDRA, José G.; NACIF, Libânia; BONATO, Nailda M. da Costa (Orgs.). *História da educação: desafios teóricos e empíricos*. Niterói: Ed. UFF, 2007. p. 57-66.

FERREIRA, Hedmar de Oliveira. *Colégio Normal Nossa Senhora do Patrocínio: um instrumento de educação feminina na Zona do Alto Paranaíba em Minas Gerais (1928-1950)*. Tese (Doutorado). Faculdade de História da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/Franca, 2006.

FORQUIN, Jean Claude. *Escola e Cultura: as bases epistemológicas do conhecimento escolar*. Porto Alegre: Artes Médica, 1993.

FRATTARI NETO, Nicola José. *Educandário Espírita Ituiutabano: caminhos cruzados entre a ação inovadora e sua organização conservadora*. Ituiutaba, MG (1954-1973). Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

FREITAS, Maria Teresa de Assunção. *Memória de Professoras: história e Histórias*. Juiz de Fora: UFJF, 2000.

FREITAS, Sônia Maria de. *História oral: possibilidades e procedimentos*. 2. Ed. São Paulo: Humanistas, 2006.

GATTI JR, D. Reflexões Teóricas sobre a História das Instituições Educacionais. *Ícone* - V. 6, nº 2 Jul./Dez. 2000.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva (1877-1945)*. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.



HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX – 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

JOUTARD, Philippe. Desafios à história oral do século XXI. In: FERREIRA, M. M. (org). *História oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.

KUHLMANN JR., Moysés. A circulação de idéias sobre a educação das crianças. Brasil, início do século XX. In: FREITAS, Marcos Cezar de; HUHLMANN JR. Moysés (orgs.). *Os intelectuais na história da infância*. São Paulo: Cortez, 2002.

KULESZA, Wojciech Andrzej. A Institucionalização da Escola Normal no Brasil (1870-1910). *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v.79, n.193, 1998.

LE GOFF, Jaques. Memória – história. Trad. Bernardo Leitão e Irene Ferreira. *Enciclopédia Einaud*, v.1. Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984.

LEITE, Alciene Ribeiro. Carta Aberta. In: In: Ituiutaba, Fundação Cultural de Ituiutaba. *Revista O Centenário*. Ituiutaba: Egil, 2001.

LOURENÇO FILHO, Manoel Bergström. *A Formação de Professores: da Escola Normal à Escola de Educação*. Brasília: INEP/MEC, 2001.

LOURO, Guacira Lopes. Prendas e antiprendas: educando a mulher gaúcha. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v.11, n.2, p.25-56, jul./dez. 1986.

MARTINS, Ângela de Castro. Os anos dourados e a formação do professor primário no Instituto de Educação do Rio de Janeiro (1945-1960). *Teias*. Ano 1, Nº 1, jan-jun 2000.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. São Paulo: Loyola, 2000.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. *História oral: como fazer, como pensar*. São Paulo: Contexto, 2007.

MONARCHA, Carlos. *Escola Normal da Praça: o lado noturno das luzes*. Campinas: Unicamp, 1999.

MONTEIRO, Ana Maria. A prática de ensino e a produção de saberes na escola. In: CANDAU, Vera Maria (et al.). *Didática, Currículo e Saberes Escolares*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

MORAES, Andréia Demétrio Jorge. *História e Ofício de Alfabetizadoras (1931 – 1961)*. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade Educação da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

MORAES, C. S. V.; ZAIA, I.B.; VENDRAMENTO, M. C. Arquivos escolares e pesquisa histórica: fontes para o estudo da educação brasileira. *Pró-Posições*, vol. 16, n.º01, Campinas: Unicamp, 2005, p. 117-133.

MORAES, Vera Cruz de Oliveira. *Tudo pela pátria: a história do Instituto Marden (1933-45)*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2004.

MOURÃO, Paulo Krüger Correa. *O ensino em Minas Gerais no tempo da República (1889-1930)*. Belo Horizonte: Centro Regional de Pesquisas Educacionais, 1962.

MÜLLER, Lúcia. *As Construtoras da Nação: Professoras Primárias na Primeira República*. Niterói: Intertexto, 1999.

NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. São Paulo, EPU; Rio de Janeiro, Fundação Nacional de Material Escolar, 1974.

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; SANDANO, Wilson; LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval (orgs.). *Instituições Escolares no Brasil: Conceito e reconstrução histórica*. Campinas: Autores Associados, 2007.

NEVES, Gislene Taveira de Almeida. *A Educação feminina do Projeto Siqueirano: 1939-1973*. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. *Schola Mater: a antiga Escola Normal de São Carlos*. São Carlos: EDUFSCar, 1996.

NOVAIS, Aloísio S. *História Antiga de Ituiutaba*. Uberlândia: Ubergral, 1974.

OLIVEIRA, L.H.; GATTI JR. O Colégio Santa Teresa de Ituiutaba (Mg) e a ação educacional das Irmãs Scalabrinianas no Brasil. *II Congresso Brasileiro de História da Educação*. SBHE, Natal, 2002.

OLIVEIRA, Lúcia Helena de Medeiros. *Normal Santa Teresa: ação educacional scalabriniana (1955-1958)*. XII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas: História, Sociedade e Educação no Brasil. UNICAMP, Campinas, 2006, p. 5.

OLIVEIRA, Lúcia Helena M. M. *História e Memória Educacional: o papel do Colégio Santa Teresa no processo escolar de Ituiutaba, Triângulo Mineiro MG (1939-1942)*. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003.

OLIVEIRA, Valeska Fortes. Educação, memória e histórias de vida: usos da história oral. *História oral* – v. 8, n.º1, jan/jun, 2005, p. 92-106.

PACHECO, Simone Beatriz Neves. *Colégio São José: gênese e funcionamento da escola dos estigmatinos em Ituiutaba, MG (1940-1971)*. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.

PASSOS, Mauro. Historiando embates e conquistas da profissão docente em Minas Gerais. In: PEIXOTO, Ana Maria Casasanta (org). *A escola e seus atores: educação e profissão docente*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PEIXOTO, Ana Maria Casasanta. Uma nova era na escola mineira: a reforma Francisco Campos e Mário Casasanta (1927-1928). In: LEAL, M. C. e PIMENTEL, M. A. L (orgs). *História e memória da Escola Nova*. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

PEIXOTO, Ana Maria Casasanta. Magistério: idas-e-vindas de uma profissão – Minas Gerais (1889 – 1970). In: PEIXOTO, Ana Maria Casasanta; PASSOS, Mauro (orgs). *A escola e seus atores – educação e profissão docente*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PENIM, Sonia T. de Souza. *A aula: espaço de conhecimento, lugar de cultura*. Campinas: Papirus, 1997.

PIMENTA, Selma Garrido. *O estágio na formação de professores: unidade, teoria e prática*. Cortez: São Paulo, 1994.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: Algumas reflexões sobre a ética na história oral. *Projeto História*, n. 15, São Paulo, abril 1997.

REIS, Laís Naiara Gonçalves dos. *Mapeamento da expansão da cana de açúcar na mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba -MG por meio de Imagens TM/ Landsat*. (Monografia). Instituto de Geografiada Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2010.

RIBEIRO, B. O. L., SILVA, L. A., QUILICE NETO, A. Educação rural em minas gerais: gênese das escolas municipais de Ituiutaba (anos 1940). *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n.46, p. 74-93, jun. 2012.

RIBEIRO, B.O.L; SILVA, L.A.A; QUILLICI NETO, A. Educação rural em Minas Gerais: gênese das escolas municipais de Ituiutaba (anos 1940). *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n.46, p. 74-93, jun. 2012.

ROSA, João Guimarães. *Grande Sertão: Veredas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.

ROSETTI, Isabel. *Colégio Imaculada Conceição: a história do curso Normal (Tupaciguara-MG, 1961–1977)*. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

SACRISTAN, José Gimeno. A educação que temos, a educação que queremos. In: IBERNON, Francisco (org.). *A educação do século XXI: os desafios do futuro imediato*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

SANTOS, S. M dos. ARAUJO, O. R. de. História Oral: vozes, narrativas e textos. *Caderno de História da Educação*. n. 6. Jan/dez. Uberlândia: EDUFU, 2007.

SAVIANI, Dermeval et al (orgs.). *O Legado Educacional do Século XX no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2004.

SAVIANI, Dermeval. O debate teórico e metodológico no campo da História e sua importância para a pesquisa educacional. In: SAVIANI, Dermeval; LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, José Luís. *História e história da educação*. São Paulo: Autores Associados/HISTEDBR, 2006.

SAVIANI, Dermeval. Prefácio. In: ARAUJO, FREITAS, LOPES orgs. *As escolas normais no Brasil: do Império à República*. Campinas: Alínea, 2008.

SILVA, Marcelo Soares Pereira. Políticas e práticas de formação de gestores escolares frente as novas DCN para o curso de Pedagogia. *XXIII Simpósio Brasileiro, V Congresso Luso-Brasileiro, I Colóquio Ibero-Americano de política e administração da Educação*. Cadernos ANPAE, n. 4, 2007.

SILVA, Melina Brasil. *O Curso Normal do Colégio Sagrado Coração de Jesus Araguari – MG (1930-1947)*. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

SILVA, Michele Pereira da Silva. Educação da mulher e evangelização Católica: um olhar sobre a Escola Normal N. Sra. do Patrocínio. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, 2005.

SOUZA, Lázara Maria Alves Moraes. *Relato Biográfico: Maria Mirza Cury Diniz*. Ituiutaba: Feit, 2005.

TANURI, Leonor. História da Formação de Professores. *Revista Brasileira de Educação*. ANPEd, 500 anos de Educação Escolar, 2000.

THOMPSON, P. *A voz do passado: História Oral*. 2 ed. Trad Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1998.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado, história oral*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

VALDEMARIN, Vera Teresa. Lições de coisas: concepção científica e projeto modernizador para a sociedade. Cad. CEDES, nov. 2000, vol.20, n. 52, p.74-87.

VEIGA, Cynthia Greive. Historiografia da Educação de Minas Gerais: Uma historia regional? In: LOPES, A. A. B. M.; GONÇALVES, I. A.; FARIA FILHO, L. M.; XAVIER, M. C. (org). *História da Educação em Minas Gerais*. Belo Horizonte: FCH/FUMEC, 2002.

VEIGA, Cyntia Greive. *História da Educação*. São Paulo: Ática, 2007, p. 30.

VIEIRA, Flávio César Freitas. *Escola Normal, Imprensa e Câmara Municipal de Uberabinha (1923 – 1927)*. Trabalho de pesquisa apresentado no II Congresso de Pesquisa e Ensino em História da Educação em Minas Gerais. UFU. Uberlândia – MG, 06 a 09 de maio de 2003.

VILELA, Claudia Oliveira Cury. *Escola Noturna Machado de Assis: primeira instituição municipal de ensino primário noturno da cidade de Ituiutaba, MG (1941-1960)*. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade Educação da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.

VILELA, Manoel Junqueira. A agricultura e a pecuária de Ituiutaba nos últimos 50 anos. In: ITUIUTABA. Secretaria Municipal de Educação e Cultura. *Centenário de Ituiutaba*. Ituiutaba: Egil, 2001.

VILLELA, Heloisa de Oliveira Santos. *A Primeira Escola Normal do Brasil: Uma Contribuição à História da Formação de Professores*. Dissertação de Mestrado, UFF, Niterói, 1990.

VILLELA, Heloisa. O Mestre-Escola e a Professora. In: LOPES, Eliane et al. *500 anos de Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

VINÃO FRAGO, Antonio; ESCOLANO, Agustín. *Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa*. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

WEREBE, Maria José Garcia. *Grandezas e misérias do ensino no Brasil*. São Paulo: Ática, 1994, p. 192.

### Fontes documentais

BRASIL. Lei n.º 281, de 16 de set. 1890. Dá nova organização à instrução primária do Estado de Minas. *Collecção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais*, Ouro Preto, 1890. P. 40-43. Disponível em: <<http://www.pucminas.br/magisterioeprofissionalizacao>>. Acessado em 26/05/2012.

\_\_\_\_\_. Decreto n.º 655, de 17 de out. 1893. Promulga o Regulamento das Escolas e Instrução Primária. *Collecção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais*, Ouro Preto, 1893. p. 431-445. Disponível em: <<http://www.pucminas.br/magisterioeprofissionalizacao>>. Acessado em 26/05/2012.

\_\_\_\_\_. Lei n.º 439, de 28 de set. de 1906. Autoriza o Governo a reformar o Ensino Primário, Normal e Superior do Estado e dá outras providencias. *Collecção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais*, Belo Horizonte, 1906. p.20-24. Disponível em: <<http://www.pucminas.br/magisterioeprofissionalizacao>>. Acessado em 26/05/2012.

\_\_\_\_\_. Decreto n.º 3.191, e 09 de jun. 1911. Aprova o Regimento Geral da Instrução do Estado. *Collecção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais*, Belo Horizonte, 1911. p. 186-211. Disponível em: <<http://www.pucminas.br/magisterioeprofissionalizacao>>. Acessado em 26/05/2012.

\_\_\_\_\_. Decreto 4.524, de 21 de fev. 1916. Promulga o Regulamento que uniformiza o Ensino nas Escolas Modelo, Regionaes, equiparadas do Estado. *Collecção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte, 1916. P. 213-249. Disponível em: <<http://www.pucminas.br/magisterioeprofissionalizacao>>. Acessado em 26/05/2012.

\_\_\_\_\_. Lei n.º 752, de 27 de set. 1919. Dispõe sobre o Ensino Primário e Normal do Estado. *Collecção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte, 1919. P. 53-54. Disponível em: <<http://www.pucminas.br/magisterioeprofissionalizacao>>. Acessado em 26/05/2012.

\_\_\_\_\_. Decreto n.º 6.655, de 19 de ago. 1924. Aprova o Regulamento do Ensino Primário. *Collecção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte, 1924. P. 293-323. Disponível em: <<http://www.pucminas.br/magisterioeprofissionalizacao>>. Acessado em 26/05/2012.

\_\_\_\_\_. Decreto n.º 7970-A, de 15 de out. 1927. Aprova o regulamento do Ensino Primário. *Collecção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte, 1927. P. 1246-1289. Disponível em: <<http://www.pucminas.br/magisterioeprofissionalizacao>>. Acessado em 26/05/2012.

\_\_\_\_\_. Lei n.º 1.873, de 28 de out. 1946. Adapta o ensino normal no Estado aos princípios e normas da Lei orgânica do Ensino Normal, baixada com o Decreto-lei federal n. 8530, de 2 de janeiro de 1946. *Collecção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte, 1946. p. 299-303. Disponível em: <<http://www.pucminas.br/magisterioeprofissionalizacao>>. Acessado em 26/05/2012.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 3.508, de 21 de dez. 1950. Consolida as leis e decretos do ensino primário e contém outras disposições. *Collecção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte, 1950. p. 365-382. Disponível em: <<http://www.pucminas.br/magisterioeprofissionalizacao>>. Acessado em 26/05/2012.

\_\_\_\_\_. Lei n.º 2.610, de 08 de jan. 1962. Contém o código do Ensino Primário. *Collecção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte, 1962. p.08-48. Disponível em: <<http://www.pucminas.br/magisterioeprofissionalizacao>>. Acessado em 26/05/2012.

\_\_\_\_\_. Lei n.º 7.109, de 13 de out. 1977. Contém o Estatuto do Pessoal do Magistério Público de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1977. p. 167-211. *Collecção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais*. Disponível em: <<http://www.pucminas.br/magisterioeprofissionalizacao>>. Acessado em 26/05/2012.

## Fontes orais

ALMEIDA, Regina de Souza Marques. Ituiutaba, 03 de junho de 2014. Arquivo digital (32 min.). Entrevista concedida a mim.

ARAUJO, Ester Majadas. Ituiutaba, 13 de janeiro de 2014. Arquivo digital (50 min.). Entrevista concedida a mim.

CARVALHO, Helena Theresa de Moura. Ituiutaba, 17 de junho de 2014. Arquivo digital (46 min.). Entrevista concedida a mim.

DINIZ, Maria Mirza Cury. Ituiutaba, 15 de janeiro de 2014 (81 min.). Arquivo digital. Entrevista concedida a mim.

FARIA, Sônia Correia. Ituiutaba, 11 de fevereiro de 2014. Arquivo digital (45 min.). Entrevista concedida a mim.

MACHADO, Jeronima Alves dos Santos. Entrevista concedida a Andréia Demétrio Jorge Moraes em 20/03/2007. 1 fita cassete (90 min.). In: MORAES, Andréia Demétrio Jorge. *História e ofício de Alfabetizadoras: Ituiutaba, 1931-1961*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

MORAES, Vera Cruz de Oliveira. Ituiutaba, 29 de janeiro de 2014. Arquivo digital (56 min.). Entrevista concedida a mim.

PEREIRA, Ivanilde Terezinha. Entrevista concedida a mim em 20 de janeiro de 2007. 1 fita cassete (100 min.). In: MORAES, Andréia Demétrio Jorge. *História e ofício de Alfabetizadoras: Ituiutaba, 1931-1961*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

RESENDE, Maria Terezinha Pereira. Ituiutaba, 30 de junho de 2014. Arquivo digital (36 min.). Entrevista concedida a mim.

RIBEIRO, Celeida Alves de Moraes. Ituiutaba, 07 de junho de 2014. Arquivo digital (40 min.). Entrevista concedida a mim.

RIBEIRO, Georgia Maria Finholdt. Ituiutaba, 27 de janeiro de 2014. Arquivo digital (65 min.). Entrevista concedida a mim.

SARAIVA, Aracy. Entrevista concedida a mim em 20 de março de 2007. 2 fitas cassetes (150 min.). In: MORAES, Andréia Demétrio Jorge. *História e ofício de Alfabetizadoras: Ituiutaba, 1931-1961*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

VILELA JÚNIOR, José dos Santos. Ituiutaba, 02 de julho de 2014. Arquivo digital (30 min.). Entrevista concedida a mim.

### **Jornais, Periódicos e documentos**

ACAIACA, N. 54, Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1953, p.117.

CIDADE DE ITUIUTABA, 6 jan. 1966, ano I, n. 3.

CORREIO DO PONTAL, 28 jun.1956, ano I, n. 24.

CORREIO DO PONTAL, n. 115, ano III, 14 set. 1958.

CORREIO DO PONTAL, n. 24, ano I, 28 Jun. 1956.

DIÁRIO OFICIAL. Decreto n. 75.594, de 22/07/1975.

DIÁRIO REGIONAL, 24/04/1997, P. 03.

ESCOLA MUNICIPAL DE 1.º E 2º GRAU MACHADO DE ASSIS. Histórico, s.1, s.d.

FOLHA DE ITUIUTABA, 11 out. 1952, ano XI, n. 543.

FOLHA DE ITUIUTABA, 1955, ano I, p. 2.

FOLHA DE ITUIUTABA, 1956, ano II, p. 1.

FOLHA DE ITUIUTABA, n. 556, ano XI, 26 de nov. 1952.

FOLHA DE ITUIUTABA, n. 558, ano XI, 3 dez. 1952.

FOLHA DE ITUIUTABA, n. 562, ano XI, 24 de dez. 1952.

FOLHA DE ITUIUTABA, n. 705, ano XIV, 1955, p. 2.

FOLHA DE ITUIUTABA, n. 812, ano XVI, 30 març. 1957.

ITUIUTABA ILUSTRADA, 1969, p.30.

ITUIUTABA ILUSTRADA, Ituiutaba, ano III, n. 03, 1969.

ITUIUTABA ILUSTRADA. Gráfica Modelo, 1968, p. 2.

ITUIUTABA. Câmara Municipal. *Livro de Atas*, n. 12 de 17/12/1955, p. 53,54.

JORNAL DO PONTAL, 01/05/1997.

MUNICÍPIO DE ITUIUTABA. N. 106, ano IV, 17 de fev. de 1970.



O GRÊMIO, Ituiutaba, ano II, n. 02, 1957.

O GRÊMIO, Ituiutaba, ano III, n. 03, 1958.

## APÊNDICES

### **Apêndice A - Roteiro de Entrevista de História Oral aplicado às alunas e professoras das Escolas Normais de Ituiutaba-MG**

#### PARTE 1: LEMBRANÇAS DA INFÂNCIA E DA ESCOLARIZAÇÃO INICIAL

a) Lembranças da infância e escola primária;

- Lembranças do período de alfabetização;
- Fatos que marcaram durante o período da alfabetização; Lembranças agradáveis e desagradáveis de professores e colegas nos anos iniciais da escolarização;

a) Relação com a profissão docente e a família:

- A escolha pela profissão teve influencia familiar?
- Como a profissão de professora era vista pelas pessoas da família, e pela sociedade em geral?

b) Relação entre profissão docente e trajetória escolar:

- Professoras que marcaram sua vida por atitudes boas e ruins e porque;
- Posição em relação à profissão docente (como via a profissão);
- Tipo de aula que mais gostava e menos gostava;

#### PARTE 2: O CURSO DE FORMAÇÃO “A Escola Normal”

- Que razões levaram à escolha do Curso de Normal;
- Como se deu a escolha da escola onde cursar?
- O fato de ser pública ou privada influenciou sua escolha?
- Quais as disciplinas faziam parte do currículo daquela época?
- Qual a sua disciplina preferida? Por que?
- Existia disciplina específica sobre a alfabetização? E métodos de alfabetizar?
- Como se dava a parte prática do curso (estágio)?
- Havia atividades complementares? Quais?
- Atividades e disciplinas que mais lhe agradaram e por que?
- Atividades e disciplinas que menos agradavam e por que?
- A formação que recebeu no curso Normal foi suficiente para dar início às atividades da sua atuação como docente?
- Qual a percepção sobre o curso Normal que fez em relação ao de hoje? Você conhece as críticas ao ensino normal?

#### PARTE 5: FORMAÇÃO/ATUAÇÃO DOCENTE

- Como e onde era realizado o estágio?
- Qual a contribuição do estágio para a prática docente?

#### PARTE 5: PROFISSÃO DOCENTE E PROFISSIONALIZAÇÃO

- Começaria como professor novamente?
- Situação salarial do professor;
- Profissão professor atualmente e antigamente;
- Percepção e valorização das famílias sobre a profissão docente, hoje e ontem;
- Momentos de gratificação e reconhecimento que marcaram a carreira.

**Apêndice B - Dissertações de mestrado produzidas/defendidas no Brasil no período de 1987 a 2012 tendo como tema o Curso Normal ou Escola Normal**

n.º	Pesquisador(a)	Tema	Universidade	Ano	UF
01	Adelia Maria N. Simão e Koff	Formação de Professores para a escola básica – realidade e perspectiva.	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	1987	RJ
02	Cleia Maria da Luz Rivero	A formação pedagógica do educador das Series Iniciais do primeiro grau em Piracicaba.	Universidade Metodista de Piracicaba	1989	SP
03	Costa Izabel Maria Vilela	Uma leitura sobre a história da política provincial baiana de formação de professores: a Escola Normal.	Universidade Federal da Bahia	1989	BA
04	Arleta Nobrega Zelante	A Escola Normal Paulista: acertos e desacertos.	Universidade de São Paulo	1988	SP
05	Ignês da Conceição Ferreira Campos	Concepção de Homem e Educação – Uma reflexão como ponto de partida para revitalização da Escola Normal	Universidade Federal do Rio de Janeiro	1988	RJ
06	Odete Da Costa Oliveira	O Professor da Escola Normal	Pontifícia Universidade Católica do Rio De Janeiro	1989	RJ
07	Heloisa Oliveira Santos Vilella	A primeira Escola Normal do Brasil: uma contribuição a história de formação de professores.	Universidade Federal Fluminense	1990	RJ
08	Leda Maria Nunes de Oliveira	Uma escolha pioneira na formação do professor primário no Rio Grande do Norte: reconstruindo sua memória.	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	1990	RN
09	Maria Loreni De Brito Petry	A Formação do Professor: da Escola Normal a Habilitação Magistério.	Universidade Federal de Santa Maria	1990	RS
10	Rosa Fuks	Contemporaneidade musical na Escola Normal: coexistência de vários tempos.	Conservatório Brasileiro de Música	1990	RJ
11	Haydee da Graca F. Figueiredo	O Curso Normal Rural de Cantagalo: uma experiência fluminense na história da formação de professoras primárias.	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	1991	RJ
12	Jane Soares De Almeida	Formação de professores do 1º Grau: a prática de ensino em questão.	Universidade Federal de São Carlos	1991	SP
13	Marilene R. Resende Gonçalves	O Ensino de Matemática na Escola Normal: uma busca de compreensão.	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/Rio Claro	1991	SP
14	Luci Regina Muzzeti	Trajetórias Escolares de professoras primárias formadas em São Carlos nos anos 40	Universidade Federal de São Carlos	1992	SP
15	Rita de Cassia Cavalcanti Porto	Avanços e recuos no currículo: o cotidiano da Escola Normal.	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	1992	PB
16	Dayse Mary Cunha Cunha	Análise dos fundamentos da educação – um estudo da prática numa Escola Normal.	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	1993	RJ
17	Anamaria G. Bueno de Freitas	Vestido de azul e branco: um estudo sobre as representações de ex-Normalistas acerca da	Universidade Estadual de Campinas	1995	SE

		formação profissional e do Ingresso no Magistério.			
18	Ana Regina de Melo Salviano	Trajatória Histórica da Escola Normal no Brasil e no Distrito Federal: em busca de seus fundamentos.	Universidade de Brasília	1995	DF
19	Celso Luiz Aparecido Conti	Da antiga Escola Normal de São Carlos ao curso de Magistério: um estudo do perfil histórico do alunado sob a ótica da classe e do gênero.	Universidade Federal de São Carlos	1995	SP
20	Rita De Cassia Lima Pereira	Relação entre a formação e a atuação do professor de 1ª a 4ª série do I grau; uma interpretação.	Fundação Universidade Federal do Piauí	1995	PI
21	Antonio de Padua Carvalho Lopes	Beneméritos da Instrução – a Feminizarão do Magistério primário Piauiense.	Universidade Federal do Ceará	1996	PI
22	Clévia Suyene de Sousa Cunha	Formação do professor das séries iniciais e a disciplina intelectual: o caso da Paraíba.	Universidade Federal da Paraíba/João Pessoa	1996	PB
23	Marta Maria Leone Lima	Magistério, a condição feminina: um estudo sobre a construção do gênero no Içea.	Universidade Federal da Bahia	1996	BA
24	Simone Albuquerque da Rocha	Habilitação Magistério em Mato Grosso: o caso do CEFAM de Rondonópolis.	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/Marília	1996	MT
25	Alice Fátima Martins	O desenho reproduzido e a formação do professor de séries iniciais do ensino fundamental.	Universidade de Brasília	1997	Bra sil
26	Alzira Beatriz Cunha	Refletindo a prática de ensino ontem e hoje.	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	1997	SP
27	Mirtes Cristina Marins de Oliveira	“Memória escolhida – imagem e história nas fotografias do álbum photographico da Escola Normal – 1895”	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	1997	SP
28	Najla Veloso Sampaio Barbosa	Formação de professores na Escola Normal: da proposta curricular à prática educativa.	Universidade de Brasília	1997	DF
29	Soraia Alonso Luiz Santana	A formação de professores: um estudo de currículo no Rio de Janeiro.	Pontifícia Universidade Católica do Rio De Janeiro	1997	RJ
30	Juliana Maria Carallo Quinan	A Escola Normal do “Colégio das Feiras” (Ginásio e Escola Normal Nossa Senhora Aparecida) – Histórias de uma Escola em Ipameri, Goiás.	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	1999	GO
31	Maria Terezinha de Brito	A Escola Normal de Patos de Minas: 1932-1972. Na encruzilhada entre o novo e o velho.	Universidade Federal de São Carlos	1999	MG
32	Marlete dos Anjos Silva Schaffrath	A Escola Normal Catharinense de 1892: Profissão e Ornamento.	Universidade Federal de Santa Catarina	1999	SC
33	Shirley Puccia Laguna	Reconstrução Histórica do Curso Normal da Escola Americana de São Paulo (1889 – 1993). – Internato de Meninas: uma leitura de seu cotidiano e da instrução e educação	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	1999	SP

		feminina aí ministrada.			
34	Veronica Salgueiro do Nascimento	A escolha pelo Curso Normal: para além do discurso da vocação.	Universidade Federal do Ceará	1999	CE
35	Delaine Gomes De Oliveira	Memórias e Representações acerca da Escola Normal Oficial de Juiz de Fora (1928-1968).	Universidade Federal de Juiz de Fora	2000	MG
36	Elizabeth Figueiredo de Sá Poubel e Silva	Escola Normal de Cuiabá (1910-1916): Contribuição para história da formação de professores em Mato Grosso.	Universidade Federal de Mato Grosso	2000	MT
37	Maria Teresa Quintas Marinho	Ensino Normal: Expansão e Extinção – a formação crítica do professorado.	Universidade Severino Sombra	2000	RJ
38	Verônica Danieli de Lima Araújo	Da Instrução Primária ao Ensino Normal: o início do magistério feminino em Pernambuco.	Universidade Federal de Pernambuco	2000	PE
39	Zilda Gonçalves de Carvalho Mendonça	A história da formação docente: a singularidade da Escola Normal, Rio Verde, Go (1933-1972).	Universidade Federal de Uberlândia	2000	GO
40	Leila Cristina de Almeida Vicentini	Escola Normal Primária de Pirassununga: estudo histórico de uma instituição escolar.	Universidade Federal de São Carlos	2001	SP
41	Luciene Chaves de Aquino	A Escola Normal de Natal (1908-1938).	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	2001	RN
42	Luzia Cristina Pereira Brito	Ecos da modernidade pedagógica na Escola Normal 'Rui Barbosa' (1930-1957).	Fundação Universidade Federal de Sergipe	2001	SE
43	Monica de Fátima G.de Oliveira	Ensino Normal: Diretrizes e Bases Legais na Lei 9394/96.	Universidade Federal da Paraíba/João Pessoa	2001	MA
44	Vanja Maria Dominices Coutinh0	A formação dos professores alfabetizadores: um estudo da realidade de São Luís do Maranhão.	Universidade Est.Paulista Júlio de Mesquita Filho/Marília	2001	MA
45	Cleide Maria Maciel de Melo	Memória e Arquivo num Álbum de Recordações: as práticas de formação docente na Escola Normal Oficial de Dores do Indaiá/MG – 1933/1939	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	2002	MG
46	Gisele Quadros Ladeira Chornobai	Igreja Católica, Educação Feminina E Cultura Escolar Em Ponta Grossa (Paraná): A Escola Normal De Sant'Ana (1947-1960	Universidade Federal do Paraná	2002	PR
47	Cilmara Ferrari Perez	A Formação sociológica de normalistas nas décadas de 20 e 30.	Universidade Estadual de Campinas	2002	Bra sil
48	Marcia Hilsdorf Dias	Professores da escola normal de São Paulo (1846-1890): a história não escrita.	Universidade de São Paulo	2002	SP
49	Nanci da Silva Pereira	O olhar da aluna egressa do Curso Normal de escola particular sobre seus professores e sobre o seu curso de formação.	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	2002	SP
50	Ana Claudia da Silva	As Concepções de criança e infância na formação dos professores catarinenses nos anos de 1930 e 1940.	Universidade Federal de Santa Catarina	2003	SC

51	Ana Maria Batista Aguiar	Histórias e representações da docência no magistério “primário” uma abordagem de gênero: relatos de professores do Instituto de Educação Prof.Aldo Muylaert em Campos dos Goytacazes.	Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro	2003	RJ
52	Eremilda Vieira da Costa	De Augsburg para Pernambuco - Irmãs Franciscanas de Maristella Formando Professoras - Timbaúba/PE, 1938 A 1950	Universidade Federal de Pernambuco - Educação	2003	PE
53	Jose Nunes Guerreiro	Fontes para a História do Ensino Normal no Ceará: o Instituto de Educação do Ceará e a Reforma Lauro de Oliveira Lima (1958-1962).	Universidade Federal do Ceará	2003	CE
54	Maria de Lourdes Pinheiro	A escola normal de Campinas no período 1920-1936: práticas e representações.	Universidade Estadual de Campinas	2003	SP
55	Vera Lucia Martiniak	A escola normal dos Campos Gerais: a atuação do diretor segundo as diretrizes do Estado.	Universidade Estadual de Ponta Grossa	2003	PR
56	Leila Maria Riboura de Oliveira	A professora primária do Estado Novo.	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	2004	Bra sil
57	Fermina Cassemira de Paula e Silva Carvalho	Igreja Católica e Educação Feminina: O Instituto de Educação do Colégio Sagrado Coração de Jesus (Canoinhas - SC, 1936-1956).	Universidade Federal do Paraná	2004	SC
58	Maria da Felicidade Alves Urzedo	A História da Formação Docente em Quirinópolis, Goiás: A Escola Normal Regional Municipal Coronel Quirino (1954-1961).	Universidade Federal de Uberlândia	2004	GO
59	Maria Lucia Bassa Zem	As políticas educacionais no contexto da Escola Normal, no período de 1956 a 1979, no município de São José dos Pinhais.	Pontifícia Universidade Católica do Paraná	2004	PR
60	Sônia Bernadete Martins Barrachi	A Escola Normal de Ituverava: trajetória e Memórias (1950 A 1970).	Centro Universitário Moura Lacerda	2004	SP
61	Adriana de Oliveira Rocha	Anísio Teixeira e a Escola Normal de Caitité/Ba: um projeto de formação de professores primários (1926-1941).	Universidade Federal de Santa Catarina	2005	BA
62	Andréa Carla Agnes e Silva	O espírito de (in)tolerância na república laica: um olhar na formação da(o)s aluna(o)s-mestres da Escola Normal de Pernambuco (1890-1915).	Universidade Federal de Pernambuco	2005	PE
63	Assislene da Mota Pinto	A Escola Normal da província do Amazonas (1880-1890).	Universidade de Sorocaba	2005	AM
64	Fabiana Andréa Barbosa Vaz	Formação de professores no Paraná: a Escola Normal Primária de Ponta Grossa (1924 – 1940).	Universidade Tuiuti do Paraná	2005	PR

65	Gislene Taveira de Almeida Neves	A Educação feminina do Projeto Siqueirano: 1939-1973	Universidade Federal de Uberlândia	2005	MG
66	Marcos Rezende	Profissionalizando Mulheres: a Escola Normal do Colégio Imaculada Conceição de Guaxupé – MG (1960-1976).	Centro Universitário Moura Lacerda	2005	MG
67	Maria Luiza Wagner Camargo	Aspectos da Trajetória das Escolas Normais na cidade de Passo Fundo.	Universidade de Passo Fundo	2005	RS
68	Michelle Pereira da Silva	Educação da mulher e evangelização Católica: um olhar sobre a Escola Normal N. Sra. Do Patrocínio.	Universidade Federal de Uberlândia	2005	MG
69	Salânia Maria Barbosa Melo	Reminiscências do processo de escolarização: a formação da professora normalista piauiense e o Ensino Primário (1930-1945).	Fundação Universidade Federal do Piauí	2005	PI
70	Veralúcia Romanini Bruschi	A Escola Normal de Itápolis: Vozes e Imagens (1930 – 1960).	Centro Universitário Moura Lacerda	2005	SP
71	Flávia Maria Peixoto	A Escola Normal Oficial de Pernambuco: a inserção das mulheres.	Universidade Federal de Pernambuco	2006	PE
72	Melina Brasil Silva	O curso Normal do Colégio Sagrado Coração de Jesus Araguari – MG (1930-1947).	Universidade Federal de Uberlândia	2006	MG
73	Mônica Alves Sally	A produção de sentidos do Curso Normal: a poética do espaço do Instituto de Educação Clélia Nanci.	Universidade Federal Fluminense	2006	RJ
74	Roberta Negrão de Araújo	O curso normal e a formação da cidadania: realidade ou utopia?.	Universidade Estadual de Londrina	2006	PA
75	Tatiana Cavanha Santos	Formação inicial docente: A Escola Normal do Colégio Sagrado Coração de Jesus (1946-1971).	Universidade Tuiuti do Paraná	2006	PR
76	Therezinha Andrade	O quê os diários revelam: práticas de formação de professoras para a escola rural, Curso Normal Regional Sandoval Soares de Azevedo – Ibirité, Minas Gerais, 1956-1959.	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	2006	MG
77	Adriano Marins Santos	O arquivo da escola normal “Carlos Gomes”: perfis e trajetórias dos alunos durante o Estado Novo	Universidade Estadual de Campinas	2007	SP
78	Carla Zottolo Villanova Souza	No mundo das normalistas: as representações da futura professora nas páginas das revistas Instituto e Normalista (1941-1953).	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	2007	RJ
79	Cassio Pereira De Souza	Educação e Memória: uma história do Colégio Normal de Araranguá no período de 1964 a 1980.	Universidade do Extremo Sul Catarinense	2007	SC
80	Cristiane Feitosa Pinheiro	História e memória da Escola Normal Oficial de Picos (1967-1987).	Fundação Universidade Federal do Piauí	2007	PI
81	Dorcelina de Fátima Rampi	A formação de professoras da Escola Normal do Colegio Santa	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	2007	SP

		Ines: a educação salesiana no Brasil inserida na pedagogia católica (1927-1937).			
82	Helder de Moraes Pinto	A escola normal regional D. Joaquim Silvério de Souza de Diamantina e a formação de professores para o meio rural mineiro: 1950-1970.	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	2007	MG
83	Henrique Alves de Lima	O curso normal do colégio Sagrado Coração de Jesus de Canoinhas e a formação de professoras nas décadas de 1970 e 1980: concepções de educação e saberes	Pontifícia Universidade Católica do Paraná	2007	SC
84	Léia de Cássia Formicoli Fernandes	História da Formação de professores em Maringá: a Escola Normal Secundária entre as décadas de 1950 E 1970.	Universidade Estadual de Maringá	2007	PR
85	Maria Celia do Nascimento	Um olhar para a escola Normal de Ouro Fino – Minas Gerais (1909 – 1950).	Universidade São Francisco	2007	MG
86	Ronaldo Antônio Pereira da Silva	Do Mestre-escola à Normalista: gênese da profissão docente em Sergipe (1870-1911).	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	2007	SE
87	Ana Elizabete Mazon de Souza Tesserolli	Formação de professores no Paraná: a Escola Normal Colegial Estadual Nossa senhora Aparecida, Piraquara.	Pontifícia Universidade Católica do Paraná.	2008	PR
88	Andréia Santana de Carvalho	Formação de Professores Polivalentes: um estudo a partir das práticas pedagógicas dos cursos normais paulistas nas décadas de 1950 e 1960	Universidade Católica de Santos	2008	SP
89	Andrey Fernando Klodzinski	A Escola Nova na historiografia e sua concepção na formação e prática de professores (1950-1970): aproximações e distanciamentos.	Pontifícia Universidade Católica do Paraná	2008	PA
90	Angélica Acacia Ayres Angola	Política para formação de professores: a Escola Normal pública entre 1999 e 2003.	Universidade de Brasília	2008	PR PE
91	Gescielly Barbosa da Silva	A disciplina de Psicologia da Educação na Escola Normal de Maringá no período de 1950 a 1970.	Universidade Estadual de Maringá	2008	PR
92	Jacqueline Holanda Tomaz de Oliveira	Escola Normal do ceará: o ensino ativo e a arquitetura do palacete da praça Figueira de Melo (1922-1934)	Universidade Estadual do Ceará	2008	CE
93	Leonice Aparecida Braga Hungaro	Um olhar para o curso de formação de docentes: ensino médio- modalidade Normal	Universidade Estadual de Maringá	2008	PR
94	Mary Angélica Costa Tourinho	As normalistas nas duas primeiras décadas do século XX em São Luís do Maranhão: entre o discurso da ordem e a subversão nas práticas.	Universidade Federal do Maranhão	2008	Ma
95	Rita Cristine Basso Soares Severino	As gurias normais do Curso Normal do Intituto de Educação de Porto Alegre.	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	2008	RS



96	Sonia Alves Achnitz	Violetas do Sion: Memórias de Normalistas	Universidade Nove de Julho	2008	SP
97	Vilma da Silva Siqueira.	Mulher: entre o lar e o status de professora, uma questão de educação.	Universidade Federal do Espírito Santo	2008	ES
98	Cíntia Maria Luz Pinho de Souza	Escola Normal de Nazaré – BA: formação de professores e a missão civilizadora no Recôncavo da Bahia (1934 a 1960).	Universidade do estado da Bahia	2009	BA
99	Denise Kloeckner Sbarbelotto	O desenvolvimento dos cursos de Formação de Professores Primários na Fronteira Oeste Paranaense: a criação da primeira Escola Normal Secundária pública de Foz do Iguaçu e do Oeste do Paraná. 01/04/2009	Universidade Estadual de Ponta Grossa	2009	PA
100	Elaine Regina Rufato Delgado	Memórias de um professor da Escola Normal: Umuarama-Paraná (1967-1976). 01/03/2009	Universidade Estadual paulista Julio de Mesquita Filho/Marília	2009	PA
101	Emerson Correia da Silva	A configuração do habitus professoral para o aluno-mestre: a Escola Normal Secundária de São Carlos (1911-1923	Universidade Estadual paulista Julio de Mesquita Filho/Marília	2009	SP
102	Fabiane Lopes de Oliveira	Colégio Martinus: formação de professores na segunda metade do século xx..	Pontifícia Universidade Católica do Paraná	2009	PA
103	Luiz Fernandes da Costa	Curso Normal Médio: representações sociais de formação por professores e alunos	Universidade Estácio de Sá	2009	RJ
104	Selma de Assis Andrade	Imagens de Ex-normalistas do Colégio Nossa Senhora do Carmo sobre a Formação Docente	Universidade do Estado da Bahia	2009	BA
105	Shirlei Terezinha Roman Guedes	Os sentidos da prática de ensino na formação de professores no âmbito da escola normal.	Universidade Estadual de Maringá	2009	PR
106	Vanessa Picolli	O Colégio das Irmãs de São José dm Xanxerê/SC. Aspectos da educação escolarizada para moças do interior (1962-1969	Universidade do Estado de Santa Catarina	2009	SC
107	Amanda Silva Martins	Um passado para Minas Gerais: a Escola Normal de Ouro Preto e a construção do tempo (1870-1889)	Universidade Federal de Ouro Preto	2010	MG
108	Angela Alves dos Passos	O Corpo, a Educação Física e o Curso Normal Regional: Memórias do Instituto Estadual de Educação Ponche Verde – Piratini/Rs.	Universidade Federal de Pelotas	2010	RS
109	Cristina Vieira Gomes	“Guardiãs do saber”: a memória das normalistas de Franca nas décadas de 60 a 80 do século XX.	Universidade Est.Paulista Júlio De Mesquita Filho/Franca	2010	SP
110	Erinalva Lopes dos Santos	Educação Feminina: Idéias e Concepções sobre a Formação	Universidade Federal da Paraíba/João Pessoa	2010	PB

		da Mulher Normalista Veiculadas na Imprensa da Parahyba do Norte (1910 – 1930)			
111	Janike Mendes Louvise	Colégio de Itacocara: marco precursor da política de formação de professores em Itacocara	Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro	2010	RJ
112	Jaqueline Rampeloti Ozelin	Periódicos educacionais da Escola Normal de São Carlos: educação moral, civismo e higiene (1911-1923).	Universidade Est.Paulista Júlio de Mesquita Filho/Marília	2010	SP
113	Jônatas Barros e Barros	A Escola Normal do Pará e a introdução do ensino das Ciências Naturais no Pará (1870 A 1930).	Universidade Federal do Pará	2010	PA
114	Kalina Curie Tenório Fernandes do Rego Barros	O uso de projetos didáticos na formação de professores das séries iniciais focando a Educação Ambiental	Universidade Federal Rural de Pernambuco	2010	PE
115	Maria Irinilda da Silva Bezerra	A Escola Normal Regional de Cruzeiro do Sul: Tecendo Memórias e Histórias sobre a formação religiosa católica Alemã na Amazônia Acriana (1947-1965)	Universidade Federal Fluminense	2010	AC
116	Marilene Maria Aquino Castro Barros	A Educação de Mulheres no Colégio São José: 1950 – 1962.	Universidade do Estado do Pará	2010	PA
117	Maximilian da Rocha Gomes	Formação inicial de professores: um estudo de caso das práticas de ensino de egressos do Curso Normal	Universidade Federal de Pelotas	2010	RS
118	Paloma Lopes Barboza	O Colégio Coração de Maria e a Formação de Normalistas (1944-1964).	Universidade Católica de Santos	2010	SP
119	Rita de Cássia Oliveira Ferreira Cafeu	A escola normal da Capital: instalação e organização (1906 – 1916).	Universidade Federal de Minas Gerais	2010	MG
120	Vera Lucia Gonzalez de Oliveira	A Escola Normal do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, em Campo Grande, sul do estado do Estado de Mato Grosso (1930-1950)	Universidade Católica Dom Bosco	2010	MT
121	Ana Luzia da Anunciação	Pedagogia Liberal na Instrução Pública da Província de Minas Gerais: A Escola Normal de Ouro Preto 1835-1852.	Universidade Federal de Ouro Preto	2011	MG
122	Ariadne Lopes Ecar	Conhecimentos pedagógicos como orientação para a “Missão Docente”: a Formação na Escola Normal de Niterói na primeira República (1893-1918)	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	2011	RJ
123	Carlos Héric Silva Oliveira	Discursos pedagógicos na formação dos professores no curso normal: foco na disciplina metodologia de português.	Fundação Universidade Federal do Sergipe	2011	SE
124	Fabiana De Moura Maia Rodrigues	A Reestruturação dos Cursos de Pedagogia e Normal na Ditadura Militar (1964-1985): o	Universidade Federal Rural do Rio De Janeiro	2011	RJ

		caso da Faculdade Nacional de Filosofia e do Instituto de Educação do Estado da Guanabara			
125	Fernanda Lopes Rodrigues	A invisibilidade da mulher negra maranhense no estudo sobre a formação da professora na escola normal pública em São Luís (1930-1945)	Universidade Federal do Maranhão	2011	MA
126	Graziela Pavei Peruch	Finalmente... temos uma escola normal: saberes e práticas na formação de normalistas na Escola Madre Teresa Michel (1958-1973)	Universidade do Extremo Sul Catarinense	2011	SC
127	Greissy Leôncio Reis Lemos	Gênero e Docência: uma análise de questões de gênero na formação de professores Instituto de Educação Euclides Dantas	Universidade Federal da Bahia	2011	BA
128	Heloisa Helena Meirelles dos Santos	Congregação da Escola Normal: da legitimidade outorgada à legitimidade (Re)Conquistada (1880-1910).	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	2011	RJ
129	Izabel Rozetti	Colégio Imaculada Conceição: a história do curso Normal (Tupaciguara-MG, 1961 – 1977).	Universidade Federal de Uberlândia	2011	MG
130	Kátia Franciele Corrêa Borges	Santa, Esposa-Mãe e Professora: revista Flor do Lácio e educação de mulheres no Colégio Imaculada Conceição de Montes Claros/Mg (1943 – 1957)	Universidade Estadual de Montes Claros	2011	MG
131	Luciana Hervatini	A Escola Normal Regional e suas práticas pedagógicas: dois retratos de um mesmo cenário no interior do Paraná	Universidade Estadual de Maringá	2011	PR
132	Marcela Loivos Considera.	“Que sejam as mães da pátria” – histórias e memórias do Curso Normal Rural de Cantagalo	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	2011	RJ
133	Marina Gugliotti Pestana	Colecionando livros, formando mestres: a Biblioteca Pedagógica da Escola Normal de São Paulo (1883).	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	2011	SP
134	Mayra Paniago Spínola Cardoso	De normalistas a professoras: um estudo sobre a trajetória profissional feminina em Feira de Santana (1950-1960)	Universidade Estadual de Feira de Santana	2011	BA
135	Patrícia Fabiana Nascimento de Oliveira	Perspectivas de leitura e de ensino de literatura na formação docente do curso magistério	Universidade Federal de Campina Grande	2011	PB
136	Regina Balão	Curso de formação de professores primários: vida e morte, a experiência de uma escola estadual – 1964-2004	Universidade de São Paulo	2011	SP
137	Andréa Cristina Dungas Santos	Formação de professores para a educação infantil: estudo sobre o curso normal – professor de educação infantil do programa de educação profissional	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	2012	MG

138	Bruna de Souza Fabricante	Investigando caminhos formativos da professora da(s) infância(s) em Rio Bonito: O curso normal em questão	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	2012	RJ
139	Cassiane Gemi	A primeira escola de formação de professores em pato branco – 1960-1986, e o desenvolvimento econômico, social e educacional da região sudoeste do Paraná	Pontifícia Universidade Católica do Paraná	2012	PA
140	Christiane Guimarães Pançardes da Silva	Colégio Sagrado Coração de Jesus: missão pedagógica, social e religiosa em Valença-RJ (década de 1950).	Universidade Federal do Rio De Janeiro	2012	RJ
141	Eliana Evangelista Batista	A normalista como interseção: escola, literatura, imprensa e estratégias políticas no estado novo (alagoínhas / 1937-1945) santo Antônio de Jesus	Universidade do Estado da Bahia	2012	BA
142	Maria Cleide Soares de Sousa	Colégio Normal Francisca Mendes: caminhos da Escola Normal em Catolé do Rocha/PB - 1939 a 1959	Universidade Federal da Paraíba/João Pessoa	2012	PB
143	Neila Görgen	Encontros com a artescreta : composições com alunas de curso normal.	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	2012	RS
144	Nelma Bernardes Vieira	A questão de gênero no magistério: a presença masculina no curso normal	Universidade Católica de Petrópolis	2012	R. Su des te
145	Olga Marinho Paiva	O Curso Normal do Instituto de Educação Rangel Pestana (1966-2011): espaço de memória e tradição na formação de professores em Nova Iguaçu.	Universidade Federal do Rio De Janeiro	2012	RJ
146	Patrícia Silveira Zaneti	A escola normal em Canguçu: itinerário da primeira turma de formandas (1965-1970)	Universidade Federal de Pelotas	2012	RS
147	Rogério Freire Graça.	Civilidade e formação de professoras: um mosaico do ensino normal regional do instituto sagrado coração de Jesus (Estância - SE, 1949-1955)	Universidade Tiradentes	2012	SE
148	Adálcia Canêdo da Silva Nogueira	Marcos possíveis para reconstituir a história da instituição escolar Julia de Souza Wanderley: a primeira escola de formação de professores de Cornélio Procopio-PR	Universidade Estadual de Londrina	2012	PR
149	Ana Paula Rodrigues Figueirôa	O instituto de educação de Pernambuco na sua primeira década (1946 a 1955) em cena: as práticas das atividades físicas na memória das normalistas.	Universidade Federal de Pernambuco	2012	PE

Fonte: CAPES (<http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/>)  
 Elaborado por: MORAES, Andreia Demétrio Jorge (2013).

**Apêndice C - Teses de Doutorado produzidas/defendidas no Brasil no período de 1987 a 2012 tendo como tema o Curso Normal ou Escola Normal**

	Autor	Pesquisa	Universidade	Ano	UF
01	Carlos Roberto da Silva Monarcha	Escola Normal da Praça: o caso noturno das luzes.	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	1994	SP
02	Silvia Cristina Yannoulas	Educación: Una profesión de mujeres? La feminización del normalismo y la docencia Brasil y Argentina. (1870-1930).	Universidade de Brasília	1994	BR ARG
03	Jane Soares de Almeida	Mulher e Educação: a paixão pelo possível.	Universidade de São Paulo	1996	BR PORT
04	Luci Regina Muzzeti	Trajetória social, dote escolar e mercado matrimonial: um estudo de normalistas formadas em São Carlos nos anos 40.	Universidade Federal de São Carlos	1997	SP
05	Iduína Edite Mont'Alverne Braun Chaves	Vestida de Azul e Branco Como Manda a Tradição: um estudo sócio-antropológico de uma escola normal na cidade do Rio de Janeiro.	Universidade de São Paulo	1998	RJ
06	José Augusto de Carvalho Mendes Sobrinho	Ensino de Ciências e formação de professores: na Escola Normal e no Curso de Magistério.	Universidade Federal de Santa Catarina	1998	SP
07	Antonio de Padua Carvalho Lopes	Superando a pedagogia sertaneja: Grupo Escolar, Escola Normal e modernização da escola primária pública piauiense (1908-1930).	Universidade Federal do Ceará	2001	PI
08	Arnaldo Nogaro	Lógicas subjacentes à formação do professor para a escolaridade inicial.	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	2001	RS
09	Maria Emília Borges Daniel	Uma história da disciplina Português no Ensino Normal (1930-1940).	Universidade de São Paulo	2001	MT
10	Sebastião Pimentel Franco.	Do privado ao público: o papel da escolarização na ampliação de espaços sociais para a mulher na primeira república.	Universidade de São Paulo	2001	ES
11	Mirtes Cristina Marins de Oliveira	Palimpsestos: Fotografia na Escola Normal da Praça (1889-1910).	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	2002	SP
12	Noeli Prestes Padilha Rivas	As reformas curriculares no processo de constituição das escolas de formação de professores no Estado do Paraná.	Universidade de São Paulo/ Ribeirão Preto	2003	PR
13	Ana Maria Gonçalves	Educação secundária feminina em Goiás: intramuros de uma escola Católica (Colégio Sant'Ana - 1945/1937).	Universidade Est. Paulista Júlio de Mesquita Filho/Araraquara	2004	GO
14	Cleonara Maria Schwartz	Tradicional Instituição e Ensino de Qualidade: representação e imagem da escola normal D. Pedro II nos anos de 1950 – Vitória (ES).	Universidade de São Paulo	2004	ES
15	Flávio Couto e Silva de Oliveira.	O canto civilizador: música como disciplina escolar nos Ensino Primário e Normal de Minas Gerais durante as primeiras décadas do século XX.	Universidade Federal de Minas Gerais	2004	MG
16	Maria Isabel Moura Nascimento	A Primeira Escola de Professores dos Campos Gerais – PR	Universidade Estadual de	2004	PR

			Campinas		
17	Gladys Mary Teive Auras	“Uma vez Normalista, sempre Normalista” A presença do método do ensino intuitivo ou lições de coisas na construção de um habitus pedagógico (Escola Normal Catarinense – 1911-1935).	Universidade Federal do Paraná	2005	SC
18	Leny Cristina Soares Souza Azevedo	Escola normal “Carlos Gomes”: memória e formação de professores (1903-1936)	Universidade Estadual de Campinas	2005	SP
19	Hedmar de Oliveira Ferreira	Colégio Normal Nossa Senhora do Patrocínio: um instrumento de educação feminina na Zona do Alto Paranaíba em Minas Gerais (1928-1950).	Universidade Est.Paulista Júlio de Mesquita Filho/Franca	2006	MG
20	Alessandra Cristina Furtado	Por uma história das práticas de formação docente: um estudo comparado entre duas escolas normais de Ribeirão Preto – SP	Universidade de São Paulo	2007	SP
21	Dóris Bittencourt de Almeida	Memórias da Rural: narrativas da experiência educativa de uma Escola Normal Rural Pública	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	2007	RS
22	Fátima Maria Leitão Araújo	Mulheres Letradas e Missionárias da Luz: formação da professora nas Escolas Normais do Ceará – 1930 a 1960	Universidade Federal do Ceará	2007	CE
23	Luciene Chaves de Aquino	De Escola Normal de Natal a Instituto de Educação Presidente Kennedy (1950-1965): configurações, limites e possibilidades da formação docente	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	2007	RN
24	Hajnalka Halász Gati	A Educação da mulher no Recife, no final do século XIX: Ensino Normal e anúncios de progresso	Universidade Federal de Pernambuco	2009	PE
25	Jane Bezerra de Sousa	Ser e fazer-se professora no Piauí no século XX : a história de vida de Nevinha Santos	Universidade Federal de Uberlândia	2009	PI
26	Maria Goretti Lopes Pereira e Silva	A Escola Normal do Ceará nos anos de 1930 A 1950: palco de debates políticos e pedagógicos no calor das reformas.	Universidade Federal do Ceará	2009	CE
27	Aurea Esteves Serra.	As associações de alunos das Escolas Normais do Brasil e de Portugal: apropriação e representação (1906-1927).	Universidade Est.Paulista Júlio de Mesquita Filho	2010	BRA PORT
28	Eva Cristina Leite da Silva.	Os registros da Escola Normal, Brasil e Portugal: histórias, memórias e práticas de escrituração no início do século XX	Universidade Estadual de Campinas	2010	BRA PORT
29	Maria Cecília de Medeiros Abras.	Lendo no Jornal Stella Maris 1938-1945 as marcas da formação das professoras em uma Escola Normal Católica de Minas Gerais	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	2010	MG
30	Rose Mary de Sousa Araújo.	Escola Normal na Parahyba do Norte: movimento e constituição da formação de professores no século XIX	Universidade Federal da Paraíba/João Pessoa	2010	PA
31	Cecilia Vieira do Nascimento	Caminhos da docência: trajetórias de mulheres professoras em Sabará – Minas Gerais (1830-1904).	Universidade Federal de Minas Gerais	2011	MG
32	Eunice Maria Ferreira Silva	Escola Normal de formação de professoras na Baixada Fluminense: práticas político-pedagógicas cotidianas	Universidade Federal Fluminense	2011	RJ
33	Maria da	O Curso Normal de 1º Ciclo em	Universidade		

	Conceicao Farias da Silva.	Assu/RN (1951-1971)	Federal do Rio Grande do Norte	2011	RN
34	Paulo Sérgio Pereira da Silva.	A formação de professores(as) na escola normal rural de Juazeiro do Norte/CE sob uma perspectiva Etnomatemática.	Universidade Bandeirante de São Paulo	2011	CE
35	Pedro Ferreira Barros	Formação de professores(as) ruralista em juazeiro do norte (ce) (1934-1973): um projeto emancipatório.	Universidade Federal do Ceará	2011	RN
36	Sandra Herszkowicz Frankfurt	Da escola normal à habilitação específica para o magistério em 2º grau: práticas e apropriações (1961-1981).	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	2011	SP
37	Tony Honorato	Escola Complementar e Normal de Piracicaba: formação, poder e civilidade (1897-1923).	Universidade Est.Paulista Júlio de Mesquita Filho	2011	SP
38	Raimundo William Tavares Junior	Um viveiro de mestres: a Escola Normal e a cidade de Belém do Pará em tempos de modernização (1890-1920)	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	2012	PA
39	Rosângela Maria Castro Guimarães	O percurso institucional da disciplina “História da Educação” em Minas Gerais e o seu ensino na Escola Normal Oficial de Uberaba (1928-1970)	Universidade Federal de Uberlândia	2012	MG

Fonte: CAPES (<http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/>)

Elaborado por: MORAES, Andreia Demétrio Jorge (2013).